



revista eletrônica  
da graduação em  
arquivologia e  
biblioteconomia e  
documentação da  
universidade federal  
fluminense

**n. 1 | 2021**

# ensaio geral



# ensaio geral

revista eletrônica  
da graduação em  
arquivologia e  
biblioteconomia e  
documentação da  
universidade federal  
fluminense

**n. 1 | 2021**

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Antonio Claudio Lucas da Nóbrega | reitor

INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Flávia Clemente de Souza | diretora

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Margareth da Silva | chefe

CURSO DE ARQUIVOLOGIA

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt | coordenadora

CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

Julietti de Andrade | coordenadora

*ENSAIO GERAL* | CONSELHO EDITORIAL

Bruno Henrique Alves

Carlos Henrique Juvêncio da Silva

Joaci Pereira Furtado | presidente

Marielle Barros de Moares | suplente

Raquel Luise Pret Coelho

Suellen Oliveira Milani

PROJETO GRÁFICO

Thiago Lacaz

FOTOS DE CAPA E MIOLO

*Promo G* (2013-2014), de Johan Lanoé

### **Ensaio Geral**

Departamento de Ciência da Informação

Instituto de Arte e Comunicação Social

Universidade Federal Fluminense

Rua Lara Vilela, 126, São Domingos

24210-590 Niterói RJ Brasil

Telefones: (21) 2629-9758 / 2629-9759

ensaio geral revista eletrônica@gmail.com

periodicos.uff.br/ensaio geral

**ISSN 2764-1953**



Nota editorial 5

ARTIGOS

Nenhuma leitura é natural:  
o livro como signo 11

*João Adolfo Hansen*

Taxonomias como objetos  
de fronteira 23

*Nina Gomes Sobral Barcellos d'Almeida*

Turismo e Biblioteconomia: subsídios  
para uma reflexão acerca da  
atratividade em bibliotecas 41

*Márcia Cavalcanti Moreira*

Do anticatálogo à defesa da  
moral e dos bons costumes:  
o livro no Brasil e a censura, uma  
história ainda presente 65

*Matheus Pedro Dutra*

Leitura, escrita e autopublicação:  
a plataforma Wattpad 81

*Sara Mendonça Poubel de Oliveira*

Gestão do conhecimento em  
times ágeis: estudo de caso no  
Time de TI Afiliados B2W 97

*Flávia de Moura Aresta*

Censura, uma biografia:  
a proibição de livros no Brasil 119

*Paula Ribeiro da Igreja*

Nenhum governo é de pedra:  
um editor contra a ditadura 145

*Franciane Ferreira da Costa*

A Ciência da Informação e a verdade:  
uma análise da literatura da área 159

*Luciana Maria Gomes de Alcântara*

Da omissão à divulgação: a biblioteca e  
o arquivo como práticas discursivas 181

*Regina de Carvalho Ribeiro da Costa*

Manipulação da informação:  
as ações de poder em 1984 199

*Alan da Costa Amorim*

RESENHA

*O show do eu: a intimidade como  
espetáculo*, de Paula Sibília 213

*Gabriela Celestino Fontenele*



## Nota editorial

A ideia de publicar trabalhos de estudantes de Arquivologia e Biblioteconomia da Universidade Federal Fluminense numa revista eletrônica oficial é de dois professores do Departamento de Ciência da Informação: Elisabete Gonçalves de Souza e Joaci Pereira Furtado. Ela surgiu numa conversa entre os dois docentes, no dia 30 de outubro de 2015, e no mês seguinte foi apresentada à reunião plenária departamental para que – uma vez aprovada, como foi – seguisse o trâmite de sua criação, com comissão constituída especificamente para elaborar a resolução que a instituiu e, depois, a eleição, com mandato de dois anos, de sua primeira equipe editorial (empenhada nas primeiras iniciativas para a efetivação da *Ensaio Geral*), sucedida por uma segunda (2019-2021), que agora lança o número inaugural do periódico.

O objetivo desta revista anual é, acima de tudo, dar visibilidade ao talento de estudantes dos dois cursos, ressaltando tanto suas habilidades para a pesquisa quanto aspectos inerentes à formação, à preparação, à constituição de profissionais capazes de refletirem sobre o que fazem. Assim, a resolução que cria a *Ensaio Geral* convoca os(as) docentes do GCI a indicarem trabalhos de alunos(as) que se destacaram em suas disciplinas – inclusive as de elaboração das monografias de bacharelado – nos últimos dois semestres. Neste primeiro número, entretanto, em virtude da pandemia de covid-19 e da situação inusitada que ela instaurou, o Conselho Editorial deliberou abrir exceções, acolhendo também textos escritos desde o segundo semestre de 2017. Além de trabalhos estudantis (artigos, resenhas e/ou resumos expandidos), a resolução que normatiza a publicação determina que se deve convidar um(a) estudioso(a) de renome para contribuir com o artigo de abertura de cada número.

Assim, abre-se o primeiro número da *Ensaio Geral* com “Nenhuma leitura é natural: o livro como signo”, de João Adolfo Hansen, parte da conferência “O que é um livro?”, apresentada pelo autor na inauguração, em dezembro de 2012, do curso *O que é um livro? Teoria, história e sociologia da leitura*, promovido pelo Centro de Pesquisa e Formação do Sesc São Paulo. Professor titular do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo, Hansen é graduado em letras anglo-germânicas pela PUC de Campinas e mestre e doutor em literatura brasileira pela USP. Além de ter publicado, no Brasil e no exterior, diversos ensaios e artigos em coletâneas e revistas especializadas, é autor de *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII* (Ateliê/Editora da Unicamp), pelo qual recebeu o Prêmio Jabuti; *O O: a ficção da literatura em Grande sertão: veredas* (Hedra); *Alegoria:*

*construção e interpretação da metáfora* (Hedra/Editora da Unicamp); *Solombra ou a sombra que caiu sobre o eu* (Hedra); *Carlos Bracher: da mineração da alma* (Edusp); e *Agudezas seiscentistas e outros ensaios* (Edusp) – este último, agraciado com o Prêmio Mário de Andrade, da Biblioteca Nacional. Com Marcello Moreira, organizou, anotou e comentou, em cinco volumes, a obra poética atribuída a Gregório de Matos – editada pela Autêntica, e pela qual os dois receberam o Grande Prêmio do Júri da Associação Paulista de Críticos de Arte. Hansen foi professor visitante na Universidade da Califórnia em Los Angeles, na Universidade Stanford e na Universidade Estadual de Ohio, nos Estados Unidos; na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, na França; na Universidade do Chile; na Universidade Federal de Ouro Preto e na Universidade Federal de São Paulo.

“Taxonomias como objetos de fronteira”, de Nina Gomes Sobral Barcellos d’Almeida, o segundo artigo deste número da *Ensaio Geral*, deriva do trabalho de conclusão de curso que a aluna defendeu no bacharelado em Biblioteconomia, sob orientação de Linair Maria Campos, no segundo semestre letivo de 2019.

Em seguida, “Turismo e Biblioteconomia: subsídios para uma reflexão acerca da atratividade em bibliotecas”, de Márcia Cavalcanti Moreira, também resulta de trabalho de conclusão de curso defendido em 2019, sob orientação de Suellen Oliveira Milani.

O terceiro artigo, “Do anticatálogo à defesa da moral e dos bons costumes: o livro no Brasil e a censura, uma história ainda presente”, de Matheus Pedro Dutra, decorre de iniciação científica voluntária orientada por Carlos Henrique Juvêncio da Silva ao longo de 2020.

O quarto, “Leitura, escrita e autopublicação: a plataforma Wattpad”, de Sara Mendonça Poubel de Oliveira, é parte de monografia orientada por Elisabete Gonçalves de Souza e defendida no segundo semestre de 2018.

O quinto artigo, “Gestão do conhecimento em times ágeis: estudo de caso no Time de TI Afiliados B2W”, de Flávia de Moura Aresta, também deriva de TCC, este orientado por Julietti de Andrade e defendido em 2020.

“Censura, uma biografia: a proibição de livros no Brasil”, o sexto artigo, é capítulo adaptado da monografia de Paula Ribeiro da Igreja, defendida no primeiro semestre letivo de 2019 sob orientação de Joaci Pereira Furtado.

“Nenhum governo é de pedra: um editor contra a ditadura”, sétimo artigo deste número da *Ensaio Geral*, é igualmente parte de TCC, este escrito por Franciane Ferreira da Costa, orientado por Joaci Pereira Furtado e defendido no segundo semestre de 2017.

O oitavo artigo, “A Ciência da Informação e a verdade: uma análise da literatura da área”, de Luciana Maria Gomes de Alcântara, é um dos capítulos de seu TCC, defendido no segundo semestre de 2019 sob a coorientação de Suellen Oliveira Milani e Joaci Pereira Furtado.

“Da omissão à divulgação: a biblioteca e o arquivo como práticas discursivas”, o nono artigo, é o trabalho final que Regina de Carvalho Ribeiro da Costa apresentou à disciplina “Políticas informacionais”, no segundo semestre de 2017.

O décimo e último artigo, “Manipulação da informação: as ações de poder em 1984”, de Alan da Costa Amorim, também é outro trabalho desenvolvido em disciplina da graduação oferecida pelo Departamento de Ciência da Informação, ao longo de 2020 – desta vez, em “Fundamentos teóricos em informação II”.

A resenha escrita por Gabriela Celestino Fontenele – sobre *O show do eu*, de Paula Sibilia – é parte do trabalho final que ela apresentou à disciplina “Políticas informacionais”, no segundo semestre de 2018.

Com a publicação deste primeiro número, desejamos estimular mais trabalhos de qualidade – como estes aqui editados – nas diversas disciplinas oferecidas pelo Departamento de Ciência da Informação, reconhecer talentos e demonstrar que a graduação também é espaço de produção relevante. Uma observação de ordem técnica, porém, se faz necessária: dentro dos recursos limitados de que dispomos – como a ausência de financiamento – e das características deste periódico, cuidamos o máximo possível da padronização textual e da correção ortográfica e gramatical, suprimindo lapsos, resolvendo inconsistências e padronizando a grafia dos aparatos extratextuais (como títulos e intertítulos, resumos e palavras-chave). No interior de cada artigo, contudo, respeitamos a lógica que lhe é peculiar (como, por exemplo, o uso de maiúsculas em determinados termos). A versão final dos trabalhos, entretanto, é de inteira responsabilidade de seus/suas autores(as).

Por fim, mas não menos importante, registramos aqui nossos mais sinceros agradecimentos ao corpo docente do GCI por acolher a ideia inicial deste periódico e por indicar os trabalhos à publicação, ao primeiro mandato de conselheiros(as) editoriais (2017-2019), aos/às pareceristas externos(as) e aos/às estudantes – razão de ser da *Ensaio Geral* – que, com seus textos, possibilitaram a existência do número inaugural desta revista. Somos especialmente gratos(as) a João Adolfo Hansen, por nos honrar com o ensaio de abertura, ao generoso *designer* Thiago Lacaz, que concebeu graficamente e diagramou a revista (capa e miolo), e ao aluno intercambista da disciplina “Políticas informacionais” (em 2016/2), Johan Lanoé, autor do ensaio fotográfico (que registra exercícios de atores e atrizes de teatro) de onde foram extraídas as imagens de capa e miolo, gratuitamente cedidas a esta edição.

Como o título dela sugere, a *Ensaio Geral* espera ser aquele momento em que se apresenta, com rigor e paixão, a prévia de um (grande) espetáculo. Neste caso, o da aventura do saber.

*O Conselho Editorial*

Niterói, janeiro de 2021.



**artigos**



# Nenhuma leitura é natural: o livro como signo

*No Reading Is Natural: the Book as a Sign*

**João Adolfo Hansen** | ensaiogeralrevistaeletronica@gmail.com

Professor titular do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da USP

**Resumo** Além de objeto físico, sujeito a processos fabris ou industriais de produção e comercialização, o livro é também um signo – e, enquanto tal, só faz sentido quando é lido. O ato de ler, apesar de culturalmente naturalizado, é uma construção social, atravessado por (in) determinações variadas, sempre parciais e historicamente datadas. Este breve ensaio é sobre a artificialidade da leitura.

**Palavras-chave** leitura; interpretação; livro; signo; artificialidade

**Abstract** In addition to being a physical object, subject to manufacturing or industrial processes of production and commercialization, the book is also a sign – and as such, it only makes sense when it is read. The act of reading, although culturally naturalized, is a social construction, traversed by varied (in) determinations, always partial and historically dated. This brief essay is about the artificiality of reading.

**Keywords** reading; interpretation; book; sign; artificiality

Começo dizendo o que deve ser o mais óbvio para todos nós: nenhuma leitura é natural, pois qualquer leitura, desde as mais iletradas e ineptas até as mais técnicas e refinadas, é sempre uma formalidade prática que pressupõe outras formalidades simbólicas, sempre arbitrárias, ou seja, convencionais, artificiais, históricas, situadas e datadas. Por isso mesmo, proponho pensar esse intervalo “entre”, que é o intervalo existente entre o momento em que o autor inventa o texto e o tempo e o lugar em que acontece a leitura, em um campo de linguagem. Esse intervalo é ao mesmo tempo cronológico e semântico. Quanto maior é o tempo que separa o autor e o leitor, mais difícil é a leitura, pois os critérios de invenção do texto são outros. Podemos, é claro, falar sociologicamente da leitura, tratando de suas determinações sociais. Ou psicologicamente, tratando de seus processos mentais. Ou, ainda, da materialidade dos códigos bibliográficos e dos meios de comunicação dos textos, como hoje fazem a nova filologia inglesa e muitos historiadores culturais quando tratam de formas e modos de produção, circulação e recepção de textos manuscritos anteriores ao século XVIII. Mas, em todos os casos, a linguagem em que o texto é escrito é absolutamente prévia e determinante e falar da ordem simbólica que estrutura os textos e o leitor de livros como invenções historicamente situadas me parece pertinente para impedir o entendimento dos textos e dos leitores como natureza, que é o que hoje ocorre cada vez mais, quando os processos neoliberais de desistoricização da experiência fazem o imaginário existir como se não existisse o simbólico, como vemos na indústria cultural e na mídia.

Quero dizer: o livro é uma obra acabada sempre inacabada porque sempre aberta às iniciativas de leitores de diversas mediações sociais, dotados de competências culturais diversas em diferentes situações sociais. Por exemplo, no caso do livro de ficção, acreditamos que aquilo que o crítico literário e o historiador literário dizem é o significado e o sentido dele. Será mesmo assim? O crítico literário e o historiador literário dominam vários saberes técnicos que lhes permitem ler de modo bastante preciso e inclusivo, mas não dão conta de todas as significações do texto. Por quê? Devido ao intervalo semântico e cronológico ou histórico que existe entre o texto e o leitor. Podemos citar o conto “Pierre Menard, autor do *Quixote*”, de Jorge Luis Borges.

Um teórico da literatura, Karlheinz Stierle, lembra que os contos de fada metem medo nas crianças porque elas os escutam recebendo o imaginário sem o simbólico. Sabemos com a psicanálise e a antropologia que, assim como a loucura, que ignora a sua própria ficção, a alienação é ignorância do arbitrário simbólico, quero dizer, ignorância da particularidade histórica da regra cultural e dos poderes da regra. Quando particularizamos a regra, evidenciando que ela é produzida historicamente e que, por ser artificial, não é essencial nem eterna, fica também evidente a finitude de tudo. Quem tem consciência dela também sabe que a morte é a condição de tudo o que diz e faz, principalmente a condição da sua liberdade, que também pode ser

sua liberdade como leitor. Assim, para pensarmos o que é um livro, temos de pensar o arbitrário que estrutura o texto e o leitor como sujeito da prática de leitura. Digamos que a leitura é um ato de enunciação, um ato em que o leitor repete os atos da enunciação do autor do texto, ocupando o lugar semiótico do destinatário dele. Como o texto e o leitor estão em pontos diferentes da história, a repetição nunca é coincidência. E como os atos de enunciação do autor são atos singulares, como fala ou discurso que produz enunciados intencionais, a leitura põe em relação duas singularidades, a da enunciação do texto e a da enunciação do leitor. No caso, o intervalo temporal entre o texto e o leitor também é um intervalo semântico e é nele que ocorrem as zonas de indeterminação da significação que Wolfgang Iser chamou de “vazios do texto”. Esses vazios correspondem a várias espécies de não coincidências entre os dois sujeitos de enunciação, o sujeito autor do texto e o sujeito leitor. São não coincidências gramaticais, retóricas, informacionais, ideológicas etc. Para ler bem, aquele leitor apenas ideal que construímos com pedaços de leitores reais deve reconhecer as coisas que dificilmente nós, como leitores individualizados, reconhecemos conscientemente quando lemos: deve reconhecer a historicidade das convenções simbólicas do texto e do seu próprio imaginário, como indivíduo que assume a posição de leitor apropriando-se da cultura do texto e do livro que o contém. Para tanto, deve ser capaz – e essa capacidade pressupõe muitíssimas outras coisas – deve ser capaz de reconstituir os esquemas técnicos, os gêneros, os estilos, as normas de regulação social, os conceitos presentes e as referências ausentes etc. com que o texto particular regula sua forma simbólica, e também as relações de citação, implicação, explicação, indução, dedução, inversão etc. que o texto estabelece com outros textos e eventos contemporâneos e anteriores, a comunicação ou os modos materiais de sua circulação e apropriação, além do valor que o texto assume no seu campo de conhecimento; simultaneamente, o leitor deve ser capaz de também definir sua posição de leitor como posição simbólica e imaginária particular, situada ou datada. A desconsideração do simbólico corresponde à ignorância do artificial do texto e da sua própria ficção como leitor e caracteriza a leitura inepta e insuficiente como ideologia, etnocentrismo ou universalização da particularidade do seu imaginário de leitor. Por isso mesmo, quando falamos de leitura, estamos necessariamente falando da forma do tempo. A forma do tempo marca uma ordem no “eu” de qualquer leitor, a ordem do que veio antes, do durante, do aqui e agora e do que ainda deve vir. Experiência do passado, sensação do presente, expectativa do futuro. Quando falamos dos textos dos livros e do leitor modelados por essa ordem, é fundamental lembrar a historicidade dos gêneros discursivos, inventados como modos sociais de classificar, distribuir e controlar os usos da linguagem, gêneros, que por sua vez se incluem em regimes discursivos não ficcionais, alguns deles pragmáticos, como os textos feitos para atingir coisas fora deles mesmos, os científicos, que pretendem sistematizar e

teorizar o universal, ou os textos que não admitem prova de realidade porque exigem crença, como os religiosos, e os textos ficcionais, que só podem ser criticados ou interpretados, mas não provados pela realidade, como os literários e poéticos de várias formações históricas, que são experiências com o possível produzidas por um ato de fingimento que tem diversas definições. Como sabem, entre esses há textos programaticamente escritos para produzir indeterminação e vazios na leitura, como os da grande literatura moderna que até ontem recusou a língua instrumental da sociedade capitalista, forçando os limites da significação em usos inesperados e improváveis. Textos científicos como um texto de física quântica devem ser absolutamente unívocos, mas pressupõem a divisão intelectual do trabalho e o trabalho intelectual da divisão, ou seja, leitores hiperespecializados nas definições com que os seus textos operam. Os textos pragmáticos, escritos para atingir coisas fora deles, como “Proibido pisar na grama”, são feitos para ser lidos por todos, mas também admitem leituras inesperadas que contrariam a sua normatividade, produzindo vazios intencionais como subversão da sua instrumentalidade, como na piada lusíada “Proibido pisar na grama, quem não souber ler pergunte ao guarda”. Em todos os casos, os textos não representam a realidade, pois a relação da linguagem com a realidade não é de reprodução, mas de produção de eventos simbólicos como ação e intervenção. O real não é texto e a linguagem não é a coisa extensa do real, mas um sistema de diferenças binárias, forma ou determinação do indeterminado, muito real como instituição social. Os textos recortam a forma na sua forma e também são reais, como produtos simbólicos de práticas simbólicas datadas que transformam e representam – uso o verbo como no teatro; põem em cena, teatralizam, dramatizam – matérias sociais ou representações sociais do presente, da sua produção na forma de mensagens particulares com que a leitura faz a relação fundamental entre a experiência do passado e expectativa de futuro do leitor e de sua cultura, formulando hipóteses sobre a realidade das coisas na presença do seu presente. A relação de experiência e expectativa é evidentemente histórica, variável e dependente dos modos de dar sentido à presença do tempo histórico, por isso mesmo ordenada por modelos culturais específicos e variáveis. Quanto ao leitor, é antes de tudo somente um homem, um ser temporal determinado pela morte. Ele tem uma vida arbitrária que, para continuar desejando os objetos que preenchem o buraco do seu eu e a falta de sentido da destruição que é sua história na história de sua sociedade, relaciona intencionalmente os conteúdos empíricos do seu presente com as representações que lê no texto enquanto “é agido” pelas sínteses passivas do tempo original do seu inconsciente. Aqui, uma coisa básica a ser lembrada é que o leitor deseja ler o texto e realmente o lê, mas também é lido pelo seu imaginário. Pensa ler e realmente lê, mas é lido pelos modos como a sua cultura organiza a experiência do tempo. Pensa ler e realmente lê, mas é lido pelo texto. O texto lê as legibilidades do leitor porque o leitor

é um corpo marcado já antes de nascer pelos signos da cultura que se falam nele como uma algaravia de textos contraditórios. Passivo, o leitor sofre o efeito do texto que lê, sempre posto entre as representações imaginárias que povoam sua história de vida e a regra simbólica que dá forma social a elas no texto e no seu corpo. Ativo, o leitor não lê apenas reproduzindo o imaginário e a regra simbólica, porque a reprodução mais fiel do texto lido acontece como diferença temporal e é reflexão e autor-reflexão, deslocamento e condensação das significações. Assim, quando falamos de leitura é fundamental dizer que, quando lê, antes mesmo de aprender qualquer coisa do texto, como os conteúdos dele, o leitor aprende com o próprio ato que a verdade do texto não é adequação, mas produção de novas significações e sentido. E isso porque, de vários modos, lendo o texto enquanto é lido por ele, formula conjuntos ou sínteses parciais que recolhem as formas do seu tempo de leitor em imagens possíveis do seu tempo de homem, como uma ação que resiste contra a morte dando sentido à presença do seu presente. O sentido não preexiste ao ato em que o leitor o inventa na leitura, pois não há nenhum sentido *a priori* nas coisas. A relação do leitor com as proposições do texto e com as coisas que elas nomeiam constitui objetos que não são algo prévio a ser simplesmente reconhecido, lembrado ou recitado, mas algo posto como limite do processo com que dá sentido à sua prática. Gilles Deleuze dizia que, do verdadeiro, nós temos sempre a parte que merecemos de acordo com o sentido do que dizemos. Os grandes textos científicos, filosóficos, históricos e literários estranham a familiaridade do leitor com as coisas e lhe fazem uma pergunta radical: “Você trouxe a chave?”. A verdade que o leitor produz em qualquer leitura é um resultado empírico do sentido que dá à resposta para essa questão.

Os textos não representam a realidade, pois são forma simbólica recortada na linguagem como uma determinação do indeterminado que põe em cena os modelos culturais que dão forma às práticas. Falando esquematicamente, um modelo cultural é uma síntese teórico-prática que relaciona a experiência do passado e a expectativa de futuro, dando significação e sentido à presença do presente. Os modelos culturais fundem normas de regulação social e esquemas de ação verbal em diversos níveis operatórios. Um deles é, por exemplo, teórico e consiste nos pressupostos epistemológicos, teorias, conceitos, categorias, definições, argumentos, provas, exemplos, opiniões, mitos e ideologias de um campo específico do conhecimento e da ação. Outro nível é pragmático e consiste nos preceitos que organizam o fazer e os modos de agir sobre as coisas e os estados de coisas, orientando politicamente o sentido da transformação delas segundo finalidades particulares. Outro, ainda, é técnico e corresponde à ordenação gramatical e retórica da forma da informação. Se pensamos “texto” como encenação de modelos culturais, podemos dizer que a leitura é uma tradução das figuras relevantes dos modelos culturais representados nele, ou seja, uma tradução feita como sínteses parciais da teoria, da pragmática e da técnica

que ele dramatiza. O leitor traduz a informação nova do texto por meio das informações que conhece e, em geral, faz paráfrases e interpretações e, muitas vezes, como é comum na instituição escolar, só faz paráfrases e só faz hiperinterpretações. Nesses dois casos extremos, pela paráfrase reproduz quase que literalmente a informação semântica do texto, sendo como que falado ou dominado pela sua estrutura, sem distanciamento. Na USP, faz alguns anos, em um curso de Graduação sobre o romantismo brasileiro, propus como trabalho possível a crítica de um ensaio de Antonio Candido sobre o romance de Manuel Antônio de Almeida, *Memórias de um sargento de milícias*. Uma aluna me entregou um texto em que abria aspas, reproduzia o título do ensaio, “Dialética da malandragem”, o nome do autor, AC, e fazia a cópia totalmente integral do texto, fechando as aspas no final e pondo, depois delas, uma data e sua assinatura. Achei extraordinária a repetição. Pensando que a sua diferença poderia significar alguma coisa ironicamente borgiana, que seria muito interessante como o projeto de Pierre Menard de reescrever o *Dom Quixote*, chamei a aluna, uma japonesa simpática e muito tímida que falava português com sotaque bastante carregado, e lhe perguntei o que tinha pretendido. Ela sorriu, fez uma reverência e me disse: “Professoro Cá-n-dido, otôo-ridá-de”. Aqui aconteceu no grau máximo o que ocorre diariamente na instituição escolar e nos aparelhos ideológicos que predeterminam a significação e o sentido dos textos, propondo-os como tendo uma verdade unívoca, acabada e fechada que deve ser parafraseada, pois não admite a produção de significações divergentes da que autorizam. Aqui, como disse minha aluna, a autoria do texto, mais que o próprio texto, é autoridade. Candido é realmente uma autoridade da crítica literária, mas minha aluna não considerava que seus textos são publicados, ou seja, os textos como objetos públicos pressupõem justamente a oposição de público e privado. Minha aluna agiu como se vivesse, por exemplo, no século XVII, em que essa oposição não existia e ela fosse, como parte do público da representação, apenas uma testemunha da autoridade do texto, obrigada a reconhecer e a repetir sua posição de público subordinado. Se ela vivesse no século XVII e tivesse a oportunidade de ouvir o “Sermão de Santo Antônio” que o padre Vieira pregou em 1656, sua repetição literal do texto e sua declaração de que a autoria é autoridade não causariam estranheza e provavelmente seriam aplaudidas, sendo objeto de louvor. Vieira diz, nesse sermão, que teve um pensamento que lhe pareceu não ter autoridade porque, quando o pensou, não se lembrou de nenhum autor canônico que já o tivesse dito. Mas, diz logo em seguida: “Assim o tinha eu imaginado com algum receyo, por ser pensamento sem Author; quando venturosamente o fui achar em Santo Agostinho no livro 2 de *Trinitate*, onde excita, & resolve a questão pelo mesmo fundamento” (VIEIRA, 1951, p. 188). Ou seja, se Santo Agostinho pensa isso e diz isso, também posso e principalmente devo pensar isso e dizer isso. A total repetição da paráfrase da minha aluna evidenciava muitas outras coisas sobre sua posição como

leitora, como a educação autoritária que deve ter recebido, sua posição como aluna nos cursos da USP, como mulher etc. etc. O outro modo também extremo de ler é a hiperinterpretação, em que o leitor, principalmente o leitor escolar, descobre intenções que o autor quis dizer mas não disse, subordinando projetivamente a informação do texto ao seu imaginário, sem observar que sua interpretação deve ter limites determinados pela regulação retórica do gênero e do regime discursivo do texto. Por vezes, nem isso, quando o próprio texto deixa de existir na leitura. Já referi esse caso, mas quero repeti-lo porque é exemplar. Há três anos, alunos de último ano do Ensino Médio noturno de uma escola pública de Carapicuíba, observados por uma orientanda minha que fazia uma pesquisa sobre representações da leitura literária, tinham de ler a proposição de *Os Lusíadas* que a professora lhes passou em cópias mimeografadas. Quando ela lhes perguntou o que entendiam pelo verso “As armas e os barões assinalados”, dois ou três deles disseram “Armas, *fessora*, os *estilete* e os .38”. Aqui, o imaginário policial eliminou as convenções da épica, ou seja, ignorou que se tratava de um texto, e de um texto com historicidade própria. A professora reclamou, disse que o texto era do século XVI, um tempo com muitas técnicas aperfeiçoadas de matar, mas não com revólveres .38. Mas um aluno perguntou o que queria dizer “século XVI”, o que também demonstra que a leitura escolar pressupõe outras determinações básicas, como a de uma educação pública decente que não dependesse das armadilhas dos governos tucanos e petistas que temos tido há séculos. Nos dois exemplos, temos dois casos paradigmáticos de leitura que não é propriamente leitura errada, mas leitura besta: a leitura dominada pela autoridade do valor institucional da autoria do texto e a leitura dominada pelo imaginário do leitor. A besteira que é rotineira na leitura escolar de alunos e professores não é erro e distingue-se do erro. Classicamente, o erro toma o falso por verdadeiro. Classicamente, o erro é o reverso de uma ortodoxia racional e testemunha em favor da verdade suposta de que a leitura se desvia. A besteira, não. A besteira se relaciona ao processo de individualização e faz falar uma vontade obtusa, cheia de si sem si como falta de forma simbólica do imaginário bruto, que irrompe sem fazer distinções, impondo-se à força. Podemos supor que, em cada leitura, deve haver um ponto por assim dizer “médio” de reconhecimento do artifício da representação do texto, segundo seu gênero e seu regime discursivo, e também do artifício social que regula o imaginário do leitor. É justamente porque reconhece o arbitrário cultural das normas e dos esquemas do texto que o leitor também reconhece o arbitrário cultural do seu imaginário e, com isso, pode interferir neles, transformando-o produtivamente. Evidentemente, a coincidência do leitor com o destinatário textual é sempre parcial, pois ambos estão em pontos diferentes da história, como disse. Os “vazios do texto” decorrentes desse intervalo podem ser armadilhas e somente são preenchidos, e nunca totalmente, quando o leitor é capaz de considerar as diferenças culturais que compõem o

intervalo para historicizar a leitura como prática datada. Adiante, volto a falar nisso. Antes, lembrando os casos extremos da obediência besta da minha aluna e da besteira bárbara dos alunos leitores de Camões, é útil dizer diretamente o que estou apalpando desde que comecei com o exemplo da minha aluna: o leitor é sempre uma parcialidade parcial.

No País das Maravilhas, como sabem, Alice diz que nunca ninguém falaria nada se pensasse antes de falar. Do mesmo modo, na leitura; seria extremamente desencorajador e mesmo impossível ler qualquer coisa se, antes de começar, o leitor pensasse no que realmente acontece quando lê, quero dizer, se sempre pensasse que está totalmente só e que, em frente ao texto, tem de pressupor a série cultural em que ele se inclui e a complexidade sempre crescente dos conjuntos intotalizáveis das interpretações polêmicas que já foram feitas e que ainda estão por fazer sobre ele. A leitura pareceria mais improvável ainda se, antes de começar, o leitor também tivesse de ter consciência de todas as determinações históricas da sua individuação como indivíduo situado em uma história de vida particular que começa com o teatrinho de papai e mamãe e continua com o sexo e a classe e a família e a instituição escolar e as contingências da vida social etc., e tudo isso em um ponto do tempo que sempre é outro, o do seu presente atual de leitor, que sempre é o presente de uma história confusa, diferente do presente tecnicamente congelado do tempo do texto. Mas o leitor lê, apesar de tudo, como parcialidade: seu conhecimento das determinações do texto e de suas determinações psicológicas e sociais como indivíduo é sempre parcial, quero dizer, o leitor é uma parcialidade parcial. Aqui, uma armadilha que o espera é o próprio modo que ordena sua não coincidência com o texto – por exemplo, quando não entende as palavras, quando não entende a ordem sintática, quando confunde uma informação do texto com outra, quando confunde os processos simbólicos do texto com processos empíricos, quando não percebe níveis operatórios do texto, quando se desvia de uma medida dada por autoridades como correta para ler bem, quando seu bom-senso falha em relação ao senso comum de uma comunidade de leitura, quando a sua interpretação escapa da ortodoxia etc. As modalidades da imprecisão são infinitas e as únicas que interessam são as imprecisões precisas, as intencionais. A leitura e a tradução dos Sozzini que a Inquisição interpretou como erro eram intencionalmente políticas como leitura ateia da *Bíblia*, que transforma a palavra de verdade de Deus defendida pelo pensamento dogmático da Igreja no produto contingente de um ato de fingir. Leram a *Bíblia* como quem lê um romance, afirmando que o texto sagrado é produto de um ato humano de fingimento que o produz como ficção. Na maior parte das vezes, infelizmente, o leitor não produz imprecisões intencionais quando lê, pois é lido. Para inventar alternativas para essa situação, e essa é outra coisa fundamental, o leitor tem de reconhecer a ordem simbólica. Não se trata de fundar substantivamente a autoridade da enunciação do

texto em indivíduos, como fez a minha aluna, ou em instituições, como fez a Santa Inquisição, mas trata-se de particularizar as contingências de um corpo, o do leitor, em uma situação determinada, relacionando-as com um lugar institucional, caso da leitura escolar, artificialmente construído de um tempo histórico.

Assim, outra coisa que me parece fundamental é voltar ao intervalo e dizer que a leitura põe em contato duas séries heterogêneas que correm paralelamente uma à outra. O texto lê o leitor que lê o texto no intervalo. Nele é que acontecem os vazios do texto, como diz Iser. É no intervalo, quando a comunicação é estabelecida entre as duas séries, o leitor e o texto, que as consequências são felizmente imprevisíveis e incontrolláveis. Como diz Deleuze, alguma coisa passa entre as bordas ou os limites desse “entre”, estouram acontecimentos e fulguram fenômenos do tipo relâmpago e raio. Aqui encontramos os modelos culturais que regulam a forma da experiência do tempo histórico comunicada no intervalo. O intervalo temporal entre texto e leitor às vezes é muito pequeno, quando por exemplo eles são da mesma formação histórica e os modelos culturais que ordenam o presente do texto são os mesmos do presente da cultura do leitor. Imaginemos um leitor de textos pragmáticos da *Folha de S. Paulo*, ou de textos científicos ou técnicos sobre a produção do etanol, ou de um romance de José Lins do Rego, Malcolm Lowry ou Paulo Coelho. Mas o intervalo semântico, mesmo quando o intervalo temporal é pequeno, pode ser intransponível, pois pressupõe a situação de classe e a posição de classe do leitor, sua instrução, sua educação, sua informação, suas competências técnicas etc. Como sabem, a situação de classe do leitor não determina necessariamente a qualidade da sua leitura: há excelentes leitores proletários e leitores burgueses absolutamente estúpidos. O intervalo geralmente é grande, e às vezes é um buraco negro impossível de entender, quando o texto e o leitor são de formações históricas muito diferentes. Como ler hoje os glifos maias de Palenque, as inscrições de Dario que se abrem para o abismo na montanha no Irã, os enunciados latinos gravados a trinta metros de altura na Coluna de Trajano em Roma? Quem é seu leitor? Especialistas, hoje. No seu tempo, provavelmente os deuses. Como ler textos do Antigo Regime, como os coloniais, que pressupõem outros conceitos de tempo histórico, poder, pessoa, autoria, texto e público, e não conhecem categorias como “literatura”, “originalidade”, “plágio”, “direitos autorais” e os estilos que os classificam unitariamente nas nossas histórias literárias, Classicismo, Barroco, Neoclassicismo etc.? Provavelmente, com a tristeza necessária para reconstruir Cartago. Por vezes, ainda, e é o caso da nossa condição contemporânea, o intervalo não pressupõe a continuidade temporal, mas o descontínuo, em que outras modalidades de sujeito, outras concepções de realidade, outras definições de linguagem, outros sentidos para o tempo histórico passam a valer. Hoje, por exemplo, ainda não inventamos categorias adequadas para dar conta da mudança dos modos de conceber a experiência no tempo desde que as utopias iluministas foram

consideradas extintas. Lemos os textos de ficção de hoje, que não mais pressupõem as categorias iluministas de ontem, com as categorias iluministas de ontem. Somos não contemporâneos da nossa contemporaneidade, o que é uma forma de alienação. De todo modo, para ler preenchendo o intervalo temporal e semântico, o leitor tem antes de tudo de suplementar a sua própria insignificância, a sua falta de significação.

Para isso, antes de acabar, lembro outra coisa fundamental. Deve valer para qualquer leitura o que os teóricos alemães da estética da recepção e da leitura propõem para o texto de ficção. Sabemos que o texto de ficção funciona como a sua própria poética, pois sua enunciação é construída como figuração intencional de um ato de fala fingido ou contingente em que o papel do autor se relaciona com o próprio texto, não com os objetos, ações e eventos figurados nele como coisas exteriores, como acontece nos textos não ficcionais. A enunciação ficcional finge um ato de comunicação que transforma matérias sociais produzindo efeitos de realidade para o destinatário. Quando ocupa o lugar do destinatário, o leitor tem de estabelecer uma relação de comunicação fingida com as coisas figuradas sem confundir o processo fictício de produção de seres imaginários com a vida empírica. Como diz Stierle, seu papel como leitor independe do contexto da sua história pessoal como leitor. Como leitor, deve refazer os atos da invenção do texto, que são atos intencionais. Para isso, a unidade mínima da leitura é a palavra ou o significante, como “armas”, o primeiro termo do primeiro verso da proposição de *Os Lusíadas*, “As armas e os barões assinalados”, para o qual deve atribuir um significado, fazendo uma equivalência ou tradução com que reconhece uma figura relevante que deve relacionar com outras figuras relevantes. Evidentemente, no texto a palavra não está em “estado de dicionário”. Seu significado não é unívoco, pois não é somente significado dicionarizado, mas retórico, resultante de uma enunciação intencional que relaciona a palavra com matérias simbólicas contemporâneas e anteriores, citadas ou pressupostas. A enunciação desloca e condensa a significação da palavra, fazendo com que admita significações simultâneas e inesperadas nas associações que ela estabelece com as palavras anteriores e as posteriores da sequência e entre a palavra e as referências culturais ausentes que são citadas ou ficam implícitas. Voltando ao exemplo dos alunos que tiveram de ler *Os Lusíadas*: eles deveriam saber de algum modo que “armas” é uma parte pelo todo, uma sinédoque, como palavra que significa “armas” e que vale por “guerras” ou “feitos militares”, significando indiretamente as guerras da história medieval portuguesa. Mas “armas” também é tópica do gênero épico doutrinado na poética aristotélica e, no caso de *Os Lusíadas*, relaciona-se às virtudes feudais que definem o caráter e a ação dos heróis portugueses como força, coragem, lealdade e honra. Também é imitação do primeiro verso da *Eneida*: *Arma virumque cano*, “Canto as armas e o varão”. E, principalmente, é um protocolo de leitura: indica que o leitor deve ler de um modo, o épico, não de qualquer modo.

O ato de ler é uma redução, como diz Stierle, ou um ato produtor de sínteses parciais. O texto é um tecido de proposições, ou seja, uma complicação, literalmente, um conjunto de relações simultâneas que se desdobram horizontalmente na sequência e verticalmente nas referências, relacionando-se com outros desdobramentos. As palavras se ordenam em sequência e o leitor também deve observar sua ordem sintática, que é funcional: a sintaxe é um esquema das relações dos significados, esquema que situa, distribui, contextualiza e diagrama o significado de cada palavra isolada para construir novas significações horizontais com a relação estabelecida entre elas. No caso de *Os Lusíadas*, os alunos teriam de observar que o termo “armas” está imediatamente ligado à expressão “barões assinalados”, “varões”, homens, também “barões”, fidalgos, que são “assinalados”, famosos por seus feitos, com a honra e a glória históricas das armas que o canto épico começa a eternizar. Assim, a expressão “armas e barões assinalados” é uma antecipação, uma síntese prévia da matéria, do gênero e do estilo do poema, matéria que o poeta realça gramaticalmente como objeto direto posto antes de tudo como os dois primeiros termos épicos da proposição. Assim, o eventual leitor de Camões deve observar que já no primeiro verso o poema fornece o protocolo da leitura adequada. Logo, também deve saber que o verbo desse objeto direto aparece somente quinze versos depois, “espalharei”, no verso “Cantando espalharei por toda parte” (“As armas e os barões assinalados”), porque o poeta ocupa os primeiros quatorze versos para detalhar sua longa matéria histórica: a história de Portugal do século XII ao século XVI e a viagem de Vasco da Gama à Índia, no final do século XV, como as ideias principais condensadas e anunciadas em “armas e barões”.

Em qualquer leitura, o leitor tem de descomplicar a complicação do texto e, para isso, tem de operar as implicações dele: tem de dominar repertórios de informação muito variados. No caso de *Os Lusíadas*, esquemas de ação verbal, como a informação de que o canto é composto com engenho, a faculdade intelectual do juízo, e com arte, os preceitos técnicos do gênero. Também tem de conhecer normas de regulação social do tempo de Camões, como a oposição de honra fidalga a vulgaridade mercantil. E informações factuais, como as relativas aos contatos portugueses com lugares da África Oriental, como Melinde, Mombaça, Sofala etc. E referências poéticas, versos e personagens de Homero, Virgílio, Ovídio, Horácio, Boiardo, Ariosto etc. E referências mitológicas, deuses olímpicos, ninfas aquáticas e seus atributos. E referências filosóficas, teológicas, éticas, hagiográficas, categorias e classificações que remetem a leitura para os sistemas simbólicos de várias tradições transformadas metaforicamente no poema.

A significação de cada palavra é obtida por uma hipótese que o leitor constrói com procedimentos de seleção, redução, equivalência, tradução e contextualização dos significados dos termos que relaciona na sequência. Evidentemente, o texto relaciona

o significado de termos, e, no caso de Camões, versos e episódios com interpretações culturais contemporâneas que especificam o que é verdadeiro e verossímil. As interpretações prescrevem e determinam associações que hoje, quando o mundo de Camões está extinto, não são evidentes. Por isso, o leitor tem de fazer uma hipótese arqueológica sobre a relação horizontal ou presente dos termos e dos versos; e também sobre as relações deles com referências ausentes, imitadas, citadas, estilizadas ou parodiadas. Para isso, o leitor deve preencher os vazios semânticos que se produzem na justaposição e na distância dos termos e também no estilo, nas referências a poetas, filósofos, historiadores, geômetras e astrônomos antigos. E também deve observar a alternância da narração épica, em que o poeta conta a ação diretamente, e da encenação dramática, em que personagens como Vasco da Gama e Paulo da Gama falam. O leitor deve se orientar pelo modo específico da invenção da forma, enfim, entendendo a forma como produto artificioso de um ato de fingir ordenado por preceitos miméticos do gênero épico que transformam a matéria histórica do reino de Portugal. Pareceria até impossível ler considerando todas essas coisas, mas o leitor sempre lê, de um modo ou de outro, reconstituindo essa estrutura fundamental determinada pelo gênero e refazendo a cada momento as escolhas feitas pelo poeta, e, simultaneamente, fazendo as associações da sua liberdade de leitor, sempre limitada pelas regras dessa estrutura. Como disse, há sempre um desnível entre a enunciação do texto e a leitura dele e a significação produzida tende a ser uma tensão de fechamento e abertura, clareza e hermetismo, determinação e indeterminação. A leitura transforma o poema e o livro em um valor de uso inesperado, produzido como introdução de indeterminação semântica na determinação semiótica do discurso. A significação do texto de ficção não se esgota na interpretação temporalmente variável que fazemos dele. Mas, em qualquer leitura, que é por definição variável, o leitor deve encontrar a estrutura básica do texto, que permite justamente a comunicação do ato da sua invenção com a sua leitura. Isso também define o que é um livro.

### Referências

- BORGES, Jorge Luis. "Pierre Menard, autor de *Quixote*." In: *Obras completas*. Trad. Carlos Nejar. São Paulo, Globo, 1999, v. 1, p. 490-498.
- DELEUZE, Gilles. *Nietzsche et la philosophie*. Paris, PUF, 1962.
- LIMA, Luís Costa (trad. e org.). *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1979.
- LIMA, Luís Costa (trad. e org.). *Teoria da literatura em suas fontes*. 2. ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983, 2 v.
- VIEIRA, Antônio. "Sermão de Santo Antônio." In: *Sermões*. Lisboa, Lello & Ir., 1951, v. 7, p. 175-223.

# Taxonomias como objetos de fronteira

## *Taxonomies as Boundary Objects*

**Nina Gomes Sobral Barcellos d'Almeida** | ninabarcellos@id.uff.br

Graduada em Biblioteconomia e mestranda em Ciência da Informação pela UFF

**Resumo** Com as novas características advindas dos estudos interdisciplinares, se faz necessário a investigação de soluções para a organização do conhecimento de forma que corresponda às necessidades geradas a partir do encontro de áreas e domínios diferentes. Este trabalho se dedica a investigar as etapas de elaboração de taxonomias à luz das características dos objetos de fronteira, a fim de contribuir para a elaboração de taxonomias que se coloquem como objetos de fronteira, facilitando o entendimento conceitual entre áreas e domínios em estudos interdisciplinares.

**Palavras-chave** taxonomia; objeto de fronteira; interdisciplinaridade; hiperespecialização; organização do conhecimento

**Abstract** With the new characteristics arising from interdisciplinary studies, it is necessary to investigate solutions for the organization of knowledge in a way that corresponds to the needs generated from the meeting of different areas and domains. This work is dedicated to investigate the stages of elaborating taxonomies in the light of the characteristics of border objects, in order to contribute to the elaboration of taxonomies that place themselves as border objects, facilitating the conceptual understanding between areas and domains in interdisciplinary studies.

**Keywords** taxonomy; interdisciplinarity; hyperspecialization; knowledge organization; taxonomy elaboration

## 1. Introdução

Historicamente, temos duas culturas se desenvolvendo e se reproduzindo sob a prática do desenvolvimento científico, uma de compartilhamento do conhecimento entre áreas e domínios diferentes, onde as especialidades dialogam e se desenvolvem, inclusive, a partir da troca de seus acúmulos e outra, que fomenta a troca de conhecimento no interior de sua própria esfera de inserção ou com, no máximo, áreas e domínios com temas afins bem próximos. O que nos ajuda a chegar à conclusão que essas áreas e esses limites delimitados de estudo estão mais separados pelos hábitos dos próprios pesquisadores, do que por condições ontológicas objetivas (LEIS, 2005).

A prática de isolar o compartilhamento do conhecimento científico em sua própria especialidade segue a linha lógica do pensamento reducionista que defendia que era possível explicar todos os objetos, fenômenos e sistemas a partir da redução deles às suas partes mais simples gerando a hiperespecialização (SOMMERMAN, 2005). O desenvolvimento dessa prática de fragmentação das áreas, a partir da segunda metade do século xx, se mostrou insuficiente para a resolução das questões que se apresentavam, como “na busca pela compreensão da realidade, ao passo em que a formação humana em si exigia e exige uma completude frente ao mundo que não se apresenta fragmentado” (LIMA; AZEVEDO, 2013, p. 128).

A partir do momento que se constatou que a delimitação e a restrição das áreas e do compartilhamento de conhecimento não dariam conta de responder às novas inquietações, abriu-se espaço para a construção de um novo paradigma de ciência, de produção de conhecimento, abriu-se espaço para a interdisciplinaridade (LIMA; AZEVEDO, 2013).

Assim, a interdisciplinaridade entrou no vocabulário da investigação científica e dos novos modelos de comunicação entre pares (POMBO, 2004). Foi possível ampliar a atuação de cada domínio de conhecimento, assim como diversas áreas começaram a atuar sobre o mesmo objeto de estudo, com objetivos que se tangenciam, porém com pontos de vistas diferentes. O que implica na colaboração entre pessoas com diferentes formações e vocabulários.

Uma abertura criada com a hiperespecialização é a condução das disciplinas às fronteiras com as outras disciplinas, suscitando assim transferências de conceitos e de métodos (SOMMERMAN, 2005). Com isso, mostrou-se cada vez mais necessário uma razão complexa, que busque estabelecer relações e diálogos entre polos cada vez mais amplos dentro das disciplinas e entre os saberes (SOMMERMAN, 2005).

Conceitos amplos e específicos característicos de uma área podem ser usados por diversas áreas ou especialidades e se desdobraram em diversas interpretações e usos. Por exemplo, Arquitetura e Geografia, cujos respectivos corpos disciplinares se debruçam, aparentemente, sobre o mesmo conceito – o espaço (LEITÃO;

LAZERDA, 2013). Ou a Astronomia, que possui diversas variações de conceitos para espaço, por exemplo, espaço aberto, significante de “espaço de volume infinito sem nenhum limite, no contexto cosmológico” (MOURÃO, 1987, p. 278). Sendo ‘espaço’ possuidor de características diferentes em sua utilização dentro do contexto da Geografia, da Arquitetura e da Astronomia, porém possuidor também de características comuns, que perpassam todas essas áreas.

Quando se quer discutir um problema, entre áreas diferentes, a ideia normalmente é a mesma: juntar pessoas de diferentes áreas do conhecimento em círculo para conversar e debater, como se essa prática automaticamente criasse uma aproximação das perspectivas, uma discussão mais rica e mais interdisciplinar (POMBO, 2004).

Na maioria dos casos, essa prática deixa em evidência a incapacidade que existe em ultrapassar os princípios discursivos, as perspectivas teóricas e os modos de funcionamento das áreas e dos pesquisadores (POMBO, 2004), característica gerada a partir da divisão do conhecimento em domínios e da hiperespecialização desses domínios.

Com essas novas características da sociedade contemporânea, se tornam necessários novos instrumentos de identificação das fronteiras dos conhecimentos, a fim de evitar sobreposições, omissões ou supressão de pontos de vista dentro de um estudo interdisciplinar.

Na realidade, em um trabalho realizado conjuntamente entre áreas ou domínios diferentes, será necessário um esforço dos profissionais para a padronização das definições dos conceitos utilizados, e não apenas sentar em círculo para debater, em outras palavras, será necessário um trabalho cooperativo para que as definições dos conceitos abarquem as características comuns a todas as áreas envolvidas no desenvolvimento do trabalho, ao mesmo tempo em que respeite as especificidades de atuação do conceito dentro cada área e suas diferentes implicações e desdobramentos.

Hoje, é significativo que a investigação de uma pesquisa se faça cada vez mais, não só no interior de uma disciplina especializada, mas no cruzamento das suas hipóteses e resultados com as hipóteses e os resultados de outras disciplinas (POMBO, 2004). O diálogo entre as hiperespecializações, ou a interdisciplinaridade está emergindo como uma necessidade das áreas, pois a partir de determinado momento, o progresso da própria especialização exige o cruzamento, a articulação entre domínios (POMBO, 2004).

O foco dessa pesquisa é voltado para a construção de taxonomias a serviço da organização do conhecimento de domínios onde existam conceitos de naturezas distintas, em organizações e estudos interdisciplinares, ou complexos, decorrentes de estudos interdisciplinares ou multidisciplinares. A interdisciplinaridade, por sua vez, é construída na prática da pesquisa, quando ao invés da condição individual de conhecimento se abre espaço para a troca do trabalho entre disciplinas e seus diferentes métodos (NOVO, 2010).

## 2. Desenvolvimento

Esta seção está dividida em quatro tópicos, a saber: taxonomias, objetos de fronteira, elaboração de taxonomias e reflexões sobre a elaboração de taxonomias como objeto de fronteira, com o objetivo de facilitar o entendimento sobre a pesquisa realizada e tornar dinâmica a leitura sobre os conceitos utilizados.

### 2.1. Taxonomias

Taxonomia segundo Campos e Gomes (2008), é, por definição, classificação sistemática e está sendo conceituada no âmbito da Ciência da Informação como ferramenta de organização intelectual. O uso de taxonomias tem sido adotado por permitir acesso através de uma navegação em que os termos se apresentam de forma lógica, possibilitando recuperar informações dentro de um sistema (CAMPOS; GOMES, 2008).

Segundo Gomes (2014, p. 1), ‘taxis’ (do grego) significa organizar, estabelecer uma ordenação, em sentido mais amplo, classificar; e ‘nomia’ significa método. Como as taxonomias não são neutras, seu recorte é determinado pelas características da organização a que servem (CAMPOS; GOMES, 2007). Enquanto estrutura classificatória de organização intelectual, representam os propósitos de dado contexto, dessa forma, podem ser diferentes dependendo do tipo de organização e informação que pretendem representar (CAMPOS; GOMES, 2007).

Segundo Campos e Gomes (2007) existem três tipos principais de taxonomia: canônica; de domínio e de processos e tarefas gerenciais. A taxonomia canônica é de classificação binária (dicotômica) de unidades sistemáticas (família, gênero e espécie) (CAMPOS; GOMES, 2007). As últimas duas se referem a taxonomias policotômicas (CAMPOS; GOMES, 2007), as que nos interessa neste trabalho.

O uso das taxonomias policotômicas se faz necessário para representar domínios de conhecimento onde existam conceitos de natureza diversa, uma vez que fornece princípios para agrupar os conceitos de mesma natureza em quantas classes gerais ou facetadas forem necessárias para representar todas as naturezas dos conceitos de determinado domínio (CAMPOS; GOMES, 2008).

Benildes Maculan (2014), sobre taxonomias policotômicas afirma: “uma taxonomia facetada pode ser construída sob múltiplos critérios, facilitando a recuperação da informação, pois cada documento pode ser etiquetado sob diferentes categorias” (MACULAN, 2014, p. 72). Sobre as facetadas, Maculan (2014), diz: “nesse caso, cada faceta na taxonomia é uma dimensão diferente ou um campo de registro [...] distinto” (MACULAN, 2014, p. 71). A autora ainda complementa: “essa característica facilita a comunicação entre os pares, fornece visibilidade ao conhecimento acumulado e permite a transferência de informação” (MACULAN, 2014, p. 72).

Ao contrário do princípio dicotômico, a construção de taxonomias policotômicas possibilita que um elemento possa ser associado a tantas classes e subclasses quanto necessárias dentro de um domínio especializado. (CAMPOS; GOMES, 2007). Seu princípio classificatório se baseia no princípio de categorias conceituais e possibilita uma organização que representa classes de conceitos com um princípio de divisão sem priorizar nenhum dos aspectos, sendo os níveis subsequentes uma especificação do primeiro. Efetivamente representam os diversos aspectos que ocorrem em determinado campo de saber, permitindo agregar e acessar informações sob diversos aspectos (CAMPOS; GOMES, 2007).

As taxonomias, assim como os tesouros, são instrumentos que fazem uso de uma estrutura sistemática, e essa sistematização pode ser feita de acordo com diferentes princípios classificatórios. Para a elaboração de tesouros contamos com uma evolução de padrões, evidenciando duas vertentes com princípios classificatórios diferentes (MEDEIROS, 2010). Uma é elaborada nos Estados Unidos e privilegia a forma alfabética (MEDEIROS, 2010). É desenvolvida a partir do aumento do fluxo informacional, com objetivo de controlar o vocabulário necessário para o desenvolvimento do cabeçalho de assunto (MEDEIROS, 2010). Dessa forma, se introduziu um novo modelo, de um sistema pré-coordenado que se baseia no unitermo (uma única palavra) para um sistema pós-coordenado (CAMPOS; GOMES, 2006). Medeiros, (2010, p. 39), explica que o sistema unitermo considera que autores e usuários compartilham uma terminologia comum dentro de determinada área do conhecimento, assim o usuário necessariamente conheceria o ponto de acesso adequado à sua pesquisa.

Até o início dos anos 60, os tesouros possuíam somente o arranjo alfabético, incapaz de representar bem as relações que podem ser úteis entre os termos (CAMPOS; GOMES, 2006). A partir dessa mesma década, a indexação alfabética por assunto recebe a influência da teoria da classificação facetada, criada por Ranganathan, dando origem a segunda vertente (MEDEIROS, 2010).

Com a Teoria da Classificação Facetada (RANGANATHAN, 1937), Ranganathan foi o primeiro a introduzir a noção de categoria aos sistemas de classificação (CAMPOS; GOMES, 2007). Dessa forma foi possível agregar conceitos de naturezas distintas, separando-os por categorias. Ele mesmo propõe cinco categorias fundamentais, que seriam as mais genéricas possíveis, para assim se manifestar de formas diversas, sendo capazes de representar todos os objetos do mundo até então conhecidos pelo homem, em todo e qualquer universo de assunto (CAMPOS; GOMES, 2007). A partir dos estudos europeus sobre tesouros, essa teoria possibilitou o uso das categorias como princípio norteador para a organização dos conceitos (CAMPOS; GOMES, 2006), representados por termos, dividindo-os em classes segundo sua natureza, permitindo assim, agregar conceitos de naturezas distintas, por exemplo, processos e coisas (matéria).

Nas palavras de Campos e Gomes (2006), “as categorias fundamentais permitem o correto posicionamento dos conceitos nas classes e assim, a organização de domínio” (p. 349).

A partir da década de 80, com a teoria do conceito de Dalhberg (1978), os tesouros passaram a incluir princípios relacionados ao conteúdo conceitual dos termos e suas definições (CAMPOS; GOMES, 2006).

O vocabulário do tesouro, assim como o da taxonomia, não é construído em linguagem natural. Cada termo é entendido como signo verbal que designa um referente. Em outras palavras, os termos denotam conceitos e a análise desse referente se dá a partir do domínio em que se insere (CAMPOS; GOMES, 2006). O método de categorização e o entendimento do conteúdo conceitual do termo são elementos norteadores para elaboração de tesouros conceituais (CAMPOS; GOMES, 2006).

Nas palavras de Campos e Gomes (2006), “o tesouro conceitual seria, então, um tesouro com base em conceitos: seu nome indica que cada termo denota um conceito, ou seja, uma unidade de conhecimento.” (CAMPOS; GOMES, 2006, p. 349).

Assim como o tesouro, a taxonomia possui uma estrutura hierárquica e no ponto de vista deste trabalho, essa hierarquia, assim como no tesouro conceitual, deve se basear no conceito. Como as taxonomias e os tesouros são instrumentos que possuem estrutura sistemática, logo os princípios classificatórios adotados para a formação de hierarquias nos tesouros também podem se aplicar às taxonomias.

Uma taxonomia consiste em termos/conceitos e relações hierárquicas ou partitivas (GOMES, 2014). Enquanto padronização do vocabulário de uma área facilita a interoperabilidade e o intercâmbio de informações entre diferentes serviços, contribuindo para resolver questões como: dificuldade em usar um dado já existente em outra organização ou domínio; falta de acesso a outros sistemas ou partes de sistemas de informação; incompatibilidades de sistemas de informação ou dificuldade de estabelecer uma linguagem comum entre diversas organizações ou domínios e seus sistemas (GOMES, 2014).

Os termos numa taxonomia carregam um significado e um contexto de uso. O termo denota o conceito em nível de abstração. Um conceito por sua vez, possui características e as características possuem força estruturante resultando nas relações hierárquicas e partitivas (GOMES, 2014). Ou seja, a taxonomia pode estar presente em diferentes ambientes e serviços estruturando e organizando o conhecimento registrado, organizando conjuntos de informação ou documentos a fim de facilitar as buscas, padronizando a terminologia, auxiliando o usuário a localizar informação nos recursos disponíveis e pode ser instrumento de uso interno para auxílio da indexação e de gestão (GILCHRIST, 2003; LAMBE, 2007, apud GOMES, 2014).

## 2.2. *Objetos de fronteira*

A teoria de objetos de fronteiras foi proposta inicialmente em 1989, por Leigh Star e Griesemer (1989) num projeto de estudo sobre práticas informacionais no Museu de Zoologia de Vertebrados de Berkeley, utilizando aportes teóricos da Sociologia (CAMPOS, 2018, p. 5). Essa teoria propõe a existência de objetos que são pontos de ligação entre comunidades, desde que construídos cooperativamente e respeitando os pontos de vista e necessidades informacionais de cada mundo social (CAMPOS, 2018). A teoria adota uma abordagem ecológica, permitindo assim diversos pontos de vista, sem privilegiar um viés em detrimento aos demais.

Campos (2018) explica mundos sociais definindo-os como universos de discurso que englobam não só aspectos de comunicação e simbolização como também atividades, tecnologias, locais, compromisso conjunto na realização de tarefas e o compartilhamento de recursos existentes.

Os objetos de fronteira servem para mediar interações, ao mesmo tempo em que essas interações ajudam a construir em conjunto o significado conceitual desses objetos (TROMPETTE; VINCK, 2009). Segundo Star (2010), os objetos de fronteiras surgem em infraestruturas orgânicas com base nas percepções locais de grupos diferentes de usuários que desejam trabalhar de forma cooperativa, das necessidades de informação e de requisitos de trabalho.

Na visão ecológica que a teoria se propõe a seguir a unidade de análise é a instituição como um todo e não cada um dos pontos de vista dos universos de discursos.

Segundo Campos (2018, p. 6), a noção de mundos sociais refere-se a grupos de trabalho que não têm limites de atuação claramente definidos, nem uma organização formal e estável, desenvolvendo-se através de suas interações sociais.

O interacionismo simbólico americano, que ainda segundo Campos (2018, p. 6) teve origem no trabalho de George Herbert Mead e foi continuado por Herbert Blumer, também é um aporte teórico para a teoria dos objetos de fronteira, uma vez que:

[...] assume que os objetos dos mundos sociais são fruto de uma interação simbólica entre as pessoas desses mundos, podendo ser agrupados em três categorias: objetos físicos (ex: uma cadeira), objetos sociais (ex: papéis desempenhados por pessoas), objetos abstratos (ex: doutrinas filosóficas). (BLUMER, 1969 apud CAMPOS, 2018, p. 6)

Para entendermos objetos de fronteira precisamos entender o termo comunidade prática, que: 1) compartilha uma área comum de preocupações 2) interage regularmente dentro de um conjunto de normas e relações específicas da comunidade e 3) possui um repertório compartilhado de recursos como linguagem, métodos, ferramentas, histórias ou outros artefatos (ABRAHAM, 2013).

A característica fundamental das comunidades práticas é a prática, que aqui entendemos como uma interação regular com um repertório de recursos compartilhados para trabalhar numa área comum de preocupação, não realizando necessariamente o mesmo trabalho (CAMPOS, 2018).

Objetos de fronteira podem ser abstratos ou artefatos físicos que comportam o compartilhamento do conhecimento e promove interfaces para a coordenação de conteúdo entre comunidades de diferentes práticas (CAMPOS, 2018).

Em relação a estudos interdisciplinares, Judith Simon (2007) explica que os objetos de fronteira são objetos ou procedimentos com os quais os envolvidos em áreas diferentes têm familiaridade e que por vezes, traduzem as diferentes perspectivas, disciplinas ou estilos de pensamento. Logo, ao se pensar projetos interdisciplinares, os objetos de fronteiras devem ser considerados para fomentar a comunicação entre as diversas disciplinas que podem estar envolvidas (SIMON, 2007, p. 150).

Na literatura existem diferentes definições para objetos de fronteira, o autor Ralf Abraham resumiu algumas definições apresentadas abaixo no Quadro 1.

**Quadro 1** Definições de objeto de fronteira

Autores	Definição
Star e Griesemer, 1989	Os objetos de fronteira são objetos que podem ser plásticos o suficiente para se adaptar as necessidades locais e as restrições das instituições que se inserem e, ao mesmo tempo, robustos para manter uma identidade comum através de diferentes domínios. São estruturados de forma flexível e frágil para uso comum e se tornam estruturas fortes e firmes quando usadas internamente nos domínios. São objetos que podem ser abstratos ou concretos e que têm diferentes significados entre diferentes domínios (mundos sociais) mas sua estrutura é comum o suficiente para que mais de um domínio o reconheça sem precisar de traduções.
Karsten et al., 2007.	Objetos de fronteira são objetos físicos como desenhos de design, mapas, contratos, materiais de aprendizado, utilizados para facilitar a cooperação enquanto permite interpretações variadas.
Dosgson et al., 2007	Objetos de fronteira mediam as interações entre diferentes domínios (mundos sociais, comunidades práticas) fornecendo uma base comum para os trabalhos sobre a solução de problemas.

Winter e Butler, 2011	Ao identificar os “menores denominadores comuns”, pontos críticos de concordância ou superfície de referências compartilhadas, os objetos de fronteira fornecem uma plataforma suficiente (necessária) para a ação cooperativa sem exigir que os indivíduos envolvidos abandonem suas distintas perspectivas, posições e a prática que seu mundo social base.
Nicolini et al., 2012	Objetos de fronteira são definidos por sua capacidade de servir como pontes de ligação para mundos sociais e culturais que se cruzam e se conectam. São fixos e significativos para todos os mundos sociais envolvidos, criando condições para a colaboração entre eles enquanto, por meio da flexibilidade interpretativa não requerem compartilhamento profundo obrigatório.

Fonte: ABRAHAM, 2013. Tradução nossa.

Com base nessas definições frisamos os dois aspectos centrais dos objetos de fronteira: a consistência de identidade nos menores identificadores comuns e a flexibilidade interpretativa (ABRAHAM, 2013).

Por consistência de identidade nos menores identificadores comuns entendemos pontos chaves comuns entre comunidades práticas, aqueles pontos que ligam dois ou mais universos de atuação.

Já como flexibilidade interpretativa, entendemos a plasticidade exposta por Star (1989), funcionando como interfaces entre comunidades práticas capazes de coordenar o trabalho cooperativo, assim os objetos de fronteira propiciam um ponto de referência em comum entre as comunidades práticas. Dessa forma é possível que cada comunidade se envolva de forma mais detalhada ou menos detalhada com os objetos de fronteira.

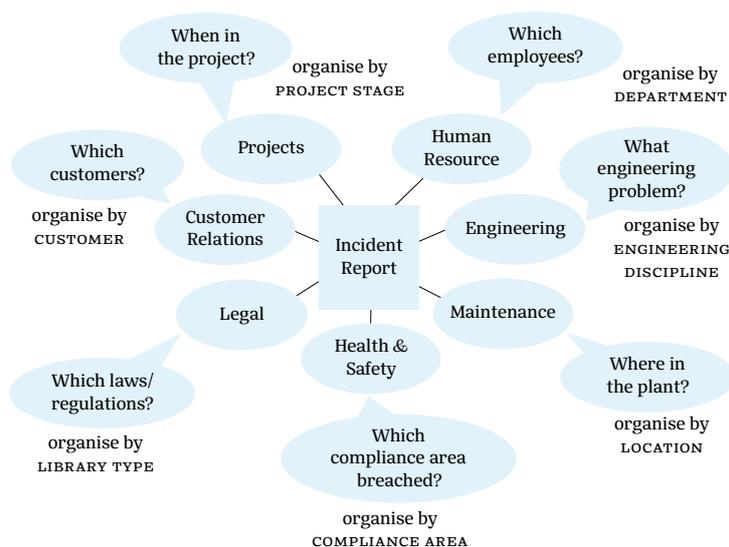
Ainda podemos também distinguir três tipos de fronteiras de conhecimento entre comunidades práticas: sintáticas, semânticas e pragmáticas (ABRAHAM, 2013, p. 4). As sintáticas existem devido ao vocabulário próprio de cada comunidade prática, que podem ser cruzados fornecendo a mais de uma comunidade um léxico comum, ou seja, introduzindo uma terminologia comum entre as comunidades (ABRAHAM, 2013, p. 4). Para cruzar as fronteiras semânticas, as comunidades envolvidas devem criar além da terminologia comum, um significado comum, identificando suas diferenças e dependências. Já uma fronteira pragmática fala não só das diferenças de significado, mas também de interesses, nesse caso os objetos de fronteira suportam um processo de negociação, para que as comunidades envolvidas tentem encontrar uma solução mutuamente aceitável para alcançar interesses comuns (ABRAHAM, 2013, p. 4).

Em qualquer caso, os objetos de fronteira emergem de objetos existentes nas instituições e sua adoção enquanto “de fronteira” depende de uma série de fatores, tais como compartilharem práticas ou métodos, recursos, etc. Esses fatores não são

fixos e podem mudar de acordo com as situações, fazendo com que as características essenciais, as que foram necessárias para a adoção desse conceito, deixem de existir e, portanto, esse objeto não seja mais considerado como interseção entre as comunidades práticas.

Lambe (2007) exemplifica as taxonomias como objetos de fronteira a fim de conectar grupos diferentes no contexto de uma pequena fábrica industrial. Sempre que algo fora do comum acontece na fábrica é gerado um relatório de incidente. O diagrama presente na figura 1 ilustra as diferentes perspectivas dos grupos envolvidos na empresa sobre os relatórios de incidentes, grupos esses que requerem formas distintas de acesso e organização (LAMBE, 2007, p. 62).

**Figura 1** Diferentes perspectivas dos relatórios de incidentes



Fonte: LAMBE, 2007.

No cenário apresentado, uma taxonomia com estrutura de árvore não daria conta de acomodar as perspectivas e contextos diferentes, logo não funcionaria apropriadamente como objeto de fronteira (LAMBE, 2007, p. 63). Já a taxonomia facetada fornece a estrutura necessária com base nos menores identificadores comuns.

No caso da fábrica industrial, o relatório de incidente já fornece as condições necessárias para interação dos grupos nos limites das fronteiras internas da empresa, oferecendo o contexto para a construção de uma taxonomia facetada, que por sua vez, fornece o acesso ao documento sob diversas facetas, através de uma estrutura que todas as partes reconhecem e podem interagir de acordo com seu trabalho. Fornecer uma estrutura padronizada comum ajuda a garantir a uniformidade entre

os departamentos no tratamento dos relatórios de incidente, evitando que esses relatórios se espalhem e se multipliquem sem um registro coerente e completo, além de propiciar que cada grupo de trabalho possa recuperar e organizar os mesmos relatórios da maneira que melhor reflita seu trabalho (LAMBE, 2007, p. 63).

### *2.3. Recomendações para elaboração de taxonomias*

a taxonomia é um modelo de representação do conhecimento, para tanto, precisamos ter em mente as possibilidades de representação disponíveis. Para sua elaboração, é necessário seguir etapas, considerar prováveis aplicações e ter alguns entendimentos pré-estabelecidos. Nesse sentido, analisamos na literatura as etapas e tarefas ligadas a construção de taxonomia, para assim, termos uma visão mais abrangente e consolidada a respeito das possíveis etapas e tarefas para a construção de taxonomia levando em consideração seu papel enquanto objeto de fronteira.

Através de duas referências: *Taxonomia e Classificação: o princípio de categorização*, de Campos e Gomes (2008); e *Práticas de elaboração de taxonomias*, de Vital e Café (2007), as recomendações gerais com etapas e tarefas para elaboração de taxonomias foram sistematizadas nos quadros a seguir com o intuito de facilitar o entendimento do caminho a ser percorrido para a efetiva construção das taxonomias.

Nos quadros 2 e 3, temos a coluna 1 que se refere às etapas propostas pelas autoras e coluna 2 se dedica às tarefas identificadas nos textos. O quadro 2 se refere ao trabalho de Campos e Gomes (2008) sobre elaboração de taxonomia e o quadro 3, ao trabalho de Vital e Café (2007) sobre elaboração de taxonomia.

Campos e Gomes (2008), quando tratam de elaboração de taxonomia, ressaltam três princípios básicos de classificação adotados pelas taxonomias. O princípio da categorização para a apresentação sistemática; cânones, para o trabalho no plano das ideias e os princípios para ordenação das classes e seus elementos.

A respeito da elaboração geral das Taxonomias, Campos e Gomes (2008), apresentam quatro etapas. A primeira que se dedica à captura do conhecimento, através de entrevistas com especialistas da área, de documentos existentes na instituição e de outros instrumentos classificatórios ou terminológicos. A segunda etapa trata da análise dos documentos/informações que serão agregados à taxonomia. Nessa etapa se evidencia a diferença entre a construção de taxonomias para representar o conhecimento de uma área e a construção de taxonomias para organizar e recuperar documentos.

A terceira etapa, primeiramente resalta a importância de definir a tipologia de taxonomia que será representada, de domínio ou voltada para representação de processos e tarefas gerenciais, para que então se estabeleçam os princípios básicos de classificação adotados nas taxonomias para a formação da estrutura classificatória.

A quarta e última etapa, é a validação, que se apresenta para certificação da proposta classificatória, visando atender as necessidades da comunidade para as quais se destina e para transferir o conhecimento do processo de realização (CAMPOS; GOMES, 2008, p. 17).

Já segundo Café (2007), existem cinco grandes etapas para a construção das taxonomias. A primeira é o estabelecimento das categorias gerais (facetas). A segunda é coleta dos termos. Seguida então, pela terceira etapa que diz respeito a análise os termos selecionados. A quarta é o controle da diversidade de significação e por fim, a quinta, que aborda a construção dos relacionamentos semânticos (CAFÉ, 2007).

Identifica-se assim, que em relação ao método de raciocínio, Café (2007) já parte do pressuposto do raciocínio dedutivo estabelecendo em primeiro momento, classes gerais, apesar de no seu texto defender que o estabelecimento dessas categorias deve ser através tanto da abordagem indutiva quanto da dedutiva. O estabelecimento das categorias gerais se mostra no texto de Café (2007) como pertinente em sua aplicação tanto na representação da informação (classificação ou indexação) quanto na organização da informação recuperada do acervo.

Sobre a coleta de termos, Café (2007), indica a consulta à literatura especializada ou classificações existentes na organização como recurso auxiliar. Defende que os princípios da garantia literária e garantia de uso devem ser levados em consideração, uma vez que os termos precisam fazer sentido para o grupo de usuários e para isso, a literatura oferece um respaldo necessário. Na terceira etapa, indica a análise dos termos selecionados, padronizando-os, por exemplo, singular e plural, abreviaturas, nomes populares e científicos, entre outros. Café (2007) coloca o controle da diversidade de significação na quarta etapa, realizando a neutralização da ambiguidade (polissemia e homonímia) através, por exemplo, da contextualização do significado do termo. Por fim, indica a construção dos relacionamentos semânticos, levando em consideração as relações semânticas de equivalência, hierárquicas e não-hierárquicas, assim como a poli hierarquia (CAFÉ, 2007).

Vale ressaltar que algumas etapas dos textos se aproximam, porém nem sempre na mesma ordem. Por exemplo, a etapa 2 e 5 de Vital e Café (2007) e são similares a etapa 3 de Campos e Gomes (2008).

**Quadro 2** Etapas e tarefas propostas por Campos e Gomes (2008)

<b>Etapas propostas por Campos e Gomes (2008)</b>	<b>Tarefas propostas por Campos e Gomes (2008)</b>
Etapa 1 – captura do conhecimento	Entrevista com especialistas, consulta a documentos e instrumentos classificatórios ou terminológicos existentes.
Etapa 2 – análise dos documentos	Selecionar as informações que serão adicionadas à taxonomia, expressando o conhecimento e a natureza dos documentos agregados – adequação das informações a terminologia apresentada na taxonomia.
Etapa 3 – estrutura classificatória	Elaborar a estrutura classificatória com base dos princípios teóricos de categorização, formação e ordenação de classes de conceitos (cadeias, renques e cânones). Explicitar os princípios pelos quais essas representações foram construídas. Investigar e definir a forma representacional e do software utilizado.
Etapa 4 – validação	Certificar a proposta classificatória a partir das necessidades que se pretendia atender das comunidades de usuários. Transferir o conhecimento do processo de realização.

Fonte: Autoria própria.

**Quadro 4** Etapas e tarefas propostas por Vital e Café (2007)

<b>Etapas propostas por Café (2007)</b>	<b>Tarefas propostas por Vital e Café (2007)</b>
Etapa 1 – estabelecimento de categorias gerais	Através do método dedutivo, estabelecer categorias gerais baseadas nas categorias fundamentais de Ranganathan (1967) por meio de trabalho em equipe entre especialistas, profissionais da informação e usuários. Através do método indutivo por consulta a literatura especializada como dicionários, tesouros, entre outros.
Etapa 2 – coleta de termos	Realizar consulta a literatura especializada ou as classificações já existentes. Utilizando a garantia de uso e a garantia literária como guia de coleta.

Etapa 3 – análise dos termos	Realizar a padronização da linguagem por singular/plural, abreviaturas e siglas, empréstimos linguísticos, nomes populares/científicos, gírias e jargões.
Etapa 4 – controle de significação	Neutralizar a ambiguidade linguística – controle de polissemia e homonímia através da contextualização do significado do termo ou de definições e notas de escopos e redes relacionais.
Etapa 5 – construção de relacionamento semântico	Construir relações semânticas de equivalência, hierárquica e não hierárquica (sequenciais) como a poli-hierarquia.

Fonte: Autoria própria.

#### *2.4. Reflexões sobre elaboração de taxonomias como objeto de fronteira*

A partir do levantamento teórico realizado em torno dos objetos de fronteira e sobre a elaboração de taxonomias exposto nas seções anteriores, algumas reflexões sobre a elaboração de taxonomias como objetos de fronteiras foram consideradas importantes.

Tanto as taxonomias comuns quanto as usadas como objetos de fronteira possuem convergências, por exemplo, na atenção ao usuário e no interesse de representar nos esquemas de classificação, o universo do conhecimento de forma menos arbitrária possível. Levando em consideração a atuação como objeto de fronteira, a taxonomia se preocupa em representar todos os pontos de vista envolvidos em seu recorde conceitual, uma vez que qualquer estrutura classificatória parte de recortes conceituais para sua elaboração.

Nas taxonomias encontramos a preocupação com a definição dos conceitos e com a construção da taxonomia policotômica se torna possível agrupar conceitos de naturezas diversas, dessa forma os dois aspectos centrais dos objetos de fronteira: a consistência de identidade nos menores identificadores comuns e a flexibilidade interpretativa (ABRAHAM, 2013), podem ser incorporadas na estrutura classificatória das taxonomias, quando o objetivo for taxonomia como objeto de fronteira.

Na elaboração de taxonomias no que tange a preocupação com o usuário, enquanto objeto de fronteira, essa preocupação se volta para a visão do todo e como as partes constroem esse todo, considerando todos os pontos de vista envolvidos, assim como suas documentações, instrumentos classificatórios e interações para a seleção das informações que serão adicionadas à taxonomia.

Por fim, frisamos a necessidade de explicitar os princípios pelos quais essas representações foram construídas.

### 3. Considerações finais

Com o desenvolvimento das ciências que se tornam mais específicas e ao mesmo tempo mais interconectadas, cresce o compartilhamento do conhecimento entre áreas e domínios diferentes, onde as especialidades precisam dialogar a partir da troca de seus acúmulos. Em outras palavras, diversas áreas começaram a atuar sobre o mesmo objeto de estudo, com objetivos que se tangenciam, porém, com pontos de vistas diferentes. Com essa característica se torna necessário buscar instrumentos que fomentem o diálogo e a comunicação entre áreas, avançando em alternativas que investiguem o comportamento da taxonomia como instrumento de comunicação e diálogo entre pólos distintos nas áreas do conhecimento e entre áreas do conhecimento, diminuindo desentendimentos e conflitos conceituais entre áreas com metodologias e vocabulários diferentes.

A partir deste trabalho, chegamos à conclusão que a taxonomia pode ser um instrumento para facilitar o diálogo e a produção de conhecimento ao assumir o papel de objeto de fronteira.

Esta pesquisa foi realizada para o trabalho de conclusão do curso de Biblioteconomia e Documentação da UFF e se encontra em desenvolvimento, uma vez que se trata de um levantamento inicial da visão das taxonomias enquanto objeto de fronteira, não tendo assim esgotado as análises sobre sua construção e suas possíveis contribuições para a organização do conhecimento.

Durante a realização dessa pesquisa alguns pontos chamaram atenção, como a falta de literatura nacional dentro do tema de objeto fronteira, a inconsistência na literatura sobre o termo taxonomia – que ainda se encontra como sinônimo de outros conceitos – e a complexidade atual de transpor e atualizar os instrumentos de classificação tradicionais para os novos desafios da organização do conhecimento.

### Referências

- ABRAHAM, R. *Development of Design Principles for Boundary Objects in Enterprise Transformation*. Tese de Doutorado. University of St. Gallen, 2015.
- ALBRECHTSEN, Hanne; JACOB, Elin K. *The Dynamics of Classification Systems As Boundary Objects for Cooperation in the Electronic Library*. *Library trends*, v. 47, n. 2, 1998.
- BLUMER, H. *Symbolic Interactionism*. New Jersey: Ed. Prentice-Hall, 1969.
- CAMPOS, Linair Maria. “Classificação de objetos de fronteira na organização do conhecimento e o papel das ontologias”. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 475-490, nov. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.18617/liinc.v14i2.4314>>. Acesso em: 3 dez. 2019.
- CAMPOS, Maria Luiza de Almeida; GOMES, Hagar Espanha. “Metodologia de elaboração de tesouro conceitual: a categorização como princípio norteador”. *Perspect. ciênc. inf.*, v. 11,

- n. 3, p. 348-359. Belo Horizonte: 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n3/a05v11n3>>. Acesso em: 24 nov. 2019.
- CAMPOS, Maria Luiza de Almeida; GOMES, Hagar Espanha. "Taxonomia e classificação: o princípio de categorização". *DataGramaZero. Revista de Ciência da Informação*, v. 9, n. 4, artigo 01. 2008. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/310865603/Campos-Gomes-Taxonomia-e-Classificacao-o-Principio-de-Categorizacao>>. Acesso em: 24 nov. 2019.
- CAMPOS, Maria Luiza de Almeida; GOMES, Hagar Espanha. "Taxonomia e classificação: a categorização como princípio". *VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*. Salvador: 2007. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--101.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2019.
- DAHLBERG, Ingetraut. "Teoria do conceito". *Ci. Inf.* Rio de Janeiro, 1978. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/115/115>>. Acesso em: 4 dez. 2019.
- GOMES, Hagar Espanha. *Classificação, tesouro e terminologia: fundamentos comuns*. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bit/tertulia/tertulia.htm>>. Acesso em: 3 dez. 2019.
- GOMES, Hagar Espanha. *Taxonomia e a web, construção e uso*. 2014. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bit/taxonomianaweb.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2019.
- GOMES, Hagar Espanha; MOTTA, Dilza Fonseca da; CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. *Revisitando Ranganathan: a classificação na rede*. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bit/revisitando/revisitando.htm>>. Acesso em: 2 dez. 2019.
- LAMBE, P. *Organizing Knowledge: Taxonomies, Knowledge and Organization Effectiveness*. Oxford: Chandos, 2007.
- LEIS, Hector Ricardo. "Sobre o conceito de interdisciplinaridade". *Caderno de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepes%20quisa/article/viewFile/2176/4455>>. Acesso em: 16 set. 2019.
- LEITÃO, Lúcia; LACERDA, Norma. *O espaço na geografia e o espaço da arquitetura: reflexões epistemológicas*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cm/v18n37/2236-9996-cm-18-37-0803.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2019.
- LIMA, Aline Cristina da Silva; AZEVEDO, Crislane Barbosa de. "A interdisciplinaridade no Brasil e o ensino de história: um diálogo possível". *Revista Educação e Linguagens*. 2013. Disponível em: <<http://www.fecilcam.br/revista/index.php/educacaoelinguagens/article/viewFile/644/380>>. Acesso em: 16 set. 2019.
- MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos. *Taxonomia facetada e navegacional: um mecanismo de recuperação*. Curitiba: Appris, 2014.
- MEDEIROS, Jackson da Silva. *Tesouros conceituais e ontologias de fundamentação: análise comparativa entre bases teórico-metodológicas utilizadas em seus modelos de representação de documentos*. Niterói, 2011. Disponível em: <[Mhttp://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/Dissert/Diss\\_JacksonMedeiros.pdf](http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/Dissert/Diss_JacksonMedeiros.pdf)>. Acesso em: 3 dez. 2019.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Interdisciplinaridade: funcionalidade ou utopia?* Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v3n2/04.pdf>>. 1994. Acesso em: 18 set. 2019.

- MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/19461108/ciencia-com-conciencia>>. Acesso em: 29 set. 2019.
- MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. *Dicionário Enciclopédico de astronomia e astronáutica*. Nova Fronteira, 1987. Disponível em: <[http://servidor.demec.ufpr.br/CFD/bibliografia/1987\\_Mourao%20-48%20Dicionario%20Enciclopedico%20de%20Astronomia%20e%20Astronautica.pdf](http://servidor.demec.ufpr.br/CFD/bibliografia/1987_Mourao%20-48%20Dicionario%20Enciclopedico%20de%20Astronomia%20e%20Astronautica.pdf)>. Acesso em: 23 dez. 2019.
- NOVO, Hildenise. “A taxonomia enquanto estrutura classificatória: uma aplicação em domínio de conhecimento interdisciplinar”. *PontodeAcesso*, Salvador: 2010. v. 4, n. 2, p. 131-156. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4103/3409>>. Acesso em: 15 nov. 2019.
- POMBO, Olga. *Interdisciplinaridade: ambições e limites*. Disponível em: <<http://webpages.fc.ul.pt/~ommartins/investigacao/interdisc%20excertos.htm>>. Acesso em: 19 set. 2019.
- RANGANATHAN, S. R. *Prolegomena to Library Classification*. Madras Library. Londres: 1937. Disponível em: <<https://archive.org/details/in.ernet.dli.2015.281864/page/n1>>. Acesso em: 4 dez. 2019.
- SIMON, Judith. *Probing Concepts: Knowledge and Information as Boundary Objects in Interdisciplinary Discourse*. Disponível em: <[http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/09/147-158\\_Simon.pdf](http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/09/147-158_Simon.pdf)>. 2005. Acesso em: 20 jun. 2019.
- SOMMERMAN, Américo. “Complexidade e transdisciplinaridade”. Disponível em: <<http://www.ufrj.br/leptrans/arquivos/complex.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2019.
- TROMPETTE, P.; VINCK, D. “Revisiting the Notion of Boundary Object”. *Revue d'anthropologie-desconnaissances*, v. 3, n. 1, p. 3-25, 2009.
- VITAL, Luciane Paula; CAFÉ, Ligia Maria. “Práticas de elaboração de taxonomias: análise e recomendações”. *VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*. Salvador 2007. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--141.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2019.



# **Turismo e Biblioteconomia:** subsídios para uma reflexão acerca da atratividade em bibliotecas

*Tourism and Library Science: Subsidies for a  
Reflection on Attractiveness in Libraries*

**Márcia Cavalcanti Moreira** | marciacavalcanti@id.uff.br

Graduada em Biblioteconomia pela UFF e em Turismo pela UFRRJ

**Resumo** As bibliotecas exercem um importante papel informacional, patri-  
monial e cultural na sociedade e rece-  
bem muitas visitas diariamente por  
diversos motivos. A visitação turística  
em bibliotecas é um fenômeno associado  
ao turismo cultural e ao turismo literá-  
rio, cuja importância está em promover  
e estender seus serviços para um públi-  
co cada vez mais amplo e diferenciado.  
Nesse contexto, o bibliotecário tem que  
lidar com essas demandas e questões  
turísticas de forma a atender a missão  
da biblioteca mesmo não havendo, ainda,  
diretrizes teóricas e práticas exclusivas  
para se gerir o turismo em bibliotecas.  
Partindo-se de uma constatada carência  
de literatura, essa pesquisa propõe-se  
a oferecer subsídios para uma refle-  
xão sobre a relação entre bibliotecas e  
turismo, no âmbito de sua atratividade  
e potencialidade, investigando de que  
forma as bibliotecas podem atuar nesta  
relação. Para tanto, foi delineado uma  
pesquisa exploratória que se valeu de

levantamento bibliográfico e documental  
e um estudo de caso no Real Gabinete  
Português de Leitura do Rio de Janeiro.  
Como resultados são apresentados um  
quadro-síntese de indicadores para ana-  
lisar a atratividade turística das biblio-  
tecas, de acordo com sua capacidade de  
atrair visitantes, formas de interação  
para que estes vivenciem seus significa-  
dos culturais, garantias das condições  
adequadas para a visita, disponibili-  
zação de serviços necessários para a  
permanência do visitante na biblioteca  
e definição das circunstâncias para que  
a visita aconteça. Por fim, uma análise  
destes fatores é realizada no âmbito do  
Real Gabinete Português de Leitura e  
sugestões de melhorias para a visitação  
turística são oferecidas.

**Palavras-chave** turismo em bibliote-  
cas; turismo literário; turismo cultural;  
Real Gabinete Português de Leitura;  
gestão de bibliotecas

**Abstract** Libraries have an important informational, heritage and cultural role in society and receive daily visits for different reasons. Library tourism is a phenomenon associated with cultural tourism and literary tourism, and its importance is to promote and enlarge its services to more people. In this context, librarians have to deal with these demands and also with touristic issues in order to achieve library's mission. There are still not enough theoretical guidelines for managing library tourism. From this verified lack of literature, this research aims to offer elements to a preliminary reflection on the relationship between Library Science and Tourism. The scope of libraries' attractiveness and potentiality are also highlighted. For that, an exploratory research was conducted based on a bibliographic and documentary approach.

A case study at the Real Gabinete Português de Leitura (Royal Portuguese Reading Office) in Rio de Janeiro is provided. As results a summary table of indicators to analyze tourist attractiveness of libraries is presented. Indicators include: ability to attract visitors, forms of interaction for experiencing cultural meanings, better conditions for the visit, availability of services for the visitor's staying, and definition of the circumstances for the visit. Finally, an analysis of these factors is performed within the Royal Portuguese Reading Office and suggestions for improvements to tourist visitation are offered.

**Keywords** library tourism; literary tourism; cultural tourism; Royal Portuguese Reading Office; library management

## 1. Introdução

bibliotecas são lugares de memória, de salvaguarda do patrimônio bibliográfico, de registro, guarda e resgate da história. Todas as atividades desenvolvidas nas bibliotecas são, segundo Milanesi (2002, p. 9), “[...] a forma possível de manter viva a memória da humanidade [...]” e cumprir suas funções informacionais e patrimoniais.

Ao longo dos séculos, no entanto, as bibliotecas foram recebendo e assumindo novos papéis e funções na sociedade, dentre elas destacam-se as funções culturais, sociais, educativas e recreativas. Atuando como espaços de lazer e entretenimento, as bibliotecas promovem exposições, eventos, visitas guiadas, contação de histórias, entre outras ações culturais.

Não reduzidas à locais para guarda de livros e documentos, simbolicamente as bibliotecas também podem ser compreendidas como portas de entrada para viagens pelo mundo, seja do conhecimento ou da imaginação. Pois, “[...] nela se pode encontrar um pedaço do mundo todo” (PEREIRA, 2014, p. 17). E, tal qual Valter Hugo Mãe (2015, p. 149) descreve em um de seus contos, “[a]s bibliotecas deviam ser declaradas da família dos aeroportos, porque são lugares de partir e de chegar.”

As bibliotecas, ainda, podem despertar o interesse e curiosidade dos seus usuários e visitantes pela individualidade de sua arquitetura, história, programação cultural, acervo de obras raras; pelo imaginário construído a partir das representações de bibliotecas ficcionais e imaginárias na literatura e no cinema; e/ou pela representação e exposição da imagem das bibliotecas na mídia em geral, especialmente nas redes sociais, através de listas e imagens das bibliotecas mais bonitas do mundo. Nesse sentido, as bibliotecas tornam-se potenciais atrativos turísticos.

Bibliotecas como a Old Library da Trinity College, em Dublin, Irlanda; e as norte-americanas, Library of Congress, em Washington DC e a New York Public Library, em Nova York, por exemplo, ocupam os primeiros lugares no ranking das bibliotecas mais avaliadas no site TripAdvisor<sup>1</sup>. E, no Brasil, o Real Gabinete Português de Leitura (RGPL), no Rio de Janeiro, ocupa o 25<sup>o</sup> lugar neste ranking e é constantemente citado como uma das bibliotecas mais bonitas do mundo, a exemplo das listas de Ortile (2013), Buckley (2017), Butler (2018), Sevillano (2018), entre outras.

Neste contexto, o presente artigo aborda a temática do turismo em bibliotecas, a partir do questionamento acerca das maneiras pelas quais as bibliotecas se relacionam com a atividade turística e o que as torna potenciais atrativos de visitação turística.

Para tanto, partimos do pressuposto de que o Turismo é um fenômeno, principalmente, social e cultural (IGNARRA, 2013) e que as bibliotecas são instituições

1 Dados obtidos em novembro de 2019 e conferidos em novembro de 2020.

cujas funções primordiais são as educativas, informativas, culturais e recreativas (ANDRADE; MAGALHÃES, 1979).

Através de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, essa pesquisa tem como objetivo geral oferecer subsídios para uma reflexão sobre a relação entre bibliotecas e turismo, no âmbito da atratividade turística destas unidades de informação, investigando de que modo as bibliotecas, em especial o Real Gabinete Português de Leitura, podem atuar nesta relação. Para tanto, o conceito de Turismo em Bibliotecas foi apresentado; um quadro-síntese sobre atratividade turística em bibliotecas foi construído a partir de parâmetros do Ministério do Turismo, da literatura estudada e de visitas a bibliotecas estrangeiras<sup>2</sup>; cujos indicadores foram aplicados para análise da atratividade turística do Real Gabinete Português de Leitura.

Para a construção do referencial teórico foi delineada uma metodologia composta pelos métodos de levantamento bibliográfico e documental em repositórios institucionais e bases de dados (LISA, BRAPCI e Scielo). E para o estudo de caso no Real Gabinete Português de Leitura, foram realizados levantamento documental e observação sistemática por meio de visitas<sup>3</sup> para coleta de dados.

A escolha deste tema justifica-se pela necessidade de reforçar que as bibliotecas são espaços de ação e transformação cultural que atendem a diferentes demandas da sociedade; e pela carência de literatura brasileira sobre o tema, tanto na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, como na área de Turismo. Assim, o presente trabalho traz subsídios para a área de Biblioteconomia refletir sobre o potencial turístico de suas instituições, identificando oportunidades, ameaças e desafios para a gestão no contexto da relação interdisciplinar entre turismo e bibliotecas.

## **2. Turismo em bibliotecas: indicadores de atratividade turística**

Para compreender o Turismo em Bibliotecas, precisamos primeiramente conhecer a taxonomia das segmentações turísticas, perpassando pelo Turismo Cultural e Turismo Literário.

Tal qual as Leis de Ranganathan (2009) definem que para cada leitor, seu livro e para cada livro, seu leitor; o turismo também lida com múltiplas particularidades tanto dos destinos turísticos, quanto dos turistas em si. Para cada turista, seu destino e para cada destino, seu turista. Ou seja, para atender às diferentes necessidades e expectativas de viagens, são estruturadas e classificadas diferentes

2 Bibliothèque Sainte-Geneviève, em Paris (França), no dia 29 de junho de 2019; British Library, em Londres (Inglaterra), nos dias 20 e 26 de julho de 2019; Bodleian Library, em Oxford (Inglaterra), no dia 21 de julho de 2019; e Openbare Bibliotheek Amsterdam, em Amsterdam (Holanda), no dia 30 julho de 2019.

3 Realizadas nos dias 20 de março de 2019 e 14 de novembro de 2019.

segmentações, levando-se em consideração o conjunto de características dos destinos (oferta) e os interesses e perfis dos viajantes (demanda).

Assim, o Turismo Cultural, segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2010, p. 15), “[...] compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura.” Esta vivência corresponde tanto à interação entre os turistas e os bens culturais, no sentido de “[...] conhecer, interpretar, compreender e valorizar [...]” (BRASIL, 2010, p. 16) a memória e a identidade cultural das comunidades locais; quanto às “[...] experiências participativas, contemplativas e de entretenimento [...]” relacionadas aos atrativos culturais que motivaram a visita turística (BRASIL, 2010, p. 16).

Já o Turismo Literário, segundo Quinteiro e Baleiro (2017, p. 34-35), é “[...] um nicho do turismo cultural que tem a especificidade de implicar a deslocação a lugares relacionados com a literatura.” Sejam passeios e eventos literários, visitas à locais relacionados com a vida e obra de autores, ficcionais ou biográficas ou, ainda, visitas a bibliotecas e livrarias.

Com relação às visitas a bibliotecas, Quinteiro e Baleiro (2017, p. 41) apresentam a seguinte definição: “[...] visitas cuja motivação é a beleza da biblioteca ou o desejo de ver de perto um manuscrito, um texto histórico ou, mesmo, uma primeira edição.”

Assim como o turismo cultural possui os seus nichos de mercado, também é possível pensar em tipos específicos de viagem dentro do subsegmento de turismo literário. Portzline (2004), por exemplo, trabalha com o *Bookstore Tourism*, ou seja, viagens dedicadas à visita de livrarias. Então, por que não pensarmos em uma segmentação especificamente voltado para viagens cuja principal motivação seja a visita a bibliotecas?

O chamado *Library Tourism*, ou, Turismo em Bibliotecas, é encontrado em algumas publicações internacionais como na revista InCite (2011) da Australian Library and Information Association (ALIA), e como tema da conferência *Library Tourism & Hospitality: the business of endearing philippine libraries and information service to publics*, promovido pela Philippine Association of Academic and Research Librarians (PAARL, 2011).

O referido termo também é encontrado em publicações nas redes sociais, como Twitter e Instagram, em blogs pessoais e institucionais de bibliotecas e em portais de notícias. Lillis (2010), por exemplo, escreve sobre a proposta do turismo em bibliotecas como uma alternativa para preservar a história local e promover o reconhecimento e orgulho da comunidade por seus valores culturais, aproveitando a oportunidade de retorno financeiro. E Morrison (2017) apresenta o turismo em bibliotecas não apenas para apreciação da arquitetura, mas também, e principalmente, para conhecer a realidade vivida no lugar em que se está visitando, pois,

segundo o autor, as bibliotecas e o modo como são utilizadas dizem muito sobre um destino e sua comunidade local.

Utilizado, principalmente em recursos de *tags* (etiquetas ou *hashtags*) indicadas pelos próprios autores das publicações, o termo *Library Tourism* ainda não se configura, portanto, como parte de um esquema formal de classificação. O mesmo ocorre com o termo em inglês *Bibliotourism*, ou em francês *Bibliotourisme*, ou seja, a aglutinação entre os termos biblioteca e turismo (biblioturismo, em uma tradução literal para o português), citados por Morrison (2017) e Lapointe (2018).

Miedzińska e Tanaś (2009), quanto ao uso do termo *Library Tourism* na literatura científica, julgam que o fenômeno de turismo em bibliotecas ainda não é expressivo o suficiente ao ponto de se tornar uma segmentação específica, tal qual o turismo cultural ou, mesmo, o turismo literário. Entretanto, concordam que muitas tipologias de segmentação turística aparecem na literatura após pesquisas científicas e análises detalhadas e sistemáticas das demandas turísticas por determinados atrativos. O que gera otimismo quanto a multiplicação e popularização de pesquisas sobre turismo em bibliotecas na última década e nos próximos anos.

A exemplo da pesquisa de revisão sistemática realizada por Seifi e Kazemi (2019), que buscou identificar o papel das bibliotecas no desenvolvimento dos serviços de turismo. Indicando que as bibliotecas são capazes de desenvolver serviços turísticos no campo do turismo cultural, promovendo o desenvolvimento da identidade local e do patrimônio cultural; promover competências informacionais relacionadas ao turismo, garantindo o acesso à informação e atuando como intermediárias entre os saberes locais e os turistas; colaborar e cooperar com outras instituições e organizações voltadas especificamente para a promoção turística e desenvolver uma abordagem do turismo com base nas orientações do mercado, aumentando a interação e satisfação dos usuários locais e turistas com estratégias de marketing, inovação, tecnologias e empreendedorismo.

Apesar de não haver um número expressivo de publicações que utilizem os termos anteriormente citados, são encontrados na literatura da área de Ciências Sociais aplicadas alguns autores que trabalham o tema turismo em bibliotecas, perpassando pelo potencial turístico destas instituições enquanto atrativos histórico-culturais e as relações possíveis entre as bibliotecas e o turismo através das ações, serviços e hospitalidade desenvolvidas pelas bibliotecas.

Miedzińska e Tanaś (2009), por exemplo, ao trabalharem com a atratividade turística das bibliotecas polonesas, destacam que as bibliotecas de cunho histórico, como as situadas em prédios antigos e preservados, que apresentam arquitetura e decoração originais e coleções de obras raras, são as mais significativamente atrativas para a visitação turística. E, dentre as principais motivações para estas visitas, se destacam a experiência estética, a oportunidade de um encontro com a história,

com a arte e com os livros. Além de “[...] sua coleção (manuscritos, impressões antigas, livros, mapas), arquitetura e interior, ou exposições temporárias e eventos culturais” (MIEDZIŃSKA; TANÁŠ, 2009, p. 72, tradução nossa).

Tokić e Kranjčević (2018) e Tokić e Tokić (2017, 2018), ao trabalharem com a atratividade turística das bibliotecas croatas, também destacam as coleções e as características dos prédios em que estão instaladas como alguns dos principais recursos de potencialidade turística em bibliotecas. Sobre as potencialidades das coleções, os referidos autores destacam os livros raros e antigos, incunábulos, manuscritos, jornais, coleções relacionadas ao patrimônio local e coleções memoriais (acervo pessoal de pessoas famosas e importantes para a história local). Além destes itens, os autores também destacam a importância de outros tipos de coleções especiais, como mapas, pôsteres, cartões-postais, coleção de instrumento, partituras musicais e itens religiosos nas bibliotecas religiosas e monásticas. Já sobre a potencialidade turística relacionada ao prédio da biblioteca, destacam os valores históricos e artísticos da edificação, as características e estilos arquitetônicas, as obras desenhadas por arquitetos famosos, as residências e propriedades de pessoas ilustres na comunidade, o mobiliário e a ocupação e transformação de prédios que originalmente serviam a outros propósitos (Ex.: igrejas, prédios industriais, estações de trem etc.).

Vale destacar, inclusive, que muitas bibliotecas no Brasil, como a Biblioteca Nacional e a Biblioteca Parque de Niterói, estão alocadas em prédios considerados patrimônio histórico e artístico, tombados pelos órgãos municipais, estaduais ou federais de preservação e conservação do patrimônio. O que já confere um aspecto a mais de atratividade.

Nesse sentido, algumas possibilidades de projetos e ações potenciais de atrair visitantes para as bibliotecas, são as atividades de interpretação e educação patrimonial, que visam estreitar os laços entre o patrimônio e o usuário/visitante, promovendo a sensibilização, compreensão e conscientização sobre a relevância e importância da preservação e utilização sustentável do patrimônio (PEREIRA, 2014). E podem ser trabalhadas, exercendo uma função turística, através das visitas guiadas. Ou seja, através de uma “[...] atividade de absorção, interpretação e sensibilização das informações por meio de um ‘mediador’ (sujeito ou instrumento digital) que oferece sentido ao passeio levando o turista a ver, experimentar e compartilhar em um processo interativo” (SCHAMBERLAIN; TEIXEIRA, 2018, p. 100).

Além disso, Portzline (2007), ao trabalhar com o turismo em livrarias, destaca alguns outros caminhos que as bibliotecas podem seguir para fomentar a visitação entre os turistas e usuários regulares da instituição, especialmente promovendo o intercâmbio cultural e uma rede de parcerias com outras bibliotecas e instituições. Dentre essas possibilidades, estão a organização de viagens, excursões e passeios turísticos para visitar diferentes bibliotecas e atrações literárias como livrarias,

casas-museu de autores, locais representados na literatura ou relacionados com eventos históricos. Portzline (2007) também destaca a possibilidade de convidar autores e artistas para realizar leituras e mediações culturais durante esses roteiros e eventos; e, ainda, potencializar os “tesouros escondidos” nas bibliotecas universitárias e em museus que normalmente possuem coleções especiais de obras raras e acervos literários.

Já Tosić e Lazarević (2010), apresentam os seguintes exemplos como ações de atração turística para bibliotecas: organizar visitas turísticas para promover acesso ao conhecimento sobre a cultura e o patrimônio cultural da região; apresentar a história e estrutura da biblioteca, seu acervo e serviços; organizar exposições; e organizar visitas temáticas para diferentes ocasiões durante o dia/ano e adaptadas para diferentes perfis de visitantes.

Tokić e Tokić (2018), destacam a atratividade de atividades relacionadas a programas culturais e educacionais, eventos e atividades editoriais, como: exposições e exposições, concertos musicais, peças teatrais, exibição de filmes, encontros literários, promoção de livros; workshops, mesas redondas, palestras; aniversários, lançamento de livros; e publicação de livros, revistas, etc. Além disso, os autores também apresentam alguns serviços turísticos oferecidos pelas bibliotecas que podem ser considerados como potenciais recursos de atração para turistas e visitantes, como os serviços de informação turística, a possibilidade de tornar-se membro temporário para empréstimo e consulta de livros, a oferta de conteúdo digitalizado e o acesso grátis a internet.

E Pereira (2014), ao trabalhar com a Biblioteca Pública de Niterói, destaca os seguintes elementos como importantes para a inserção de bibliotecas no circuito de atrações turísticos e culturais em uma cidade: organização das atividades culturais, elaborando e divulgando previamente uma programação fixa no calendário de eventos da cidade; consolidação da identidade visual da biblioteca, tornando-a atrativa e reconhecida popularmente; realização de visitas mediadas/guidadas com dias e horários fixos, divulgados no site da instituição, por exemplo, e que explorem os aspectos históricos e patrimoniais da biblioteca; ter um profissional ou setor dedicado exclusivamente às atividades culturais, incluindo a recepção de turistas e realização das visitas guiadas; e trabalhar em conjunto com outras unidades de informação e centros culturais que sejam mais atuantes e consolidados no setor turístico local, integrando e complementando o roteiro de atividades ofertadas aos turistas e visitantes.

Sobre a questão da hospitalidade, Operti (2016) traz importantes considerações sobre a potencialidade turística de bibliotecas públicas, em especial sobre a Biblioteca Parque Estadual da cidade do Rio de Janeiro, alinhadas com os preceitos da hospitalidade humana e urbana.

O espaço da biblioteca [pública] deve ser convidativo, iluminado e prazeroso, desconstruindo a imagem de escuridão, silêncio e reclusão dos antigos mosteiros que se perpetuou no imaginário coletivo. A arquitetura contribui para que o visitante seja atraído e convidado à experiência livremente e sinta-se à vontade para observar, ler e conhecer as oportunidades oferecidas (OPERTI, 2016, p. 26).

A hospitalidade humana pode ser categorizada quanto aos seus espaços sociais: hospitalidade doméstica; pública, garantindo o direito de ir-e-vir associado a acessibilidade; comercial e virtual. E quanto aos seus tempos sociais, tais quais: receber/acolher bem os visitantes; hospedar e oferecer abrigo, conforto e segurança; disponibilizar alimentação apropriada; e propiciar opções e momentos de lazer e entretenimento (CAMARGO, 2004).

Já a hospitalidade urbana é dimensionada pelos elementos de acessibilidade, legibilidade e identidade. Sendo a dimensão de acessibilidade referente ao acesso físico e socioeconômico, relacionado aos meios de transporte, localização e infraestrutura viária. A dimensão de legibilidade refere-se à qualidade visual de uma localidade, englobando as imagens percebidas, lidas, imaginadas e interpretadas, é a paisagem representada pelas ruas e edifícios que compõem um lugar, incluindo as características arquitetônicas e paisagísticas. E a identidade diz respeito à memória social e ao patrimônio cultural associados a uma determinada localidade, a apropriação e os usos dos espaços por parte da comunidade local e dos visitantes criam a identidade de um local, podendo este ser considerado hospitaleiro ou não (GRINOVER, 2007).

Com base nessas categorias e dimensões, identificamos a hospitalidade em bibliotecas no momento da recepção aos usuários visitantes (acolhimento, boas-vindas); nas visitas-guiadas; no conforto e existência de cadeiras, sofás e outros mobiliários para descanso e leitura apropriados; na segurança proporcionada pelos espaços; na existência de um café, restaurante ou outro local onde a alimentação é oferecida e/ou permitida, incluindo os bebedouros; na acessibilidade física dos espaços para usuários e visitantes com necessidades especiais; na sinalização interna, indicando a direção das saídas de emergência, banheiros, salas de leitura, etc.; na sinalização externa, com identificação clara da biblioteca na fachada do edifício, placas de sinalização turística, placas indicando a direção/distância para a biblioteca mais próxima e/ou mapas apresentando as direções de como chegar a partir das estações de metrô, por exemplo; na disponibilização de materiais em outros idiomas, incluindo obras do acervo para consulta local e material promocional e informativo sobre a biblioteca (impresso ou virtual); entre outros.

Como visto, diversos são os fatores que levam um turista a visitar uma biblioteca durante suas viagens e a julgar se ela é atrativa ou não. Bibliotecas públicas

disponibilizam facilidades de acesso à informação e ao lazer de forma gratuita, bibliotecas nacionais promovem a divulgação de seus acervos como forma de preservar a memória cultural e patrimonial da sociedade e bibliotecas universitárias e históricas são testemunhos materiais e intelectuais das mudanças que ocorreram no mundo ao longo dos séculos. Ser um usuário assíduo de bibliotecas em sua própria cidade de residência e um entusiasta dos livros e da literatura, já são fatores fundamentais de influência para essa demanda durante à viagem. Porém, em muitos casos, um turista que visita uma biblioteca durante a sua viagem, o pode estar fazendo pela primeira vez, motivado por fatores que para nós ainda são desconhecidos ou apenas hipóteses.

Destacamos, entretanto, que apenas a presença de turistas no ambiente das bibliotecas durante suas viagens não é o suficiente para transformá-las em atrativos turísticos de fato. É importante ressaltar que

A Biblioteca tem que contar com uma estrutura organizacional e física que possa servir ao turismo, e ao visitante. Como ditam os moldes da Organização Mundial de Turismo, é necessário adaptar os recursos aos interesses e necessidades do turista, além de manter a organização e o funcionamento de forma responsável e sustentável (OMT, 2001). A Biblioteca como um atrativo, tem potencial, porém precisa ser trabalhada para que seja efetivamente reconhecida como tal. (PEREIRA, 2014, p. 35-36)

O turismo em bibliotecas deve ser entendido em uma perspectiva para além do mercado. A função social da biblioteca pode ser ampliada por meio de iniciativas ligadas à atratividade turística, principalmente em instituições onde a visitação turística já ocorre de forma espontânea.

Pensando nisso, bibliotecários e gestores de unidades de informação devem estudar e analisar o que torna as suas bibliotecas atrativas turisticamente. E, muito além de apenas julgar a atratividade de um ambiente, é importante delinear critérios e métodos sistematizados de avaliação para identificar se uma biblioteca está preparada para receber a demanda turística sem prejudicar suas missões/funções primárias. Assim como entender o que as torna efetivamente atrativas e avaliar se estes equipamentos culturais possuem a estrutura adequada para serem considerados produtos do turismo cultural, atrativos turísticos e culturais.

Com base nos apontamentos apresentados, propõe-se um quadro-síntese de indicadores para nortear uma análise da atratividade turística de bibliotecas, conforme apresentado a seguir.

**Quadro 1** Quadro-síntese de critérios e indicadores de análise da atratividade turística em bibliotecas

Critérios para a definição de um produto do Turismo Cultural, segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2010)	Indicadores de análise da atratividade turística em bibliotecas
Capacidade de atrair os visitantes	Características históricas Características arquitetônicas Comunicação visual atrativa Estética Itens especiais do acervo Eventos e programas culturais Presença nas Redes Sociais Representação no cinema, tv ou literatura Sinalização Turística Presença em Guias Turísticos
Possibilitar formas de interação para que os visitantes vivenciem seus significados culturais	Programas de interpretação cultural e educação patrimonial Ações culturais Visitas guiadas Exposições Comunicação visual como mediação cultural e informacional
Garantir as condições adequadas para a visita	Elementos da hospitalidade relacionados a receber/acolher Acessibilidade física Acessibilidade informacional Recursos humanos especializados Comunicação visual Segurança
Disponibilizar os serviços necessários para a sua permanência	Elementos da hospitalidade relacionados ao hospedar, alimentar e entreter: Livrarias Lojas de souvenir/lembranças Cafés e restaurantes Mesas e assentos para descanso, trabalho e estudos Guarda-volumes Banheiro públicos Wi-fi Acesso ao acervo Acesso à computadores

Definir as circunstâncias para que a visita aconteça	<p>Informações claramente apresentadas no website e presencialmente na entrada da biblioteca:</p> <p>Valores</p> <p>Horários de funcionamento e visitação</p> <p>Regulamento</p> <p>Canais de comunicação para esclarecimento de dúvidas: telefone, e-mail, chat.</p>
--	---

Fonte: Elaboração própria.

Os critérios e indicadores de análise da atratividade turística em bibliotecas propostos serviram como parâmetros para o estudo de caso no Real Gabinete Português de Leitura, apresentado na próxima seção. É importante ressaltar que a análise apresentada foi realizada no mês de novembro de 2019, acrescida de algumas atualizações, em notas de rodapé.

### 3. O Real Gabinete Português de Leitura enquanto atrativo turístico

O Real Gabinete Português de Leitura foi criado em 1837, então apenas com o nome de Gabinete Português de Leitura, por membros da comunidade portuguesa no Rio de Janeiro, como uma biblioteca particular, apenas para associados, sem fins lucrativos e com o objetivo principal de “[...] promover a instrução e melhorar o nível de conhecimento dos compatriotas que chegavam para realizar seus projetos de vida no país [...]” (COSTA, 2018, p. 21). Desde o início, seus dirigentes investiam na compra de coleções e obras raras de importante valor e relação com Portugal e com a língua portuguesa (COSTA, 2018). Como exemplo, temos a compra de uma primeira edição, impressa em 1572, de *Os Lusíadas*, de Luís Vaz de Camões, que pertencia à Companhia de Jesus e hoje está exposta, junto com outras edições e exemplares da obra, em um mostruário de vidro na sala de leitura da biblioteca.

Durante 50 anos, o Gabinete Português de Leitura ocupou diversos edifícios pela cidade do Rio de Janeiro e seu acervo, em 1882, já possuía cerca de 50 mil obras (BESSONE, 1999). Quando, em 22 de dezembro de 1888, foi inaugurado o novo prédio, em estilo manuelino, na então Rua da Lampadosa, atual Rua Luís de Camões, criação do arquiteto português Raphael da Silva Castro e cuja obra foi dirigida e finalizada pelo arquiteto Frederico José Branco, o Gabinete Português de Leitura ganhou enfim sua residência oficial, mantida até os dias de hoje (ANACLETO, 2018).

Em 1900, foi classificada como biblioteca pública abrindo suas portas e dando acesso ao público em geral para consulta de seu acervo, apesar de o empréstimo das obras ainda ser restrito apenas aos associados e de sua gestão ainda ser privada (organização da sociedade civil sem fins lucrativos). E, em 1905, recebeu o título de

Real ao seu nome, atribuído pelo rei de Portugal, D. Carlos I, passando então a se chamar Real Gabinete Português de Leitura.

O neomanuelino é, para a arquitetura portuguesa, um projeto arquitetônico do século XIX que buscava reviver o estilo tradicional manuelino e representa “[...] a resistência da identidade nacional contra o neogótico estrangeiro” (ANACLETO, 2018, p. 51). O estilo é destacado na fachada do Real Gabinete, toda em pedra lioz, ornamentada com ricos detalhes e com quatro estátuas do mesmo material representando Pedro Álvares Cabral, Luís de Camões, D. Henrique e Vasco da Gama. Além de quatro medalhões representando os escritores portugueses Fernão Lopes, Gil Vicente, Alexandre Herculano e Almeida Garrett. Tanto as estátuas como os medalhões foram esculpidos por Simões de Almeida.

Já no interior do edifício, destaca-se a claraboia com cúpula feita de ferro e vidro; os móveis entalhados em madeira de lei, o uso do ferro aliado à madeira nas galerias e escadas e os três andares cobertos com estantes de livros. As pinturas, foram realizadas por Frederico Steckel, também autor do quadro que representa a inauguração do Gabinete, que contou com a presença da Princesa Isabel e seu marido Conde D’Eu. No teto, ainda é possível identificar a pintura de quatro medalhões nos cantos da claraboia, representando a deusa Minerva e os já homenageados com esculturas, Pedro Álvares Cabral, Vasco da Gama e Luis de Camões. Este último, inclusive, também é representado em um busto de bronze em destaque no salão de leitura. Além de Camões, nas palavras de Berrini (2018, p. 114):

Vários bustos de grande importância, seja pelas personalidades reproduzidas, seja pelas qualidades do artista criador, contemplam o ambiente na imobilidade sagrada de sua fama. Por vezes parecem sorrir, outras, parecem perdidos nas brumas de seu próprio pensamento, como o de Eça de Queirós e o de seu amigo Ramalho Ortigão, uma terracota de Teixeira Lopes.

Assim, repleto de simbolismos, detalhes e assumindo seu papel como um templo à Camões e à preservação da herança cultural portuguesa, “[o] Real Gabinete Português de Leitura abriga uma quantidade significativa de peças que são autênticas obras de arte e objetos de inestimável valor histórico e afetivo, além dos tesouros bibliográficos” (BERRINI, 2018, p. 113).

Ao longo dos anos, ilustres literatos frequentaram o Real Gabinete, como Machado de Assis, Olavo Bilac e João do Rio. E muitos deles tiveram suas bibliotecas pessoais doadas postumamente para a biblioteca. A exemplo da coleção de João do Rio e, mais recente, do Prof. Marcello Caetano, composta por mais de 42 mil obras. O acervo da biblioteca, atualmente, possui cerca de 350 mil volumes. É a maior coleção de obras portuguesas fora de Portugal, muito em razão de receber pelo menos

um exemplar de cada obra que é publicada em Portugal devido ao estatuto do depósito legal. Por causa do crescimento constante do acervo, dois prédios ao lado do edifício principal foram anexados à instituição e destinados, quase que exclusivamente, à guarda dos livros.

Entre os destaques do acervo bibliográfico, elencamos os manuscritos originais e autografados do *Dicionário da língua Tupi*, de Gonçalves Dias; do *Amor de perdição*, de Camilo Castelo Branco; e da peça *Tu, só tu, puro amor*, de Machado de Assis. Além destes, a biblioteca também possui várias primeiras edições de obras de Almeida Garrett, Alexandre Herculano e Eça de Queirós. Além de outras obras raras de caráter religioso, livros quinhentistas referentes a viagens, aventuras marítimas etc.

De modo geral, a *capacidade de atrair visitantes e turistas* se deve, em boa parte, a estes elementos históricos, arquitetônicos e pela riqueza de seu acervo. Inclusive, o RGPL é um bem tombado como patrimônio cultural pelo INEPAC. Porém, o maior destaque de interesse dos visitantes é direcionado à estética da sala de leitura do Real Gabinete Português, que foi utilizada como cenário de algumas produções cinematográficas (como o filme *O Xangô de Baker Street*, de 2001, dirigido por Miguel Faria Jr. e baseado na obra escrita por Jô Soares) e de telenovelas brasileiras (como a recente *Tempo de Amar*, produzida pela Rede Globo em 2017/2018). E é constantemente citada como uma das bibliotecas mais bonitas do mundo por revistas internacionais e sites de viagens.

Apesar da instituição não estar presente, oficialmente, nas redes sociais, os próprios usuários e turistas que visitam a biblioteca fazem uma divulgação espontânea do RGPL ao compartilharem fotos, vídeos e avaliações sobre o local. No Facebook, por exemplo, a página não oficial da biblioteca possuía, em novembro de 2019, 8.569 curtidas de usuários e 32.184 indicações de visitas ao local. No TripAdvisor, o RGPL ocupa o 25<sup>o</sup> lugar entre as bibliotecas mais avaliadas, com mais de 2 mil avaliações de usuários do site. No Youtube, o canal oficial da instituição possui apenas dois vídeos disponíveis que fazem uma apresentação da biblioteca, suas belezas e riquezas culturais, em um vídeo narrado em português de Portugal e outro narrado em inglês. E no Instagram, são mais de 5 mil fotos marcadas com a *hashtag* #realgabineteportuguesdeleitura<sup>4</sup>.

Destaca-se, também, a presença do RGPL em guias turísticos e de viagens impressos ou online sobre a cidade do Rio de Janeiro, inclusive no mapa turístico oficial da cidade que é distribuído gratuitamente nos centros de atendimento ao turista (RIO TUR, 2018). Para chegar ao Real Gabinete, há placas de sinalização turística indicando a localização do atrativo (em frente ao local) e os indicativos de sentido e

4 Dados obtidos em 25 nov. 2019. Em 26 nov. 2020, os dados atualizados são: 9.187 curtidas no Facebook e 34.740 *check-ins*; e no Instagram, já são mais de 11 mil fotos utilizando a referida *hashtag*.

distância (nos arredores), conforme a normalização do Guia Brasileiro de Sinalização Turística (BRASIL, 2017).

Eventos e programas culturais são frequentemente realizados e divulgados no website da instituição. A exemplo de recitais e concertos musicais, exibição de filmes, cursos de extensão, concursos literários, palestras, seminários, encontros de pesquisa etc. Muitas dessas iniciativas fazem parte do Centro de Estudos do Real Gabinete Português de Leitura e de seu Polo de Pesquisas Luso-Brasileiras (PPLB), que desenvolvem atividades que buscam promover um maior diálogo entre Brasil e Portugal através de pesquisas e intercâmbios culturais.

Outro fator de análise é referente aos indicadores que demonstram a *possibilidades de interação que o Real Gabinete disponibiliza para que seus visitantes vivenciem seus significados culturais*. Neste âmbito, é importante ressaltar que a biblioteca não oferece opções de visitas guiadas. A única área disponível para visita é o salão principal de leitura e, quando há eventos, é possível conhecer o salão dos brasões e o átrio onde estão expostas algumas peças de arte e outras obras da coleção. Além desses espaços, o edifício também possui salas de acesso apenas à pesquisadores e funcionários, como a Sala Camiliana e Camoneana, e a Sala da Diretoria.

Não foram identificados programas de interpretação cultural, educação patrimonial e/ou ações culturais desenvolvidas pela biblioteca cujo público-alvo sejam os turistas e/ou visitantes ocasionais do público em geral. Entretanto, a biblioteca possui uma publicação periódica de acesso aberto, a revista *Convergência Lusíada* do seu Centro de Estudos. Destacam-se também, a periodicidade de eventos acadêmicos promovidos pela instituição e voltados para pesquisadores. Além de alguns eventos musicais realizados no salão de leituras que proporcionam uma experiência única de vivência do patrimônio.

Na ocasião das visitas realizadas para a elaboração deste estudo de caso, a única exposição identificada foi a das edições da obra *Os Lusíadas*, de Camões, exibidas em um móvel mostruário de vidro no salão de leitura. Porém, é importante ressaltar que não havia informações sobre as obras, sejam etiquetas informativas próximas de cada item ou material impresso de distribuição gratuita contendo informações que promovessem a mediação cultural e informacional do acervo. O mesmo foi percebido com relação a falta de maiores informações, de fácil acesso ao visitante, sobre a própria biblioteca, sua história, arquitetura, acervo e programação de eventos.

Quanto aos indicadores que garantem as *condições adequadas para a visita*, não foram identificados recursos que garantem a acessibilidade física e informacional para pessoas com necessidades específicas, como rampas para cadeirantes, piso tátil e sinalização em braile, por exemplo. O que pode dificultar ou mesmo impedir a visita deste público.

Destaca-se, também, que não há recursos humanos especializados para receber os turistas ou planejar a gestão e visitação turística na biblioteca. Os funcionários que interagem com os visitantes são os(as) recepcionistas, seguranças patrimoniais e bibliotecárias. Um ponto observado durante as visitas, conversa com as bibliotecárias presentes e leitura de avaliações feitas pelos visitantes no Facebook e TripAdvisor foi a controvérsia de opiniões sobre o comportamento dos visitantes em relação ao patrimônio e em relação ao comportamento de fiscalização e repreensão aos visitantes por parte dos funcionários da biblioteca. Comportamentos inoportunos como desrespeito às regras de não tocar nos livros ou apoiar bolsas nas mesas são geralmente associados aos visitantes turistas, os quais, por sua vez, criticam a falta de orientação quanto às regras e a própria repreensão. Situações como essa ocasionam experiências negativas para ambos os lados.

A recepção da biblioteca é atenciosa, simples e sem burocracias e as bibliotecárias demonstraram-se solícitas a responder dúvidas e questionamentos sobre a biblioteca e seu acervo. É permitido entrar com seus pertences na sala de leitura, sentar-se nas poltronas de madeira e permanecer pelo tempo desejado dentro do horário de funcionamento. Porém, não é permitido utilizar o espaço para leitura e estudos de materiais impressos pessoais.

Sua localização, no centro da cidade do Rio de Janeiro, é de fácil acesso, próximo a uma estação de metrô e de outros atrativos turísticos culturais. Assim como, próximo a diversos edifícios comerciais e empresariais proporcionando facilidade de acesso à comunidade local e que trabalha na região. Porém, o entorno da biblioteca carece de manutenção e segurança pública. O que pode prejudicar a experiência dos turistas diante da sensação de insegurança.

Quanto à *disponibilização de serviços necessários a permanência do visitante*, destaca-se que o espaço de acesso público da biblioteca é pequeno e normalmente as visitas turísticas são rápidas, reduzidas a contemplação da biblioteca e registros fotográficos. Não há, no edifício do RGPL, opções de alimentação ou bebedouros disponíveis ao público de fácil acesso. Assim como banheiros públicos sinalizados para uso do público em geral. Para esses serviços, deve-se solicitar aos funcionários.

O guarda-volumes é disponibilizado apenas para os usuários que desejam consultar alguma obra do acervo. Neste caso, é obrigatório guardar bolsas e qualquer alimento ou bebida. A guarda dos pertences dos usuários é feita pela recepção, em uma sala fechada, sem acesso ao público, e ao usuário é entregue uma ficha com o número do armário utilizado.

Não foram identificadas redes de wi-fi públicas no local e o computador para acesso ao catálogo da biblioteca estava desligado na ocasião das visitas. Para acesso às obras do acervo, é possível pesquisar online no catálogo da biblioteca ou solicitar a ajuda de uma das bibliotecárias. Para consultar obras é necessário apenas preencher

uma ficha na recepção e guardar os pertences no guarda-volumes. Neste ponto, destacamos que, durante a visita realizada no dia 14 de novembro de 2019, foram solicitadas a consulta para leitura de quatro obras do acervo e duas delas não puderam ser consultadas, pois estavam armazenadas em um dos prédios em anexo que estava em obras, sem previsão de término e, portanto, liberação dos exemplares para consulta. Informação esta que não estava disponível no website e/ou catálogo online.

No salão de leitura há diversas mesas e cadeiras de madeira, partes do antigo mobiliário da biblioteca e que garantem a ambientação do espaço. Aos visitantes é permitido apenas se sentar para descanso e apreciação da biblioteca. Não é permitido utilizar o espaço para trabalho e/ou estudos e leitura de materiais próprios. Algumas mesas são reservadas para os usuários que solicitarem consultar obras do acervo. Porém, na ocasião em que esse serviço foi solicitado, a bibliotecária utilizava as próprias cadeiras para fazer uma barreira entre os usuários leitores (ao todo, 4) e os usuários visitantes/turistas impedindo a livre circulação dos visitantes pelo salão para olhar de perto as estantes de livros.

Em outubro de 2019 foi inaugurada uma loja de souvenir/lembranças em um dos prédios anexos ao lado da biblioteca. Um pequeno espaço que disponibiliza alguns itens para compra como cartões portais, canecas, azulejos decorativos, lápis, canetas, porta-copos, imãs de geladeira, livros publicados sobre o Real Gabinete Português de Leitura e livros editados pela instituição. As opções mais baratas dentre os itens, são no valor de cinco Reais. E é, na loja, que se encontram guias impressos sobre a biblioteca, todos pagos, com mais informações sobre o patrimônio histórico, artístico, cultural e bibliográfico da instituição.

E, como últimos indicadores de análise, relacionados a *definição das circunstâncias para que a visita aconteça*, identificamos que as informações de horários de funcionamento, endereço, gratuidade da visita e contato (telefone e e-mail) estão claramente informados no website da biblioteca. Assim como a agenda de eventos.<sup>5</sup>

Assim que o visitante chega ao Real Gabinete, é recebido por um funcionário localizado do lado direito da entrada para o salão de leitura. Ao lado esquerdo, encontra-se a secretaria do Real Gabinete e do Centro de Estudos. Para visitar a biblioteca, os turistas precisam apenas assinar o livro de visitas, indicando o local (estado ou país) de origem. Se estiver em grupo/família, o(a) recepcionista pede aos visitantes

5 Em 2020, devido às limitações impostas pelos órgãos de saúde como medidas de enfrentamento à pandemia de Covid-19, associada ao novo coronavírus (SARS-COV2), o RGPL foi temporariamente fechado ao público. Reabrindo em outubro de 2020, de segunda à sexta, das 10:00 às 16:00. Em 2019, quando os dados para esta análise foram coletados, o RGPL encontrava-se em funcionamento de segunda à sexta, das 9:00 às 18:00.

para que apenas uma pessoa assine o livro e informe, ao lado do nome, o número de membros do grupo/família.

Não foi encontrado no website da instituição, o regulamento para visitação. Há apenas algumas informações sobre as regras para consulta ao acervo:

Alguns espécimes de obras raras ou manuscritos podem ser consultados por investigadores e especialistas, desde que com autorização especial. Já a consulta ao acervo geral   franqueada aos leitores no salão da biblioteca, com o auxílio das bibliotecárias, enquanto os sócios do Real Gabinete, desde que estejam em dia com a contribuição mensal, podem levar até 3 livros – desde que de edições posteriores a 1950 – como empréstimo a domicílio, pelo prazo máximo de 15 dias. (REAL GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA, 2019)

Para os visitantes,   afixado na entrada do salão de leitura uma lista, em português e em inglês, do que é proibido no ambiente, incluindo a proibição de tocar nos livros, a leitura de livros pessoais, fotos com flash, dentre outros.

Em linhas gerais, foi observado que a visitação turística ao Real Gabinete Português de Leitura é uma demanda constante e espontânea. As motivações principais são relacionadas com a estética da biblioteca e a divulgação do atrativo é feita pelos próprios visitantes e outras entidades (revistas, jornais, blogs e sites) que o colocam como destaque.

Na contramão das ações de promoção das bibliotecas em redes sociais, o RGPL não possui presença ativa neste meio, o que não diminui a sua atratividade, porém diminui as possibilidades de interação direta com os usuários.

Os dados registrados pelo Real Gabinete Português de Leitura demonstram que houve um crescimento no número de visitações turísticas nos últimos anos. Em 2016, foram registradas 19.043 visitantes; em 2017, 59.044 pessoas visitaram a instituição e, em 2018, esse número subiu para 92.120 visitações. Em contrapartida, o número de usuários leitores registrados foram os seguintes: 174 (em 2016), 1.072 (em 2017) e 718 (em 2018), o que evidencia a necessidade de se observar essa disparidade.

Assim, identificamos como pontos fortes do Real Gabinete Português de Leitura, pensando na sua relação com o turismo, as suas características est ticas, históricas, arquitetônicas e de acervo; a gratuidade para visitação; a localização central na cidade do Rio de Janeiro e a proximidade com outros atrativos culturais; o fato de já possuir uma demanda turística regular e a periodicidade de eventos realizados associados ao seu centro de estudos. Como pontos fracos e de melhoria, identificamos a falta de acessibilidade física e informacional para pessoas com necessidades específicas e a falta de comunicação visual e informacional que possibilite uma

maior interação e interpretação educativa e patrimonial dos visitantes para com os elementos e significados culturais da instituição.

A biblioteca possui a oportunidade de se transformar em um atrativo turístico e cultural de excelência, porém, corre o risco de ser exposta a um turismo de massa predatório que não gere retornos significativos para a preservação do seu patrimônio e ocasione, cada vez mais, no esvaziamento da presença de usuários leitores que buscam consultar o acervo da instituição.

Comparando com os serviços oferecidos e ações desenvolvidas por outras bibliotecas através do referencial teórico, identificamos uma série de propostas para a abordagem turística na biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura, condizentes com a missão da instituição e que valorize trocas simbólicas e relações sustentáveis entre seus usuários e a preservação do patrimônio, a saber:

- a) criação de ofertas de visitas guiadas com horários e preços pré-definidos, que incluam todas as áreas do prédio e contem mais sobre a história, arquitetura e destaques da coleção. A precificação destas visitas visa a arrecadação de recursos para a manutenção da instituição e realização de outros projetos. Poderiam ser disponibilizados aos participantes das visitas cupons de desconto para utilização na loja de lembranças;
- b) contratação de funcionários especializados e capacitados para trabalhar a atratividade turística da instituição ou formação de uma equipe de trabalho, para discussão e planejamento de projetos turísticos;
- c) estabelecer parcerias com empresas turísticas e outras instituições culturais;
- d) criar um projeto de comunicação visual e informacional para promover a educação e interpretação patrimonial das exposições permanentes;
- e) estudar soluções e possibilidades de abrir uma sala de leitura exclusiva para os usuários que solicitam a consulta de obras do acervo;
- f) estudar a viabilidade de permitir o uso livre do salão de leitura principal para estudos e leitura de livros e materiais pessoais (restringindo a consulta ao acervo a outro espaço mais monitorado e sem a interferência constante do público visitante);
- g) e estabelecer canais oficiais da instituição nas redes sociais, para aumentar o engajamento com o público geral e promover seu acervo e agenda de eventos.

Ressaltamos que qualquer proposta de ação para o Real Gabinete Português de Leitura, precisa passar pela aprovação de sua diretoria e estar alinhada com os interesses e missão da instituição. Recentes iniciativas e projetos desenvolvidos pela instituição demonstram o interesse da atual presidência do RGPL em manter e promover a visitação turística na biblioteca.

Como exposto na análise deste estudo, a biblioteca possui importantes indicadores de atratividade turística que a tornam um atrativo turístico em potencial. Porém, ainda carece de uma maior estruturação para ser considerada, de fato, um adequado produto do Turismo Cultural.

#### **4. Considerações finais**

Diversas variáveis aproximam o Turismo e a Biblioteconomia. Essas aproximações vão desde a centralidade do usuário tanto nos serviços turísticos quanto nas bibliotecas até a importância da mediação e das questões referentes à interpretação e educação patrimonial.

O turismo em bibliotecas pode ser compreendido como um tipo de turismo definido pela visitação a bibliotecas durante viagens turísticas. Essa prática se associa a outros segmentos do turismo como o turismo cultural, cuja principal motivação para a viagem é conhecer e vivenciar locais e práticas culturais, e o turismo literário, uma divisão do turismo cultural que tem como principal característica a visitas a lugares relacionados com a literatura, sejam autores, suas obras ou o universo do livro e da leitura.

A visitação turística em bibliotecas possui peculiaridades que outros atrativos culturais não possuem. As bibliotecas, especialmente as públicas, antes de atenderem a uma demanda turística, devem atender as suas funções educativas, informativas, culturais e recreativas primárias. Aqui incluídas as ações de preservação do patrimônio e da memória de um povo. Porém, o público turista também pode e deve ser inserido e considerado como público-alvo das bibliotecas, pois estas são espaços de ação e transformação cultural que atendem a diferentes demandas da sociedade. Cabe a gestão das bibliotecas, o desafio de planejar a atividade turística em harmonia com sua missão, se assim for de interesse da instituição.

Destacamos que todas as sugestões aqui propostas foram pensadas para atender às especificidades da instituição estudada em relação aos indicadores de atratividade turística analisados. Cada biblioteca possui suas especificidades e, portanto, uma solução criativa e eficaz realizada por uma instituição pode não ter o mesmo resultado em outra instituição com contextos e características diferentes.

Cabe, assim, à todas as bibliotecas que possuem o potencial e/ou o interesse em oferecer serviços turísticos, realizar estudos detalhados para compreender, contextualizar e identificar a viabilidade de projetos turísticos na instituição. Estudos estes que perpassam pelos estudos de usuários e de comunidade, pelas pesquisas de opinião pública e perfil da demanda, pelo inventário de ofertas turística e análise dos indicadores de atratividade turística da biblioteca.

Concluímos este trabalho, ressaltando que o tema sobre turismo em bibliotecas ainda carece de referencial teórico e, portanto, precisa ser mais trabalhado e pesquisado para ganhar o status de segmentação turística, assim como o turismo literário vem se consolidando nos últimos anos. E, também, para ganhar maior espaço nas discussões da área de Biblioteconomia como uma das possíveis funções das bibliotecas.

### Referências

- ANACLETO, Regina. “O Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro”. In: COSTA, Antônio Gomes da; ANACLETO, Regina; BERRINI, Beatriz. *O Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro, Real Gabinete Português de Leitura, 2018. p. 27-110.
- ANDRADE, Ana Maria Cardoso de; MAGALHÃES, Maria Helena de Andrade. “Objetivos e funções da biblioteca pública”. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 48-59, mar. 1979. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/77377>>. Acesso em: 26 nov. 2020.
- BERRINI, Beatriz. “O Real Gabinete Português de Leitura: ontem e hoje”. In: COSTA, Antônio Gomes da; ANACLETO, Regina; BERRINI, Beatriz. *O Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro, Real Gabinete Português de Leitura, 2018. p. 111-141.
- BESSONE, Tania Maria. *Palácio de destinos cruzados: Bibliotecas, Homens e Livros no Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1999.
- BRASIL. *Guia Brasileiro de sinalização turística*. Brasília: Embratur; IPHAN; DENATRAN, 2017. Recurso digital. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/guia-brasileiro-de-sinalizacao-turistica>>. Acesso em: 25 nov. 2020.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Turismo Cultural: orientações básicas*. 3. ed. Brasília, Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Turismo\\_Cultural\\_Versxo\\_Final\\_IMPRESSXO\\_.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSXO_.pdf)>. Acesso em: 25 nov. 2020.
- BUCKLEY, Julia. “10 of the World’s Most Beautiful Libraries Open to the Public”. *The Independent*, Londres, 12 out. 2017. Disponível em: <<https://www.independent.co.uk/travel/news-and-advice/libraries-most-beautiful-world-bibliotheca-alexandrina-national-library-of-austria-bodleian-trinity-a7992821.html>>. Acesso em: 25 nov. 2020.
- BUTLER, Alex. “See the World’s Most Beautiful Libraries All Under One Cover”. *Lonely Planet*, Londres, 20 ago. 2018. Disponível em: <<https://www.lonelyplanet.com/articles/mas-simo-listri-beautiful-libraries>>. Acesso em: 25 nov. 2020.
- CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. *Hospitalidade*. São Paulo, Aleph, 2004.
- COSTA, Antônio Gomes da. “Nunca se dirá bastante”. In: COSTA, Antônio Gomes da; ANACLETO, Regina; BERRINI, Beatriz. *O Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro, Real Gabinete Português de Leitura, 2018. p. 21-25.

- GRINOVER, Lúcio. *A hospitalidade, a cidade e o turismo*. São Paulo, Aleph, 2007.
- IGNARRA, Luiz Renato. *Fundamentos do turismo*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo, Cengage Learning; Rio de Janeiro, Senac, 2013.
- INCITE: Magazine of the Australian Library and Information Association. Kingston, *ACT: ALIA*, v. 32, n. 8, ago. 2011. Disponível em: <<https://www.alia.org.au/sites/default/files/documents/Publishing/INCITE/2011-PDFs/INCITE.v32.o8.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2020.
- LAPOINTE, Marc. “Bibliotourism: 7 Reasons Why Tourists Should Visit the Library”. *Princh Library Blog*, Aarhus, 9 nov. 2018. Disponível em: <<https://princh.com/bibliotourism-reasons-why-tourists-should-visit-the-library/#.xvxhR2dtcJo>>. Acesso em: 25 nov. 2020.
- LILLIS, Karen. “The Next Page: Preserve Pittsburgh's Legacy with Library Tourism”. *Pittsburgh Post-Gazette*, Pittsburgh, 18 July 2010. Disponível em: <<https://www.post-gazette.com/ae/books/2010/07/18/The-Next-Page-Preserve-Pittsburgh-s-legacy-with-library-tourism/stories/201007180160>>. Acesso em: 25 nov. 2020.
- MÃE, Valter Hugo. “As bibliotecas”. In: MÃE, Valter Hugo. *Contos de cães e maus lobos*. Porto: Porto Editora, 2015. p. 143-152.
- MIEDZIŃSKA, Magdalena; TANASÍ, Slawoj. “The Tourism Attractiveness of Polish Libraries”. Trad. Ewa Mossakowska. *Tourism*, [Lodz], Polônia, v. 19, n. 1-2, p. 69-75, 2009. Disponível em: <<https://czasopisma.uni.lodz.pl/tourism/article/view/7517>>. Acesso em: 25 nov. 2020.
- MILANESI, Luís. *Biblioteca*. Cotia: Ateliê Editorial, 2002.
- MORRISON, Fleur. “Library Tourism Could Be the Next Big Travel Trend”. *The Huffington Post Australia*, Sydney, 25 jun. 2017. Disponível em: <[https://www.huffingtonpost.com.au/fleur-morrison/library-tourism-could-be-the-next-big-travel-trend\\_a\\_22491123/](https://www.huffingtonpost.com.au/fleur-morrison/library-tourism-could-be-the-next-big-travel-trend_a_22491123/)>. Acesso em: 25 nov. 2020.
- OPERTI, Nathalie Viviane Rodrigues. *Potencialidade turística da Biblioteca Parque Estadual da cidade do Rio de Janeiro*. 2016. 127 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) – Faculdade de Turismo e Hotelaria, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/handle/1/2159>>. Acesso em: 25 nov. 2020.
- ORTILE, Matt. “49 Breathtaking Libraries from All Over the World”. *BuzzFeed*, Nova York, 17 jul. 2013. Disponível em: <<https://www.buzzfeed.com/mattortile/49-breathtaking-libraries-from-all-over-the-world>>. Acesso em: 25 nov. 2020.
- PEREIRA, Juliana Pacheco. *Interpretação patrimonial na Biblioteca Pública de Niterói: história, cultura e turismo*. 2014. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em turismo) – Faculdade de Turismo e Hotelaria, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/handle/1/606>>. Acesso em: 25 nov. 2020.
- PHILIPPINE ASSOCIATION OF ACADEMIC AND RESEARCH LIBRARIANS (PAARL). *Library Tourism & Hospitality: the business of endearing Philippine libraries and information services to publics*. 2011. Disponível em: <[http://paarl.wikispaces.com/file/view/Library\\_Tourism\\_and\\_Hospitality.pdf](http://paarl.wikispaces.com/file/view/Library_Tourism_and_Hospitality.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2018.

- PORTZLINE, Larry. *Bookstore Tourism: the book addict's guide to planning & promoting bookstore road trips for bibliophiles & other bookshop junkies*. Harrisburg, Bookshop Junkie Press, 2004.
- PORTZLINE, Larry. "Bookstore Tourism takes off: grassroots effort benefits independent bookstores, libraries, and bibliophiles". *American Libraries*, [Chicago], v. 38, n. 5, p. 50-52, mai. 2007.
- QUINTEIRO, Sílvia; BALEIRO, Rita. *Estudos em literatura e turismo: conceitos fundamentais*. Lisboa, Universidade de Lisboa, 2017. E-book. Disponível em: <<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/38441>>. Acesso em: 25 nov. 2020
- RANGANATHAN, S. R. *As cinco leis da Biblioteconomia*. Trad. Tarcisio Zandonade. Brasília, Briquet de Lemos, 2009.
- REAL GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA (RGPL). *Biblioteca: Apresentação*. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://www.realgabinete.com.br/Biblioteca/Apresentacao-C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 25 nov. 2020.
- RIOTUR. *Mapa Turístico Oficial*. Rio de Janeiro, RIOTUR, 2018. Disponível em: <<http://visit.rio/wp-content/uploads/2018/12/Mapa-destacavel-42x297-para-baixar-sc-1-1.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2020.
- SCHAMBERLAIN, Nayana de Abreu; TEIXEIRA, Juliana Carolina. "Turismo Cultural: perspectivas para a função turística em bibliotecas do Brasil". *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 5-21, dez. 2018. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1256>>. Acesso em: 25 nov. 2020.
- SEIFI, Leili; KAZEMI, Raziyeah. The role of Iran Public Libraries in development and promoting of Tourism services. *Library Philosophy and Practice*, Lincoln, Nebraska, abr. 2019. Disponível em: <<https://digitalcommons.unl.edu/libphilprac/2953/>>. Acesso em: 25 nov. 2020.
- SEVILLANO, Elena. "As 20 bibliotecas mais impressionantes do mundo". *El País Brasil*, São Paulo, 31 jul. 2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/31/album/1533036263\\_013678.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/31/album/1533036263_013678.html)>. Acesso em: 25 nov. 2020.
- TOKIĆ, Ksenija; KRANJČEVIĆ, Jasenka. Potential of Libraries as Tourist Attractions: Case Study of Croatia. In: INTERNATIONAL SCIENTIFIC SYMPOSIUM ECONOMY OF EASTERN CROATIA – VISION AND GROWTH, 7., 2018, Osijek, Croácia. *Proceedings [...]*. Osijek, Sveučilište Josipa Jurja Strossmayera u Osijeku, Ekonomski fakultet u Osijeku, 2018. p. 913-921.
- TOKIĆ, Ksenija; TOKIĆ, Ivo. "Cultural heritage in libraries as a resource for the development of Tourism: the case of eastern Croatia". In: INTERNATIONAL SCIENTIFIC SYMPOSIUM ECONOMY OF EASTERN CROATIA – VISION AND GROWTH, 6., 2017, Osijek, Croácia. *Proceedings [...]*. Osijek: Sveučilište Josipa Jurja Strossmayera u Osijeku: Ekonomski fakultet u Osijeku, 2017. p. 123-132.
- TOKIĆ, Ksenija; TOKIĆ, Ivo. "Tourism Potential of Libraries". *Tourism*, Zagreb, v. 66, n. 4, p. 443-460, 2018. Disponível em: <[https://hrcak.srce.hr/index.php?show=clanak&id\\_clanak\\_jezik=312869](https://hrcak.srce.hr/index.php?show=clanak&id_clanak_jezik=312869)>. Acesso em: 25 nov. 2020.

TOSIC, Violeta; LAZAREVIC, Sanja. “The Role of Libraries in the Development of Cultural Tourism with Special Emphasis to the Bibliotheca Alexandrina in Egypt”. *UTMS Journal of Economics*, Skopje, Macedônia, v. 1, n. 2, p. 107-114, 2010. Disponível em: <[http://www.utmsjoe.mk/files/Vol.%201%20No.%202/0-16-107-114-C-Tosic\\_Violeta\\_-\\_Lazarevic.pdf](http://www.utmsjoe.mk/files/Vol.%201%20No.%202/0-16-107-114-C-Tosic_Violeta_-_Lazarevic.pdf)>. Acesso em: 25 nov. 2020.

## **Do anticatálogo à defesa da moral e dos bons costumes: o livro no Brasil e a censura, uma história ainda presente**

*From Anti-Catalog to Defense of Moral and Good Customs:  
the Book in Brazil and Censorship (A Story Still Present)*

**Matheus Pedro Dutra** | matheusp78@gmail.com

Graduando em Biblioteconomia pela UFF

**Resumo** Objetiva evidenciar como a tradição censória se instaura no Brasil e ainda hoje é utilizada como meio de silenciamento das vozes contrárias aos regimes vigentes. Busca evidenciar o conceito de censura e suas origens no ocidente a partir da edição do *Index Librorum Prohibitorum*. Utiliza-se da revisão de literatura para situar três momentos distintos da censura no Brasil, sendo eles quando o país ainda era uma Colônia de Portugal, durante a Ditadura Civil-Militar de 1964 a 1985, onde os militares governaram o país

e se utilizaram do aparato estatal e jurídico para o controle e censura de publicações e no recente caso de busca e apreensão pela Prefeitura do Rio de Janeiro da obra exposta na Bienal do Livro do Rio de Janeiro em 2019. Os resultados apontam para que mesmo fora de regimes de exceção, a censura é atividade recorrente de governos e pessoas no Brasil e no mundo.

**Palavras-chave** censura; ditadura; história do Brasil; história dos livros; repressão

**Abstract** The objective is to show how the censorship tradition is established in Brazil and is still used today as a means of silencing the voices contrary to the current regimes. It seeks to highlight the concept of censorship and its origins in the West from the edition of *Index Librorum Prohibitorum*. The literature review is used to locate two distinct moments of censorship in Brazil, namely when the country was still Cologne, during the Civil-Military Dictatorship from 1964 to 1985, where the military ruled the the state and legal

apparatus for the control and censorship of publications and in the recent case of search and seizure by the city hall the work exhibited at the Rio de Janeiro Book Biennial in 2019. It concludes that even outside of exception regimes, the Censorship is a recurring activity of governments and people in Brazil and around the world.

**Keywords** book history; Brazilian history; censorship; dictatorship; repression

## 1. Introdução

A produção intelectual e cultural de um povo é o que lhe atribui pensamento crítico, o que corrobora para o crescimento de ideias não padronizados e o que lhe garante o direito de poder se expressar livremente através das suas produções. Não é sem motivos então que, em qualquer regime de exceção tais manifestações são controladas e censuradas com a intenção de homogeneizar que é entendido como certo pelo governo vigente durante esses períodos. Dessa maneira, ao controlar a disseminação de informação dentro do território em que se exerce tal poder, pode-se então dominar o seu povo.

Partindo desse princípio, entendendo que para controlar uma sociedade é necessário que se controle como ela pensa, Chaui (1995) expõe que o corpo social brasileiro foi constituído a partir do mito da não-violência. A autora explica que há uma crença de que os brasileiros são caracterizados como pacíficos e respeitosos, sendo incapazes de realizar qualquer tipo de injustiça. Entretanto, acontecimentos ao longo da construção histórica do Estado brasileiro e do cotidiano dos seus cidadãos deixam explícito o contrário do que se acredita. Chaui então afirma que, essa negação de que os brasileiros são incapazes de realizar atos contrários à justiça faz com que esse mito seja conservado ao longo dos anos.

Ao evidenciarmos tal comportamento, ressalta-se neste artigo, a censura como um dos métodos utilizados para a manutenção desse pensamento. Dessa forma, a partir de uma abordagem histórica acerca do conceito do que é censura no geral e de como ela é caracterizada no âmbito da ciência da informação, é apresentado neste trabalho como foi instalada, conservada, como este modo de repressão ainda está presente no corpo social contemporâneo e os problemas derivados de tal mecanismo.

Partindo deste princípio, selecionamos 3 (três) períodos para evidenciar que a sociedade brasileira possui uma narrativa de negação de acontecimentos que marcaram a sua construção. Logo, o objetivo desse texto é evidenciar como a tradição censória se instaura no Brasil e ainda hoje é utilizada como meio de silenciamento das vozes contrários aos regimes vigentes.

O primeiro período delimitado foi a instalação da Família Real portuguesa no Brasil em 1808, onde são apontados vários acontecimentos acerca da intensificação de um regime baseado nos mecanismos objurgação da produção literária, cultural e social no território brasileiro. O segundo período é Ditadura Civil-Militar brasileira, um assunto considerado ainda um tabu e bastante sensível perante alguns segmentos dentro da sociedade. Entretanto, tal acontecimento é um marco histórico importante na construção do meio social em que nos encontramos hoje. Faz-se necessário então, uma maior exposição sobre o período, devido à necessidade de construir uma posição política e social de forma responsável sobre o que ocorreu naquela época.

O Período Colonial e o Ditatorial são caracterizados por grande repressão política, ideológica e cultural no Brasil. Para a manutenção dessas repressões, um dos mecanismos utilizados por esses regimes, foi a censura. No Brasil Colônia, tal processo deu-se pela instauração de várias políticas instauradas pela Família Real portuguesa, em especial o *Index Librorum Prohibitorum* (índice de livros proibidos) e o Desembargo do Paço, políticas estabelecidas para controlar a disseminação de informação no Brasil.

Na Ditadura Civil-Militar brasileira, foram instaurados diversos órgãos governamentais para a manutenção da censura vivenciada desde a formação do Estado brasileiro. Sendo assim, ambos os regimes utilizavam como argumento para legitimar essa repressão a preservação da segurança nacional, do bem-estar dos cidadãos e dos costumes morais e éticos segundo o conceito dos regimes citados.

É notável que, a instauração e manutenção dos mecanismos de censura pela Família Real portuguesa e a Ditadura Civil-Militar restringiram um grande leque de possibilidades no âmbito intelectual brasileiro e que uma grande parte das obras que eram consideradas um perigo para a continuidade desses regimes foram destruídas. De forma que ao tentar inibir a proliferação de ideias contrárias aos seus ideais contribuíram para um enraizamento do pensamento social brasileiro, de forma que é possível evidenciar reflexos deste problema diariamente em alguns segmentos sociais.

Sendo assim, faz-se necessário que o assunto seja discutido dentro nas universidades brasileiras e na sociedade como um todo, para que seja possível a construção de uma responsabilidade em manter a consciência acerca dos problemas acarretados por estes períodos. E com isso, criando embasamento para que se realize uma comparação de como atual gestão do governo estadual e Federal se comportam diante de tais acontecimentos e nas medidas que ambos realizam para lidar com eles. Dessa maneira, permitindo um conhecimento mais aprofundado sobre as repressões sofridas e sobre o que ocorreu e está ocorrendo com nossa produção intelectual e cultural. E assim, desconstruindo o pensamento retrógrado, criando uma memória coletiva acerca destes marcos histórico, de forma que possamos evidenciar que este tipo de comportamento permanece no tecido social brasileiro até os dias de hoje, o que nos leva ao terceiro período, onde é exposto a tentativa de censura na XIX Bienal do Livro de 2019.

## **2. Censura: conceito e abordagem histórica**

De acordo com Vergueiro (1987) a palavra censura é oriunda do verbete em latim *censere*, que tem como sua definição “ter acesso”. Na Roma antiga, o termo era atrelado aos magistrados, responsáveis por ditar os deveres e direitos das demais

classes sociais da sociedade romana, ou seja, eram vistos como eruditos dentro dessa civilização, àqueles que possuíam grande poder e sabedoria. Dessa forma, os magistrados assumiam o papel de árbitros sociais, podendo proibir o exercício das funções públicas e atividades políticas dos cidadãos. Baseando-se nessa narrativa, Vergueiro (1987), explica que a censura é “[...] um esforço por parte de um governo, organização, grupo ou indivíduo de evitar que as pessoas leiam, vejam ou ouçam o que pode ser considerado como perigoso ao governo ou prejudicial à moralidade pública” (VERGUEIRO, 1987, p. 22).

Podemos perceber, então, que o exercício do mecanismo censura em diversas áreas da sociedade é uma prática antiga, como Báez (2006) deixa evidente em seu texto ao ressaltar uma sequência de acontecimentos, expondo uma ligação direta com a detenção de poder dentro de uma sociedade, contribuindo assim, para a manutenção de uma ideologia determinada como dominante.

Já de acordo com o entendimento da Ciência da informação, Cunha e Cavalcanti (2008) explicam, no dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, que a censura se define por:

1. Proibição de publicar e divulgar ideias, notícias, imagens e conceitos que são considerados, pelas autoridades, como elementos capazes de abalar a autoridade do governo, ou a ordem social e moral; 2. Controle exercido sobre a informação e os livros, com a finalidade de decidir sobre a oportunidade, ou inoportunidade, de sua disseminação. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 76)

Dessa maneira, ao entendermos o que a censura significa, Carneiro (2002) então, expõe em seu texto subdivisões dos mecanismos de censura, dentre eles podemos destacar:

- a) *Censura prévia ou preventiva*: está relacionada ao controle utilizado pelo governo acerca de publicações de livros, periódicos, confecções de programas de comunicação e na realização de peças de teatro. Os autores e editoras devem enviar seus trabalhos originais para submissão e aguardar por uma avaliação do órgão responsável;
- b) *Censura repreensiva ou punitiva*: é utilizado no texto após ser publicado. A falta de censores suficientes para suprir a grande massa informacional produzida deu viés para criação deste mecanismo; dessa maneira, fazendo com que as editoras retirassem seu material de circulação, onde os mesmos poderiam ser apreendidos, recolhidos ou destruídos, gerando um grande prejuízo para os órgãos editoriais;

- c) *censura ao direito à informação*: viabiliza o controle por parte do Estado na livre circulação de informações e do acesso à mesma pela população.

É perceptível um paradoxo, a partir das subdivisões dadas por Carneiro (2002), enfatizadas em Leitão (2010) quando ressalta que ao destruir, censurar ou restringir o acesso de determinados textos, provoca-se a curiosidade dos leitores acerca dessas obras, fazendo com que a busca pelo o que é dito como “proibido” aumente. Dessa maneira, Báez salienta que “[...] destruir é assumir o ato simbólico da morte a partir da negação daquilo que é representado” (BÁEZ, 2006, p. 18).

### **3. *Index librorum prohibitorum*: o “anticatálogo”**

O *Index librorum prohibitorum* (*Índice dos livros proibidos*, em tradução livre) foi publicado pela primeira vez em julho de 1559, pela Sagrada Congregação da Inquisição Romana, promulgada pelo Papa Paulo IV, que, de acordo com Burke (2006), tornou-se o sistema de censura mais famoso no período. Segundo o autor, a melhor definição a ser adotada para o catálogo seria o termo “anticatálogo”, pois ele era composto por uma lista de livros e autores que eram considerados proibidos para a leitura pela Igreja Católica, caracterizando-se como uma resposta ao protestantismo e à imprensa. Dessa maneira, Burke (2006), explica que:

O Índice-modelo, editado em 1564, começava com uma série de regras gerais proibindo três tipos principais de livros: os heréticos, os imorais e os mágicos. Seguia-se uma lista de autores e títulos, sendo aqueles divididos em primeira classe (todos os seus escritos eram proibidos) e segunda classe (somente alguns trabalhos estavam proibidos). (BURKE, 2006, p. 56)

De acordo com Leitão (2010) a última edição do Índice ocorreu no ano de 1948, sendo encerrado oficialmente apenas depois de quatro séculos, no ano de 1966. Entretanto, a Igreja Católica não foi a única a exercer controle nas publicações, a Igreja Protestante baseando-se no “anticatálogo” criou também as suas restrições quanto às publicações da Idade Média. Leitão (2010) ressalta ainda que, ambas Igrejas exerceram um controle acerca do corpo social existente no período, seja por meio de censura ou proibição da disseminação de informações que ameaçavam as suas respectivas supremacias.

Tendo como ponto de partida que o Estado na época era fortemente influenciado pelo caráter religioso, e que a Igreja passava os seus ideais para a população através do aparelho estatal do período, dessa maneira, o “anticatálogo” foi então disseminado pelas monarquias e imposto em suas colônias.

Podemos perceber então que com o poder de persuasão da Igreja acerca das monarquias, em especial em Portugal, fazia com que o exercício de repressão e censura fossem transpostos para além do seu território, um exemplo disso é o Brasil, que na época era uma colônia de Portugal. Para exercer as diretrizes expostas pela Igreja através do *Índice dos livros proibidos*, a coroa portuguesa, controlava de forma tão forte a disseminação de informação dentro do solo brasileiro que havia vistorias nos portos a fim de evitar a entrada de obras proibidas em território brasileiro e era proibido a impressão local de obras literárias e científicas.

Só no ano de 1808, após a chegada da Família Real no Brasil foi instituída, sob a tutela do monarca, a primeira editora brasileira, a Imprensa Régia, e, com tal feito, a impressão de obras literárias foram permitidas em território brasileiro. Porém, em Portugal, a estruturação do mecanismo de censura passou a vigorar no ano de 1536, quando a Inquisição chegou ao país. Dessa forma, é evidenciado que os autores e editoras portuguesas possuíam vivência deste mecanismo e das limitações impostas pelo “anticatálogo” em suas produções desde muito cedo, onde podemos perceber que a coroa portuguesa já sabia como exercer tais restrições.

Com a intenção de continuar exercendo o controle da propriedade intelectual produzida em sua colônia, em 22 de abril de 1808, concebido por um alvará, instaura-se no Brasil a Mesa do Desembargo do Paço, que segundo El Far (2006), tinha como função fiscalizar:

[...] tudo o que entrava e saía dos portos brasileiros. Vigiavam também o conteúdo de cada obra, os títulos colocados à venda e a fidelidade das impressões. As publicações aprovadas recebiam a devida autorização, com os dizeres “Com licença do Desembargo do Paço”, e passavam a circular livremente. (EL FAR, 2006, p. 16)

Sendo assim, impedindo que ideais contrários “[...] à moral, aos bons costumes, à religião e ao governo chegassem ao público” (LEITÃO, 2010, p. 78), dessa forma, o Desembargo e a política estabelecida pelo “anticatálogo” evitavam que houvesse qualquer tipo de disseminação de informações que ameaçasse a supremacia da monarquia portuguesa instalada no Brasil. Para dar continuidade ao processo de controle, D. João, elaborou vários mecanismos de censura no Brasil, Leitão (2010), então os divide em três etapas:

[...] a primeira, com a nomeação de censores para a tipografia régia; a segunda com o estabelecimento da função de censura do Desembargo do Paço, que originou censores civis, e a terceira instituindo a Intendência da Polícia do Rio de Janeiro. (LEITÃO, 2010, p. 79)

Percebe-se então, que tais restrições impostas pela coroa portuguesa no Brasil corroboravam para uma “[...] a formação de uma mentalidade conservadora, preconceituosa que deixou de acompanhar o progresso dos demais países europeus [...]” (LEITÃO, 2010, p. 72), sendo assim, evidenciam-se resquícios desse pensamento em alguns momentos da história da sociedade brasileira.

#### **4. Os resquícios de um pensamento retrógrado: a Ditadura Civil-Militar brasileira**

Um dos marcos históricos na constituição do Estado brasileiro, que fazem alusão ao comportamento social ressaltado por Leitão (2010), ocorreu entre os anos de 1964 e 1985, quando um golpe de Estado destituiu o presidente João Goulart e deu a ditadura civil militar brasileira, que duraria vinte e um anos. O golpe constituiu-se na derrubada do governo de Goulart que, segundo Wasserman (2004, p. 27), “[...] a despeito de ter sido desfechado em nome da segurança nacional e da promessa de defesa e respeito às normas democráticas, o golpe militar de 1964 inaugurou um período de insegurança e arbítrio”.

Nos anos de 1961 a 1964, nos governos dos presidentes Jânio Quadros e João Goulart, o Brasil presenciou um grande aumento nas lutas das camadas sociais, de maneira que incomodava a classe média brasileira e os militares. Somado a esse fator, o país passava por uma alta taxa de inflação e por uma instabilidade política muito forte, corroborando para a ascensão da extrema direita.

Com o auxílio financeiro dos Estados Unidos, o apoio da classe média brasileira, dos setores rurais que possuíam importância na cena rural do país, que foram convencidos pela propaganda anticomunista, do Partido Social Democrático, da União Democrática Nacional e da Igreja Católica, os militares conseguiram afastar o presidente João Goulart de seu governo, instalando assim a Ditadura Civil-Militar brasileira em 31 de março de 1964, com o intuito de inserir o Brasil do modelo econômico capitalista.

Com o regime instaurado, os avanços conquistados no âmbito social, no governo de João Goulart, sofreram um retrocesso. Tal fato advém de que o Estado brasileiro ditatorial estabeleceu padrões autoritários que tinham como objetivo conter os direitos garantidos pela população e proporcionar condições para inserir o modelo econômico capitalista no Brasil.

Durante esse período, o Brasil foi governado por cinco generais que foram nomeados pelos próprios militares. Tal período teve seu início com o general Humberto de Alencar Castello Branco, sendo finalizado com o general João Baptista de Figueiredo. Diante de tais governos o Brasil passou por várias mudanças e retrocessos, dentre eles, Silva (1985, p. 6) destaca que:

[...] durante todo esse tempo os comandos militares executaram as tarefas preconizadas pela doutrina que seguiam. “Houve a limpeza da área” com a cassação de mandatos parlamentares e, depois a dissolução dos partidos políticos, ensejando uma reformulação partidária sob medida com o calçado manietante dos antigos chineses, no bipartidarismo bifurcado na Arena e no MDB; no expurgo, nas Forças Armadas, afastando sem condenação, desde os soldados e marinheiros até generais, almirantes e brigadeiros que não concordaram com o golpe; na edição dos Atos Institucionais (os Ais) e Atos Complementares (os Acs) constituindo uma legislação de emergência casuística, de acordo com a conveniência do momento de quem mandava. Tumultuada a política interna, a política econômica geraria o caos.

Tendo como base os Atos Institucionais, criados pelo general Castello Branco, “[...] surgiu a proposta idealizada pelo general Golbery de Couto e Silva de se criar o Serviço Nacional de Informação, que absorveria e centralizaria o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações a Junta Coordenadora de Informações” (LEITÃO, 2010, p. 118)

O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi um dos órgãos do golpe Civil-Militar responsável pelo controle da cultura e política brasileira. Diante de tal órgão, somando aos fatos mencionados por Silva (1985) uma grande produção cultural, artística, intelectual foi perdida durante o período da Ditadura Civil-Militar brasileira. Percebe-se então que, o SNI tinha um caráter coercitivo, que tentava moldar a opinião da população brasileira da época e possuía como atribuições:

O monitoramento de informações sobre as principais lideranças políticas, sindicais e empresariais do país; o controle das atividades da Igreja; a manipulação da empresa – com inserção da propaganda institucional em todos os meios de comunicação; a infiltração de agentes em sindicatos, escolas, universidades, repartições públicas, entidades de classe, a execução de atividades de manipulação de pensamento, com divulgação de notícias e contrainformação, visando à desestabilização psicológica provocando pânico sobre ações subversivas de hipotéticos inimigos internos, criando sabotagens que justificassem a ação desses inimigos internos. (LEITÃO, 2010, p. 118)

Dando continuidade aos AI's, o segundo general do regime ditatorial brasileiro, Costa e Silva, instaurou o Ato Inconstitucional N° 5, e com o Decreto-lei n° 1.0771, que possuía as seguintes determinações:

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.

Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior.

Art. 3º Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares.

Art. 4º As publicações vindas do estrangeiro e destinadas à distribuição ou venda no Brasil também ficarão sujeitas, quando de sua entrada no país, à verificação estabelecida na forma do artigo 2º deste Decreto-lei.

Art. 5º A distribuição, venda ou exposição de livros e periódicos que não hajam sido liberados ou que tenham sido proibidos, após a verificação prevista neste Decreto-lei, sujeita os infratores, independentemente da responsabilidade criminal. (BRASIL, 1970)

Outro mecanismo de repressão utilizado pelo regime ditatorial foi o Instituto Nacional do Livro (INL), órgão criado no governo Getúlio Vargas, em 1937. O INL, no governo de Vargas, de acordo com o, Decreto-lei nº 93, tinha como suas principais competências explícitas no Art. 2º:

- a) organizar e publicar a *Enciclopédia Brasileira* e o *Dicionário da Língua Nacional*, revendo-lhes as sucessivas edições;
- b) editar toda sorte de obras raras ou preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional;
- c) promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país bem como para facilitar a importação de livros estrangeiros
- d) incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional. (BRASIL, 1937)

Os militares, ao se apropriarem do INL, passaram a ter controle do material editorial publicado no Brasil. Segundo a portaria de nº 35, de 11 de março de 1970, do Ministério da Educação, o INL, além das funções mencionadas pelo Decreto de Lei nº 93, incorporou a função de coeditar todos os livros junto com as editoras nacionais e desenvolver os livros didáticos usados no ensino fundamental da época. Entretanto, ambas as ações atribuídas ao INL durante o regime militar, eram financiadas pelo Estado. Dessa forma, segundo Oiticica (1997, p. 142) “[...] o Estado praticamente renuncia à iniciativa editorial e subsidia o setor privado, reservando-se o poder de veto”.

Dessa maneira, junto com o Decreto-Lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970, que proibia as publicações que contrariavam à moral e aos bons costumes e decretava em seus artigos que:

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.

Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior.

Parágrafo único. O Ministro da Justiça fixará, por meio de portaria, o modo e a forma da verificação prevista neste artigo.

Art. 3º Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares. (BRASIL, 1970)

O governo exercia o seu caráter coercitivo através do INL e do Departamento de Polícia Federal, que passam então a exercer uma censura prévia na produção literária brasileira, de modo que o Instituto exerce o papel júri acerca das produções literárias no país.

Podemos evidenciar então que, o governo usou desses quatro mecanismos para garantir o controle das informações em que a população brasileira da época tinha acesso, o Serviço Nacional de Informações para controlar as expressões culturais e políticas contrárias aos ideais do governo, o no Ato Inconstitucional N° 5, para realizar uma censura prévia e punitiva de produções culturais e literárias, o Instituto Nacional do Livro que tinha como função reassumir e remodelar a identidade popular brasileira, por meio da criação de dicionários e enciclopédias e a Polícia Federal que possuía a função fiscalizar e apreender qualquer material que estivesse ofendendo a moral e aos bons costumes. Dessa forma, para que a produção se adaptasse aos moldes ditatoriais, alguns livros que haviam sido produzidos antes da ditadura foram proibidos, queimados ou escondidos. Outros tinham sua leitura vigiada ou supervisionada e o aumento dos acervos das bibliotecas deveriam ser passados pelos agentes de censura. Sendo assim, ao caracterizar como tais mecanismos funcionavam dentro do período ditatorial no Brasil, Leitão (2010, p. 47) explica que:

[...] a censura não atua sozinha. Para toda censura haverá um movimento de diálogo e oposição, com mecanismos necessariamente libertários e transgressores, demonstrando que, nesse embate dialético, duas forças poderosas são diferentes faces da mesma moeda. O poder de dominar e o poder de libertar ideias e pessoas são formas de comportamento oponentes na batalha ancestral que se desencadeia através dos tempos.

Nessa perspectiva, é possível perceber que o Estado brasileiro autoritário estava tentando construir uma ideologia para que as representações expostas pelo mesmo se tornassem um interesse coletivo, de forma que os mecanismos censura faziam

com que tal mentalidade fosse diluído socialmente, e assim, criando um conjunto de concepções que justifica e legitima tal pensamento dentro do país. Ficando evidente então, que os militares ao exercerem o seu poder coercitivo através do governo, tendo como base o mesmo pensamento evidenciado anteriormente por Leitão (2010) quando o Brasil ainda era uma Colônia: zelar pela moral e os bons costumes e atrofiar a diversificação de informação e a liberdade de expressão dentro do Brasil.

### **5. Em defesa da família tradicional brasileira, da moral e dos bons costumes: a censura na Bienal do Livro do Rio de Janeiro de 2019**

No dia 5 de setembro de 2019, o prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, anuncia que irá recolher exemplares da História em Quadrinho (HQ) *Vingadores, a cruzada das crianças*, da Bienal do Livro do Rio de Janeiro 2019. Essa poderia ser uma bienal como qualquer outra, entretanto, a edição foi marcada pela presença de fiscais da Secretária Municipal de Ordem Pública que circulou, no início da tarde de 6 de setembro de 2019, as prateleiras da bienal para recolher livros que estavam ligados aos que eles entendiam como homossexualidade. Os agentes foram liderados pelo coronel Wolney Dias, ex-comandante da Polícia Militar e atual subsecretário de Operações da Secretaria.

**Figura 1** Beijo retratado em *Vingadores, a cruzada das crianças*



Fonte: Modificado de PUTTI (2019).

A prefeitura ressalta e defende o seu argumento acerca do recolhimento baseado nos artigos 78 e 79 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que contém as seguintes informações:

Art. 78. As revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado a crianças e adolescentes deverão ser comercializadas em embalagem lacrada, com a advertência de seu conteúdo.

Parágrafo único. As editoras cuidarão para que as capas que contenham mensagens pornográficas ou obscenas sejam protegidas com embalagem opaca.

Art. 79. As revistas e publicações destinadas ao público infanto-juvenil não poderão conter ilustrações, fotografias, legendas, crônicas ou anúncios de bebidas alcoólicas, tabaco, armas e munições, e deverão respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família. (BRASIL, 1990)

Usando tais artigos como embasamento, a apreensão dos livros seria realizada para proteger as crianças do nosso país do conteúdo impróprio para menores, pois segundo o prefeito, um beijo entre um casal homossexual, que aparece em uma cena do HQ, é considerado inapropriado para público infantil. Tal proibição acabou gerando revolta nas redes sociais, fazendo com que todos os exemplares que estavam disponíveis fossem comprados.

Ao analisarmos os artigos do ECA, podemos evidenciar que não há nenhuma restrição acerca da literatura LGBTQIA+ (Lésbicas; Gays; Bissexuais; Transexuais ou Transgêneros; Queer; Intersexo; Assexual; “+” abrange todas as possibilidades de orientação sexual e/ou identidade de gênero que existam), de forma que a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro acabou indo contra o Art. 5, inc. IX da Constituição Federal de 1988, que garante a liberdade de “[...] expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença” (BRASIL, 1988).

Após várias liminares emitidas por vários órgãos, o Supremo Tribunal de Justiça (STF) reconhece como ilegal o recolhimento dos materiais e impede que as obras fossem apreendidas na Bienal, com o argumento baseado na Constituição de 1988, que como exposta acima garante a livre circulação de ideias.

Podemos evidenciar então que, diferente do que era realizado no Brasil Colônia e no regime ditatorial brasileiro, onde a censura era realizada de forma implícita, fazendo com que ela fosse diluída socialmente sem ser notada pela grande maioria da população. O prefeito da cidade do Rio de Janeiro realiza de uma tentativa de censura explícita para limitar a disseminação de informação na Bienal. Reimão (2014, p. 88) expõe que:

[...] o estabelecimento de um esquema censório é uma violência à cidadania. Concebemos a censura como parte de um aparelho de coerção e repressão que, muito mais do que afetar a circulação de alguns bens culturais, restringia a produção e circulação da cultura, implicando uma profunda mudança no exercício da cidadania e da cultura.

Dessa forma, mesmo após o Brasil se tornar um país democrático e passar pelo regime ditatorial, podemos notar que a cultura sócio-política da violência contra a disseminação das produções intelectuais por parte de uma parcela dos governantes do país ainda existe.

## 6. Considerações finais

Como podemos evidenciar ao longo do trabalho, o mecanismo da censura é um instrumento utilizado de forma recorrente no decorrer da história, sendo as medidas adotadas para a implementação e manutenção deste mecanismo sendo muito mais violento no âmbito dos regimes autoritários. Podemos destacar também que apesar disto, a censura está presente no cotidiano dos cidadãos brasileiros independente de que o país esteja sendo regido por um regime de exceção, onde evidencia-se no exemplo da Bial. É perceptível também que, alguns instrumentos ainda são usados para coerção, como a polícia. Partindo deste princípio, nessa direção, verificamos a intensificação do modelo de restrição intelectual no Brasil, em sua época colonial, e o seu reestabelecimento e reafirmação no recorte realizado acerca do governo Civil-Militar.

É possível concluir, por meio do problema de pesquisa, objetivos e das fundamentações expostas no trabalho que foram realizadas muitas estratégias de controle, desde a instauração do *Index librorum prohibitorum*, no âmbito mundial, até sua implementação no Brasil. Podemos concluir que de acordo com o que é apresentado no trabalho tais mecanismos estão instalados no tecido social brasileiro desde seus tempos como colônia e são reforçados com a chegada da Família Real portuguesa no país e que ao decorrer do desenvolvimento histórico do Brasil os demais regimes, em especial o regime Civil-Militar, contribuíram para a manutenção de tal pensamento.

Ainda podemos ressaltar que o mito da não-violência, exposto por Chaui (1995), perdura até os dias atuais. Sendo assim, deixando claro que ele está sendo conservado e que para a sua manutenção, a sociedade usa o mesmo argumento da segurança nacional e da proteção da moral, dos bons costumes, da família e da religião e apresentados por Leitão (2010) desde a época do Brasil como colônia portuguesa.

Dessa maneira, baseando-se no que foi exposto pelo trabalho, é perceptível que o Estado brasileiro sempre contribuiu de forma direta ou indireta para a censura das

produções intelectuais, culturais e sociais no país. Sendo assim, este trabalho pretende esclarecer tais fatos para o público leitor e deixar evidente o poder que a censura possui acerca do controle do pensamento social e cultural de uma população, onde podemos perceber os seus resquícios de um pensamento retrógrado até os dias atuais.

### Referências

- BÁEZ, Fernando. *História universal da destruição de livros: das tábuas sumérias à guerra do Iraque*. Rio de Janeiro, Ediouro, 2006.
- BRASIL. *Constituição Federal (1988)*. Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 25 out. 2019.
- BRASIL. Decreto-lei nº 1077, de 26 de janeiro de 1970. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial da União*, 26 jan. 1970. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/De1077.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De1077.htm)>. Acesso em: 2 out. 2019.
- BRASIL. Decreto-lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937. Cria o Instituto Nacional do Livro. *Diário Oficial da União*, 27 dez. 1937. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 out. 2019.
- BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot*. Rio de Janeiro, Zahar, 2006.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, ideias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2002.
- CHAUI, Marilena. “Cultura política e política cultural”. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 9, n. 23, p. 71-84, jan./abr. 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n23/v9n23a06.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2019.
- CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília, Briquet de Lemos, 2008.
- EL FAR, Alessandra. *O livro e a leitura no Brasil*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.
- LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. *A relação entre bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e no Regime Militar: uma reflexão*. São Paulo, ECA USP, 2010.
- OITICICA, Ricardo. *O Instituto Nacional do Livro e as ditaduras: Academia Brasileira dos Rejeitados*, 1997. Tese (Doutorado em Letras) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.
- PUTTI, Alexandre. “Crivella manda retirar HQ com beijo gay da Bienal do Livro no Rio”, 6 set. 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/diversidade/crivella-manda-retirar-hq-com-beijo-gay-da-bienal-do-livro-no-rio/>>. Acesso em: 25 out. 2019.

- REIMAO, Sandra. “Proíbo a publicação e circulação...”: censura a livros na ditadura militar”. *Estud. Av.*, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 75-90, abr. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142014000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000100008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 24 out. 2019.
- SILVA, Hélio. *1964: vinte anos de golpe militar*. Porto Alegre, L&PM, 1985.
- WASSERMAN, Claudia. “O Império da Segurança Nacional: o golpe militar de 1964 no Brasil”. In: WASSERMAN, Cláudia; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. *Ditaduras militares na América Latina*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004.

# Leitura, escrita e autopublicação: a plataforma Wattpad

*Reading, Writing and Self Publishing: the Platform Wattpad*

**Sara Mendonça Poubel de Oliveira** | sara\_poubel@id.uff.br

Graduada em Biblioteconomia e mestranda em Ciência da Informação pela UFF

**Resumo** O presente artigo tem por objetivo apresentar as plataformas de autopublicação como possíveis disseminadoras da informação na cultura digital. Destaca a literatura ficcional como fonte de informação e dá ênfase à plataforma Wattpad, um recurso para a publicação independente de livros. Os objetivos são discutir a difusão da leitura e da produção editorial através das plataformas; conceituar leitura e escrita em meio digital destacando a fanfiction como gênero textual e descrever a funcionalidade dos aplicativos e sites de autopublicação, focando no Wattpad. Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa exploratória de caráter descritivo. Percebeu-se que os bibliotecários precisam estar atentos às mudanças que vêm ocorrendo no mundo editorial para melhor atender o público-alvo destes setores, na sua maioria pessoas que incorporaram a cultura digital como meio de adquirir informação e educação.

**Palavras-chave** cultura digital; leitura digital; autopublicação; fanfiction; Wattpad

**Abstract** The present paper aims to present the self-publishing platforms as possible disseminators of information in digital culture. It highlights the fictional literature as a source of information and emphasizes the platform Wattpad, a resource for the independent publication of books. The objectives are to discuss the dissemination of reading and editorial production through the platforms; to conceptualize reading and writing in digital media highlighting fanfiction as textual genre and to describe the functionality of application and self-publishing sites, focusing on Wattpad. As for the methodology, it is an exploratory research descriptive character based. It was perceived that librarians need to be aware of the changes that have been occurring in the editorial world to better serve the target audience these sectors, mostly people who have incorporated digital culture as a means of gaining information and education.

**Keywords** digital culture; self publishing; digital reading; fanfiction; Wattpad

## 1. Introdução

A internet é um terreno fértil à imaginação de pessoas criativas. Sites, imagens, músicas e diversos tipos de multimídia percorrem a rede mundial de computadores. O que mais existe na web é a palavra escrita, além de códigos e símbolos. Letras, palavras, frases e textos. Páginas e mais páginas de textos escritos, curtidos e compartilhados. Mas o que fazer quando alguém quer levar esses textos para além da tela e publicá-los no formato de livros, e quem sabe chamar a atenção de uma editora? Tal façanha não é a coisa mais fácil a se fazer.

Martins (2011, p. 32) afirma que a leitura é “uma experiência individual, cujos limites não são demarcados pelo tempo em que nos detemos nos sinais ou pelo espaço ocupado por eles”. Para Rocha (2011, p. 169), a leitura é um “processo vivo, contínuo e intrinsecamente ligado à subjetividade de cada indivíduo/leitor”. Esse conceito aproxima as noções de leitura e letramento, em especial o letramento literário. De acordo com Soares (2002, p. 145-146), letramento é um estado, uma condição em que os

[...] indivíduos ou grupos sociais que dominam o uso da leitura e da escrita [...] têm as habilidades e atitudes necessárias para uma participação ativa e competente em situações em que práticas de leitura e/ou de escrita têm uma função essencial, mantêm com os outros e com o mundo que os cerca formas de interação, atitudes, competências discursivas e cognitivas que lhes conferem um determinado e diferenciado estado ou condição de inserção em uma sociedade letrada.

Zappone (2008, p. 31) conceitua letramento literário como o “conjunto de práticas sociais que usa a escrita ficcional ou escrita literária enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia em contextos específicos e para objetivos específicos”. A partir da ideia de leitura e letramento literário, é introduzida a perspectiva de escrita pelo viés literário, voltado para a produção literária. Acerca desse tema, Carvalho e Mendonça (2006, p. 19) afirmam que a apropriação da escrita é um processo complexo e multifacetado, que envolve tanto o domínio do sistema alfabético/ortográfico quanto a compreensão e o uso efetivo e autônomo da língua escrita em práticas sociais diversificadas. A partir da compreensão dessa complexidade é que se tem falado em alfabetização e letramento, como fenômenos diferentes e complementares.

Segundo Brust (2012, p. 29), “a autopublicação [...] é o processo de publicação de uma obra, qualquer que seja ela, sem o apoio de uma casa editorial – geralmente partindo do trabalho e esforço pessoais do autor”. Já Pecoskie e Hill (2015) definem a autopublicação como uma produção independente, do ponto de vista editorial. De modo geral, ela é definida “como todos os trabalhos produzidos para consumo público que não tenham passado por um editor tradicional” (PECOSKIE; HILL, 2015 p. 4,

tradução nossa). Cabe ainda ressaltar que, apesar de ter sido popularizada graças ao advento da internet, a autopublicação não é algo novo. Diferente do que muitos pensam, a autopublicação não surgiu no contexto digital, sendo uma prática que já existia no ambiente analógico, consistindo em disponibilizar uma obra para o público, seja de forma gratuita ou paga, sem que esta passasse pela triagem de uma editora, pelas mãos de um editor e por uma revisão minuciosa, como ocorre tradicionalmente no mercado editorial (SANTOS, 2015, p. 82).

Dentre as diversas plataformas de autopublicação disponíveis na Web, destacamos a Wattpad, que abriga a maior comunidade de leitores e escritores do mundo. Por meio dela qualquer usuário cadastrado pode disponibilizar material literário de autoria própria sem a intermediação de editoras, além de funcionar como rede social, conectando leitores ao redor do mundo. De acordo com Arruda, Silva e Andrade (2014, p. 4-5), “o Wattpad é uma rede social gratuita onde seus usuários podem publicar histórias, artigos, livros, fanfics, entre outros, descobrindo e compartilhando”. Ou seja, os usuários são capazes não só de publicar seus trabalhos, como entrar em contato com outros usuários, favoritar histórias, entrar em grupos de leitura, receber e dar feedback sobre os trabalhos publicados.

Em linhas gerais pode-se dizer que plataformas de autopublicação possibilitam que usuários comuns se vejam escritores e editores sem nenhum custo financeiro, realizando o sonho de milhares de pessoas e fazendo crescer o mercado de e-books, além de funcionar como vitrine para editores que buscam novos autores para o mercado editorial.

A autopublicação hoje está mais voltada para os livros digitais que os físicos. Para Reis e Rozados (2016), o formato livro digital constitui área de interesse para bibliotecários e bibliotecas, uma vez que esta nova configuração de leitura explicita o que sempre foi o mais importante em um livro: seu conteúdo. Para entender esse ambiente de publicação, suas produções, autores e leitores foram elaboradas as seguintes questões: Qual o impacto das plataformas de autopublicação na produção literária atual? Suas funcionalidades provocaram a impulsão do gênero fanfiction?

Em pesquisa realizada no portal da BRAPCI<sup>1</sup> pelo termo “autopublicação”, em que o mesmo estivesse presente em qualquer campo da pesquisa, no período entre 2008 e 2018, foram encontradas apenas duas publicações cujo termo se fazia presente. Ambas foram elaboradas e publicadas após 2014. Já em pesquisa realizada no repositório BENANCIB<sup>2</sup>, também usando o termo “autopublicação”, apenas um

1 BRAPCI: Base de dados de Periódicos em Ciência da Informação publicadas no Brasil desde 1972.

2 BENANCIB: Repositório vinculado à UFF que disponibiliza os trabalhos e palestras dos Encontros Nacionais de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIB), desde sua primeira edição, em 1994.

registro foi recuperado, sendo este um dos arquivos recuperados também pelo portal da BRAPCI. O mesmo ocorreu quando o termo “Wattpad” em pesquisada realizada em ambas as bases: apenas um artigo foi recuperado e tratava-se do mesmo encontrado anteriormente. Esse levantamento mostrou-nos a falta de pesquisa acadêmica sobre o assunto na área de Biblioteconomia, o que justificou a realização desta investigação, cujos resultados, consolidados por meio de Trabalho de Conclusão de Curso, relatamos neste artigo.

Em termos conceituais, a pesquisa abre a discussão sobre a questão da produção editorial em meio eletrônico. Uma ideia pouco comercializável, como dito por Pecoskie e Hill (2015, p. 9), mas que caracteriza uma nova perspectiva para autores independentes, como dizem Virgínio e Nicolau (2014) e conta com o apoio de gigantes da internet como a *Amazon*. Isso ocorre porque as plataformas de autopublicação tornaram-se um ambiente para se conhecer o potencial de novos autores e trazê-los para o circuito das editoras comerciais.

O objetivo da pesquisa concentrou-se em: discutir a difusão da leitura e da produção editorial através das plataformas de autopublicação. Para atingi-lo foi traçado o seguinte percurso teórico-metodológico: a) Conceituar leitura e escrita em meio digital destacando entre os gêneros textuais, as fanfictions; b) Descrever a funcionalidade dos aplicativos e sites de autopublicação, com ênfase na plataforma Wattpad.

Em termos metodológicos, a pesquisa caracteriza-se como exploratória, sendo sua finalidade estudar a literatura existente acerca do tema “leitura, escrita e plataformas de autopublicação”. Segundo Gil (2008, p. 27), a pesquisa exploratória é aquela que busca “[...] desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. É o método de pesquisa mais utilizado quando “o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis” (GIL, 2008, p. 27). Como campo empírico elegeu-se a plataforma Wattpad, sendo suas características objeto de análise, o que fez com que a pesquisa que ora relato se aproxime de um estudo de caso. A plataforma foi escolhida por ser uma das mais populares na internet.

No que diz respeito à estrutura, o artigo foi organizado em três seções a saber: introdução, em que apresentamos o objeto da pesquisa, os objetivos e os referenciais teórico e metodológico usados. Na segunda seção discutimos leitura e escrita na cultura digital e as fanfictions; e na terceira falamos das plataformas de autopublicação, do Wattpad, suas características. Nas considerações finais, fazemos uma síntese da pesquisa e descrevemos os resultados alcançados.

## 2. Leitura e escrita na era digital

Ao contrário do que pensa parte da sociedade, ler não é apenas decodificar signos linguísticos, assim como escrever não se trata somente de colocar palavras em uma linha reta. Martins (2011, p. 7) afirma que normalmente o ato de ler está ligado ao ato de escrever, e aquele que lê, é visto como decodificador das palavras. Entretanto, Segundo Carvalho e Mendonça (2006, p. 21), a leitura é:

[...] uma atividade que se realiza individualmente, mas que se insere num contexto social, envolvendo disposições atitudinais e capacidades que vão desde a decodificação do sistema de escrita até a compreensão e a produção de sentido para o texto lido.

Goulemot (2001, p. 115) afirma que a leitura é uma estratégia do afrontamento e da manipulação, servindo como escudo e espada para aqueles que leem. Isso quer dizer que quanto mais o indivíduo lê — suponhamos que ele leia material informativo e de qualidade, buscando sempre boas fontes de informação para obter o que necessita, evitando assim ser manipulado — maior será sua visão crítica do mundo, uma vez que o livro e a leitura são historicamente conhecidos por seus aspectos sociais.

Com o passar do tempo, a leitura foi sendo desvalorizada enquanto privilégio da sabedoria, título passado ao ato de escrever, cada vez mais escasso, tendo em vista que as campanhas nacionais de incentivo à leitura incentivam apenas à leitura, e nunca à escrita. De acordo com Martins (2011, p. 31), existem duas concepções de leitura discutidas na atualidade. A leitura pode ser definida como:

- 1) decodificação mecânica dos signos linguísticos, por meio de aprendizado estabelecido a partir do condicionamento estímulo-resposta (perspectiva behaviorista-skinneriana);
- 2) processo de compreensão abrangente, cuja dinâmica envolve componentes sensoriais, emocionais, intelectuais, fisiológicos, neurológicos, tanto quanto culturais, econômicos e políticos (perspectiva cognitivo-sociológica).

Martins (2011, p. 32) aponta a segunda concepção como sendo a mais aceita, pois permite um aprofundamento no assunto, uma vez que a mera decodificação dos signos pode não provocar a construção de sentido para o leitor-decodificador, o que contraria a ideia de Goulemot de que ler é “constituir e não reconstituir um sentido” (2001, p. 108), isto é, a leitura deve gerar no leitor algum significado, caso contrário a ela não terá cumprido seu papel de produtora de significação e, por conseguinte, de conhecimento. A cada leitura, o que já foi lido muda de sentido, torna-se

outro (GOULEMOT, 2001, p. 116). Adentrando o conceito de escrita no âmbito literário, surge a concepção de letramento literário, que, segundo Zappone (2008, p. 31) trata-se de um “conjunto de práticas sociais que usam a escrita ficcional ou escrita literária enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia em contextos específicos e para objetivos específicos”. Já para Soares, letramento, de um modo geral, literário ou não, envolve um estado, uma condição em que os

[...] indivíduos ou grupos sociais que dominam o uso da leitura e da escrita [...] têm as habilidades e atitudes necessárias para uma participação ativa e competente em situações em que práticas de leitura e/ou de escrita têm uma função essencial, mantêm com os outros e com o mundo que os cerca formas de interação, atitudes, competências discursivas e cognitivas que lhes conferem um determinado e diferenciado estado ou condição de inserção em uma sociedade letrada. (SOARES, 2002, p. 145-146)

Cosso (2018), por sua vez, define letramento literário como o processo de apropriação da literatura enquanto linguagem, sendo o processo como uma atividade ininterrupta e apropriação como a ideia de tomar algo para si, fazer com que algo pertença a você, de certa maneira. Essa concepção conecta-se com a ideia de leitura apresentada por Goulemot, pois para ambos os autores o ato da leitura e de letramento literário desperta algum significado no leitor, criando no indivíduo um vínculo entre ele e o texto.

Segundo Bufrem e Sorribas (2009, p. 316), o livro, quando se encontra no formato eletrônico, “pode influenciar a maneira pela qual os sujeitos fazem suas leituras, profissionais de informação cumprem suas práticas [...]” e leitores se relacionam com o livro em si, uma vez que o suporte digital oferece grandes possibilidades aliadas à leitura. Para que a leitura e escrita no âmbito digital aconteçam, o simples reconhecimento das palavras não é o suficiente. Aqui é necessário ir a fundo e dominar as técnicas e estratégias do mundo online.

Segundo Araújo et al. (2013, p. 13), “a Ciência da Informação tem se preocupado em estudar os impactos que as transformações na comunicação e no uso da informação vêm causando na sociedade”, isso inclui estudar o livro digital, seu uso e seu mercado. De acordo com Costa, Silva e Vieira (2016, p. 41), devido ao avanço das TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação – o formato do livro conhecido anteriormente, sofre alterações, e o resultado dessas alterações é o surgimento do livro eletrônico, que aparece pela primeira vez em 1998, indicando uma nova perspectiva para leitores, editores e bibliotecas.

Para Paiva (2010, p. 84 apud REIS; ROZADOS, 2016, p. 1), o *e-book* é um livro digital “que pode ser lido em equipamentos eletrônicos tais como computadores, PDAs

ou até mesmo em celulares que suportam esse recurso”. Segundo Santos e Albuquerque (2011, p. 2, grifo nosso),

[...] o termo *e-book* é uma abreviatura de *eletronic book* e surge como proposta de democratização da leitura, principalmente pelo fato de que seu custo fica em torno de 30% a 50% menor que o livro impresso, *queda essa que tende a se acentuar com o desenvolvimento de novos aplicativos de produção e leitura*.

Com o surgimento dos *e-books* no final da década de 1990, um novo nicho literário se instaurou. Com a possibilidade de fazer download de livros em formatos diversos como o PDF e o MOBI, novas maneiras de ler e escrever difundiram-se na web. Uma dessas formas é a chamada *fanfiction*.

Doneda (2016, p. 10) descreve a *fanfiction* como uma narrativa ficcional feita por fãs, sem fins lucrativos ou comerciais, a partir de histórias criadas por terceiros e que possui semelhanças com a história original (no caso de *fanfictions* desenvolvidas a partir de obras pré-existentes). Essas histórias podem ser baseadas em personagens já existentes em séries, filmes, livros, jogos, animes, ou em personalidades reais como atores, cantores ou qualquer celebridade. Embora o gênero textual *fanfiction* seja muito popular entre os jovens do mundo inteiro, ele ainda não é tão explorado no meio acadêmico. Conceituando *fanfiction*, Pescokie e Hill (2015), a definem como um subconjunto da autopublicação, e são produzidas a partir de um texto-base escolhido de acordo com o tema a ser tratado, neste caso, quando a *fanfiction* tem como base uma história pré-existente.

Black (2006 apud VITER, 2015, p. 87), define a *fanfiction* como um gênero de texto digital em que os autores estendem e alteram livremente o enredo da obra original, e “[...] desenvolvem novos relacionamentos entre personagens existentes ou criam novos personagens”. Além disso, recorrentemente os autores mesclam “materiais de outras fontes e itens multimidiáticos nos textos produzidos, que são intensamente discutidos pelos seus leitores” (BLACK, 2006, p. 173, apud VITER, 2015, p. 87). Segundo Carvalho (2016, p. 8), o termo *fanfiction* costumava ser escrito *fanfiction*, separadamente, e significava o tipo de “[...] ficção escrita por fãs e publicada em *fanzines* [...] ou ficção sobre os fãs e fandoms” (SAWYER, 2013 apud CARVALHO, 2016, p. 8).

Clemente (2013, p. 61, apud DONEDA, 2016, p. 13) afirma que o gênero textual *fanfiction* “não é constituído apenas pelo fã”. Diferentes plataformas (sites, blogs, redes sociais, *fanpages* e plataformas) também abrigam as *fanfictions*. Estas são geralmente gratuitas e requerem cadastro básico, via *e-mail* ou *Facebook*, para que os usuários possam interagir com as histórias e com outros leitores/fãs. Doneda explicita que o propulsor das *fanfictions* no Brasil, foi o lançamento da saga *Harry Potter*, nos anos 2000, que incentivou os fãs a escreverem histórias baseadas na

obra original, o que fez com a *fanfiction* se tornasse um fenômeno gigantesco. “Foi a partir da criação e disseminação de Harry Potter que as fanfictions ganharam mais espaço virtualmente, tornando-se mais visíveis e atingindo mais pessoas” (CARVALHO, 2016, p. 10). Porém, Carvalho (2016, p. 10) detalha que a prática da produção de *fanfictions* data da década de 1960. Como afirma a autora, as primeiras *fanfictions* teriam surgido em 1966, baseadas na série televisiva norte-americana *Star Trek* (conhecida no Brasil como *Jornada nas Estrelas*).

Os fãs, não satisfeitos apenas com o que lhes era apresentado na televisão, começaram a escrever e publicar os chamados *zines*. Nesses pequenos jornais, era possível encontrar as mais diversas informações a respeito do programa, mas principalmente desenhos e histórias baseados no universo fictício da série. A partir de então, os *zines* ganharam a denominação de *fanzines*, uma junção das palavras *fã* e revista, em inglês. (CARVALHO, 2016, p. 10)

Dentre os gêneros literários utilizados nas *fanfictions*, Doneda (2016) afirma que o gênero dominante é o épico e

[...] essas narrativas se dão em forma de conto, paródia, romance, novela entre outros, porém esses citados são os mais utilizados. Como citado, a escrita de romances, contos e novelas é muito comum atualmente, porém há também uma tipologia chamada *oneshot*, onde o autor escreve a história em apenas um capítulo. (DONEDA, 2016, p. 14)

Doneda (2016) afirma que “a fanfiction é um gênero assíncrono e a interação entre o autor e os leitores é altamente participativa,” uma vez que, graças à tecnologia e à própria natureza do gênero, as relações entre autor e leitor se estreitam cada vez mais. As plataformas usadas para as publicações geralmente propiciam ao leitor atividades como curtir um capítulo postado, comentar, compartilhar com os amigos, sugerir algo para o autor, entrar em contato com outros leitores, e etc, inovando ao proporcionar completa interatividade.

Há muitas *fanfics* que acabaram se tornando livros e foram publicadas comercialmente, posteriormente, devido ao sucesso que fizeram e fazem, pois alcançam vários fãs. Obviamente alguns aspectos da história foram alterados antes de serem publicados pelas editoras, pois caso contrário seria ilegal e classificado como plágio já que deixa de ser sem fins lucrativos e passa a ser para fins comerciais (DONEDA, 2016, p. 15).

As *fanfictions* geram um sentimento de pertencimento ao leitor, uma vez que ele tem o poder de escolher exatamente a temática que gosta, além de poder comentar

e, talvez, influenciar no andamento da história, já que o autor e o leitor decidem o que é ou não publicado (PECOSKIE; HILL, 2015, p. 610). Ademais, no universo das *fanfictions*, o leitor se integra numa comunidade (geralmente virtual) de usuários, na qual é possível trocar ideias e encontrar possíveis futuros parceiros de escrita e leitores, uma vez que uma das características da *fanfiction* é incentivar à escrita. “Eles encontram conexão sempre que lêem porque eles podem se relacionar com as histórias.” (CONTRERAS et al., 2015, p. 317, tradução nossa).

Carvalho (2016) afirma que “a leitura de fanfic oferece ao jovem a oportunidade de prolongar o contato com um produto cultural do qual é fã, retificando a noção de que ler é um ato chato ou desinteressante”. A autora reitera ainda que a Biblioteconomia não tem feito nenhum tipo de esforço para “agregar as *fanfictions* a acervos ou realizar atividades de promoção de leitura utilizando essa forma de escrita que é tão popular no ambiente virtual” (p. 32).

### 3. A autopublicação e o Wattpad

Diversos autores definem a autopublicação à sua maneira, embora existam divergências. Cunha (2016, p. 23) diz que embora o conceito de publicação independente abranja todo e qualquer material que não foi selecionado nem tratado por uma editora, é possível encontrar bons materiais literários a partir da autopublicação, uma vez que a qualidade do livro passa a ser definida pelo seu público, e não pela editora.

Segundo Brust (2012, p. 29), “a autopublicação, em outras palavras, é o processo da publicação de uma obra, qualquer que seja ela, sem o apoio de uma casa editorial tradicional – geralmente partindo do trabalho e esforço pessoais do autor”. Isso ocorre porque os editores se recusam a dar uma oportunidade a um novo autor, pois sua obra pode não gerar lucro. O autor iniciante, por sua vez, vê na autopublicação uma oportunidade de entrar no mercado editorial. Para Brust, existem

[...] dois motivos pelos quais um autor pode optar pela autopublicação: ele pode ter visto, nela, uma oportunidade – levando-se em consideração o total controle sobre a obra e as possibilidades de receber royalties maiores do que os que receberia na publicação tradicional –, ou pode, também, meramente ter sido esta sua única opção. (BRUST, 2012, p. 29)

De acordo com Santos (2015, p. 82), a autopublicação não surgiu, certamente, no contexto digital, sendo uma prática que já existia no papel, consistindo em disponibilizar uma obra para o público, seja de forma gratuita ou paga, sem que este passe pela triagem de uma editora, pelas mãos de um editor e por uma correção minuciosa, como ocorre tradicionalmente no mercado editorial.

Apesar da polêmica que ainda gera no meio editorial, a autopublicação é capaz de trazer inúmeros benefícios tanto para o autor quanto para o leitor, uma vez que é possível publicar um livro independente de maneira rápida e com baixo custo (às vezes nulo) de modo a atender a necessidade do público e o desejo do autor.

Caso opte por arcar com todos os custos da autopublicação no meio impresso,

[...] o autor não apenas precisará escrever o livro, mas, também, assumir todos os demais papéis necessários para a continuidade da produção do livro. [...] Ele precisará arcar com os serviços de revisão, capa, diagramação, distribuição e marketing, além de, em alguns casos, a própria impressão. (BRUST, 2012, p. 30)

Porém, se decidir que prefere se autopublicar via internet, segundo Rodrigues e Gonçalves (2014, p. 2), o autor “pode se utilizar dos recursos online de autopublicação. São sites que fornecem softwares que publicam, de forma gratuita, livros em formato digital e os comercializa”.

Enxergando como uma nova possibilidade de expandir seus negócios, algumas empresas como a *Amazon*<sup>3</sup> vêm investindo no mercado editorial digital através da autopublicação, cobrando dos autores um preço baixo ou valor algum. Virgínio e Nicolau (2014) afirmam que o formato mais usado para a publicação *e-books* tem sido o *ePub* (abreviatura de *electronic publication*, em tradução livre, publicação eletrônica), mas o formato *PDF* também é considerado no mercado. Para a leitura satisfatória desse tipo de material, são usados aparelhos denominados *e-readers* (abreviatura de *electronic readers*, em tradução livre, leitores eletrônicos), que possuem uma tecnologia chamada *e-ink* (*electronic ink*, ou seja, tinta eletrônica), dando à tela do aparelho aparência da folha de papel.

Os aspectos analisados por Virgínio e Nicolau (2014) acerca das vantagens da autopublicação incluem custo e alcance de publicação, distribuição e lucros. É possível publicar livros digitais através de plataformas profissionais gratuitamente por até 10 dólares. O autor pode optar por divulgar suas obras gratuitamente com as mídias sociais, como *Facebook* ou *Twitter*, por exemplo. Sobre a lucratividade, os autores afirmam que com a autopublicação digital é possível receber no mínimo, o dobro dos royalties de obras impressas, algo entre 30% e 80% dos lucros.

Apesar de não serem estudados como algo mútuo, a autopublicação está profundamente ligada às chamadas *fanfictions*. Basta lembrar que inúmeros best-sellers foram publicados *online* antes de serem publicados por grandes editoras, como por exemplo, *Cinquenta Tons de Cinza*, da autora inglesa E. L. James, publicado

3 A *Amazon* possui diversos serviços de autopublicação.

inicialmente como uma *fanfiction* de Crepúsculo, obra original da norte-americana Stephenie Meyer (CUNHA, 2016).

Depois de tomada a decisão de publicar uma obra de forma independente na internet, cabe à pessoa escolher onde abrigar sua produção. Existem dezenas de sites e plataformas específicas para autopublicação disponíveis na web, com diversos fins (apenas leitura, apenas publicação, publicação e leitura...), públicos-alvo, gratuitas e pagas, entre diversas variáveis.

Plataformas que funcionem como rede social, em geral, introduzem o aspecto de interatividade da qual os leitores podem fazer uso e beneficiar uma obra. Os leitores têm potencial para não apenas divulgar as obras de seu gosto, mas também fornecer ideias e sugestões aos escritores no decorrer da obra. A criação de uma comunidade de leitores engajados cria uma sensação de participação na obra que auxilia o processo de divulgação de uma obra. (CUNHA, 2016, p. 26)

Sobre algumas das plataformas de autopublicação nacionais e internacionais existentes e ativas, encontramos:

*Escrytos*, da editora Leya; *Kindle Direct Publishing*, da Amazon; *KoboWritingLife*, da Kobo; *Publique-se*, da Saraiva; *Bookess*; Clube de Autores; Lura Editorial; *Smashwords*; *e-Galaxia*; *Simplíssimo*; *Widbook*; *Wattpad*; *Bookserie* e *Liberio*, além do *Google Play* e da *Apple Store*, que apenas comercializam livros de autores independentes. (VIRGINIO; NICOLAU, 2014, p. 102)

Dentre os serviços estrangeiros, o destaque fica por conta do *Kindle Direct Publishing*, plataforma da Amazon on, podendo o autor receber até 70% dos royalties da obra; e o *KoboWritingLife*, que paga 45% de royalties aos autores autopublicados.

Dentre as plataformas com características de redes sociais, destacam-se o *Wattpad*, rede social canadense autodenominada a maior comunidade de leitores e escritores do mundo, acessível pelo site ou pelos aplicativos para celular e *tablet ios* ou *Android*; o *Widbook*, rede social brasileira que combina leitura e escrita e permite a produção de obras colaborativas; e o *Booksess*, plataforma que agrega recursos de rede social e recursos de publicação, distribuição e venda de e-books, além da publicação impressa. As plataformas usadas para as publicações geralmente propiciam ao leitor atividades como curtir um capítulo postado, comentar, compartilhar com os amigos, sugerir algo para o autor, entrar em contato com outros leitores, etc. Existem ainda plataformas online voltadas para a leitura colaborativa, como o *Skoob* e o *Goodreads* (VITER, 2015, p. 85).

O Wattpad foi criado em Toronto, Canadá, em 2006 com intuito de levar livros para as telas de celulares de pessoas que não possuíam tempo para ler. Caracteriza-se como uma plataforma digital de autopublicação de livros onde qualquer usuário cadastrado pode disponibilizar material literário de autoria própria sem intermédio de editoras, além de funcionar como rede social, conectando leitores ao redor do mundo. De maneira geral,

[...] o Wattpad é uma rede social gratuita onde seus usuários podem publicar histórias, artigos, livros, fanfic, entre outros, descobrindo e compartilhando, capazes não só de publicar seus trabalhos, como entrar em contato com outros usuários, favoritar histórias, entrar em grupos, receber e dar feedback. (ARRUDA; SILVA; ANDRADE, 2014, p. 4-5)

O principal objetivo do *Wattpad* é estimular que usuários publiquem histórias originais, leiam histórias originais, compartilhem, comentem e curtam histórias, formem uma grande rede de leitores ávidos por material informacional, o que de fato acontece. O que faz da plataforma um terreno fértil para editores e editoras atentas às demandas informacionais da sociedade. O *Wattpad* tem o papel de ser apenas o suporte (mídia) por meio da qual as histórias serão publicadas gratuitamente e sem a cobrança de direito autoral sobre as obras, deixando o usuário-leitor livre para escolher publicar sua obra online ou não. Sendo assim, o *Wattpad* “[...] se firma além do seu propósito principal de reunir obras ficcionais ou não, mas como uma rede social completa e de fácil manuseio” (ARRUDA; SILVA; ANDRADE, 2014, p. 9).

A plataforma conta atualmente com mais de 35 milhões de usuários ao redor do mundo e mais de 75 milhões de histórias publicadas. Em entrevista à Agence France-Presse – agência internacional de notícias – Allen Lau, cofundador e diretor executivo da plataforma *Wattpad* declarou que mais de 32 milhões de pessoas visitam a plataforma todos os meses (CHAPMAN, 2014). Como incentivo extra à produção literária do site/aplicativo acontece anualmente, desde 2010, uma premiação na plataforma intitulada *The Wattys*, que premia as histórias que se destacam ao longo do ano. Esta premiação não envolve valor monetário, mas sim destaque e prestígio na plataforma.

O *Wattpad* enquanto plataforma de autopublicação possui grande importância para novos autores independentes, uma vez que a plataforma funciona como disseminadora da informação, além de possuir mecanismos (uso de hashtags) e ferramentas (site construído para publicações, páginas de rascunho e outras ferramentas próprias para publicar livros), propicia a propagação da *fanfiction* como gênero textual na rede.

O fato de se apresentar como uma rede social faz com que o *Wattpad* atraia um público fiel que se conecta não apenas com as histórias disponíveis, mas também com a própria plataforma. Essa conexão entre autor-livro-leitor exemplifica alguns dos conceitos de letramento literário apresentados neste trabalho.

#### 4. Considerações finais

Destarte, falamos da escrita e da leitura em seu caráter literário, em especial no âmbito digital, conceituando o livro eletrônico e a leitura digital, assim como o letramento literário. No que concerne ao paradigma apresentado, foi possível observar as diferentes modalidades de autopublicação, suas vantagens e desvantagens, seu histórico e suas características. A autopublicação não é apresentada neste trabalho como uma solução mágica para autores ignorados por grandes editoras ou como um novo método de seleção de obras para publicação tradicional, mas sim como uma forma de disseminação da informação e da leitura literária no meio digital. Assim como nas livrarias, em plataformas de autopublicação é possível encontrar obras que agradem todos os tipos de leitores (não estamos julgando a qualidade das obras tendo em vista que a qualidade é um conceito puramente subjetivo).

Além de apresentar a autopublicação em plataformas e websites como uma opção à literatura tradicional, apresentamos as *fanfictions* como gênero textual, além de sua propagação através de plataformas de autopublicação. Questionamos e conceituamos a leitura, o livro, o livro digital, o *e-reader*, a autopublicação, entre outras ideias abordadas neste trabalho. Expusemos a plataforma *Wattpad*, academicamente ainda pouco explorada, mostrando suas funcionalidades e seu valor como disseminadora da informação ao criar e manter um espaço seguro e preparado para autores publicarem suas obras livremente. Observou-se também que o uso da plataforma propicia a criação de vínculos afetivos entre autores e leitores, aumentando assim a comunidade de usuários.

Induzir o uso literário da plataforma, tal qual uma biblioteca virtual, foi em suma, um objetivo implícito deste trabalho, no sentido de difundir a ideia de que existem livros e literatura, para além das bibliotecas tradicionais e livrarias, dignos de serem lidos e valorizados. Tal ação configura-se como papel do bibliotecário, cabendo a ele desconstruir o preconceito que ainda existe em relação ao livro digital e mostrar que a literatura tem a capacidade de mudar a mentalidade e a vida das pessoas.

Na atividade bibliotecária, cuja prática envolve não só conhecimentos técnicos para seleção, aquisição e organização da informação, mas também um viés social, assim, a disseminação da leitura e da produção e registro do conhecimento são funções relevantes. Sob esse aspecto, as plataformas de autopublicação são espaços por meio dos quais o profissional pode incentivar estas atividades.

Sob a dimensão criativa que envolve o fazer literário, observamos que as plataformas de autopublicação como a *Wattpad*, criam um espaço confortável destinado a pessoas que querem deixar a imaginação fluir, permitindo-as utilizar hipertexto e a criar obras multimídia, com imagens e sons, expandindo as barreiras da literatura e criando uma rede de pessoas apaixonadas por histórias e temáticas em comum.

Além da questão literária que traz consigo, o *Wattpad* apresenta outras questões de interesse para a Biblioteconomia, como a usabilidade do *website* e uso de *tags* para recuperação da informação, por exemplo. No entanto, embora seja a maior comunidade virtual de leitores e autores<sup>4</sup>, a plataforma não é tão difundida fora dos nichos citados anteriormente, a saber: fãs de produções literárias diversas, fãs de filmes, séries televisivas, histórias em quadrinhos, mangás e fãs de outros elementos da cultura pop, como celebridades e artistas de diferentes setores.

### Referências

- ARAÚJO, W. J. et al. “Technological Elements for Edition, Manipulation and Use of Digital Books”. *Informação & Sociedade: Estudos*, v. 23, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/13340>>. Acesso em: 14 abr. 2018.
- ARRUDA, A. M. A.; SILVA, C. O.; ANDRADE, R. L. V. “Aplicativo de autopublicação: o Wattpad”. *Ci. Inf. Rev.*, Maceió, v. 1, n. 3, p. 3-10, set/dez, 2014.
- BRUST, F. R. *A prática da autopublicação: o papel do autor-editor e as novas possibilidades de publicação*. 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Produção Editorial), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.
- BUFREM, L. S.; SORRIBAS, T. V. “Práticas de leitura em meio eletrônico”. *ETD – Educação Temática Digital*, v. 11, n. 1, p. 298-326, 2009. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/8202>>. Acesso em: 16 abr. 2018.
- CARVALHO, A. A. *Tendências na produção acadêmica sobre fanfictions*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de Ciência da Informação, Niterói, 2016.
- CARVALHO, M. A. F.; MENDONÇA, R. H. (org.). “O que é ser alfabetizado e letrado?”. In: \_\_\_\_\_. *Práticas de leitura e escrita*. Brasília, Ministério da Educação, p. 18-23, 2006.
- CHAPMAN, G. “Writers and Readers Go Mobile and Social at Wattpad”. *GMA News Online*. 2014. Disponível em: <<http://gmanetwork.com/news/story/381220lifestyle/>>. Acesso em: 12 fev. 2018.
- COSSON, R. “Letramento Literário”. In: UFMG. *Glossário CEALE*. Belo Horizonte. Disponível em: <<http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/letramento-literario>>. Acesso em: 3 mai. 2018.
- CONTRERAS, et al. “The ‘Wattyfever’ Constructs of Wattpad readers on Wattpad in their lives”. *Lpu Laguna Journal of Arts Sciences Communication Research*, Laguna, Filipinas, v. 2, n. 1, p. 308-327, set. 2015.

4 Fonte: [www.wattpad.com/home](http://www.wattpad.com/home)

- COSTA, F. S.; SILVA, H. S.; VIEIRA, D. V. “Aplicativos para leitura digital em dispositivos móveis: uma avaliação dos usuários oriundos da UFCA e IFCE”. *Folha de Rostto*, v. 2, 2016. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/23176>>. Acesso em: 14 abr. 2018.
- CUNHA, V. S. “Mercado Editorial”. In: \_\_\_\_\_. “O mercado editorial digital brasileiro pelo ponto de vista do escritor: um estudo sobre a escolha de plataformas de publicação e divulgação”. Dissertação de Mestrado em Administração – Instituto Coppead de Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro, p. 20-34, 2016.
- DONEDA, L. “O gênero textual fanfiction”. In: \_\_\_\_\_. *O gênero textual fanfiction*. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras Língua Inglesa), Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, p. 12-22, 2016.
- GIL, A. C. “Pesquisa social”. In: \_\_\_\_\_. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo, Atlas, p. 26-32, 2008.
- GOULEMOT, J. M. “Da leitura como produção de sentidos”. In: \_\_\_\_\_. *Práticas de Leitura*. 2. ed. São Paulo, Estação Liberdade, p. 107-116, 2001.
- MARTINS, M. H. *O que é leitura*. 19. ed., 16. reimpr. São Paulo, Brasiliense, 2011.
- PECOSKIE, J.; HILL, H. “Beyond Traditional Publishing Models: An Examination of the Relationships Between Authors, Readers, and Publishers”. *Journal of Documentation*, Ontário, Canada, v. 71, 2015.
- REIS, J. M.; ROZADOS, H. B. F. “O livro digital: histórico, definições, vantagens e desvantagens”. In: *Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias*, 19., 2016, Manaus. *Anais...* Manaus: s.n., 2016. p. 1-13.
- ROCHA, D. R. “Leitura e Biblioteconomia: entre o conceito e a prática”. *Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação*, v. 8, n. 2, p. 166-189, 2011. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/9784>>. Acesso em: 16 abr. 2018.
- RODRIGUES, B. C. M.; GONÇALVES, B. S.; “Interfaces de aplicativos de auto publicação para smartphones: avaliação heurística e comparativa”, p. 1794-1805. In: *Anais do 11º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design* [= Blucher Design Proceedings, v. 1, n. 4]. São Paulo, Blucher, 2014.
- SANTOS, L. C. *Quando a leitura encontra a escrita: uma análise das relações estabelecidas na comunidade de ficção científica da plataforma Wattpad*. 185 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- SANTOS, R. V. ; ALBUQUERQUE, M. “Para ler o digital: reconfiguração de livros em plataforma digital”. In: EXPOSIÇÃO DA PESQUISA EXPERIMENTAL EM COMUNICAÇÃO, XVIII, 2011, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: 2011. p. 1-7. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/expocom/EX28-0827-1.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2018.
- SOARES, M. “Novas práticas de leitura e escrita: Letramento na Cibercultura”. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 14 out. 2017.

- VIRGÍNIO, R.; NICOLAU, M. “A autopublicação de livros digitais no Brasil: novas perspectivas para autores independentes”. *Revista Veredas*, Pernambuco, v. 7, n. 1, p. 92-107, 2014.
- VITER, L. N. “Impactos da leitura e da escrita em contextos digitais nos relacionamentos entre leitor, autor e texto”. *Hipertexto*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 75-99, jun. 2015.
- ZAPPONE, M. H. Y. “Fanfics – um caso de letramento literário na cibercultura?”. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 29-33, abr./jun. 2008.

# Gestão do conhecimento em times ágeis: estudo de caso no Time de TI Afiliaados B2W

*Knowledge Management in Agile Teams:  
Case Study in the IT Team Affiliates B2W*

**Flávia de Moura Aresta** | flaviamoura@id.uff.br

Graduada em Biblioteconomia pela UFF

**Resumo** O objetivo deste trabalho foi entender a relação que times que utilizam o *Scrum* têm com a Gestão do Conhecimento. Trata-se de uma pesquisa exploratória, de caráter qualitativo, realizada por meio dos métodos de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e observação participante, expondo o estudo de caso realizado no time de TI Afiliaados B2W, abordando o cenário encontrado à época e o legado de boas práticas aplicadas.

**Palavras-chave** gestão do conhecimento; times ágeis; gestão ágil de projetos; Scrum

**Abstract** The objective of this work was to understand the relationship that teams that use Scrum have with Knowledge Management. This is an exploratory, qualitative research, carried out using bibliographic, documentary research methods and participant observation, exposing the case study carried out in the B2W Affiliate IT team, addressing the scenario found at the time and the legacy of good applied practices.

**Keywords** knowledge management; agile teams; agile project management; Scrum

## 1. Introdução

Com a evolução e popularização da tecnologia, o conceito de informação teve seu significado modificado devido às transformações propiciadas por tais fatos (VALLE, 1996). Segundo o autor, a informação estava associada exclusivamente ao ato de transmitir dados que chegavam aos seus receptores com algum tipo de atraso. Entretanto, a “informação tem um significado que está invariavelmente associado, mesmo que inconscientemente, à velocidade, à tecnologia, ao tempo e ao espaço [...]” (VALLE, 1996, p. 1), construindo, assim, um panorama onde as informações circulam em uma velocidade nunca vista e o acesso está mais simplificado, devido ao uso dos modernos *smartphones*, *tablets*, computadores, etc.

Os constantes avanços tecnológicos somados ao grande volume de informações disponibilizadas continuamente, contribuíram com a criação de uma sociedade imediatista, onde usuários estão cada vez mais exigentes e críticos na obtenção de informações. A forma de consumir – no sentido amplo da palavra – mudou. Esses indivíduos tornaram-se os principais clientes de empresas que precisaram se adequar para entender e atender a todas as demandas que surgiram com essas mudanças no corpo social.

A transição do uso de metodologias tradicionais na gestão de projetos – como método cascata, por exemplo – para as metodologias e *frameworks* ágeis de desenvolvimento de projetos e produtos – sendo *Scrum* e *Kanban* comumente mais utilizadas – é um assunto bastante discutido atualmente, devido ao contexto que as empresas estão inseridas. Não somente a mudança de estrutura de desenvolvimento tradicional para o modelo ágil está sendo comentada, mas também as diversas companhias de porte menor, chamadas *startups*, que estão sendo construídas com base nos preceitos ágeis.

Produtos pensados de forma ágil, seguindo os preceitos do *Scrum*, passam por uma série de passos antes de serem entregues aos mesmos, desde busca intensa por informação – o chamado *brainstorming* –, até testes de versões primárias para obtenção de *feedbacks*, que consistem em entender com o cliente quais foram suas impressões iniciais com o produto e como é possível melhorá-lo. Diferentemente da abordagem tradicional, em todo esse passo a passo, o time que efetua o desenvolvimento do produto ou projeto, está inserido no contexto. A intenção é sempre efetuar entregas constantes para que o cliente acompanhe o andamento do projeto, alinhando as expectativas do que foi previamente acordado.

Um dos fundamentos do Manifesto Ágil que norteia o *framework Scrum* prega que é preferível ter mais *software* em funcionamento do que documentação estruturada sobre o projeto ou produto, indo contra a prática tradicional, onde todo o escopo do projeto (duração, custos, a forma de desenvolvimento, etc) era definido

antes de alocar a demanda para o time de tecnologia (BECK; *et. al.*, 2001). Portanto, balancear o desenvolvimento de produtos e projetos sob os preceitos do *Scrum* e, ao mesmo tempo, propiciar que o conhecimento que foi aperfeiçoado durante o período trabalhado seja disseminado para todos os integrantes do time e esteja preservada em algum local acessível a todos os componentes de uma empresa, torna-se um grande desafio.

A construção deste trabalho somente foi possível devido ao fato de atuar como *Scrum Master* há aproximadamente dois anos na B2W Digital. Ingressei na companhia como estagiária de Biblioteconomia, executando diariamente atividades ligadas ao monitoramento e controle informacional. Quando o encerramento do meu contrato de estagiária estava próximo, obtive a oportunidade de realizar um processo seletivo interno para mudar de time e trabalhar com agilidade, sendo este um assunto que já me despertava interesse. O início desta fase foi marcado por intensos estudos, participações em eventos e palestras, reuniões para troca de conhecimento com outros *Scrum Masters* e *Agile Coaches* da companhia, além de participar como observadora nas rotinas do próprio time no qual fui alocada.

Com o passar do tempo de trabalho, foi possível perceber a escassez documental que o time possuía em relação às suas rotinas de trabalho (resolução de problemas, tomadas de decisão, reuniões *cross times*, etc.) e como isto prejudicava o aproveitamento do time, contribuindo para a centralização das informações e, consequentemente, dos conhecimentos sobre o programa. Em busca de melhorar a forma de gerir, organizar e documentar o conhecimento produzido por times ágeis, foram realizadas pesquisas no cotidiano profissional onde foi possível constatar que, apesar de existir uma quantidade substancial de publicações relacionadas à gestão de projetos e do conhecimento, há um território pouco explorado no que tange a Gestão do Conhecimento em times que utilizam metodologias ágeis.

Devido à necessidade de combinar diferentes técnicas de pesquisa para obtenção de informações para este trabalho, tais como a pesquisa bibliográfica, a observação participante – para compreender a rotina de trabalho e os processos realizados pelo time – e entrevistas, para auxiliar na coleta de dados sobre histórico do programa e do time, optou-se por realizar um estudo de caso de caráter observacional no time de TI do Programa de Afiliados B2W. Este método foi determinado com base em um de seus princípios mais básicos, o de interpretar o contexto no qual o objeto de pesquisa está inserido e não somente o objeto (TOLEDO; GONZAGA, 2011).

## **2. A Gestão do Conhecimento no âmbito organizacional**

Gerir todo o ciclo informacional de uma companhia pode ser um trabalho exaustivo e consequentemente, interminável, levando em consideração que o conhecimento

está sempre em evolução. Entretanto, ao considerar a aplicação da Gestão do Conhecimento (GC) e da Informação (GI) desde os menores setores de uma empresa, tendo como objetivo principal a troca de conhecimentos entre seus funcionários e a acessibilidade das informações, todo este processo torna-se mais simples, uma vez que toda a companhia está contribuindo para um objetivo em comum.

Tanto a Gestão do Conhecimento quanto a Gestão da Informação tornam-se um pilares fundamentais para essas novas organizações, que estão em constante crescimento e desenvolvimento. Entretanto, Valentim (2002) elucida que diversas literaturas atualmente estão aproximando o conceito dos dois tipos de gestão, o que pode causar dúvidas em futuros pesquisadores. Como conseguinte, a autora diferencia os dois tipos de gestão, ressaltando que ambos se baseiam em fluxos informacionais distintos: a GI nos fluxos formais – conhecimento registrado, independente do suporte – e a GC nos informais – conhecimento tácito, construído por experiências e intangível.

Com visão no âmbito organizacional, Trehan apud Tarapanoff (2006) reconhece a gestão do conhecimento como

[...] uma disciplina que trabalha sistematicamente a informação e o conhecimento visando ao aumento da capacidade de resposta da empresa ao meio ambiente com inovação e competência, desenvolvendo a eficácia e o conhecimento corporativo. (TREHAN apud TARAPANOFF, 2006, p. 28)

Complementando esta visão, Barbosa, Sepulveda e Costa (2009, p. 14) definem a Gestão do Conhecimento como um “conjunto de processos por meio dos quais as organizações buscam, organizam, disponibilizam, compartilham e usam a informação e conhecimento com vistas à melhoria do seu desempenho”. Além de serem geralmente apoiados por tecnologias para facilitar seu uso, estes processos necessitam da comunicação e trocas de experiências entre indivíduos do mesmo e de diferentes setores para sua execução (BARBOSA; SEPULVEDA; COSTA, 2009, p. 14).

Durante as pesquisas realizadas para a elaboração deste trabalho, foi possível verificar duas abordagens distintas no que tange a Gestão do Conhecimento (GC). A primeira é baseada unicamente no alinhamento ao estudo das Tecnologias da Informação (TI) como recurso para incentivar os indivíduos de uma organização a serem mais criativos e contribuir para a evolução da companhia (Teece apud Gonzalez; Martins, 2017); a segunda, baseia-se no desenvolvimento organizacional, tem seu cerne no estímulo da interação social, referindo-se

ao desenvolvimento de métodos, ferramentas, técnicas e valores organizacionais que promovam o fluxo de conhecimento entre os indivíduos e a recuperação,

transformação e utilização deste conhecimento em atividades de melhoria e inovação.  
(YANG apud GONZALEZ; MARTINS, 2017, p. 249)

Tendo em vista que o conhecimento é uma construção de caráter fundamentalmente social, no âmbito deste trabalho será utilizada a abordagem da Gestão do Conhecimento que possui caráter colaborativo, sendo construída através de trocas de experiências entre indivíduos, criação de conhecimento, disseminação de conhecimentos, informações e resolução de problemas e que utilize as TI como um complemento para facilitar partes de seu processo, como registro de conhecimentos e disseminação dos mesmos.

Para que o processo de Gestão do Conhecimento seja mais abrangente, é interessante que a empresa reconheça-se como um organismo vivo, que está sempre em desenvolvimento, uma organização que aprende. De acordo com Robbins (2009), assim como todas as pessoas estão em constante aprendizagem e aprimoramento de seus saberes, uma organização que aprende é a organização que tem consciência dos conhecimentos que produz – e dos que faz uso – e sabe utilizá-los para seu próprio crescimento.

Complementando a visão de Robbins (2009), Choo (2003) afirma que uma organização que aprende tem a habilidade de

[...] adaptar-se às mudanças do ambiente no momento adequado e de maneira eficaz; empenhar-se na aprendizagem constante, o que inclui desaprender pressupostos, normas e crenças que perderam validade; mobilizar o conhecimento e a experiência de seus membros para gerar inovação e criatividade; focalizar seu conhecimento em ações racionais e decisiva. (CHOO, 2003, p. 32)

Em suma, uma organização que aprende pode ser considerada uma organização que está alinhada com as tendências de mercado e que aproveita de forma positiva os conhecimentos criados no seu âmbito, valorizando o trabalho de seus funcionários, promovendo também a existência de um ambiente propício para o aprimoramento e/ou desenvolvimento de novas ideias.

### **3. A Gestão de Projetos no âmbito da agilidade**

De acordo com Kerzner (2002) a Gestão de Projetos (GP) pode ser caracterizada como o planejamento, programação e controle de uma série de tarefas interligadas, tendo como finalidade atender ao objetivo do projeto que está sendo desenvolvido, para benefício da organização e dos participantes envolvidos.

Para orientar a execução da gestão de um ou mais projetos em uma empresa, existe o chamado Guia *PMBOK*, um compêndio que reúne uma série de preceitos a serem seguidos no ciclo de vida de um projeto. Em sua terceira edição, o Guia *PM-BOK* define gerenciamento de projetos como

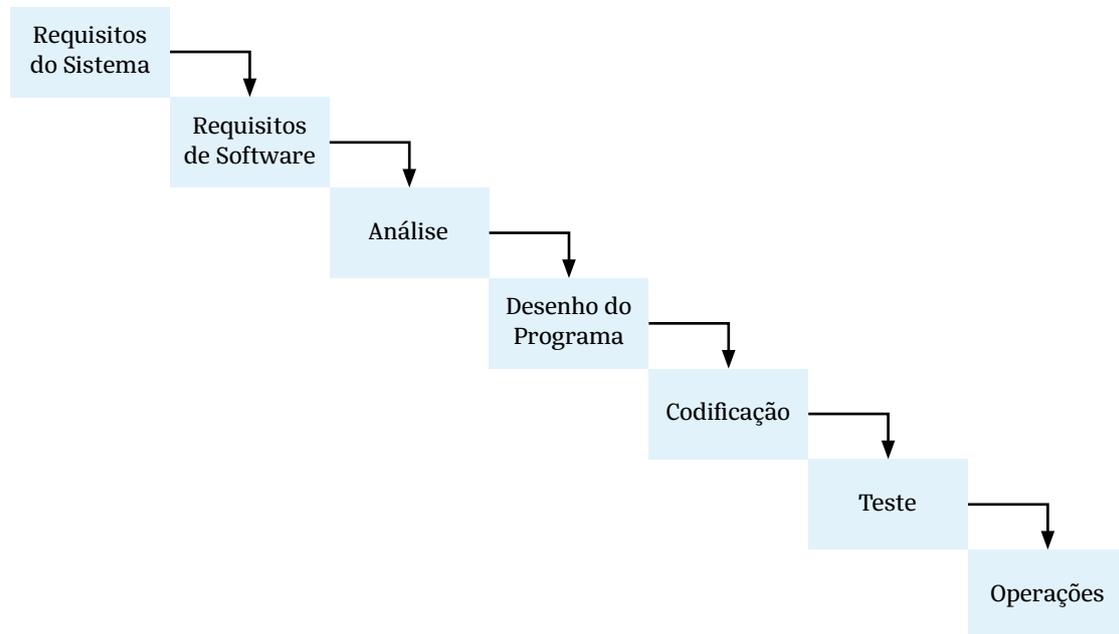
[...] a aplicação de conhecimento, habilidades, ferramentas e técnicas às atividades do projeto a fim de atender aos seus requisitos. O gerenciamento de projetos é realizado através da aplicação e da integração dos seguintes processos de gerenciamento de projetos: iniciação, planejamento, execução, monitoramento e controle, e encerramento. (PMI, 2004, p. 8)

No que tange os cinco processos de gerenciamento de projetos citados anteriormente, Carvalho (2010) relata que estes

[...] são necessários para qualquer projeto, possuem claras dependências internas e devem ser realizados na mesma sequência em cada projeto, independente da área de aplicação ou das especificações do ciclo de vida do projeto aplica, sendo, então definida a metodologia para o gerenciamento de projetos na organização. (CARVALHO, 2010, p. 22)

Para falar acerca de metodologias de Gestão de Projetos, é necessário explicar que, atualmente, existem dois segmentos distintos no que tange a GP em geral, a gestão tradicional e a ágil. Em relação à gestão tradicional, a metodologia comumente mais utilizada é o método Castcata (ou *Watferfall*, originalmente em inglês), que consiste na

[...] sequência de atividades padronizadas cujos resultados individuais são utilizados como pré-requisito para a atividade subsequente, graficamente descrito como uma cascata que começa com os requisitos do sistema e termina com a operação (execução) deste. (RIVAS; SOUZA, 2014, p. 5)

**Figura 1** Modelo *Waterfall* (cascata)

Fonte: RIVAS; SOUZA, 2014.

A principal característica desta metodologia é a interdependência obrigatória que cada processo possui. Tomando como base a imagem acima, somente quando a parte do projeto que estava na fase de “requisitos de sistema” estivesse com todos os seus requisitos completos ela poderia ser considerada pronta e enviada para a fase seguinte, e assim por diante (RIVAS; SOUZA, 2014, p. 5). Conforme o processo de desenvolvimento acontece, é comum aparecerem problemas e melhorias em cada fase na qual a elaboração está situada. É possível até mesmo acontecer inviabilização deste projeto. No método cascata, caso haja alguma mudança no escopo em relação ao que foi planejado, independente de positiva ou negativa, representa uma ameaça à continuidade do projeto (DEEMER; BENEFIELD, 2007 apud RIVAS; SOUZA, 2014, p. 5).

No decorrer dos anos e dos avanços tecnológicos, foi percebido que a forma de execução de Gestão de Projetos – através do método tradicional cascata – acaba sendo um tanto resistente às mudanças no qual a sociedade contemporânea está inserida e conseqüentemente as organizações. Hoje em dia, as empresas estão reconhecendo que precisam estar mais atentas e responder mais eficazmente às demandas do mercado. Desse contexto de mudanças intensas, surge o conceito de Gerenciamento de Projetos de forma ágil.

O conceito de agilidade surge no ano de 2011, com a criação do Manifesto para o Desenvolvimento Ágil de Softwares. Esse manifesto foi formado através da insatisfação

de dezessete líderes de desenvolvimento com a forma de gerir os projetos existente, para estabelecer alguns princípios no que tange o desenvolvimento ágil de softwares. Apesar de inicialmente ser voltado apenas para o desenvolvimento de softwares, o popularmente chamado Manifesto Ágil, acabou tornando-se um dos principais referenciais na área de Gestão de Projetos Ágeis (SCHWABER; SUTHERLAND, 2017).

O Manifesto Ágil é composto por quatro tópicos, consistidos em: indivíduos e interações mais que processos e ferramentas; software em funcionamento mais que documentação abrangente; colaboração com o cliente mais que negociação de contratos; responder a mudanças mais que seguir um plano” (BECK; *et. al.*, 2001). Os autores ainda relatam que “mesmo havendo valor nos itens à direita, valorizamos mais os itens à esquerda” (BECK; *et. al.*, 2001).

O surgimento do Manifesto Ágil rompe com a ideia de que é necessário ter uma ideia e escopo em alto nível de detalhamento para o desenvolvimento de um projeto, de que uma mudança é algo prejudicial e é preciso obrigatoriamente documentar cada fase do projeto para que esta seja caracterizada como pronta para seguir para a próxima, pelo contrário, é preciso que o time que está envolvido no processo entenda a necessidade do cliente; é importante que a empresa considere possíveis mudanças de escopo e que o time saiba executá-las quando devido; é, ainda, indispensável que o time tenha uma boa comunicação e converse sobre as demandas, que divirjam de opinião e que busquem entrar em consenso para tomar a decisão em relação a melhor solução para seguir com o projeto. O “ágil” pode ser compreendido como o desenvolvimento do projeto do ponto de vista da contribuição dos indivíduos em relação aos processos, e não o contrário.

Ou seja, toda essa movimentação percebida na Gestão de Projetos vem com intuito de mostrar uma nova possibilidade de criação de produtos e gerenciamento de projetos, de forma mais simplificada, com melhor resposta às mudanças de escopo que, inevitavelmente acontecerão, com foco na interação entre os indivíduos que compõem o time de desenvolvimento de um determinado produto.

Da mesma forma que o Manifesto Ágil orienta e expõe toda a liberdade desejável para que o time de desenvolvimento consiga trabalhar da melhor forma possível, valorizando a troca de conhecimentos, este não exclui o time ágil da necessidade de perpetuar o conhecimento gerado durante o período de execução de um projeto. Este cenário flexível onde o time de desenvolvimento é responsável por tomar importantes decisões, assim como compreender o objetivo do projeto que está inserido, podendo contribuir de forma mais assertiva, tem tornado-se cada vez mais comuns em empresas, atualmente.

#### 4. O Framework Scrum

Um dos *frameworks* mais comentados e utilizados atualmente para gerenciar projetos de forma ágil é o *Scrum*. Assim como a Gestão de Projetos Tradicionais utiliza o *PMBOK* como referência para sua execução, o *Scrum* também possui seu próprio guia, chamado “Guia do *Scrum*”, desenvolvido pelos criadores do *framework*, *Ken Schwaber* e *Jeff Sutherland*. (SCHWABER; SUTHERLAND, 2017).

De acordo com seus autores, o *Scrum* pode ser definido como um “framework dentro do qual pessoas podem tratar e resolver problemas complexos e adaptativos, enquanto produtiva e criativamente entregam produtos com o mais alto valor possível” (SCHWABER; SUTHERLAND, 2017, p. 3), ou seja, este é pensado para atender às necessidades de “desenvolver, entregar e manter produtos complexos.” (SCHWABER; SUTHERLAND, 2017, p. 3).

Em uma alusão a uma jogada do esporte *rugby*, onde todos os jogadores estão envolvidos, historicamente, o termo *Scrum* surgiu no ano de 1986 em um artigo publicado por Hirotaka Takeuchi e Ikujiro Nonaka, onde os autores descreveram uma abordagem mais abrangente no qual equipes de projeto são formadas por times menores e multifuncionais, trabalhando rumo a um objetivo comum. (PHAM; PHAM, 2011, p. 41).

Diferentemente dos projetos tradicionais, onde todo o processo de desenvolvimento de um produto depende de diversas etapas, documentações prévias com detalhamentos e somente uma grande entrega no final do escopo definido inicialmente – quando este não era alterado –, o *Scrum* surge com uma nova proposta, a de pensar em um produto completo e fazer pequenas entregas incrementais a cada ciclo de trabalho finalizado.

Uma das principais diferenças entre o gerenciamento tradicional de projetos e o gerenciamento de projetos com o *Scrum* é a interdisciplinaridade de seus times. No desenvolvimento tradicional, cada time é responsável pela execução de uma parte específica do produto – levantamento de requisitos, design, desenvolvimento, testes, entre outros. No *Scrum*, o time é composto por profissionais multidisciplinares e auto organizáveis, para que os mesmos entendam qual a melhor forma de fazer o trabalho proposto, não dependendo de gerenciamento externo ou de outros profissionais para o desenvolvimento do projeto (SCHWABER; SUTHERLAND, 2017, p. 7).

Levando em consideração que o *Scrum* não é algo definitivo (método ou processo) mas sim uma ferramenta, este foi pensado propositalmente de forma a ser executado colaborativamente, seguindo seus preceitos mas adicionando as práticas e conhecimentos julgados necessários para cada time que o utilize (SCHWABER; SUTHERLAND, 2017, p. 3). O ato de fortalecer a forma que a Gestão do Conhecimento e a Gestão da Informação são feitas, é uma forma de garantir que o conhecimento adquirido e gerado se perpetue e esteja sempre acessível a todos os indivíduos de uma empresa.

## 5. A B2W Digital, o programa de afiliados e o time de TI Afiliados B2W

Considerada líder em comércio eletrônico na América Latina (B2W DIGITAL, 2019), a B2W foi constituída como Companhia Digital em dezembro de 2006, por meio da união de duas grandes marcas já conhecidas no *e-commerce* (comércio *online*) brasileiro: a Americanas.com e o Submarino. Mesmo após a sua constituição, a B2W Digital continuou expandindo uma de suas principais frentes de atuação intitulada *e-commerce (1P)*, que se refere às marcas e produtos próprios da companhia (B2W DIGITAL, [20?]). Com isso, no ano de 2007, houve a incorporação da marca Shoptime à B2W e em 2011 a criação do site SouBarato (B2W DIGITAL, [20?]).

O programa Afiliados B2W foi criado inicialmente como o produto “Submarino Afiliados”. Atendendo exclusivamente à marca presente em seu nome, o programa tem seus primeiros registros de existência datados do mesmo ano da concepção da marca Submarino.com (à época), em meados do ano 2000, conforme pesquisa realizada na ferramenta *Wayback Machine* (INTERNET ARCHIVE, 2001b).

Após a aquisição da Submarino.com pela B2W Digital no ano de 2006, o programa de afiliação continuou sendo um produto exclusivo da marca Submarino.com até meados de 2013, quando se tornou um produto independente chamando-se, então, Programa Afiliados B2W (ou Afiliados B2W), atendendo assim à todas as marcas da companhia e não sendo mais um produto pertencente a uma única marca. Além disso, o programa também passou a sediar-se em um novo endereço eletrônico, chamado *secure.afiliados.com.br*, deixando de estar em uma página associada à marca Submarino.

Ao ingressar no time de tecnologia (TI) do Afiliados B2W em maio de 2018 como *Scrum Master*, tive a responsabilidade de continuar a implementação do *framework Scrum*, iniciado por uma outra pessoa anteriormente. Esta ação tinha como objetivo construir um processo de desenvolvimento mais definido, além de dar mais autonomia ao time de TI nas tomadas de decisão e desenvolver o espírito de “dono do negócio”, como a B2W recomenda em sua visão.

Uma das características deste time era a de ter o conhecimento sobre a plataforma e o programa de Afiliados mas não ter o hábito de documentar os processos de desenvolvimento, mapear as aplicações, inclusive até documentar os problemas e, principalmente, como foi realizada a solução destes. Contribuindo para que cada integrante do time ficasse responsável por atender a um tipo de problema diferente e entender partes distintas da plataforma somente, pois cada um detinha o “seu conhecimento”.

Indo ao encontro aos pontos já mencionados, a plataforma existente na época havia sido construída em uma linguagem específica e, por não ter sido atualizada com o passar do tempo, acabou tornando-se obsoleta e de difícil manutenção, contribuindo para sua instabilidade e trazendo problemas frequentes para seus utilizadores.

No final de julho de 2018 foi designado ao time de tecnologia do Afiliados B2W o desafio de construir uma plataforma completamente nova, em uma linguagem mais moderna, mudando inclusive sua forma de acesso do *site secure.afiliados.com.br* para *app.afiliados.com.br*, tendo como prazo final o mês de novembro, para que os afiliados conseguissem acessar a plataforma nova antes do evento chamado de *Black Friday*, que acontece no mesmo mês. Foi a partir deste desafio que a forma de comunicação e documentação de processos do time de TI mudou completamente.

## 6. O trabalho como Scrum Master

De acordo com Sutherland (2014), o *Scrum Master* é considerado um líder de equipe, auxiliando o time a compreender como eles podem executar melhor seu trabalho, buscando sempre a melhora contínua de suas entregas. Além disso, o autor afirma que o papel do *Scrum Master* é “ser o facilitador de todas as reuniões, avaliar se há transparência e, o mais importante, ajudar a equipe a descobrir quais eram os obstáculos no caminho” (SUTHERLAND, 2014, p. 44). É importante ressaltar que o trabalho como *Scrum Master* é voltado para dar suporte ao time de desenvolvimento, portanto, as pessoas que exercem este papel possuem certa autonomia para buscar ferramentas e desenvolver processos que auxiliem o dia a dia do time no qual estão designados.

Para desempenhar todas as funções citadas ao longo deste trabalho, é necessário que o *Scrum Master* tenha algum apoio ferramental para auxiliar no estabelecimento de algumas boas práticas no dia a dia da equipe. No caso do TI Afiliados, o time já se organizava através das ferramentas *Jira* e *Confluence*, pertencentes à empresa australiana *Atlassian*, responsável por criar soluções para o desenvolvimento de software, gerenciamento de projetos e de conteúdo.

O *Jira* é uma ferramenta voltada para auxiliar os times ágeis na organização de sua rotina de desenvolvimento, onde é possível criar um projeto com configurações mistas, por exemplo, utilizando o conceito de organização em *sprints* – proveniente do *Scrum* – em conjunto com o quadro *kanban* – derivado da metodologia Kanban – para o acompanhamento do trabalho que está sendo executado (ATLASSIAN, [20?]a). O *Jira* permite criar as histórias (macro) sobre o projeto em que o time está inserido e transformar essas histórias em tarefas mais detalhadas para que o time possa trabalhar de maneira mais precisa, além disso, também é possível monitorar o andamento dos ciclos de trabalho (*sprints*) de forma mais simples, através do *kanban*, evidenciando onde podem estar os gargalos (prováveis problemas e dificuldades) do time, fazendo com que o *Scrum Master* possa agir de forma mais rápida para auxiliar os membros da equipe.

O *Confluence* pode ser compreendido como a ferramenta onde são construídas as documentações relacionadas ao projeto em que o time pertence, onde é possível

encontrar diferentes modelos de documentos que auxiliam o time e o *Scrum Master* a encontrar o tipo mais adequado para sua necessidade ou criar um documento livre. Além disso, também segue a mesma premissa do *Jira* de ser uma ferramenta colaborativa, onde todos têm acesso e liberdade para trabalhar da melhor forma (ATLASSIAN, [20?]b). Ambas as ferramentas são licenciadas pela B2W para uso de todos os times da companhia, formando assim, uma grande rede de conhecimento das plataformas, aplicações, forma de trabalho dos times, produtos e serviços de toda a companhia.

Assim que iniciado o trabalho como *Scrum Master* no time, foi dedicado um certo tempo para observar a forma de trabalho dos integrantes, como era o dia a dia da equipe, como as interrupções e demandas externas chegavam até o time, como lidavam com isso, entre outras coisas. Notando a ausência de frequência em alguns processos definidos pelo *Scrum* e importantes para o trabalho do time, me dediquei a estabelecer algumas rotinas para facilitar o dia a dia da equipe, dentre eles:

- a) definimos um horário específico para as reuniões diárias. Apesar de isto ser uma premissa do *Scrum*, nem sempre o time respeitava os horários, por isso, combinamos um horário em que a maioria do time concordou e também acordamos que faríamos as *dailies* (reuniões diárias para alinhamento interno) com os integrantes que estivessem presentes no momento, salvo em casos de reuniões de urgência. Caso algum integrante do time estivesse trabalhando de casa, o mesmo era responsável por passar por escrito no que estava trabalhando, se existia algum impedimento e o que estava planejando para fazer no restante do dia. A *Scrum Master* era responsável por fazer o alinhamento das informações com o time;
- b) estabelecemos um fluxo de entrada de novas demandas externas. Após alguns alinhamentos com os times parceiros, conseguimos definir que demandas externas, sendo problemas ou não, não poderiam chegar diretamente no time, mas sim para a *Scrum Master* e esta seria responsável por avaliar a urgência da demanda e designar quando e qual integrante poderia resolvê-la. Alinhamos, então, que as demandas deveriam chegar através de email endereçado ao time de TI e que eu era a responsável por passar o andamento da solicitação;
- c) propomos ao time de *marketing* do Afiliados fazer uma reunião semanal de alinhamento de demandas, onde eles nos informariam dos últimos acontecimentos sobre o programa e sobre os afiliados e nós falaríamos sobre o andamento das demandas que estávamos executando. Esta ação proporcionou uma melhora significativa no que tange a comunicação entre os times e, conseqüentemente, uma maior compreensão do time de TI com o trabalho do time de *marketing* e vice-versa.

**Quadro 1** Resumo de rotinas do time

Rotinas	Ações	Disponibilização
Reuniões diárias ( <i>dailies</i> )	Estabelecimento de horário fixo	Fixado no quadro onde o time se reunia para estas reuniões
Reuniões de Retrospectiva	Documentação da dinâmica realizada e dos pontos discutidos	<i>Confluence</i>
Reunião de definição de novas <i>features</i> ( <i>discoveries</i> )	Documentação dos pontos discutidos, assim como da decisão tomada	<i>Confluence</i>
Reuniões <i>cross times</i>	Documentação (ata) com os pontos discutidos, compartilhada com todos os envolvidos	Email e/ou <i>Confluence</i>
Resolução de problemas	Documentação com a forma de resolução encontrada para o problema	<i>Confluence</i>

Fonte: Elaboração própria.

Neste período também se observou a escassez documental que o time possuía. Não havia mapeamento de processos, documentação de aplicações internas, um passo a passo da ferramenta, nem mesmo um explicativo sobre o que era o programa. Essa informação somente era obtida de forma externa, via plataforma Afiliados. Para começarmos de algum lugar, passei a documentar as reuniões mais importantes que o time participava.

Iniciei documentando as reuniões de retrospectiva da *sprint* no *Confluence*, para que estivesse ao fácil acesso de todos os membros da equipe, além das lideranças. Estas reuniões são realizadas a cada final de ciclo (*sprint*) com o objetivo de que o time de T1 tenha um tempo para refletir sobre como foi este ciclo passado, se foi bom, ruim e como fazemos para melhorar.

Entretanto, acredita-se que a retrospectiva tem um potencial ainda maior quando aumentamos o escopo da mesma para falar de todas as coisas que aconteceram no ciclo, não somente relacionadas ao trabalho. Pode acontecer que algum

fator externo tenha impactado a produtividade de algum integrante do time (às vezes, um familiar doente) e a intenção é que o time reconheça este espaço como um “local seguro”, onde eles podem se abrir e falar sobre o que desejarem, desde que tenha acontecido durante o escopo do ciclo encerrado.

Muitas vezes a retrospectiva funciona como um termômetro do time. É possível verificar através dela como o time está se sentindo sobre algum acontecimento, se estão desmotivados ou se não conseguem chegar a um consenso sobre um assunto, a retrospectiva pode dar sinais de onde pode estar localizado o problema, e assim o *Scrum Master* consegue agir e resolvê-lo. Caso os membros da equipe não consigam se resolver em algum assunto e não possuam auxílio para tal, é possível que os problemas sobreponham o objetivo do projeto em questão, prejudicando sua execução (PHAM; PHAM, 2011).

Reuniões de retrospectiva documentadas, tornam possível comparar o clima que o time estava na primeira retrospectiva do ano com a mais recente, verificar se houve alguma melhora ou piora e até identificar padrões, por exemplo, se o time se sente mais motivado ou estressado com a chegada de algum evento das marcas da companhia, se estão felizes com o andamento das demandas propostas, entre outros.

Outro tipo de reunião que passou a ser documentada, foi a de tomadas de decisão. Geralmente aconteciam em conjunto com o time de *marketing* acerca de algum problema ocorrido e que precisaríamos tomar uma decisão em relação à solução apresentada. Funcionava como uma espécie de ata, documentava qual era a decisão e por qual motivo optamos pela mesma e enviava por *email* para todos os envolvidos.

Com esse processo de documentação, passei a estimular o time a criar documentações sobre o programa de Afiliados para facilitar o dia a dia da equipe. Conforme falado anteriormente, a plataforma existente até o momento era um tanto obsoleta, instável e trabalhar com ela demandava bastante esforço manual por parte dos times. A ponto de não se alterar nenhuma particularidade da aplicação que não fosse conhecida, pois qualquer ação não controlada não saberíamos qual parte da plataforma poderia ser impactada. Com isso, como os problemas eram quase sempre os mesmos, a ideia era mapear o cenário que estávamos vivendo para que os problemas pudessem ser resolvidos por pessoas diferentes do time, aumentando assim os conhecimentos dos integrantes sobre a aplicação.

Algumas documentações foram criadas sobre a relação da nossa aplicação com outras aplicações da companhia, arquivos importantes para a mitigação de problemas e alguns documentos com nomes de bancos de dados e tabelas, consultados na época. Entretanto, foram utilizadas por poucas vezes pois, logo em seguida, passamos a tocar o projeto em que consistia em construir uma nova plataforma para o programa.

## 7. A contribuição da Gestão do Conhecimento no desenvolvimento de uma nova plataforma

O processo de desenvolvimento da nova plataforma foi marcado por intensas conversas, alinhamentos e tomadas de decisão, sendo apenas pelo time de TI, em conjunto com o time de *marketing* ou com as lideranças imediatas. Como o time de TI possuía novos integrantes, essas reuniões normalmente eram propostas pelo próprio time de tecnologia, com objetivo de definir premissas e boas práticas para o desenvolvimento da nova plataforma, além de entender as funcionalidades que existiam para descobrir como poderíamos criá-las de uma forma melhor no novo cenário.

Com objetivo de amenizar as falhas de comunicação existentes, passamos a documentar todas as reuniões durante este período e, além disso, passamos a revisar esta documentação todas as vezes que falávamos no assunto que ela compreendia, com intuito de deixá-las atualizadas, sempre que possível. Desta forma, conseguimos mapear pontos que, por vezes, eram esquecidos e/ou precisavam de uma melhor definição.

No início, a documentação das reuniões estava sob minha responsabilidade, como uma forma de registrar os pontos discutidos e alinhados pelos participantes, disponibilizando-a posteriormente no *Confluence*, para garantir sua acessibilidade. Com o tempo, observou-se que a documentação criada até o momento, apesar de estar disponível para qualquer pessoa da companhia, era criada de acordo com a necessidade do time de tecnologia, apenas. Ou seja, o conhecimento estava registrado mas não era bem aproveitado por não ter sido desenvolvido de forma que fosse compreensível por pessoas que não eram de tecnologia e/ou que não trabalhavam no programa.

Partindo deste ponto, trabalhei junto ao time a colaboração dos integrantes para que conseguíssemos tornar as nossas documentações compreensíveis a qualquer indivíduo da companhia, independente da área ou atuação. E seguimos desta forma, criando os documentos de modo colaborativo e aberto, de uma maneira que nos atendesse e que fosse clara para todos.

Antes de nos reunirmos com o time de *marketing* para conversar sobre alguma funcionalidade, o time de TI se reunia de forma independente e buscava definir uma forma mais objetiva de abordar determinados assuntos com o time parceiro. Comumente, esta forma era traduzida em uma ou mais perguntas, por exemplo, “qual a função do gerador de *links* hoje?”, “ele está atendendo às necessidades do programa?”. Como parte do processo de desenvolvimento da nova plataforma, o time fazia o que é chamado de *discovery*, que consiste em os integrantes da equipe se reunirem e entender como algo funciona, como deveria funcionar, ou como podemos

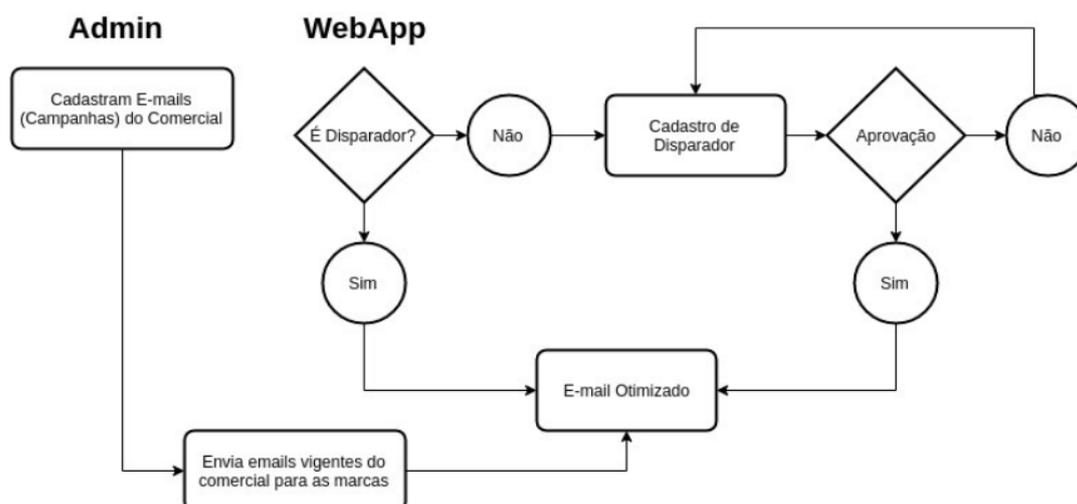
desenvolver algo novo. Eram nestas reuniões em que as perguntas levadas ao time de *marketing* eram pensadas.

Devido ao grande número de reuniões existentes na época e à demanda que precisávamos atender no prazo de aproximadamente três meses, o time acabou adotando o padrão de ter sempre um objetivo muito bem definido que precisava ser alcançado com as reuniões, independente de qual seria. Com isso, as perguntas deixaram de ser somente guias para reuniões de definição de funcionalidades e passaram a ser norteadores das documentações e dos *discoveries* produzidos pelo time de tecnologia.

Portanto, é possível afirmar que sempre iniciamos um *discovery* ou alguma documentação tendo como objetivo responder a uma pergunta específica, geralmente derivada de “qual o objetivo deste *discovery*?” ou “como funciona o gerador de *links*?” e até mesmo “como deveria funcionar a página de relatórios da plataforma?”.

No início do projeto, as reuniões junto ao time de *marketing* às vezes tinham seu foco distorcido para os problemas cotidianos existentes na plataforma antiga, e precisávamos, por diversas vezes, voltar a mencionar o assunto inicial para voltarmos a focar no objetivo da reunião. Por isso, ter esses padrões proporcionou uma melhora significativa no tempo em que ficávamos reunidos, este passou a ser mais bem aproveitado, focando em pontos de fato relevantes para o desenvolvimento do trabalho do time.

Outro padrão que pôde ser identificado com esse projeto da nova plataforma foi a forma de construir as documentações no *Confluence*. Além de termos sempre uma pergunta a ser respondida como direcionamento, o time criou o hábito de construir fluxogramas que mapeiam todo o fluxo de uma funcionalidade, sendo anexado às documentações, para complementá-las, tornando seu entendimento compreensível por todos, incluindo pessoas que não trabalham diretamente com tecnologia.

**Figura 2** Exemplo de fluxograma de uma funcionalidade

Fonte: Documentação interna Afiliados B2W.

Com o andamento do desenvolvimento da plataforma, foi possível perceber o aumento na aproximação e na troca de experiências entre os integrantes do time. Eles passaram a priorizar conversas rápidas, entre si, para a resolução de dúvidas, para alinhamento de alguma informação e, conseqüentemente, utilizavam com frequência as documentações produzidas por eles mesmos.

Devido aos esforços do time de TI durante os três meses de trabalho dedicados à construção da nova plataforma, a mesma foi concluída com sucesso, contendo todas as funcionalidades da plataforma anterior, porém todas construídas do zero, proporcionando maior segurança ao afiliado que navega na aplicação e também na atribuição das vendas. A subida da plataforma foi próximo ao evento de Black Friday, onde o fluxo de vendas é maior do que o normal, tanto no programa como nos sites das marcas da companhia. E, mesmo assim, não houve problemas quanto ao fluxo de afiliados utilizando a plataforma neste período, tanto como atribuição de vendas.

## 8. O legado da nova plataforma

Apesar de a demanda de criação de uma nova plataforma de Afiliados ter chegado de forma inesperada, o time de tecnologia respondeu de forma muito positiva à mudança de cenário, pondo em prática o quarto fundamento do Manifesto Ágil que ressalta que é mais importante “responder às mudanças em vez de seguir um plano” (SUTHERLAND, 2014).

A situação em que o time de T1 foi exposto, proporcionou o início da criação de boas práticas para a rotina do time em relação à documentação, às reuniões e, principalmente, em relação à comunicação do time no geral. Todas as rotinas e os padrões construídos durante a criação da nova plataforma, continuam sendo utilizados atualmente e, além disso, o time se sente cada vez mais independente e responsável por fazer com que a nossa aplicação e tudo o que a envolve esteja cada vez mais simples de ser compreendido.

No que tange às documentações, hoje temos um projeto no *Confluence* mais estruturado, onde é possível encontrar documentos mais completos sobre as funcionalidades da plataforma de Afiliados (existentes e as que ainda estão em processo de desenvolvimento), do cadastro no programa, da parte financeira além dos relacionados ao *blog* do Afiliados (criado recentemente). Para continuarmos no objetivo de que qualquer pessoa da companhia possa acessar e entender nossas documentações, foram criadas páginas explicando sobre o programa, o que é, como funciona, entre outros.

Em relação às rotinas, o time passou a respeitar o horário estabelecido para as *dailies*, estando sempre presente e, em caso de ausência, existe a comunicação para todos os integrantes. As interrupções possuem agora dois canais de entrada definidos, o primeiro continua sendo por email e o segundo é um grupo que criamos na ferramenta de comunicação oficial da companhia, chamada *Workplace*. Utilizamos este canal para aproximar a comunicação entre os times parceiros e, quando existe alguma urgência ou dúvida, o time de *marketing* consegue nos acionar de forma mais rápida.

As retrospectivas também continuam sendo igualmente documentadas em nosso projeto, apenas foi melhorada a forma de registrá-las para que, conforme as outras documentações, também seja compreendida por qualquer indivíduo da companhia. Estabeleci um modelo que consiste em falar sobre qual dinâmica foi utilizada para a reunião e por qual motivo, seguido de um breve resumo dos pontos que foram abordados na reunião e, por fim, uma imagem que registra a retrospectiva em si, a dinâmica adicionada com as informações postas pelos desenvolvedores.

As reuniões semanais continuam acontecendo e estão cada vez mais objetivas. Notamos que o time de *marketing* também passou a se preparar para as reuniões, levando as informações mais importantes a serem discutidas naquele momento, assim como o time de T1.

Por fim, hoje não existe mais o problema do conhecimento concentrado em alguns integrantes do time, apenas. É possível afirmar que todos estão cientes de tudo o que está acontecendo no programa, na plataforma e no time. Com o objetivo de sermos ágeis, atualmente o time possui confiança e prefere se dividir para participar de diferentes reuniões pois, logo após o término delas, fazemos uma convocação para que todo o time de T1 fique alinhado com as demandas retratadas em reunião.

## 9. Considerações finais

Durante a elaboração deste trabalho, ficou evidente que a Gestão do Conhecimento possui uma parte de caráter fundamentalmente social, levando em consideração que, para o conhecimento organizacional ser constituído, este depende do senso crítico de cada membro da empresa, assim como suas experiências individuais e a troca com colegas de trabalho e a explicitação deste conhecimento, fazendo com que outros indivíduos e a companhia possa aproveitá-lo.

Um ponto que vale ser ressaltado é como a adoção de boas práticas em relação ao convívio e trocas de experiências entre membros de um time pode influenciar positivamente o processo de construção do conhecimento de uma organização e, conseqüentemente, a gestão deste conhecimento.

De qualquer forma, foi possível verificar que a Gestão do Conhecimento de uma empresa não é algo simples de ser feito e está em constante desenvolvimento. Do mesmo modo, foi visto também o valor que a produção, a troca e o aproveitamento de conhecimentos por colegas de trabalho têm importância significativa para o crescimento de uma empresa. É importante para uma companhia saber qual cenário está enfrentando, se está percorrendo o caminho correto para criar os melhores produtos e, caso não esteja, é fundamental que a mesma tenha a capacidade de encontrar os motivos, assim como as respostas, de maneira interna.

Em relação à Gestão Ágil de Projetos, com a experiência de atuação como *Scrum Master*, as pesquisas e o estudo de caso realizados para elaboração deste trabalho, foi possível verificar que o *framework Scrum* é uma alternativa bastante positiva à Gestão de Projetos de caráter tradicional, devido a sua adaptabilidade em cenários caóticos, que são repletos de mudanças.

Foi possível entender também que, mesmo que o *Scrum* dê mais valor ao projeto ou produto concluídos do que a possuir uma documentação extensiva e abrangente, ter uma documentação acerca do que está sendo desenvolvido é de suma importância. Além disso, a criação de hábitos para os times ágeis contribui de forma muito positiva para que o ato de documentar o que antes ficava perdido apenas na oralidade, torne-se uma rotina, assim como as reuniões obrigatórias, é algo que passa a fazer parte do escopo de trabalho do time.

Além de contribuir academicamente com as produções relacionadas ao tema de Gestão de Projetos Ágeis, Agilidade e Gestão do Conhecimento no âmbito da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, este trabalho expôs que os conhecimentos adquiridos durante a faculdade de Biblioteconomia e Documentação colaboraram para que eu executasse a função de *Scrum Master* com a perspectiva da importância do compartilhamento de conhecimentos e de experiências, assim como a necessidade

vital que estes conhecimentos e informações de terem uma forma de serem recuperados e disseminados entre outras áreas e indivíduos da companhia.

Por fim, a elaboração deste trabalho também contribuiu para a construção de um histórico para o Programa de Afiliados B2W, visto que todas as informações sobre este foram obtidas através de conversas entre colegas de trabalho, entrevistas e auxílio de repositórios públicos de informação.

## Referências

- ATLASSIAN. “*Jira Software*: a principal ferramenta de desenvolvimento de software usada por equipes ágeis”. *Homepage*. [20?]a. Disponível em: <<https://www.atlassian.com/br/software/jira>>. Acesso em: 9 jul. 2020.
- ATLASSIAN. “*Confluence*: colabore e tenha mais resultados”. *Homepage*. [20?]b. Disponível em: <<https://www.atlassian.com/br/software/confluence>>. Acesso em: 9 jul. 2020.
- BARBOSA, R. R.; SEPÚLVEDA, M. I. M.; COSTA, M. U. P. da. “Gestão da informação e do conhecimento na era do compartilhamento e da colaboração”. *Inf. & Soc.:Est.*, João Pessoa, v. 19, n. 2, p. 13-24, maio/ago. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/2378/3034>>. Acesso em: 19 jul. 2020.
- BECK, K.; COCKBURN, A.; GRENNING, J. *et. al. Manifesto para o desenvolvimento ágil de software*, 2001. Disponível em: <<https://www.manifestoagil.com.br>>. Acesso em: 5 nov. 2019.
- B2W DIGITAL. *Relatório anual de 2019*. 2019. Disponível em: <<https://hotsites.b2wdigital.com/relatorioanual2019.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2020.
- B2W DIGITAL. *Institucional*: marcas. [20?]. Disponível em: <<https://ri.b2w.digital/institucional/marcas>>. Acesso em: 8 jul. 2020.
- CARVALHO, G. G. *Gestão de projetos na perspectiva do pensamento sistêmico e da teoria da ação*. 2010. (Dissertação) Mestrado em Ciência da Computação – Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Disponível em: <[https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/1267/1/arquivo01175\\_1.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/1267/1/arquivo01175_1.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- CHOO, C. W. *A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões*. São Paulo, Editora Senac, 2003. 426 p.
- GONZALEZ, R. V. D.; MARTINS, M. F. “O Processo de Gestão do Conhecimento: uma pesquisa teórico-conceitual”. *Gest. Prod.*, v. 24, n. 2, 2017. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=So104-530X2017000200248](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So104-530X2017000200248)>. Acesso em: 26 jul. 2020.
- INTERNET ARCHIVE. Wayback Machine. 2001b. Disponível em: <<https://archive.org/web/>>. Acesso em: 13 de jul. 2020.
- KERZNER, Harold. *Gestão de projetos: as melhores práticas*. Porto Alegre, Bookman, 2002.
- PHAM, A.; PHAM, P. *Scrum em ação: gerenciamento e desenvolvimento ágil de projetos de software*. 1ª ed. São Paulo, Novatec, 2011.

- PMI. INC. *Um guia do conhecimento em Gerenciamento de Projetos (Guia PMBOK)*. 3. ed. Pennsylvania: Project Management Institute Inc., 2004. Disponível em: <[http://www.las.inpe.br/~perondi/23.06.2008/ccgp\\_a.pdf](http://www.las.inpe.br/~perondi/23.06.2008/ccgp_a.pdf)>. Acesso em: 15 mar. 2020.
- SCHWABER, K.; SUTHERLAND, J. *Guia do Scrum – um guia definitivo para o Scrum: as regras do jogo*. 2017. Disponível em: <<https://www.Scrumguides.org/docs/Scrumguide/v2017/2017-Scrum-Guide-Portuguese-Brazilian.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2019.
- SUTHERLAND, J. *Scrum: a arte de fazer o dobro do trabalho na metade do tempo*. São Paulo, LeYa, 2014.
- RIVAS, M. A.; SOUZA, E. G. de. “Análise comparativa da utilização do modelo tradicional (waterfall) de desenvolvimento de projetos e o modelo ágil (agile) em fábricas de software”. *Revista de Sistemas e Computação*, Salvador, v. 4, n. 1, p. 3-11, jan./jun. 2014. Disponível em: <<https://revistas.unifacs.br/index.php/rsc/article/viewFile/2809/2364>>. Acesso em: 9 ago. 2020.
- ROBBINS, S. P. *Fundamentos do comportamento organizacional*. 7. ed. Prentice Hall, 2009.
- TARAPANOFF, K. (org.). *Inteligência, informação e conhecimento em corporações*. Brasília: IBICT – UNESCO, 2006. 453 p. Disponível em: <<https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/465/1/Inteligencia%2c%20informa%20a7%20a30%20e%20conhecimento.pdf>> Acesso em: 15 nov. 2019.
- TOLEDO, C. de A. A. de; GONZAGA, M. T. C. (org.). *Metodologia e técnicas de pesquisa nas áreas de ciências humanas*. Maringá, Eduem, 2011. 277 p.
- VALENTIM, M. L. P. “Inteligência competitiva em organizações: dado, informação e conhecimento”. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v. 3., n. 4, ago. 2002. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/7468>>. Acesso em: 17 nov. 2019.
- VALLE, B. M. “Tecnologia da informação no contexto organizacional”. *Ciência da Informação*, v. 25, n. 1, 1996. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/669/678>>. Acesso em: 2 jul. 2020.



# Censura, uma biografia: a proibição de livros no Brasil

*Censorship, a Biography: the Ban on Books in Brazil*

**Paula Ribeiro da Igreja** | paulaigreja@id.uff.br

Graduada em Biblioteconomia pela UFF e mestranda em História, Política e Bens Culturais pela FGV-RJ

**Resumo** O presente artigo aborda a censura bibliográfica ao longo do Estado Novo (1937-1945) e regime militar (1964-1985). Com base na perspectiva de que a censura aos livros é um agravamento contra os direitos humanos e uma forma de conter a liberdade de intelectual para impor o discurso oficial estatal, pretendemos oferecer uma revisão de literatura acerca da censura bibliográfica nos períodos em questão. A primeira seção, centrada nos anos de 1937 a 1945, preocupa-se com a atuação do Instituto Nacional do Livro, a censura, perseguição e expurgos. Já a segunda seção, concentrada no período de 1964 a 1985, analisa a censura prévia, a perseguição às editoras e ações infligidas às bibliotecas.

**Palavras-chave** censura; livros; Estado Novo; ditadura militar

**Abstract** This present study is interested in investigating the censorship of books over the years of Estado Novo (1937-1945) and Military Dictatorship (1964-1985). In the face of the thesis that books' censorship is a kind of aggression against human rights and a way to restrict intellectual freedom to impose state's official discourse, we intend to offer a bibliographical review about books' censorship in the mentioned periods. The first piece, centered in the years from 1937 to 1945, analyzes Instituto Nacional do Livro's operation, censorship, persecution, and purges. The second piece, centered in the years from 1964 to 1985, discuss prior censorship, publishing houses persecution, and actions against libraries.

**Keywords** censorship; books; Estado Novo; military dictatorship

## 1. Introdução

A censura aos livros e as demais formas de perseguição ao material impresso são uma constante na história brasileira. Para Laurence Hallewell (2012), a censura está presente em nossa realidade desde a queda do Império. Como apontado por Carneiro (2002), os regimes autoritários, especialmente, usam de tal método para recuar os avanços dos pensamentos adversários que ameaçam seu poder. Consideramos o tema fundamental, sobretudo diante dos diversos ataques à democracia e ao livro, uma vez que este se caracteriza como um veículo de empoderamento social e de disseminação de discursos. Com base no princípio da liberdade intelectual como direito inalienável dos cidadãos, pretendemos expor a história da censura no Brasil ao longo do Estado Novo e do regime militar, a fim de lembrar a importância de se resguardar tal direito.

## 2. A censura bibliográfica durante o Estado Novo (1937-1945)

O primeiro governo de Getúlio Vargas é atravessado pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e pela luta contra os ideais comunistas. Diante da crença da ameaça comunista, o livro é reconhecido como parte do projeto de dominação mundial que caracterizaria o comunismo (MOTTA, 2006).

No contexto global, o mundo enfrentava a Segunda Guerra Mundial, o que impunha a Getúlio Vargas uma tomada de decisões com base e sustentada por uma orientação política externa. Foi com essa referência que o presidente da República criou duas instituições, utilizadas para fortalecer ainda mais os seus ideais e a propaganda política de seu governo: o Instituto Nacional do Livro (INL), que teve uma forte influência sobre o processo de difusão de livros no país, e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), cuja atribuição era manter sob controle os meios de comunicação de massa e a produção artística e intelectual. Ambas utilizaram estratégias para determinar os processos de publicação, distribuição e circulação de livros no país. (LEITÃO, 2011, p. 143)

Os impressos são vistos, nesse período, como parte tanto da propagação do projeto comunista como do projeto getulista da manutenção do poder e de seus ideais. Assim, sobre a censura bibliográfica durante o governo de Vargas, é possível apresentar duas vertentes: a da criação de conteúdo de interesse estatal, materializada nas ações do INL, mas também a censura propriamente dita aos impressos e outros veículos de expressão contrários ao regime, principalmente os relacionados ao comunismo.

### 2.1. O Instituto Nacional do Livro e o projeto varguista

O Instituto Cairú, precursor do Instituto Nacional do Livro, tinha como principal objetivo o desenvolvimento e publicação de uma enciclopédia brasileira pela Biblioteca Nacional. O projeto era inspirado nos governos totalitários europeus, italiano e português, que havia implantado suas próprias enciclopédias nacionais. Além dos planos da implantação de uma enciclopédia brasileira, Vargas idealizava a publicação de um dicionário nacional. Essas publicações surgiam como mais um meio do controle estatal da opinião e do pensamento, como aponta Leitão (2010). O Estado tutor e paternalista definia e distribuía a leitura “culturalmente adequada” ao desenvolvimento dos indivíduos. O acervo das bibliotecas públicas, criado a partir da orientação estatal, sugeria ao leitor: “leia estas obras escolhidas se deseja ser reconhecido como cidadão” (OLIVEIRA, 1994, p. 46).

O Instituto Nacional do Livro (INL) nasce em 1937 (não por acaso, ano do golpe que impôs o Estado Novo), assumindo os objetivos do extinto Instituto Cairú, dentre os quais destacamos:

Art. 2º Competirá ao Instituto Nacional do Livro;

- a) organizar e publicar a *Enciclopédia Brasileira* e o *Dicionário da Língua Nacional*, revendo-lhes as sucessivas edições;
- b) editar toda sorte de obras raras ou preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional;
- c) promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país bem como para facilitar a importação de livros estrangeiros;
- d) incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional. (BRASIL, 1937, não paginado)

O ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, responsável pela estruturação do INL, reconhece a importância, o poder de difusão de ideias e de transformação contido no livro:

O livro não é só companheiro amigo, que instrue, que diverte, que consola. É ainda e sobretudo o grande semeador, que, pelos séculos afora, vem transformando a face da terra. Encontraremos sempre um livro no fundo de todas as revoluções.

É, portanto, dever do Estado proteger o livro, não só promovendo e facilitando a sua produção e divulgação, mas ainda vigilando no sentido de que ele seja, não o instrumento do mal, mas sempre o inspirador dos grandes sentimentos e das nobres causas humanas. (BRASIL, 1937, não paginado)

O INL usou a publicação e a propagação dos livros como forma de disseminar os ideais estado-novistas. Durante a Era Vargas, o único livro de ficção publicado pelo INL foi uma nova edição de *Memórias de um sargento de milícias*, como aponta Oiticica (1997). As publicações consistiam em “obras históricas e, principalmente, as de teor didático, algumas em forma de cartilhas infanto-juvenis, cujo conteúdo abordava, explicitamente, o despertar do nacionalismo ou a figura de Vargas” (OLIVEIRA; SILVA; CASTRO, 2018, p. 135).

As ações do INL podem ser resumidas pela ideia de que, “homogeneizando o pensamento, diminuía-se os riscos de contestação seguindo-se à risca o padrão de construção do consenso” (CARNEIRO, 2002, p. 48). Impor o que é culturalmente aceito e o que será consumido em larga escala, isto é, criar produtos culturais que transmitam e reafirmem os ideais estado-novistas é também uma forma de dominação. A censura é aqui caracterizada por ditar o que é culturalmente aceito e adequado. De forma que, não há discursos plurais, mas apenas a constante manutenção dos ideais do Estado e a exclusão dos demais.

## 2.2. Censura, apreensões e expurgos

O DIP foi criado em 1939 com as seguintes diretrizes:

Art. 1º O Departamento de Imprensa e Propaganda (D. I. P.), criado pelo Decreto-lei n. 1915, de 27 de dezembro de 1939, é diretamente subordinado ao Presidente da República e tem a seu cargo a elucidação da opinião nacional sobre de diretrizes doutrinárias do regime, em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileiras, cabendo-lhe a direção de todas as medidas especificadas neste Regimento. (BRASIL, 1939, não paginado)

O órgão era composto por: I – Divisão de Divulgação (D.D.); II – Divisão de Rádio-difusão (D.R.); III – Divisão de Cinema e Teatro (D.C.T.); IV – Divisão de Turismo (D.T.); V – Divisão de Imprensa (D.I.). No que compete à Divisão de Divulgação, é interessante destacar:

- a) a elucidação da opinião nacional sobre as diretrizes doutrinárias do regime, em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileiras;
- b) interditar livros e publicações que atentem contra o crédito do país e suas instituições, e contra a moral;
- c) combater por todos os meios a penetração ou disseminação a qualquer idéia perturbadora ou dissolvente da unidade nacional. (BRASIL, 1939, não paginado)

A censura fazia parte da manutenção da soberania do Estado e da preservação de seus ideais. Dessa forma, propunha-se a “defender os cidadãos” das ideias sediciosas e que atentassem contra a moral, os bons costumes e os ideais nacionais, conceitos vagos que, contudo, favoreciam medidas arbitrárias que, na verdade, atentavam diretamente contra o direito à liberdade intelectual.

A apreensão de impressos ditos “perigosos à ordem instituída” e as sistemáticas prisões de seus produtos e impressores devem ser avaliadas como a formulação de uma resposta institucional à ameaça representada por aqueles que atentavam contra a estabilidade das elites dominantes. A partir do momento em que o Estado criou um órgão dedicado a reprimir ideias sediciosas, caçar a palavra impressa e penalizar seus mentores, anulava-se a noção de sociedade civil. Para as autoridades da repressão, o “produtor de um jornal” era apenas o outro, elemento provocador que, como tal, deveria ser isolado. Como consequência temos o retorno da razão do Estado que, em nome da segurança pública e bem-estar da nação, pode colocar fim no Estado de direito. (CARNEIRO, 2006, p. 157)

Uma vez que a censura e a política de publicações e coedições competiam ao DIP, a apreensão fez parte dos afazeres das Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS), nas capitais dos estados. Como afirma Carneiro, “tanto o DIP como o DOPS funcionavam como engrenagens reguladoras das relações entre o Estado e o povo; verdadeiras máquinas de filtrar a realidade, deformando os fatos e construindo imagens” (CARNEIRO, 2002, p. 47-48). É estimado por Carneiro (2006) o total de 64.087 publicações censuradas pela Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP).

Os livros apreendidos eram alvos de denúncias, usados como provas em processos e alvo da “lógica de suspeição”.

O DEOPS, enquanto segmento da polícia política federal e órgão preocupado em sustar a propagação de ideias revolucionárias, adotou medidas administrativas sistemáticas, assim como endossou o discurso ordenador e saneador articulado pelo regime oficial. Através da lógica da suspeição manteve-se vigilante, procurando, sempre que possível, apreender a literatura “perigosa” e processar seus mentores intelectuais. (CARNEIRO, 2002, p. 49-51)

A censura bibliográfica e a defesa contra a propagação dos ideais contrários configuraram-se como uma caça aos livros. O poder do livro como importante difusor de ideias é reconhecido e chega a ter a sua destruição como proposta para combatê-lo.

Armadas, pois, com os excepcionais instrumentos legais que a onda anticomunista lhes outorgou, as autoridades lançaram mão das novas prerrogativas para apreender e retirar de circulação edições inteiras, além de impedir a produção de novas obras suspeitas. A radicalização do sentimento anticomunista atingiu níveis agudos e levou a que fossem sugeridas e colocadas em prática medidas visando à destruição da literatura “perigosa”, algumas vezes recorrendo ao imaginário medieval. (MOTTA, 2006, p. 142)

A perseguição aos livros chegou a afetar o mercado editorial, como aponta o editor José Olympio: “o que tem causado um enfraquecimento no mercado é a apreensão de livros em todo o território nacional, sem que na maioria das vezes obedeça a um critério justificável” (PEREIRA FILHO, José Olympio, 1938, apud HALLEWELL, 2012, p. 504). A falta de critério relatada pelo editor pode ser retratada pelas apreensões que atingiram até os livros infantis.

Nem os livros infantis escapavam. As obras de Monteiro Lobato foram queimadas arbitrariamente e *As aventuras de Tom Sawyer*, de Mark Twain, foi julgado tão perigosamente subversivo que, não satisfeito em confiscar a edição, o governo prendeu Cecília Meireles por tê-lo traduzido. (HALLEWELL, 2012, p. 504-505)

Colocando em prática atitudes condizentes com a mentalidade medieval e repetindo as atitudes nazistas, a perseguição aos livros também gerou fogueiras. Da mesma maneira como caso citado acima de Monteiro Lobato, Jorge Amado, preso pela primeira vez em 1935, teve exemplares de suas obras apreendidos e posteriormente queimados em público. Segundo o próprio autor, a razão seria por simpatizarem com o comunismo. Em *Vida de Luís Carlos Prestes*, Amado apresenta as quantidades dos livros apreendidos em 19 de novembro de 1937 que seriam posteriormente queimados:

808 exemplares de *Capitães de areia*, 233 de *Mar Morto*, 89 de *Cacau*, 93 de *Suor*, 214 de *O país do carnaval*, quinze de *Doidinho*, 26 de *Pureza*, treze de *Banguê*, quatro de *Moleque Ricardo*, catorze de *Menino de engenho*, 23 de *Educação para democracia*, seis de *Ídolos tombados*, dois de *Ideias, homens e fatos*, dois de *Dr. Geraldo*, quatro de *O nacional-socialismo germânico* e um exemplar de *Miséria através da polícia*. (AMADO apud HALLEWELL, 2012, p. 504)

Além dos casos citados acima, destaca-se o expurgo na Biblioteca Municipal de Belo Horizonte. O então prefeito Octacílio Negrão de Lima decretou a eliminação dos livros “que por sua ideologia comunista ou de qualquer forma contrária ao regime, se tivessem tornado prejudiciais à educação popular” (LIMA, 1938, apud MOTTA,

2006, p. 145). Diante da alegação de uma ameaça revolucionária e dos riscos que as obras poderiam oferecer à população foi realizada a interdição de 74 volumes, segundo Motta, classificados como comunistas ou “comunizantes”, inconvenientes e de consulta reservada.

Os 21 livros considerados comunistas e os 37 julgados inconvenientes foram trancados num caixote, sua leitura ficando inteiramente proibida. Quanto às 16 obras classificadas como consulta reservada, elas deveriam ser retiradas das estantes e franqueadas somente a pessoas expressamente autorizadas pelo bibliotecário. (MOTTA, 2006, p. 145-146)

Os livros interditados guardavam relações com os ideais comunistas ou com o cotidiano e os feitos da URSS, como é pontuado por Motta:

Em suma, grande parte dos livros interditados guardava alguma relação com o comunismo. Alguns eram obras de divulgação do pensamento marxista e outros textos de propaganda revolucionária e das realizações da União Soviética. No entanto, parcela substantiva dos livros expurgados da Biblioteca de Belo Horizonte não poderia ser classificada como comunista e deve ser por isso que os censores lançaram mão do neologismo “comunizante”. Provavelmente, a palavra servia para designar obras que não eram comunistas, mas estavam situadas no universo cultural da esquerda e, portanto, na ótica dos setores conversadores, elas poderiam abrir caminho para progressão dos revolucionários. (MOTTA, 2006, p. 151)

Sendo assim, é possível concluir que a censura durante o Estado Novo se preocupou com a moral e os bons costumes, mas esteve, sobretudo, ocupada com o combate à difusão das ideias revolucionárias, esquerdistas ou liberais contrárias ao regime. A censura estado-novista resultou na apreensão de diversos volumes, chegando a abalar o comércio editorial. As interdições, muitas vezes arbitrárias, como no caso dos livros infantis, deixaram sua marca através dos expurgos, apreensões e até das medievais e inquisitoriais fogueiras de livros. A fala de Gustavo Capanema reconhece o poder do livro como um difusor de ideias; no entanto, o medo dessas ideias – consideradas perigosas e sediciosas – tornaram os livros não um amigo, como afirma o ministro, mas um alvo do combate contra a propagação dos discursos concorrentes ou discordantes.

### **3. A censura bibliográfica no regime militar (1964-1985)**

O golpe que destituiu João Goulart da Presidência da República ocorreu em 1º de abril de 1964. A manobra aplicada por militares e apoiada por civis foi instalada com

o suporte de boa parte da sociedade, extremamente conservadora, que via as reformas de base do então presidente como um convite ao comunismo, como destaca Jacob Gorender:

A luta pelas reformas de base não encerrava, por si mesma, caráter revolucionário e muito menos socialista. Enquadrava-se nos limites do regime burguês, porém o direcionava num sentido progressista avançado. Continha, portanto, virtualidades que, se efetivadas, tanto podiam fazer do Brasil um país capitalista de política independente e democrático-popular, como podiam criar uma situação pré-revolucionária e transbordar para o processo de transformação socialista.

O núcleo burguês industrializante e os setores vinculados ao capital estrangeiro perceberam os riscos dessas virtualidades das reformas de base e formularam a alternativa da “modernização conservadora”. Opção que se conjugou à conspiração golpista. (GORENDER, 1990, p. 51)

De forma geral, o regime militar brasileiro pode ser caracterizado por três fases complementares: a primeira, de 1964 a 1968, que visa à consolidação do regime; a segunda, de 1968 até 1979, quando vivemos os chamados “anos de chumbo”, momento em que a repressão e a violência alcançaram seu auge; e o período final, em que se inicia a transição para o regime democrático, de 1979 a 1985.

O aparelho censório desenvolvido a fim de homogeneizar a produção e o consumo culturais foi produto do desejo de manutenção do poder vigente, justificado através do risco à segurança nacional.

O golpe militar de 1964 fez com que a segurança nacional passasse a ter prioridade nas decisões oficiais. Por isso, os processos censórios ficaram ainda mais rígidos, colaborando com as ações que garantiam e legitimavam o poder e a autoridade absoluta do Estado. (LEITÃO, 2011, p. 161)

O quinto Ato Institucional da ditadura brasileira foi decretado em 13 de dezembro de 1968 e previa os anos mais duros do regime. Entre as determinações do AI-5, destaca-se a tentativa dos setores políticos e culturais de destruir a “Revolução vitoriosa”:

[...] atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la. (BRASIL, 1968, não paginado)

Entre as ações promulgadas no AI-5, destacam-se:

- a) o poder do presidente de decretar recesso do Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores;
- b) a suspensão dos direitos políticos, bem como a proibição do exercício de quaisquer direitos públicos ou privados;
- c) o poder de demitir, remover, aposentar, pôr em disponibilidade funcionários públicos;
- d) suspensão do *habeas corpus*, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular;
- e) proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política.

O AI-5 teve papel primordial na estruturação da censura dos meios de comunicação e cultura, assim como no universo da informação que atendeu aos interesses do regime, conforme descreve Carlos Fico:

Mas foi a subida de Costa e Silva à Presidência da República (contra a vontade de Castelo Branco) e o Ato Institucional no 5, que indicaram a vitória indiscutível da “linha dura”. No poder, ela implantou meticulosamente os “sistemas” que completariam a tarefa da “Operação Limpeza”, interrompida contra a sua vontade. Criou a polícia política, instituiu um sistema nacional de “segurança interna”, reformulou e ampliou a espionagem, estabeleceu um procedimento de julgamento sumário para confiscar os bens de funcionários supostamente corruptos, implantou a censura sistemática da imprensa, instrumentou a censura de diversões públicas para coibir aspectos políticos do teatro, cinema e TV, dentre outras iniciativas que pudemos estudar em outros trabalhos. (FICO, 2002, p. 255)

Zuenir Ventura estima, no livro *1968: o ano que não terminou*, os números das criações interditas pelo governo no período de 1968 a 1978:

Em dez anos, cerca de 500 filmes, 450 peças de teatro, 200 livros, dezenas de programas de rádio, 100 revistas, mais de 500 letras de música e uma dúzia de capítulos e sinopses de 285 telenovelas foram censurados. (VENTURA, 1988, p. 285)

A *Cronologia das artes em São Paulo – 1975 – 1996: quadro Brasil* apresenta dados semelhantes quanto às representações culturais, contudo acrescenta também os números referentes às ações censórias contra indivíduos:

Durante os 10 anos de sua vigência, cerca de 500 filmes, 450 peças de teatro, 200 livros, 100 revistas, 500 letras de músicas e dezenas de programas de rádio e televisão foram vetados; 1600 cidadãos punidos e 300 parlamentares cassados. (CENTRO CULTURAL SÃO PAULO, 1996, p. 41)

O governo de Ernesto Geisel (1974-1979) é descrito por Deonísio da Silva como um dos períodos de acentuação dos conflitos. Tal afirmação é comprovada por ter sido o marco do maior censor brasileiro, o ministro da Justiça Armando Falcão. Falcão é o responsável pela proibição de mais de 500 livros e autor das listas que são objeto de estudo do presente trabalho.

O governo Geisel constitui-se em um período exemplar para os estudos aqui apresentados, e seu ministro da Justiça passou à história como o maior censor do Brasil em todos os tempos: mais de 500 livros, além de centenas – e às vezes milhares – de filmes, peças de teatro, músicas, cartazes, jingles e diversas outras produções, entendidas como artísticas e culturais, censuradas entre 1974 e 1978. (SILVA, 2010, p. 18)

Deonísio da Silva indica, em *Nos bastidores da censura*, 430 títulos proibidos durante o regime militar. Os livros poderiam ser censurados por possuir conteúdo que ferisse a moral e os bons costumes ou por abordar relações sexuais e pornografia, ou ainda por seu conteúdo político, isto é, “subversivo”, contrário ao regime, como a ideologia comunista, marxista ou socialista, e por estimular a resistência ao regime. A censura podia ir além, proibindo livros

[...] por falarem do comunismo (mesmo que fosse contra), porque o autor era *persona non grata* do regime, por serem traduções do russo, ou simplesmente porque tinham capas vermelhas. (HALLEWELL, 1985, p. 483)

Os ideais de defesa dos bons costumes configuravam os temas sexuais e eróticos como um atentado aos valores defendidos. Somada a isso, a sexualidade era constatada como parte do “projeto comunista”:

Não nos esqueçamos que parte dos militares via a sexualidade como podendo ser utilizada como ferramenta do “expansionismo comunista”. Exemplos dessa postura foram coletados por Paolo Marconi em *A Censura Política na Imprensa Brasileira*, citamos um:

“O sexo é um instrumento usado pelos psicopolíticos para perverter e alienar a personalidade dos indivíduos [...] Daí partem para o descrédito das famílias, dos governos, e passam à degradação da nação, bem como intensificam a divulgação da

literatura erótica e da promiscuidade sexual”, palavras do tenente-coronel Carlos de Oliveira. (REIMÃO, 2011, p. 41)

Para os responsáveis pela censura, a alienação da “moral” era o início dos planos comunistas que levariam o cidadão à subversão:

Uma das tópicas dessa narrativa desenvolvia a tese de que a “crise moral” era fomentada pelo “movimento comunista internacional” com o propósito de abalar os fundamentos da família, desencaminhar os jovens e disseminar maus hábitos — sendo, dessa maneira, a ante-sala da subversão. (FICO, 2002, p. 260)

Dessa forma, a fim de compreender melhor os mecanismos exercidos pelo aparelho censório implementado nos anos de ditadura militar, a censura bibliográfica será analisada diante dos seguintes aspectos: censura prévia; perseguição às editoras e ações nas bibliotecas.

### *3.1. Censura prévia*

O Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP) integrou a reorganização do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) através da lei nº 4.483/1964. A censura prévia foi incumbida ao SCDP por meio do Decreto nº 56.511 de 1965.

Art. 95. Ao Serviço de Censura de Diversões Públicas, compete censurar previamente e autorizar:

- I – As representações de peças teatrais;
- II – As representações de variedades de qualquer espécie;
- III – As execuções de pantomimas e bailados;
- IV – As execuções de peças declamatórias;
- V – As execuções de discos cantados e falados, em qualquer casa de diversões públicas, ou em local aberto ao público, gratuitamente ou mediante pagamento;
- VI – As exposições de espécimes teratológicos;
- VII – As apresentações de prêmios, grupos, cordões, ranchos etc., e estandartes carnavalescos;
- VIII – As propagandas e anúncios em carros alegóricos ou de feição carnavalesca, ou ainda, quando realizados por propagandistas em trajes característicos ou fora do comum;
- IX – A publicação de anúncio na imprensa ou em programas, a exibição de cartazes e fotografias referentes a tais anúncios e a tudo quanto consta dos itens anteriores deste artigo;

- x – As peças teatrais, novelas e congêneres, emitidas por meio de rádio;
- xI – A exibição de televisão;
- xII – Fiscalizar a exibição de filmes nacionais, pelos cinemas locais, fazendo cumprir a lei que regula a matéria. (BRASIL, 1965, não paginado)

Os primeiros anos do regime excluem os materiais bibliográficos da censura prévia. Apesar disso, o período foi marcado por uma atuação não sistematizada, como aponta Reimão:

Na realidade, entre 1964 e 1968, entre o golpe militar de 1964 e a decretação do AI-5, a censura a livros no Brasil foi marcada por uma atuação confusa e multifacetada pela ausência de critérios mesclando batidas policiais, apreensões, confiscos e coerção física. (REIMÃO, 2011, p. 10-11)

A falta de uma legislação que abrangesse as publicações promoveu uma atuação difusa e violenta, uma vez que não havia diretrizes do que seria proibido. As ações apreenderam o que ia de encontro aos ideais governistas.

As ações confiscatórias ocorriam de forma primária, improvisada, efetuadas por pessoas mal treinadas para este tipo de operação, e eram justificadas através da necessidade de garantir a Segurança Nacional e a ordem moral. Objetivava confiscar todo material considerado *subversivo*, contra o Regime, ou *pornográfico*, contra a família e os costumes. (STEPHANOU, 2001, p. 215 apud REIMÃO, 2011, p. 11)

A dinâmica que antecede a estruturação da censura é também marcada por operações como a do ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda, considerado por Elio Gaspari (2002, p. 225) “o mais catastrófico dos ministros da Educação na história da pedagogia nacional”, responsável por organizar o expurgo de bibliotecas e a queima de livros, entre eles os de Eça de Queiroz, Jean-Paul Sartre, Graciliano Ramos, Guerra Junqueiro, Jorge Amado, Paulo Freire e Darcy Ribeiro.

A censura prévia aos livros é instituída através do Decreto-Lei 1.077 de 26 de janeiro de 1970. O decreto alude a um plano de dominação subversiva dos meios de comunicação que fere a moral e os bons costumes e oferece um risco à Segurança Nacional. Diante disso, fixa:

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.

Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior.

Art. 3º Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares. (BRASIL, 1970, não paginado)

O decreto versa ainda sobre as publicações importadas e as penalidades pelo descumprimento de suas determinações:

Art. 4º As publicações vindas do estrangeiro e destinadas à distribuição ou venda no Brasil também ficarão sujeitas, quando de sua entrada no país, à verificação estabelecida na forma do artigo 2º dêste Decreto-lei.

Art. 5º A distribuição, venda ou exposição de livros e periódicos que não hajam sido liberados ou que tenham sido proibidos, após a verificação prevista neste Decreto-lei, sujeita os infratores, independentemente da responsabilidade criminal:

I – A multa no valor igual ao do preço de venda da publicação com o mínimo de ncr\$ 10,00 (dez cruzeiros novos);

II – À perda de todos os exemplares da publicação, que serão incinerados a sua custa. (BRASIL, 1970, não paginado)

Após esse decreto, a submissão passa a ser exigida somente para “as publicações e exteriorizações que contenham matéria potencialmente ofensiva à moral e aos bons costumes” (BRASIL, 1970, não paginado). Assim,

Art. 19 Para os fins da Portaria 11-B, de 6 de fevereiro de 1970, estão isentas de verificação prévia as publicações e exteriorizações de caráter estritamente filosófico, científico, técnico e didático, bem como as que não versarem temas referentes ao sexo, moralidade pública e bons costumes. (BRASIL, 1970, não paginado)

O recuo da censura prévia, proposto pela Portaria 11-B, representou uma conquista para a sociedade, embora restasse uma ambiguidade que favorecia arbitrariedades:

Foi um avanço democrático conseguido pelas forças sociais do momento, mas é claro também que os limites para decidir se um texto enfoca ou não, tangencia ou não, temas de moralidade pública, bons costumes ou sexo, são limites bastante móveis e essa mobilidade permitiu que relevantes obras – teóricas, conceituais e ficcionais – fossem alvo de rigorosos atos censórios. (REIMÃO, 2014, p. 78)

Além disso, a verificação prévia de todas as obras publicadas em território brasileiro seria impossível. Os dados expostos por Reimão, em *Mercado editorial brasileiro*, corroboram tal afirmação, visto que há a progressão das publicações no período.

Segundo os dados do IBGE, em 1972 ultrapassa-se no Brasil a barreira de um livro por habitante ao ano. A população nesse ano é de 98 milhões de habitantes e produzem-se 136 milhões de livros. Em 1972, editou-se 1,3 livros por habitante, contra 0,8 do ano anterior. Com algumas distorções, essa proporção se manterá crescente durante a década, atingindo o índice de 1,8 em 1979. (REIMÃO, 2018, p. 28)

O número de publicações anuais tornava inviável que todos os livros fossem submetidos à censura prévia. Todavia, em relação aos livros, as atividades censórias foram incitadas, principalmente, através das denúncias. O leitor que julgava a publicação inadequada aos valores nacionais denunciava a obra ao Ministério da Justiça, que o analisaria e emitiria seu parecer, decretando ou não a apreensão do material. O procedimento de denúncias foi descrito na edição número 432 da revista *Veja* de 29 de dezembro de 1976:

Alguém que tenha lido um livro, autoridade ou não, e o considere atentatório à moral ou mesmo subversivo, faz uma denúncia ao Ministério. Instala-se, então, um processo no qual é dada a um assessor do ministro da Justiça a tarefa de ler a publicação e emitir parecer. Com base neste, o ministro decreta ou não a apreensão. [...] A tarefa passa a seguir para a Polícia Federal que deve providenciar o recolhimento dos exemplares à venda. (1976, p. 82 apud REIMÃO, 2005, não paginado)

Entre as denúncias enviadas por meio de cartas, acerca das produções culturais, Carlos Fico aponta, em “Prezada censura”:

Entre 1968 e 1985 a DCDP recebeu — ou foram encaminhadas a ela — pouco mais de 200 cartas, em maior número entre os anos de 1976 e 1980. Várias, sobre o tema da censura, eram encaminhadas ao presidente da República ou ao ministro da Justiça, mas suas assessorias as direcionavam ao diretor da DCDP. (FICO, 2002, p. 268-269)

As denúncias enviadas ecoavam o discurso totalitário, suas diretrizes políticas e morais:

Esta retórica moralista, como se vê, repetia tópicos consagradas, como a condenação do obsceno, mas naturalmente incorporava as características do momento e

mesclava-se ao discurso político do regime militar, como no caso da conexão entre crise moral e subversão. (FICO, 2002, p. 271)

Muitas editoras enviavam seus livros para censura prévia, pois temiam a apreensão após a publicação, o que seria, em termos comerciais, mais prejudicial. Entretanto, o envio das obras seria como reconhecer que elas não estavam dentro dos padrões morais esperados:

“Bons costumes” é uma expressão sujeita a interpretação muito ampla, que proporcionou base legal para diversas proibições discutíveis. [...] As editoras que acreditassem que seus livros tratavam de assuntos inteiramente fora das áreas suscetíveis de sanção poderiam publicá-los sem autorização, correndo, porém, o risco de severas penas por qualquer erro de julgamento. Por sua vez, submeter um livro duvidoso à aprovação, além de praticamente equivaler a uma admissão de culpa, poderia implicar a retenção da publicação por meses enquanto a burocracia estudava uma decisão [...]. (HALLEWELL, 2012, p. 645-646)

### 3.2. A perseguição às editoras

O início do regime sinaliza um momento de perseguição às editoras:

Embora espaços do universo dos livros, editoras, livrarias, fossem alvos de vandalismo de direita, não houve nos primeiros anos após o golpe militar de 1964 a estruturação de um sistema único de censura a livros. (REIMÃO, 2011, p. 16)

A atuação nos “espaços do universo dos livros”, como denomina Reimão, não foi intensa somente nos primeiros anos de ditadura militar, mas durante todo o regime.

O relatório *Brasil: nunca mais*, projeto que tinha como um dos objetivos a preservação dos processos judiciais movidos durante a ditadura militar contra seus opositores, ao tratar dos acusados de subversão sublinha a censura a livros:

O leque de atividades enquadradas aqui foi bastante amplo: aulas, atividades artísticas, publicações, *edição de livros*, panfletagens e pichamentos de paredes. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985a, p. 129, grifo nosso)

A fim de identificar as ações contra editoras e seus editores, é notável o caso de Ênio Silveira e a *Civilização Brasileira*:

Um dos casos mais conhecidos de repressão a livros é o do editor e dono da Editora Civilização Brasileira (ECB), Ênio Silveira. Preso sete vezes durante a ditadura, Silveira viu sua editora sofrer com diversas apreensões de livros, em gráficas ou livrarias, e com a pressão para que os livreiros não comprassem mais livros da ECB. (CASTRO, 2017, p. 77)

A Civilização Brasileira foi classificada como uma editora de oposição, cuja trajetória foi marcada pela publicação, principalmente, de “livros de ciências humanas e de intervenção política, em geral alinhados com o pensamento progressista” (MAUÉS, 2013, p. 43). A Civilização Brasileira, considerada uma das mais conceituadas editoras nacionais sofreu perseguições ao longo da ditadura militar, especialmente entre as décadas de 1960 e 1970, sua expressão pode ser observada através da edição de quase uma obra por dia útil nos primeiros anos da década de 1960 e pela perseverança em continuar a publicar o que era indizível no momento para manter o fluxo de disseminação da pluralidade discursiva, como apontam Maués (2013) e Hallewell (2012).

Acerca do termo “editora de oposição”, Flamarion Maués assim o define:

As editoras que tinham perfil nitidamente político e ideológico de oposição ao governo civil-militar, com reflexos diretos em sua linha editorial e nos títulos publicados – ou seja, uniam ação editorial e engajamento político –, são as que chamo de editoras de oposição, cuja definição se dá, de um lado, por razões de fundo político-ideológico, e de outro, por sua atuação editorial efetiva de oposição no período estudado. (MAUÉS, 2013, p. 27)

A perseguição à editora foi tamanha que “muitos policiais se contentavam com qualquer coisa que tivesse a marca da *Civilização Brasileira*” (HALLEWELL, 2012, p. 633). Ênio Silveira relata no livro *Editando o editor* que

Ao todo eles apreenderam mais de trinta títulos nossos, só isso já basta para dar uma dimensão terrível em termos empresariais. Eles invadiam nosso depósito, iam às livrarias, recolhiam livros e sumiam com eles. Movi uma ação contra o governo [...] foi um período terrível. Nós éramos atacados de todas as maneiras possíveis e imagináveis, cerceados: intimidação a livreiros e gráficos, apreensão de livros. (FERREIRA, 2003, p. 71 apud REIMÃO, 2011, p. 13)

A falta de coesão na censura bibliográfica é destacada também quando se refere às editoras de oposição. A falta de uma política e de critérios delimitados de proibição permitiu que ao mesmo tempo que obras eram interditas por sua autoria ou pela ideia de abordarem temas contrários ao do governo outras de editoras notoriamente de oposição se tornassem *best-sellers*, como aponta Flamarion Maués:

Muitos livros de oposição lançados pelas editoras de oposição tiveram sucesso comercial no período estudado, tornando-se *best-sellers*, aparecendo nas listas dos livros mais vendidos publicadas pela imprensa, influenciando o debate político e divulgando questões relativas ao período ditatorial que chegava ao fim nos primeiros anos da década de 1980. (MAUÉS, 2013, p. 234)

O caso da Civilização Brasileira demonstra mais um modo de atuação arbitrário, categorizado como perseguição por parte dos militares. Contudo, demonstra também o quanto a propagação de ideias através dos livros foi reconhecida e temida nesse regime autoritário.

### 3.3. Ações nas bibliotecas

Os acervos particulares foram atingidos com as proibições que impediam as compras e foram alvos de apreensões para busca de provas judiciais. No ato das prisões, as bibliotecas particulares dos acusados eram vasculhadas em busca de obras que pudessem incriminar o suspeito.

O valor referencial de certas partes ou de certas informações do processo permite que se lhes dê tratamento diversificado. É o que ocorre, por exemplo, com a presença de abundante material apreendido, anexado aos autos na qualidade de prova incriminadora de delito contra a segurança nacional: livros, jornais, revistas, folhas volantes, apostilas. Dentro de cada processo e em relação a cada um dos denunciados que nele figuram, as provas adquirem um peso relativo. Desmembrados dos processos, tais textos formam um outro conjunto significativo – único no seu gênero, provavelmente, pela quantidade e variedade de peças – que possibilita a reconstrução, mais que qualquer outra fonte, da história das organizações, partidos, setores e entidades que se opuseram ao regime. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985b, p. 3)

*O Brasil: nunca mais* registra o período de maior apreensão de livros como provas criminais:

Os dados do BNM de 1970 mostram que em 74 processos, aproximadamente 780 livros foram apreendidos e os principais atingidos continuaram sendo os grupos de resistência e de luta armada: ALN, VPR, VAR, ALA, MR-8, PCBR, entre outros. (CASTRO, 2017, p. 5)

Há grande dificuldade em descrever as ações e os efeitos diretos da ditadura nas bibliotecas brasileiras, pois há discursos dissonantes entre a comunidade

bibliotecária quanto à existência de tais ações. Logo, a carência de relatos e discussões não permite o reconhecimento claro das atividades censórias nas bibliotecas.

Essa contraposição de discursos, somada à baixa oferta de fontes de referência sobre o assunto dificultam a pesquisa e o reconhecimento dos efeitos e do posicionamento dos bibliotecários e de suas entidades. Há bibliotecários, porém, que afirmam ter presenciado ações diretas em suas instituições e outros que defendem que a proibição de compra dos títulos censurados foi o único efeito da repressão. Como afirmou a professora Gilda Verri em entrevista a Bárbara Leitão:

Não sei de nenhum caso de biblioteca revistada ou que tenha sido expurgado livro, aqui em Pernambuco. Poderei verificar. Sei que a censura se deu na fonte impressora. (VERRI, 2010 apud LEITÃO, 2010, p. 135)

O depoimento (anônimo) de um dos funcionários ao livro *A Censura na Biblioteca Central da Universidade de Brasília durante o período do regime militar* também relata a ausência de ações censórias oficiais na biblioteca: “dentro da biblioteca não houve nada oficial, só teve bom senso entre os bibliotecários. Tudo era censurado” (RODRIGUES, 2013, p. 39).

Os relatos apontam a impossibilidade de compra e ações diretas da censura nas bibliotecas, mas também medidas de proteção que fazem parte da chamada autocensura, definida por Bernardo Kucinski como

[...] um ato consciente, e com objetivo, também consciente, de dosar a informação que chegará ao leitor ou mesmo suprimi-la. Trata-se de uma modalidade de fraude intelectual [...]. (KUCINSKI, 2002, p. 538)

Na esfera das bibliotecas, a autocensura é exposta em *Censura e seleção de materiais em bibliotecas: o despreparo dos bibliotecários brasileiros* como a “rejeição, rotulação ou restrição de circulação de um livro ou material como indicação do preconceito de um bibliotecário quanto ao conteúdo do mesmo” (VERGUEIRO, 1987, p. 24). Nesse contexto, é compreensível que a autocensura relatada tenha sido uma medida, por vezes, de proteção aos livros e aos profissionais da biblioteca. Apesar disso, tal prática corrobora a alienação do pluralismo de ideias e respalda a repressão cultural nas bibliotecas.

Apesar da discordância sobre a atuação da censura direta nas bibliotecas, alguns episódios ao longo da ditadura evidenciam essa intervenção do regime militar nos acervos bibliográficos.

A Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo denuncia a retirada de 35 livros das bibliotecas taxados como “subversivos”. Um documento

enviado pelo subdelegado regional do Departamento de Polícia Federal no Espírito Santo determina a retirada dos livros:

[entre os] 35 livros citados no documento como “subversivos” e que deveriam ser “retirados de circulação” pela Ufes, estavam obras como *História militar do Brasil*, de Nelson Werneck Sodré; *O Manifesto do Partido Comunista*, de Karl Marx e Friedrich Engels; *Política e revolução social no Brasil*, de Otavio Ianni, Paulo Singer, Gabriel Cohn e Francisco Weffort; *O golpe de abril*, de Edmundo Munis; *O canhão e a foice*, de P. E. Lapide; *Que foi o tenentismo*, de Virgílio Santa Rosa; *Que é o imperialismo*, de Eduardo Balby; *1º de abril*, de Mario Lago; *A crise geral do capitalismo*, de N. Draguilley; *História contemporânea*, de V. N. Ivestov e L. I. Zubeck; *História da Idade Média*, de B. A. Kominsky; *Terra e sangue*, de Mikhail Chelakhov; *Marxismo e alienação*, de Leandro Konder; *A diplomacia do dólar*, de L. Viadinirev; e até exemplares da *Coleção Histórias Novas*, de diversos autores. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, 2016, p. 51)

Em entrevista a Bruna Abatti Chaffe (2009), a bibliotecária da Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Jussara Pereira Santos, relata a ordem da direção de retirada de livros da Faculdade de Arquitetura por possuírem encadernação vermelha. Outra depoente de Chaffe (2009), Evangelina de Azevedo Veiga, professora do Departamento de Biblioteconomia da UFRGS, relata o desaparecimento da circulação de livros cujos autores eram considerados de esquerda.

A primeira depoente, Jussara, nos relata o caso de alguns livros encadernados em vermelho da Faculdade de Arquitetura, que foram, por ordem da direção, recolhidos do acervo, pois tinha-se receio de que relacionassem essas obras ao comunismo. A segunda depoente, nessa questão, não fala de um ou outro livro propriamente, mas de nomes de escritores de esquerda que desapareciam de circulação. (ABATTI, 2009, p. 34)

Em outro estudo, Antônio Agenor Briquet de Lemos relata a retirada, pela equipe de bibliotecários, de livros do acervo na Universidade de Brasília e sua salvaguarda em caixas-fortes:

Eu vi depois nessa caixa-forte exemplares de outros livros que os próprios bibliotecários tinham retirado das estantes e guardaram: vamos preservar! Porque um dia a situação muda e isso pode estar de volta. (LEMOS, 2010, apud LEITÃO, 2010, p. 133)

O relato de Briquet de Lemos narra a invasão da biblioteca da UnB, fato então negado pela reitoria da universidade.

São relatadas ainda a invasão e a depredação de bibliotecas como a da Faculdade de Filosofia de Rio Preto, que foi acusada de ter exemplares de obras de Karl Marx em seu acervo. Além disso, destaca-se o caso do ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda, acusado de ter ordenado a queima ou mutilação de livros:

Suplicy estivera tão preocupado com a obscenidade a ponto de mandar arrancar várias páginas de obras de Zola, Pérez Galdós e Eça de Queirós na biblioteca da universidade, de onde baniu também obras de Sartre, Graciliano Ramos, Jorge Amado e Guerra Junqueiro[...]. (HALLEWELL, 2012, p. 633)

Através dos relatos é possível afirmar que houve casos em que a censura do regime militar a livros ultrapassou as portas das bibliotecas e esteve presente não só pela impossibilidade de aquisição de obras censuradas, mas também pela sua apreensão e pela restrição de acesso a elas. As bibliotecas possuem como papel fundamental a oferta dos discursos plurais para construção do pensamento crítico e a geração de conhecimento. Dessa forma, o anseio pela manutenção do poder militar e o silenciamento das vozes divergentes foi aplicado aos acervos, antes de sua chegada nas bibliotecas, através da censura prévia, mas também quando o livro já estava presente no acervo, como nos casos de expurgos, apreensões e retiradas.

A censura brasileira é compreendida por Grecco (2017) como uma herança portuguesa. Diante dessa afirmação e do que é exposto anteriormente, os regimes de exceção não implementaram uma nova prática ao desenvolver seu aparelho censório, mas modernizaram e incrementaram práticas antigas. A censura aos livros é prova do reconhecimento do livro como um veículo de democratização e difusão das ideias, ou, como afirma Grecco (2017, p. 39, tradução nossa), “grande disseminador de idéias ‘transgressivas’”.<sup>1</sup> A institucionalização da censura bibliográfica ao longo do período ditatorial também reafirma tal proposição.

O aprimoramento da atividade censória, isto é, o desenvolvimento de sua burocratização, é parte da prática de dominação através da anulação dos discursos antagonísticos e da legitimação do que é amparado pelo regime autoritário. A eliminação ou ao menos restrição aos opositores impõe as ações e ideias do Estado, as quais tornam-se livres de questionamentos.

O aparato governamental, absoluto e autoritário, fazia uso de mecanismos de controle e repressão e de propaganda política, controlando os meios de comunicação no país, utilizando-os para produzir informação que auxiliava o governo a manter a desinformação da população e a oposição afastada. A produção artístico-cultural

1 “[...] a great disseminator of ‘transgressive’ ideas [...]” (GRECCO, 2017, p. 39).

também foi alvo desse controle. A censura burocratizada revestia-se de um caráter generalizador ao atribuir à censura política um caráter íntimo, moral e proclamar-se como a guardião da segurança nacional e da ordem moral e política no Brasil, procurando assegurar a imagem de um estado forte e integrado. (NAPOLITANO; LUVIZOTTO; GONZALES, 2014, p. 260)

A censura brasileira é constante, mas não é linear, isto é, a história do país é atravessada pelo controle cultural em momentos distintos e por meio de atuações distintas. Desse modo, para alcançar a compreensão da censura ao longo da ditadura militar brasileira foi preciso uma revisão de literatura sobre a censura em outros períodos de exceção. O livro, enquanto objeto, tem seu significado e seu objetivo alcançados ao ser lido, ou seja,

Trata-se também de considerar o sentido dos textos como o resultado de uma negociação ou transações entre a invenção literária e os discursos ou práticas do mundo social que buscam, ao mesmo tempo, os materiais e matrizes da criação estética e as condições de sua possível compreensão. (CHARTIER, 2000, p. 197)

O significado atribuído pelo leitor e o encontro dessa atribuição ao que é registrado pelo autor caracterizam o potencial transformador do livro, que é, por vezes, chamado de transgressivo ou subversivo.

Na leitura, entendida como um encontro à distância entre leitor e autor via texto, ambos constituem-se e são constituídos através desse encontro e confronto de significados gerados em interação de cada qual com seu mundo. Na interação que mantém com o autor, via texto, o leitor, ao compreendê-lo, vai modificando, ajustando e ampliando as suas concepções, as quais exercem um impacto sobre a sua percepção. O mundo transformasse aos olhos do sujeito quando este é transformado. A sua posição frente à realidade se altera e esta já não é mais vista como antes, porque a nova perspectiva assumida pelo sujeito ampliou sua compreensão da realidade. (DIAS; FERREIRA, 2004, p. 440)

Nesse sentido, as proibições e as práticas de proteção dos livros os afastam dos leitores, impondo a exclusão do pluralismo discursivo. Assim, as proibições são ações preventivas para contenção do poder social que o livro exerce.

O poder que os livros possuem, a força das ideias impressas, por sua capacidade de difusão, é que dá aos impressos – e em especial aos livros – seu significado cultural e

político insubstituível na história; e àqueles que os produzem, um papel particular no processo de criação intelectual. (REIMÃO, 2016, p. 11)

Este trabalho se propõe a investigar e refletir sobre as ações proibitórias da censura a livros em acervos universitários ao longo do regime militar brasileiro. Diante do impacto social dos livros na sociedade e de suas interdições, entende-se que o aparelho censório atue de diversas maneiras para conter a difusão de pensamentos concorrentes. Entre essas formas de atuação, é possível afirmar que, durante a ditadura militar, a postura censória é fluida, isto é, passa por momentos de recrutamento e outros em que é mais branda. Além disso, nota-se o esforço de conter as ideias antes, durante e após a veiculação dos conteúdos. Ademais, a motivação da censura promoveu uma atuação inconstante e subjetiva. No que tange aos livros, é possível entender que as ideias são reprimidas antes, quando é praticada a autocensura; durante, quando há a submissão dos títulos a censura prévia, e depois, quando um título já lançado é proibido. Apesar da diversidade de formas de conter a difusão dos discursos impressos, destaca-se que seu objetivo é sempre o mesmo: conter a pluralidade das ideias disseminadas através da palavra impressa a fim de garantir o controle e manutenção de seus projetos próprios. A vedação da presença de discursos plurais faz parte do conjunto de táticas para a manutenção do poder, através de uma hegemonia cultural. A queima, a proibição, a apreensão e o expurgo de livros são atos lastimáveis. No entanto, o propósito desse ato ataca diretamente os direitos intelectuais, o que é ainda mais grave. O desejo de homogeneização e de dominação tornaram-se, nos mais amplos sentidos, combustíveis para a fogueira de livros e de suas ideias.

### Referências

- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *BNM – Projeto “Brasil: nunca mais”*. Projeto A TOMO I, 1985b.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. 3. ed. São Paulo, Vozes, 1985a.
- BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 de dezembro de 1968. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm)>. Acesso em: 4 abr. 2019.
- BRASIL. Decreto nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. *Constituição de 1967*,

- Brasília, DF, 26 de janeiro de 1970. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/De11077.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De11077.htm)>. Acesso em: 4 abr. 2019.
- BRASIL. Decreto nº 93, de 21 de dezembro de 1937. Cria o Instituto Nacional do Livro. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1937. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 1 abr. 2019.
- BRASIL. Decreto nº 93, de 21 de dezembro de 1937. Exposição de motivos. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1937. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-exposicao-de-motivos-75476-pe.html>>. Acesso em: 1 abr. 2019.
- BRASIL. Decreto nº 56.511, de 28 de junho de 1965. Aprova o Regulamento Geral da Polícia do Distrito Federal. *Diário Oficial da União*, Brasília, 28 de junho de 1965. Disponível em: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/d56511.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/d56511.htm)>. Acesso em: 4 abr. 2019.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 5.077, de 27 de dezembro de 1939. Aprova o regimento do Departamento de Imprensa e Propaganda (D.I.P.). *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1939. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-5077-29-dezembro-1939-345395-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 1 abr. 2019.
- BRASIL. Instrução nº 01, de 24 de fevereiro de 1970. Esclarece os parâmetros para realização da Portaria nº 11-B, de 6 de fevereiro de 1970. *Diário Oficial da União*, Brasília, 24 fev. 1970. Seção I, p. 7. Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/1970/02/24>>. Acesso em: 5 abr. 2019.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O lugar do impresso revolucionário: dos porões aos arquivos policiais. In: \_\_\_\_\_. DUTRA, Eliana Regina de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política: Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo, Annablume, 2006. p. 153- 179.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, ideias malditas: o Deops e as minorias silenciadas*. 2. ed. ampl. São Paulo, Fapesp, Cotia, Ateliê, 2002. 204 p.
- CASTRO, Ana Caroline Silva de. *Apreensão de livros tidos como subversivos: o que os processos judiciais da Ditadura Militar revelam*. 2017. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/T.27.2017.tde-23052017-152147. Acesso em: 6 abr. 2019.
- CENTRO CULTURAL SÃO PAULO. *Cronologia das artes em São Paulo 1975-1995: quadro Brasil*. São Paulo, Centro Cultural São Paulo, 1996. Disponível em: < <http://www.centrocultural.sp.gov.br/livros/pdfs/cronologia%20das%20artes%20quadro%20brasil.pdf>> Acesso em: 6 abr. 2019.
- CHAFFE, Bruna Abatti. *A ditadura militar no Brasil e o controle da informação: relatos de censura nas bibliotecas da UFRGS*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em

- Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 2009. 61 f. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/22708>>. Acesso em: 7 abr. 2018.
- CHARTIER, Roger. “Literatura e história”. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 197-216, dez. 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2237-101X200000100197&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X200000100197&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 19 abr. 2019.
- FICO, Carlos. “‘Prezada censura’: cartas ao regime militar”. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 251-286, dez. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2237-101X2002000200251&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2002000200251&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 17 abr. 2019.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 4. ed. São Paulo, Ática, 1990. 255 p.
- GRECCO, Gabriela de Lima. “Censoring the Word: Public Control of Press and Books in Brazil”. *Literatura e Autoritarismo*, Santa Maria, n. 29: Censura e Violência, jan.-jun. 2017, p. 37-48. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5902/1679849X25790>>. Acesso em: 18 abr. 2019.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 3. ed. São Paulo, Edusp, 2012. 1015 p.
- KUCINSKI, Bernardo. *A primeira vítima: a autocensura durante o regime militar*. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo, Edusp, Imprensa Oficial, Fapesp, 2002. 614 p., p. 533- 551.
- LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. *A relação entre bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e Regime Militar: uma reflexão*. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/T.27.2010.tde-18102010-164858. Acesso em: 6 abr. 2019.
- LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. *Bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e regime militar: uma reflexão*. Rio de Janeiro, Intertexto: Interciência, 2011. 283 p.
- MAUÉS, Flamarion. *Livros contra a ditadura: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984*. São Paulo, Publisher Brasil, 2013.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “O diabo nas bibliotecas comunistas: repressão e censura no Brasil dos anos 1930”. In: \_\_\_\_\_. DUTRA, Eliana Regina de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política: Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo, Annablume, 2006. p. 135 – 152.
- NAPOLITANO, Carlo; LUZIVOTTO, Caroline Kraus; GONZALES, Lucilene dos Santos. “Censura à liberdade de expressão e propaganda política: estratégias para legitimação do regime militar”. In: NAPOLITANO, Carlo José; LUVIZOTTO, Caroline Kraus.; LOSNAK, Célio José; GOULART, Jefferson Oliveira (org.). *O golpe de 1964 e a ditadura militar em perspectiva*. São Paulo, Cultura Acadêmica, 2014. p. 249-261.
- OITICICA, R. *O Instituto Nacional do Livro e as ditaduras: academia brasileira dos rejeitados*. 1997. 270 p. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. p. 112. 1997.

- OLIVEIRA, Alessandra Nunes de, SILVA, Luiz Eduardo Ferreira da, CASTRO, Jetur Lima de. “(Re)visitando o Estado Novo no Brasil: uma análise da censura e a difusão cultural dos livros nas bibliotecas”. *Questão*, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 125-151, set./dez. 2018.
- OLIVEIRA, Zita Catarina Prates de. *A biblioteca “fora do tempo”: políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil: 1937-1989. 1994*. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- REIMÃO, Sandra Lucia Amaral de Assis. *Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar*. 2011. Tese (Livre Docência em Comunicação e cultura) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/T.100.2015.tde-21082015-151559. Acesso em: 11 mar. 2019.
- REIMÃO, Sandra. “Proíbo a publicação e circulação...?: censura a livros na ditadura militar”. *Estud. av.*, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 75-90, abr. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142014000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000100008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 18 jan. 2019.
- REIMÃO, Sandra. Fases do Ciclo Militar e censura a livros – Brasil, 1964-1978. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXVIII., 2005, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R0771-1.pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2019.
- REIMÃO, Sandra. *Mercado editorial brasileiro*. São Paulo, ECA- USP, 2018. Disponível em: <<http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosusp/catalog/download/264/231/1033-1?inline=1>>. Acesso em: 3 abr. 2019.
- RODRIGUES, Marcella Ludmila de Oliveira. *A censura na Biblioteca Central da Universidade de Brasília durante o período do regime militar*. 2013. 52 f., il. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- SILVA, Deonísio da. *Nos bastidores da censura: sexualidade, literatura e repressão pós 64*. 2. ed. Barueri, Amarilys, 2010.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. *Comissão da verdade: relatório final*. Vitória: Ufes/Supecc, 2016.
- VENTURA, Zuenir. *1968: O ano que não terminou. A aventura de uma geração*. 17. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1988.
- VERGUEIRO, W. de C. S. “Censura e seleção de materiais em bibliotecas: o despreparo dos bibliotecários brasileiros”. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 16, n. 1, 11. 1987.



## Nenhum governo é de pedra: um editor contra a ditadura

*No government is stone: an editor against the dictatorship*

**Franciane Ferreira da Costa** | f.ferreira@hotmail.com

Graduada em Biblioteconomia pela UFF

**Resumo** A ditadura militar brasileira (1964-1985) não se limitou a censurar os livros. Muitas vezes, além da censura, ela também reprimiu a publicação e a circulação de obras que de alguma forma atentassem contra o regime ou contra os valores morais defendidos por ela. Assim, decidimos recolher as memórias de um editor e livreiro que sofreu tal repressão, sendo inclusive detido por ter publicado uma obra tida como “subversiva”. Trata-se de Aníbal Bragança, hoje professor aposentado da UFF e ex-dono da Diálogo, célebre livraria e editora de Niterói (RJ) nos anos 1960. Este artigo analisa o depoimento que ele nos concedeu.

**Palavras-chave** editores; livros; regime militar; censura; memória

**Abstract** The Brazilian military dictatorship (1964-1985) did not limit itself to censoring books. Often, in addition to censorship, it also repressed the publication and circulation of works that would in any way attempt against the regime or the moral values defended by it. Thus, we decided to collect the memories of a publisher and bookseller who suffered such repression, being even arrested for having published a work considered “subversive”. This is Aníbal Bragança, now a retired professor at UFF and former owner of Diálogo, a famous bookstore and publisher in Niterói (RJ) in the 1960s. This article analyzes the testimony he gave us.

**Keywords** publishers; books; military regime; censorship; memory

O presente texto recolhe e analisa as memórias de Aníbal Bragança, um editor e professor universitário radicado em Niterói que foi preso e teve sua editora fechada durante o regime militar brasileiro (1964-1985). Como metodologia, foi adotada a da história oral, entendida como produção de fonte histórica. A coleta do depoimento foi efetuada por meio de entrevista presencial e oral, ponto de vista a partir do qual se entende o que foi aquele período e como a repressão ditatorial foi exercida contra a Diálogo, a editora e livraria niteroiense desse docente aposentado da Universidade Federal Fluminense e ex-diretor da EduUFF. Suas memórias dizem respeito não só aos constrangimentos impostos pela ditadura, mas revelam diversos aspectos que interessam à história do livro e da leitura no Brasil.

Para o começo da conversa, a primeira questão formulada voltava-se para o Aníbal leitor e sua formação. Sua resposta inicial logo me marcou, dizendo que “os livros fazem parte da minha vida e minha vida deve muito aos livros”. Sabemos que a prática da leitura muitas vezes começa em casa, mas Aníbal não vem de uma família de leitores, então esse papel foi exercido – e muito bem – pelos professores de sua escola. Para Bamberger (2000, p. 92), “o desenvolvimento de interesses e hábitos permanentes de leitura é um processo constante, que principia no lar, aperfeiçoa-se sistematicamente na escola e continua pela vida afora através das influências da atmosfera cultural geral e dos esforços conscientes da educação”. O depoente destaca um professor, descrevendo suas ações dirigidas a quem lesse algum livro ou fizesse redações, e esse é um ponto importante, pois o ato da leitura inicialmente depende das ações e estímulos que despertem o interesse e o prazer de ler. Milanesi (2003) diz que as bibliotecas devem ser a “casa da invenção” e gerar a necessidade da transformação a partir de ações culturais. Um centro de cultura, uma biblioteca, não abriga somente objetos, mas pode ou deveria estimular as mais diversas formas de expressão cultural.

O que vemos hoje em dia em diversas escolas são bibliotecas usadas como um “canto de castigo” e com seu espaço mal aproveitado, subutilizado. Alunos entram nas bibliotecas de suas escolas somente porque algum professor pediu a leitura de um livro – geralmente clássicos da literatura como, por exemplo, *Memórias póstumas de Brás Cubas* –, tornando o que poderia ser uma leitura prazerosa em obrigação. Em ambientes assim não há verdadeiramente um bibliotecário voltado para o incentivo à leitura.

Aníbal Bragança também destaca o fato de encontrar a Biblioteca Pública Estadual de Niterói em frente à sua escola, assim como sua fascinação pelos livros, o que acabou criando nele a vontade de ser bibliotecário e, depois, livreiro. Conforme os anos foram passando, Aníbal vivenciou diversos tipos de leituras, seja de autores brasileiros, seja de estrangeiros, como ele mesmo lembra. Encaro isso como resultado de uma construção de leitura bem sucedida. Seu desenvolvimento na leitura é

constatado quando não se limita a falar apenas de autores e títulos que marcaram a sua adolescência. Assim que acaba de falar destes, aborda nomes importantes para sua vida acadêmica e para o seu campo de estudo também.

A segunda pergunta questionava a razão de ele se tornar editor. Formulei essa pergunta porque assim como temos influências de leituras em nossas vidas, existem pessoas também que nos motivam a ser ou fazer algo. Aníbal diz que “Era uma, vamos dizer assim, uma decorrência natural do trabalho do livreiro”. Teve como referência Ênio Silveira, proprietário da editora Civilização Brasileira, que, assim como Aníbal, era engajado na luta pela cultura do país. E não foi somente isso. A logomarca da Diálogo era parte de um *slogan* da Editora Paz e Terra, que tinha como um dos seus proprietários Ênio Silveira.

Bragança afirma que o nome da livraria e editora, “além de expressar uma aliança entre cristãos e marxistas no enfrentamento da ditadura, fazia parte de um *slogan* da Editora Paz e Terra, ‘uma editora a serviço do encontro e do diálogo’”. (REIMÃO, 2016, p. 127)

Desde o início Aníbal se mostrou interessado em dinamizar a vida cultural da cidade de Niterói, de ajudar no crescimento da cidade em que vivia. Ele veio de Portugal, e Niterói foi a cidade na qual criou raízes e pela qual quis fazer algo. Assim, vejo em Aníbal uma vontade de gerar mudanças independentemente da área de atuação profissional; fez isso com Niterói, ao criar a Diálogo Livraria e Editora e, por meio desta, publicar *O Estado e a revolução*, de Vladimir Ilitch Ulianov, mais conhecido como Lênin (1870-1924), que inaugurou a editora, com a visão de “contribuir para uma conscientização para a derrubada do regime militar”.

A terceira pergunta foi a respeito das experiências nas livrarias pelas quais ele passou e quais foram, e ele respondeu de pronto: “Olha, eu sempre criei as livrarias nas quais eu trabalhei”. Lembrou a Livraria Encontro, que mais para frente virou a Diálogo, para a qual chamou dois amigos – Renato Silva Berba e Carlos Alberto Jorge – para serem seus sócios. Da Diálogo conseguiu abrir duas filiais e, de 1975 a 1985, criou a livraria Pasárgada, em Icaraí, a qual acredita que tenha sido a mais importante para ele, e a Sebo Fino – atividade que acha muito interessante –, onde seus irmãos também trabalhavam.

A questão quatro perguntava “Por que você optou por uma linha editorial que publicava livros de esquerda, mesmo sob o regime militar?”. Formulei essa questão porque a primeira editora que ele criou foi a Diálogo e, logo em sua primeira publicação, escolheu opor-se ao regime militar, independentemente das consequências. Aníbal disse que “a razão, fundamentalmente, era de contribuir para o combate ao governo militar”. Pois “nenhum governo é de pedra, todo governo pode cair e ele é um resultado das lutas sociais e políticas, então eu me colocava junto daqueles que

queriam a derrubada do governo militar, até porque era um governo ilegítimo”. O governo era ilegítimo porque partiu de um golpe de Estado e raramente uma ditadura se inicia por meio de eleição direta. Além disso, um regime ditatorial também possui poucos instrumentos de participação popular – como eleições, assembleias, entre outras instituições democráticas – e essas eram características que se encaixavam no regime militar instaurado em 1964. Ainda falando sobre publicar livros de esquerda, Aníbal acrescenta:

Eu tinha começado a faculdade de Economia há pouco tempo, dois anos antes e tinha tido contato com o marxismo, tinha tido contato antes, mas foi na faculdade que pude estudar melhor e é claro que talvez por conta da leitura de *Os miseráveis* eu tinha uma sensibilidade para o social e qualquer pessoa que tenha uma sensibilidade para o social quer transformar a sociedade para que ela seja mais justa, mais igualitária, e com 21 anos a gente não tem muita dimensão dos perigos, dos riscos e tal, a gente vai em frente e houve essa oportunidade.

Ele acreditava que, pelo caráter de *O Estado e a revolução* – que mostrava como atuar socialmente, politicamente, para a derrubada de um governo e a construção de outro Estado – seria muito bom publicá-lo naquele momento “principalmente porque havia um movimento jovem muito forte contra o regime, um momento de participação dos estudantes contra o governo militar”. Os estudantes foram uma das principais forças de oposição à ditadura no Brasil. De acordo com o site *Memórias da ditadura* (2014), no início de 1960, no Brasil, “O movimento estudantil realizou manifestações, passeatas e atos públicos, organizou debates, congressos e jornais clandestinos”. De acordo com Reimão (2016, p. 137), a edição de 3.000 exemplares de *O Estado e a revolução* não foi suficiente para atender aos pedidos que chegaram de quase todo o Brasil. Mas foi por pouco tempo, já que dois meses depois do lançamento, foi instaurado o Ato Institucional número 5, em 13 de dezembro de 1968, a partir do qual a repressão se intensificou.

O lançamento de *O Estado e a revolução* apenas reforçou o papel desempenhado pela Diálogo:

Naquela época havia esse movimento anticomunista muito forte e esses movimentos viam a livraria como um foco de resistência e um foco de atuação da esquerda porque a gente fazia muitos lançamentos de livros de maneira geral de autores já empenhados também na causa do combate ao governo militar, tínhamos cursos, inclusive de literatura russa, vendíamos livros russos, embora livros técnicos, que era o que era possível vender, fazíamos exposição de arte, cineclube.

Na entrevista concedida a Reimão<sup>1</sup>, Aníbal diz que Victor Alegria – seu sócio na livraria Encontro – o influenciou com seu sonho de construir livrarias como centros de cultura e espaços de sociabilidade, e podemos constatar essa influência ao vê-lo usando sua livraria com diversas ações culturais.

A quinta pergunta questionava quais foram as consequências dessa publicação e o que ele passou na prisão. Aníbal diz que foi protegido devido às características da Diálogo.

Eram três garotos, alguns diriam que eram três garotos bonitinhos, as meninas gostavam muito de ir pra lá e tal, mas não só as meninas, mas também os pais das meninas, as mães... e era uma livraria muito simpática e, quando a livraria foi fechada, muita gente se mobilizou para que a gente – que em 1968 tínhamos 24 anos – para que a gente não sofresse muito com a repressão que estava cada vez mais ameaçadora e muita gente sendo torturada e tal.

Foi no cenário da decretação do AI-5 que isso aconteceu.

Nem eu e nem Renato sofremos alguma tortura física e também ficamos somente uma semana... Ficamos no DOPS, que é uma delegacia política, de polícia política, que tinha na Avenida Amaral Peixoto, onde hoje ainda é uma repartição da Secretaria de Segurança do Rio. E... a gente ficou preso e eles naturalmente fizeram perguntas, muitos questionamentos, né? Mas como a gente não tinha e nem eles tinham nenhuma prova de que a gente fosse militante político contra o governo, militante de partido, nós não tínhamos nenhuma relação com nenhum grupo, nem político, nem armado, nem civil, e como houve essa pressão, a gente foi liberado uma semana depois mais ou menos.

Entretanto, a livraria não teve a mesma sorte: “Mas, para a livraria é que foi muito desastroso e a gente acabou entrando numa crise muito grande e tendo que vender a livraria depois para outros empresários”. Houve uma baixa em seu público devido ao fato de a livraria ter sido fechada pela polícia: “[...] ficaram com medo de ir num lugar que foi fechado pela polícia, como se fosse um antro subversivo e tal, então a livraria teve as vendas muito reduzidas e isso acabou refletindo... a gente continuou ainda num processo de crescimento, mas depois não teve como manter”.

A sexta pergunta indaga se a livraria ficou fechada durante o período da prisão ou se ficou aos cuidados de alguém. Aníbal disse: “ficou fechada por pouco tempo,

1 Entrevista de Aníbal Bragança sobre a Diálogo Livraria e Editora concedida a Sandra Reimão, Flamarion Maués e João Elias Nery, por e-mail, em 23 set. 2014.

uma semana mais ou menos”. Isso foi um reflexo da falta de provas dos agentes contra a editora.

A questão sete: “O senhor identificou mudanças na editora após o AI-5, em 1968?”. A finalidade da pergunta é verificar se a rotina da editora foi alterada em função do chamado “golpe dentro do golpe”. O entrevistado respondeu: “A gente teve que parar com o projeto, nós inclusive tínhamos um livro chamado *Formações pré-capitalistas*, de Marx, que a gente iria publicar, que já estava sendo traduzido por um colega nosso, traduzido de uma edição francesa, e aí a gente não pôde mais publicar”. Ou seja, o AI-5 e a repressão representaram o fim da editora engajada. “A gente teve que publicar outro tipo de livro”. A Diálogo realizou novas edições de livros didáticos e técnicos a partir de 1969, mas sem caráter político. Como foi dito na quinta questão, a livraria foi vendida e os novos proprietários não tiveram interesse em continuar o perfil “cultural” da empresa.

A questão número oito investiga se houve alguma orientação especial na editora. Do DOPS, de alguém do regime militar, de chegar alguma intimação sobre alguma publicação, a partir do AI-5. Aníbal respondeu: “Não... é preciso a gente entender – porque há uma diferença – entre censura e a repressão. Claro que a censura é uma forma de repressão, mas são coisas diferentes”. Ele ressalta que poucos livros foram proibidos realmente, inclusive *O Estado e a revolução*. “O que havia era que se a gente fazia alguma ação política que incluísse uma publicação, a ação política era reprimida. Mas não havia censura como ‘não pode publicar esse livro’; não, simplesmente o livro era recolhido, mas não era publicada uma portaria, uma coisa que proibisse a publicação”. Aníbal também diz que a maioria dos livros censurados era os pornográficos; em contraponto, Reimão (2013, p. 1396) cita o livro *Programa de saúde: projetos e temas de higiene e saúde*, de Lídia Rosenberg Aratangy, que era uma obra didática que sugeria que os alunos conhecessem as realidades sanitárias da sua comunidade e que pudessem conhecer e adquirir comportamentos nessa área. Foi emitido um veto a esse livro. O veto alegava que as informações contidas na obra poderiam cair em mãos de professores não preparados que as distorceriam. Claramente o governo se sentia incomodado com jovens buscando conhecimento fora dos muros da escola, a consciência política, então era mais fácil cercear o debate. Para Baéz (2006, p. 24), “um livro é destruído com a intenção de aniquilar a memória que encerra, isto é, o patrimônio de idéias de uma cultura inteira. Faz-se destruição contra tudo que se considera uma ameaça direta ou indireta a um valor considerado superior”.

No que se refere – ainda – à censura aos livros pornográficos, isso explica por que todo regime autoritário, seja de direita ou de esquerda, costuma ser moralista e se considera defensor dos bons costumes. Alguns militares achavam que a sexualidade era como se fosse uma ferramenta atrelada ao comunismo. Como diz Marconi

(1980, p. 18), ao citar palavras do tenente-coronel Carlos de Oliveira, “O sexo é um instrumento usado pelo psicopolíticos para perverter e alienar a personalidade dos indivíduos”. Boa ilustração disso é lembrada por Reimão (2011, p. 101), que, descreve o episódio envolvendo o Concurso Nacional de Contos Eróticos promovido pela revista erótica *Status*. As publicações vencedoras do certame – uma no ano de 1976 e outra no de 1978 – acabaram sendo vetadas pela censura prévia. Entretanto, no ano seguinte aos seus respectivos vetos para a publicação na revista *Status*, os contos “Mister Curitiba”, de Dalton Trevisan, e “O cobrador”, de Rubem Fonseca, foram publicados em livro, sem qualquer censura. O fato de os contos terem sido primeiramente vetados para publicação em revista, mas não em livro, é uma amostra de que a censura, durante o regime militar, teve atuações diferenciadas em relação aos diversos meios de comunicação. Isso exemplifica uma possível hierarquização da censura, ou seja, atuações diversas de acordo com o potencial impacto da produção em questão.

Comentando a repressão à Civilização Brasileira, Aníbal diz:

Agora, a Civilização Brasileira, que tinha uma atuação política através das publicações e através da ação do Ênio Silveira, foi absolutamente reprimida, incendiada, atacada, foi proibida de receber empréstimos de bancos, uma série de ações que o Estado fazia para reprimir a ação política, não propriamente proibir o livro político.

Pode-se perceber que a repressão contra a oposição à ditadura se dá de diferentes formas, dependendo das relações que os que executavam tinham no campo cultural e o quanto essa ação política opositora influenciava a população ou setores estratégicos dela – como os estudantes universitários, por exemplo.

“Houve um movimento que nunca chegou a dar muito certo, nunca se efetivava, que foi o movimento do Estado de exigir que as editoras submetessem os originais à censura antes de publicá-los.” Aníbal, ao falar disso, me remete a Reimão (2011, p. 29), que fala dessa censura prévia: antes voltada para outros aparelhos culturais – como o teatro e a música –, ela se expandiu para o mercado editorial. A Portaria 11-B, de 6 de fevereiro de 1970, determinava que todas as publicações deveriam ser previamente encaminhadas ao Ministério da Justiça para avaliação:

Se alguém tivesse lido um livro, civil ou alguma autoridade, e o considerasse subversivo, poderia fazer a denúncia. Em seguida, um assessor do ministro da Justiça tinha a tarefa de ler o relatado livro e dar seu parecer. Com base nisso, decretava-se ou não a apreensão. (REIMÃO, 2011, p. 30)

A questão nove perguntava se havia uma lista de livros proibidos na editora. Aníbal responde prontamente: “Não, não. Até porque nessa época a gente, o livro não

foi proibido, ele foi saqueado, ele foi... enfim... teve muita perseguição”, e acrescenta: “Quem tinha o livro em sua biblioteca era incriminado como sendo subversivo e tal, mas o livro mesmo não tinha nenhuma portaria dizendo que aquele livro estava proibido, pelo menos que eu saiba”. E mais uma vez fala de um livro que lembra ter sido proibido por ter seu conteúdo voltado à sexualidade: “Teve um livro que eu me lembro, que teve que levar até a Polícia Federal aqui em Niterói, que era um clássico, um clássico literário, considerado libertino e tal, que era *Minha vida, meus amores*”, romance erótico atribuído a Henry Spencer Ashbee (1834-1900).

A questão dez, “Como era realizada a editoração de livros que continham assuntos, como, por exemplo, ‘comunismo’?”, foi formulada a fim de verificar se esses termos eram evitados no catálogo da editora. Ele responde que “Não havia nenhuma preocupação de não falar palavras, assim, que pudessem chamar atenção... não me lembro disso. E a editoração era editoração normal, como se fazia...”. Falando de outros veículos informativos:

Na imprensa houve muita censura também e é na imprensa que havia essa preocupação com as palavras. O *Jornal do Brasil* e outros jornais, até o *Estadão* e tal, muitas vezes eles eram censurados, tinha o censor lá dentro do jornal e eles proibiam a matéria e eles publicavam outras coisas ou muitas vezes, como na música, que na música tinha que submeter a letra, aí o compositor evitava certas palavras porque iria passar pelo censor e o censor proibia e tal, no jornal também.

Isso se dava, conforme é possível supor, porque o livro tinha uma circulação mais restrita que o jornal e a música.

A décima primeira questão principiava assim: “Como já falamos, naquele período, editoras como a Civilização Brasileira e a Brasiliense foram editoras de destaque, inclusive a primeira sendo alvo de uma censura árdua...”. Ele logo interrompeu: “O que aconteceu com a Civilização Brasileira foi repressão mesmo. Uma repressão política contra o editor, o dono da editora”. E Aníbal atenta para a diferença entre censura e repressão.

E essa repressão aconteceu de várias maneiras... Ele ser preso não é censura, é repressão. Ele era preso; no outro dia não conseguia dinheiro nos bancos; a editora era incendiada... Tudo isso aí era repressão. Era uma forma de impedir a ação do editor, da livraria, da editora.

E isso reflete o que foi abordado em perguntas anteriores a essa, sobre a gravidade da ação política de uma editora.

Uma coisa é repressão, cujo objetivo é esmagar, impedir que a pessoa ou a editora continue com suas atividades, isso é uma coisa. Outra coisa é um livro que foi censurado, que não se podia mais publicar, não podia mais circular, não podia mais se vender. [...] Um livro podia ser proibido numa editora que não tinha nenhum comprometimento político e não sofreu nenhuma repressão. E outra editora, que poderia não ter nenhum livro proibido – como nosso caso – mas sofreu uma repressão muito grande.

A décima segunda questão foi: “Como você sabia que alguma editora tinha sido repreendida? Digo, por quais meios?”. E ele respondeu: “Às vezes nem aparecia no jornal. A gente sabia por boca a boca, fundamentalmente”. Além do boca a boca, eles dependiam de veículos informativos alternativos:

Sempre existia alguns jornais mais alternativos que publicavam algumas notícias e tal, tiveram vários jornais assim. É claro que depois teve *Pasquim*, *Opinião*, *Movimento*, alguns jornais que eram contestadores e publicavam.

A décima terceira questão indagava se o fato de uma editora sofrer uma repressão tão intensa influenciou em alguma atitude de outros editores, em suas próprias editoras ou até mesmo em Aníbal, como, por exemplo, a autocensura. Ela foi formulada porque, de acordo com a entrevista de Fernando Mangarielo concedida a Sandra Reimão em 2009 (REIMÃO, 2009), se uma edição proibida fosse pega, desmontava financeiramente uma empresa. Aníbal responde:

Esse tipo de repressão, na época, eu acho que não tem como escapar desse clima, desse ambiente de repressão e ignorar que uma ação política como da Civilização pudesse ser feita por outra editora sem fazer repressão. Então é claro que o ambiente todo de repressão era um ambiente que influenciava a vida política e cultural.

Confirmando o que Mangarielo disse:

Claro que a gente percebeu que não estava bom pra nós, que a situação política tinha se tornado desfavorável e com isso nenhum editor queria se arriscar mais de publicar um livro que depois faria com que ele fosse preso, livro sequestrado e tal.

A questão quatorze: “Como o senhor vê o universo das livrarias atuais, comparado à época em que dirigia as livrarias Diálogo e Pasárgada?”. Para Aníbal, muita coisa mudou:

Eu diria que nesse campo muita coisa mudou pra pior. Hoje em dia, as livrarias se tornaram shoppings, lojas de vender muita coisa, não só livros, mas outros produtos, tanto produtos que já são tradicionais de vender junto com livros, como cadernos, papelaria e tal, como também discos, música, aparelhos eletrônicos e uma série de outras coisas que foram surgindo, fazendo com que as livrarias se tornem shoppings.

Para esclarecer o contraste, o entrevistado conta uma vivência pessoal com um cliente que ia sempre à livraria:

Eu tive um cliente muito engraçado, que dizia assim pra mim, o apelido dele era “Sapo”; era um arquiteto e tal, ele me dizia: “Aníbal, que livro você me receita hoje? Eu estou assim, estou triste...”. Então havia essa coisa, havia uma relação do cliente da livraria com o livreiro como se fosse aquela pessoa que pudesse ajudar o leitor na formação dele, indicando livros que pudessem ajudar na formação cultural do leitor.

Na Idade Média, o bibliotecário e o editor se opunham em funções. De acordo com Martins (2002, p. 90), apesar de os responsáveis pelas bibliotecas ainda não serem considerados como bibliotecários, estes garantiam a manutenção dos acervos e os editores sempre pensaram unicamente em dinheiro e só vieram a pensar em qualidade das obras depois. Febvre e Martin (1992, p. 356) dizem:

Um fato que é importante nunca perder de vista: desde a origem, os impressores e os livreiros trabalham essencialmente com fins lucrativos [...] assim como os editores atuais, os livreiros do século xv aceitam financiar a impressão de um livro apenas se julgarem seguros de poder vender um número suficiente de exemplares em um prazo razoável.

Relacionando com o que Aníbal disse no começo da entrevista a respeito de seu encantamento com os livros e o surgimento da vontade de ser bibliotecário e, em seguida, ser livreiro, dizendo que “é mais ou menos a mesma coisa, porque tanto bibliotecário como livreiro vivem no meio de livros, sendo que o livreiro tem mais autonomia, tem mais possibilidade de construir o seu acervo, o seu estoque na livraria”, ao bibliotecário compete muito mais a formação continuada do leitor, porque, geralmente, é este com quem tem contato mais cedo. Targino (apud SILVA, 1995, p. 47) ressalta o quanto “é importante que este contato seja marcado positivamente, pois as representações que as pessoas têm da biblioteca estão, em geral, impregnadas pelas suas experiências enquanto usuários”. A partir dessa formação, nós podemos reconhecer suas necessidades informacionais e trabalhá-las de maneira individual, fornecendo o tipo de informação que aquele leitor precisa. Nós, bibliotecários, lidamos realmente com a mediação da leitura porque a vemos não como um ato de

consumo, mas como um serviço. Assim como antigamente, os livreiros e editores tratam livros e leituras como parte do negócio e tomam suas decisões acerca do leitor com base na lucratividade esperada, algo lembrado por Aníbal: “houve uma repercussão muito grande nas livrarias que passaram a vender só livros de grande venda, só best-seller”. Em consonância, Febvre e Martin (1992, p. 181) dizem: “Daí a avidez com a qual os editores procuram as obras de venda certa – os livros da Igreja, por exemplo, os únicos cuja venda é assegurada em período de crise”.

A penúltima questão era: “Se tratando de gerenciar uma editora no regime militar, o que mudou depois do fim dele?”. Ao que ele respondeu:

O regime militar significava falta de liberdade, repressão à discussão e à difusão de ideias e isso é uma coisa que repercute em qualquer editora, qualquer livraria. Quando não há liberdade, há toda uma preocupação de você ser reprimido, de ser prejudicado.

E acrescenta:

Com o fim o governo militar, essa situação – eu diria com o fim da ditadura militar – essa situação mudou, mudou muito, no sentido de que muitas obras que não tinham sido publicadas antes começaram a ser publicadas. O próprio *Estado e a revolução* foi depois publicado normalmente, sem problema nenhum, por outras editoras.

Na pergunta anterior, durante sua resposta, Aníbal citou a recente repercussão sobre a censura a exposições de artes<sup>2</sup>, por isso incluí em minhas perguntas se ele achava que isso agora, em 2017, também poderia se refletir nos livros. Na literatura – e também no depoimento de Aníbal – sobre o período do regime militar vemos o teatro e a música como grandes alvos de censura, e uma exposição de arte, que também é um espaço cultural, não sairia ileso. Ele respondeu:

Não, acho que não. Isso aí é uma coisa que tem a ver com esse momento político brasileiro horroroso que a gente tá vivendo. A gente não pode dizer que é uma ditadura, mas é um período em que as pessoas estão sendo muito desqualificadas, quer pelo Estado, quer pela mídia.

2 Em 26 de setembro de 2017 a interação de uma criança em uma performance protagonizada por um ator nu no Museu de Arte Moderna (MAM) de São Paulo deu prosseguimento à polêmica sobre a liberdade artística iniciada com a exposição *Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*, que acontecia no Santander Cultural de Porto Alegre desde 15 de agosto de 2017, e que foi antecipadamente encerrada em 10 de setembro, pois reações contrárias à exposição, lideradas pelo Movimento Brasil Livre, alegavam que algumas das obras promoviam blasfêmia contra símbolos religiosos e apologia à zoofilia e à pedofilia.

No final de seu depoimento, Aníbal deixa transparecer a gratidão pelo reconhecimento dado à sua trajetória como livreiro e editor e sobretudo como estudante e professor universitário. A vida dele, de fato, tem muita relação com a Universidade Federal Fluminense:

Como a livraria também estava muito voltada para a universidade, ela se encontrava do lado da Faculdade de Economia que era onde eu estudava, né? [...] A minha livraria era muito voltada para os estudantes e professores, então... E a universidade foi criada na década de 60, ela foi consolidada exatamente no mesmo período que eu estava abrindo a editora e a livraria.

\* \* \*

Dentro do campo biblioteconômico, temos vários autores que seguem determinadas linhas de pensamento sobre a memória e não podemos distinguir a certa ou a errada. Araújo (2009, p. 193) diz:

Ao longo de seu desenvolvimento, a ciência da informação (ci) viu surgirem e se consolidarem, dentro dela, diferentes áreas e subáreas específicas. Tais campos, orientados por diversas correntes e perspectivas teóricas, acabaram por desenvolver, também, conceitos particulares de informação, algumas vezes semelhantes, outras vezes sobrepostos e, em alguns casos, discordantes.

Nesse sentido, o depoimento de Aníbal não veio para contestar o que a literatura diz ou não, mas sim para completar, para remeter a uma memória do que foi vivido e hoje devidamente lembrado. Com seu depoimento consideramos os aspectos e impactos sociais, culturais e políticos em sua vida como editor.

A memória na Biblioteconomia é um suporte de entendimento do ambiente em que nossa unidade de informação é inserida. Essas unidades detentoras da disseminação da informação têm, como Murguia (2010, p. 8) diz, “[...] uma função informacional, no sentido de lembrar os acontecimentos, pessoas e lugares que realmente existiram e cujas provas podemos encontrar nesses lugares”. Numa sociedade cada vez mais líquida (BAUMAN, 2001) e veloz, onde o fluxo de informação corre de tela em tela, pararmos para pensar em nossa memória, no que guardaremos e no que devemos rememorar é crucial para a engrenagem informacional.

Com o advento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICS), a memória pode ser considerada, algumas vezes erroneamente, um ponto não muito importante. Para Pacheco (1995, p. 22),

A facilidade do acesso à informação está suplantando a memória. Hoje em dia os esforços são redobrados na tentativa de livrar o homem do esforço de lembrar. O que importa não é mais conhecer, mas sim ter meios e instrumentos rápidos para acessar o conhecimento.

Acrescentando, Laufer (2000, p. 157) diz: “A ferramenta informática modifica os comportamentos culturais e as atitudes mentais”. Na sociedade atual, as pessoas não se deslocam para buscar informações porque têm – ou julgam ter – tudo em suas telas na *web*. Entretanto, segundo Le Goff (2003, p. 471), pela memória tem-se a propriedade de conservar certas informações, uma vez que ela “procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro”.

Essa amnésia social provavelmente trará uma consequência futuramente. Pollak (1992, p. 6) trata a ideia de enquadramento da memória, que é quando os indivíduos criam uma memória seletiva para se lembrar de apenas do que lhes convêm. Mas o esquecimento cobra um preço. “Ai daqueles que se esquecem do seu passado, mesmo do seu passado recente: vagarão e errarão estupidamente sem encontrar a porta de saída que é a reflexão sobre o passado” (BOSI, 1995, p. 54).

## Referências

- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. “Correntes teóricas da ciência da informação”. *Ciência da Informação*, v. 38, n. 3, p. 192-204, 2009.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 4. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- BRASIL. Governo Federal. *Portal da Legislação*. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>>. Acesso em: 7 out. 2017.
- FEBVRE, Lucien & MARTIN, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*. Trad. Fulvia M. L. Moretto e Guacira Marcondes Machado. São Paulo, Editora Unesp, 1992.
- GALUCIO, Andréa Lemos Xavier. *Civilização Brasileira e Brasiliense: trajetórias editoriais, empresários e militância política*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História Social, Niterói, 2009.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira – das ilusões perdidas à luta armada*. 2. ed. São Paulo, Ática, 1987.
- LAUFER, Roger. “Novas ferramentas, novos problemas”. In: *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2000.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão. Campinas, Editora da Unicamp, 2003.
- MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)*. São Paulo: Global, 1980.

- MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. 3. ed. São Paulo, Ática, 2002.
- MAUES, Flamarion. “Livros, editoras e oposição à ditadura”. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 91-104, abr. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=So10340142014000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So10340142014000100009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 1 jun. 2017.
- MEMÓRIAS DA DITADURA. *Estudantes*. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/>>. Acesso em: 21 nov. 2017.
- MILANESI, Luís. *A casa da invenção: biblioteca, centro de cultura*. 3. ed. São Paulo, Ateliê, 2003.
- OTERO, Maria Mercedes Dias Ferreira. *Censura de livros durante a ditadura militar 1964-1978*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2003.
- POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. *Revista Estudos Históricas*, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.
- PORTELLI, Alessandro. “O que faz a história oral diferente”. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*. [s. l.], v. 14, set. 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233/8240>>. Acesso em: 7 out. 2017.
- REIMÃO, Sandra. “Livro e prisão: o caso *Em câmara lenta*, de Renato Tapajós”. *Em Questão*, v. 15, n. 1, 2009.
- REIMÃO, Sandra. “O livro *Programa de saúde*: um caso de censura durante a ditadura militar brasileira”. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 20, supl., p. 1393-1401, nov. 2013.
- REIMÃO, Sandra. *Repressão e resistência: censura e livros na ditadura militar*. São Paulo, USP, 2011.
- REIMÃO, Sandra. “‘Proíbo a publicação e circulação...’ – censura a livros na ditadura militar”. *Estudos Avançados*, v. 28, n. 80, p. 75-90, 2014.
- RODRIGUES, Carolina Carvalho. *A censura em bibliotecas universitárias brasileiras durante a ditadura civil-militar*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de Ciência da Informação, Niterói, 2016.
- SILVA, Waldeck Carneiro da. *Miséria da biblioteca escolar*. São Paulo, Cortez, 1995.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. “A censura durante o regime autoritário”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 4, n. 10, p. 21-43, jun. 1989.

# A Ciência da Informação e a verdade: uma análise da literatura da área

*Information Science and Truth: an Analysis of the Area's Literature*

**Luciana Maria Gomes de Alcântara** | [lucianaalcantara@id.uff.br](mailto:lucianaalcantara@id.uff.br)

Graduada em Biblioteconomia e graduanda em Arquivologia pela UFF

**Resumo** Este artigo analisa de que forma a Ciência da Informação trata a verdade a partir da discussão do binômio informação-conhecimento. A proposta de estudo foi elaborada a partir da interdisciplinaridade, adequada à Ciência e à Pesquisa Científica, e a autores da Ciência da Informação, notadamente no âmbito da Biblioteconomia e Filosofia. São consideradas teorias da verdade, apresentado e discutido o conceito de informação, bem como a construção desse objeto dentro da própria área. Articulam-se os debates sobre informação e desinformação, sendo esta última discutida devido ao seu impacto no fluxo da informação desde os dados até a construção do conhecimento e consequente enunciação da verdade. Neste contexto, refletir sobre a desinformação e sua disseminação na sociedade,

onde o profissional da informação é um mediador entre o usuário e a informação, é lançar luz não só sobre a informação de natureza verdadeira e confiável, mas também sobre as distorções que têm repercussão, seja na vida social ou na atividade profissional. São discutidos artigos da literatura nacional e internacional da área, a fim de compreender os desafios dos profissionais da informação no contexto da presença da pós-verdade e da notícia falsa, no tratamento e na divulgação da informação e, portanto, da verdade, sem a pretensão de exaustividade sobre o tema ou construção de conceituação sobre o que é verdade.

**Palavras-chaves** verdade; noções de verdade; teorias da verdade; informação; desinformação

**Abstract** This paper analyses in which way Information Science deals with the truth from the discussion of the information-knowledge binomial. The study proposal was elaborated using the interdisciplinarity, which is suitable to Science and Scientific research, and authors from Information Science, notably in the scope of Library Science and Philosophy. Theories of truth are considered, the concept of information is presented and discussed, as well as the construction of this object within the area itself. Debates about information and disinformation are articulated, the latter being discussed due to its impact on the information flow from the data to the construction of knowledge and consequent enunciation of truth. In this context, to reflect on misinformation and its dissemination in society,

where the information professional is a mediator between user and information, is to shed light not only on information of a true nature and reliable sources, but also on the distortions that have quick repercussion, whether in social life or professional activity. Papers from the national and international literature in the field are discussed, in order to understand information professionals' challenges in the context of the presence of post-truth and fake news, in the treatment and dissemination of information and, therefore, of truth, without the claim of exhaustiveness on the topic or construction of conceptualization about what is truth.

**Keywords** truth; notions of truth; truth theories; information; disinformation

## 1. Introdução

Seja como uma vaga ideia, ou como um valor, a busca pela verdade baliza a aventura humana de viver, configurando-se em empreendimento ao qual o ser humano tem se dedicado desde tempos imemoriais. Nele se unem a curiosidade humana, considerada como um dos motores que levam a Humanidade a tentar compreender o que experimenta ao longo de sua existência, e a sua necessidade instintiva de sobrevivência.

O senso comum poderia considerar que buscar a verdade seja apenas uma questão de se reunirem, em momento oportuno, todos os recursos para que o homem proceda, incontinentemente, suas investigações e consequentes descobertas. Contribuindo para a formação do cenário adequado, o uso da aptidão humana para o abstrato parece estar diretamente ligado ao contexto social no qual o homem se insere. A Filosofia aponta a subjetividade humana como item imprescindível que pavimenta toda a trajetória de pesquisas, quer seja na construção do conhecimento, quer no tocante ao estabelecimento dos resultados obtidos como verdade ou como algo muito próximo a ela.

Neste sentido, ao se debruçar sobre os acontecimentos que têm mobilizado o mundo contemporâneo, detecta-se um fenômeno a partir da segunda metade do século xx quando, aliado ao imensurável volume de informação produzido, instaurou-se o uso destas informações, também em vertiginosa velocidade, sob a égide de inovações tecnológicas em permanente progressão. Modificações substanciais foram incorporadas à sociedade, como as novas tecnologias de informação e comunicação, o que levou os próprios saberes como um todo, e em especial a Ciência da Informação enquanto área da investigação aqui proposta, a se defrontar atualmente com o advento globalizado da desinformação, cujos efeitos rapidamente se disseminam na sociedade.

O mote que alavancou esta investigação foi observar o papel da Biblioteconomia e das instituições biblioteconômicas ao se cotejar informação *versus* desinformação no âmbito da Ciência da Informação, onde verdade, informação e conhecimento se encontram, se entrelaçam e percorrem trajetórias paralelas que, por vezes, convergem a ponto de serem consideradas como sinônimos, conquanto não o sejam.

A rápida trajetória da desinformação – do produtor ao consumidor –, exemplifica que o cenário informacional dominante hoje não é mais o acontecimento em si, verificado e confirmado, mas manipulações que distorcem a realidade de fatos, consumidas em velocidade surpreendente e que se consagraram explosivamente com as *fake news*<sup>2</sup> perpetradas em campanhas políticas, no Brasil e no mundo.

Suaiden (2018) indica a necessidade de reconstrução da verdade, na vigência de uma sociedade promotora de um sintoma que ele denominou como “crise da

verdade”, já que essa revolução trazida pelas inovações tecnológicas e pela internet propiciaram uma situação de exclusão, na contramão do papel inclusivo apontado como essencial à área da Ciência da Informação. A exclusão agora é referente ao acesso à própria informação de qualidade, que atravança a construção do conhecimento e, por contiguidade, dificulta a descoberta e o contato com a verdade, mediante o impacto que a desinformação fomenta a nível social.

Destarte, buscou-se na literatura autores que contribuíram de modo pertinente para identificar, pensar e tentar compreender as questões sobre a verdade com as quais a Ciência da Informação, especificamente a Biblioteconomia, vem se defrontando durante sua trajetória de construção de seu *corpus* teórico e prático. Como balizamento para os questionamentos e debates aqui pretendidos, foram consultados, entre estudiosos brasileiros, autores como Aranha e Martins (1993), Brito (2015), Bufrem (2016), Camello (2009), Chaui (2000), Pinheiro (2018), Suaiden (2018), Zattar (2017). Dentre os internacionais destacam-se Abbagnano (1998), Budd (2011), Burgess e Burgess (2011), Lingard (2013), Popper (2008) e Saracevic (1996). Os nomes aqui enumerados não contemplam todos os autores que, de alguma forma, se fazem presentes e contribuem para esta pesquisa, e nem necessariamente são todos eles cientistas da informação.

A justificativa para este artigo fundamenta-se na onda que dominou o globo, impactando não apenas o fluxo informacional em si que vai do dado até a construção do conhecimento, bem como a sua disseminação pela sociedade humana, da qual o profissional da informação é intermediário. Para Brito (2015, p. 55) citando Matheus (2005), a CI “[...] deve considerar a informação e a desinformação como objetos complementares de estudo [...]”. Porém, prossegue Brito (2015), ainda é insuficiente a bibliografia que se debruce com cuidado e atenção sobre a desinformação, tratando de modo adequado tanto esta quanto seus derivativos, tais como mentiras, equívocos, propagandas mal-intencionadas, manipulações etc.

Assim, no escopo da Ciência da Informação, desenvolve-se aqui um estudo exploratório e qualitativo, com levantamento bibliográfico da literatura nacional e internacional que versou sobre o(s) conceito(s) de verdade, utilizando as bases de dados BRAPCI e LISA na última década mais dez meses de 2019. Uma análise acerca do conceito de verdade no âmbito da Ciência da Informação foi delineada, apoiando-se nos atuais panoramas científico e social descritos anteriormente, assim como esta investigação foi instigada pela discussão crítica do tratamento dado à verdade e alavancada pela Epistemologia Social, enquanto um efeito social, em decorrência das inovações tecnológicas e da explosão de produção informacional, no campo da Ciência da Informação.

Este é o ponto de partida para a proposta de discussão acerca do conceito de verdade no âmbito da CI – sua elaboração a partir do relacionamento entre informação

e conhecimento; as possíveis consequências que surgem quando esta relação sofre a interferência da desinformação; a relevância das transformações sociais neste binômio informação-conhecimento e a incessante reelaboração da verdade.

## 2. A busca pela verdade

Como painel basilar sobre o qual se assentou a presente pesquisa, a “busca pela verdade” – expressão utilizada por Chauí (2000) – fundamenta nossa análise acerca do tratamento da verdade pela Ciência da Informação, e como este assunto vem sendo abordado na literatura da área.

Apresentando a verdade como um valor que “está na História e é histórica”, Chauí (2000, p. 133) considera que os diversos conceitos para ela, assim como também qualquer alteração promovida no conhecimento, “[...] mostram que as várias concepções da verdade não são arbitrárias nem casuais ou acidentais, mas possuem causas e motivos que as explicam [...]”. Em suma, todas as mudanças pelas quais passou e passa a Humanidade no transcurso do tempo, inclusive aquelas ocorridas no campo dos saberes, refletem-se diretamente em reformulações acerca do conceito de verdade, para que o conhecimento pudesse ser concretizado. Chauí (2000, p. 133) alerta para o fato de que, apesar da mutabilidade de seus conceitos, a verdade se constitui em preocupação para o homem e as ciências e é “[...] a procura da verdade e o desejo de estar no verdadeiro que permanecem. A verdade se conserva, portanto, como o valor mais alto a que aspira o pensamento”.

Não há, pois, concordância a respeito de um conceito único que defina verdade. Muito ao contrário: todas as tentativas de conceituação debatem-se entre a natureza do que é a verdade, seus usos na realidade e no imaginário, bem como todos os paradoxos possíveis até hoje identificados e estudados, conforme asseveram Burgess e Burgess (2011) em seu livro *Truth*.

Estas questões acerca da verdade vêm suscitando, desde a Antiguidade Clássica, o surgimento de teorias, visões e modos de se lidar com ela. Desde as variadas possibilidades de significado até a aplicação da verdade como referência de constância do que seja tangível ou intangível para o ser humano, ou como algo que exista dentro de um sistema de valores que norteariam a existência humana, todas as discussões seguem tangenciam o que parece ser um círculo infinito de indagações, sem lograr êxito quanto a um consenso, e esta ausência deflagra debates nas mais diversas áreas, da Filosofia à Lógica, passando pela Metafísica, a Matemática, a Epistemologia, enfim, por todos os domínios dos saberes.

Refletir sobre a verdade dentro da Ciência da Informação é extrapolar “[...] inúmeras pontuações e usos que o termo pode assumir na vida comum e até mesmo na atividade científica” (CAMELLO, 2009, p. 2). E convergindo com o discurso de Chauí

(2000), ele assevera que, independentemente da circunstância em que o homem se encontre, ele não vive sem a verdade.

Neste sentido, a verdade neste trabalho teve o enfoque elaborado pela Filosofia, conforme explicita Abbagnano (1998, p. 994),

[...] [e]m geral, entende-se por V. a qualidade em virtude da qual um procedimento cognoscitivo qualquer torna-se eficaz ou obtém êxito. Essa caracterização pode ser aplicada tanto às concepções segundo as quais o conhecimento é um processo mental quanto às que o consideram um processo linguístico ou semiótico. Ademais, tem a vantagem de prescindir da distinção entre definição de V. e critério de V. Essa distinção nem sempre é feita, nem é frequente; quando feita, representa apenas a admissão de duas definições de V.

Para o autor, estes conceitos possuem relevância histórica na área de Filosofia, particularmente a verdade como correspondência e como revelação que ele identifica como as mais disseminadas, e esclarece que “Não são nem mesmo alternativas entre si: é possível encontrar mais de uma no mesmo filósofo, embora usadas com propósito diferente. No entanto, por serem díspares e mutuamente irreduzíveis, devem ser consideradas distintas” (ABBAGNANO, 1998, p. 994).

De acordo com Karl Popper (2004), filósofo austríaco, o progresso das ciências e do conhecimento do homem estaria atrelado, como em um ciclo que se retroalimenta, a um sistema em constante mutação, tanto pela admissão de novos problemas como pela fragilidade e inconstâncias das premissas anteriormente tidas como verdadeiras. Este sistema confere dinamismo ao conhecimento e à verdade, e um maior paralelismo com esta última seria um dos objetivos das ciências.

O filósofo austríaco escreve que,

[...] [é] só em relação a esse objetivo – a descoberta da verdade – que afirmamos que, apesar da nossa falibilidade, esperamos aprender com os erros. Só a ideia da verdade nos permite falar de maneira sensata sobre os erros e a crítica racional, possibilitando a discussão racional – isto é, a que procura descobrir os erros com a intenção séria de eliminá-los ao máximo, para que nos possamos aproximar da verdade. Portanto, a própria ideia de erro – e da falibilidade – implica uma verdade objetiva, considerada como padrão que podemos não atingir (nesse sentido, a ideia de verdade é reguladora). (POPPER, 2008, p. 255)

Faz-se importante destacar que as abordagens do conceito de verdade utilizadas pelos estudos desenvolvidos no bojo da Ciência da Informação desvelassem indícios de como a área tem trabalhado a questão da qualidade da informação que

medeia, posto que o objetivo da Ciência da Informação reside, em última análise, na transferência de informação para geração de novos conhecimentos. Portanto, ao assumir a mediação entre usuário e sua busca por informação, os bibliotecários se responsabilizam, em última instância, por dar resolução a uma demanda que se assenta na busca pela verdade.

### 3. Concepções e teorias da verdade

A Filosofia traça um percurso da problematização da verdade, onde se pode perceber e determinar etapas do pensamento filosófico bem demarcadas, sempre em um fluir contínuo que, por vezes, se vê atravessado pelo retorno de ideias antecessoras, possibilitando não apenas revisitá-las, mas dar-lhes nova perspectiva.

Neste contexto, partindo-se das três concepções citadas acima, é possível traçar uma linha histórico-temporal em relação à formulação do conceito de verdade, utilizando-se os vocábulos que conferem significado à ideia de verdade, conforme elencados no quadro abaixo, a partir de Chauí (2000):

**Quadro 1** Concepções de verdade

Origem	Significado	Considerações
Do grego Aletheia	o que é não está oculto e nem dissimulado; a verdade residiria nas coisas.	a verdade reside no que pode ser visto; é a manifestação do mundo que pode ser compreendida pela razão e pelo intelecto humanos.
Do latim Veritas	verdade como algo relacionado à exatidão de enunciado, com uma linguagem rica em detalhes e fidedigna ao fato acontecido; traduz em palavras a representação fiel de algo.	a verdade será pautada não apenas pela realidade manifesta, mas pela percepção e memória do narrador, e pela habilidade em comunicar-se via linguagem; traz a verdade dos enunciados, e não da realidade de coisas ou fatos.
Do hebraico Eemunah	reflete o sentido de confiança, assumindo um caráter transcendental através a ideia de cumprimento de pactos.	a verdade torna-se em crença por algo que acontecerá adiante, amparada em confiança; aponta para a imensa convicção nas revelações da divindade.

Fonte: Elaborado pela autora, baseado em CHAUI (2000).

A partir das três acepções sobre a verdade expostas acima foram formuladas “[...] diferentes concepções filosóficas sobre a natureza do conhecimento verdadeiro, dependendo de qual das três ideias originais da verdade predomine no pensamento de um ou de alguns filósofos” (CHAUI, 2000, p. 124), ensejando diferentes teorias sobre a verdade, e, dentre elas, quatro foram elencadas e sistematizadas a seguir.

**Quadro 2** Teorias da verdade

Teoria	Quanto à origem do termo verdade	Quanto ao que é considerado verdadeiro	A verdade é o acordo
da correspondência ou correspondencial ou realista	do grego <i>aletheia</i>	as coisas e as ideias são consideradas verdadeiras ou falsas.	<p>- entre o pensamento e a realidade;</p> <p>(preconiza que a verdade seria a conformidade que se obtém entre o fato e a proposição ou pensamento, e que é formado fora do espírito ou do raciocínio do homem, mediada pelo discernimento e pelo entendimento).</p>
da coerência interna ou coerencial ou idealista	do latim <i>veritas</i>	os enunciados, os argumentos e as ideias (verdadeiros ou falsos).	<p>- do pensamento e da linguagem consigo mesmos, a partir de regras e princípios que eles deram a si mesmos, em conformidade com sua natureza, e sendo a mesma para todos os seres;</p> <p>(preconiza que uma proposição é verdadeira quando se mostra coerente com outras proposições que compõem o sistema de crenças de um indivíduo).</p>

de convenção ou consensual	do hebraico <i>emunach</i>	os enunciados, os argumentos e as ideias (verdadeiros ou falsos).	- do pensamento e da linguagem consigo mesmos, a partir de regras e princípios que eles deram a si mesmos, em conformidade com sua natureza, e sendo a mesma para todos os seres;  (preconiza que a verdade é o resultado do pacto entre membros de uma comunidade, mediante estabelecimento de regras universais acerca do conhecimento).
pragmática ou da utilidade	do latim <i>pragmaticus</i> ; do grego <i>pragmáticos</i>	são os resultados que recebem a denominação de verdadeiros ou falsos.	- entre o pensamento e a realidade;  (preconiza que uma proposição é verdadeira se houver utilidade prática para apoiá-la).

Fonte: Elaborado pela autora, baseado em CHAUI (2000).

Chauí (2000) salienta que todas estas concepções filosóficas e teorias da verdade são o resultado de contextos sociais (mudanças estruturais e de organização das sociedades), assim como também de alterações na própria Filosofia.

#### 4. A promessa de verdade

Buscando fundamentos em Bufrem (2016) e Budd (2011), a seguir serão tecidas considerações sobre a questão da verdade no âmbito da relação estabelecida sobre o trinômio informação-conhecimento-verdade.

De acordo com Budd (2011), a concepção de verdade, suas propriedades e sua existência, assim como suas relações com a informação e o conhecimento, vem sendo alvo de preocupações e inquições por parte da Filosofia e de outros domínios dos saberes, como a Linguística e Antropologia por exemplo.

O panorama histórico cunhado por Bufrem (2016) corrobora o que afirma o cientista norte americano, sendo legítimo pressupor que tanto informação, quanto conhecimento e verdade, semanticamente apresentem uma vinculação muito estreita e próxima, forjando ao longo do tempo uma espécie de nó górdio que não aparenta estar próximo de ser desatado. Nas palavras da autora:

Resultantes da maior ou menor convicção sobre a possibilidade de se atingir o conhecimento e de se chegar à verdade, desdobram-se, correntes subjetivistas, empiristas, realistas, racionalistas, idealistas e pragmáticas, permeadas por posições céticas e niilistas desde a antiguidade, suspeitando ou negando a possibilidade de se chegar à verdade, relativizando essa possibilidade ou sua integridade enquanto verdade absoluta. (BUFREM, 2016, p. 99)

Para Bufrem (2016, p. 98), conceber uma ligação entre verdade e conhecimento é factível e necessária já que “[...] o conhecimento que se legitima é aquele considerado verdadeiro”. Neste sentido, observa-se que, onde está colocado o conhecimento, ao seu lado encontra-se o questionamento sobre algo ser verdadeiro ou não, ou, se colocado de modo diverso: se é real ou não. Convém, portanto, conjecturar sobre a distinção entre verdade e realidade já que, como alega Bufrem (2016, p. 101), “[...] a verdade científica não resulta da descrição da realidade em si, mas do resultado de um esforço para a compreensão dessas relações e condições, que inclui um esforço de objetividade relativa às informações e aos conhecimentos situados no espaço e no tempo”.

Aranha e Martins (1993) sugerem também como um ponto de partida a distinção entre verdade e realidade, pois, explicam as autoras, é passível de haver equívoco ou imprecisão quando do emprego dos dois conceitos. E lançam como exemplificação um objeto concreto sobre o qual tudo o que o indivíduo pode assegurar é que ele seja real, mas não que ele seja verdadeiro ou falso, pois verdade e falsidade “[...] não estão na coisa mesma, mas no juízo e, portanto, no valor da nossa afirmação” (ARANHA; MARTINS, 1993, p. 42). E complementam: “Há verdade ou não dependendo de como a coisa aparece para o sujeito que conhece. Por isso dizemos que algo é verdadeiro quando é o que parece ser”. Isto corrobora Bufrem (2016, p. 98) quando ela discorre sobre fenomenalismo, explicando que esta corrente filosófica assume que o “[...] conhecimento não se refere às coisas como são, mas como nos aparecem”.

O julgamento sobre existência de verdade ou de falsidade, dizem ainda Aranha e Martins (1993) acontece na consciência/pensamento/mente do ente que, assim, pode promover a ligação sujeito-objeto, binômio que compõe o processo do conhecimento, e que se faz igualmente presente nos fluxos informacionais, os quais podem ou não resultar em saber.

Citar informação nos remete a Budd (2011, p. 56-57) quando o autor explana sobre informação, sua relação com a verdade e com o conhecimento, e a validade da pesquisa sobre significado (semântica), emitindo os seguintes questionamentos: 1. “O que a informação tem a ver com significado e verdade?”; 2. “Significado e a verdade são necessários para que a informação exista?”.

Ao comentar as pesquisas em CI e as diversas abordagens que foram propostas para a informação e seu vínculo com a verdade e o significado, Budd (2011) demonstra alguns modos por meio dos quais este elo pode ser abordado:

[...] a informação deve ser verdadeira para que ela tenha uma qualidade informadora; a informação é um fenômeno separado da verdade; a verdade de qualquer “coisa” potencialmente informativa depende de certos elementos estruturais; um pode ser examinado sem admitir a existência do outro; a informação precisa ter um significado inerente ou pode incluir um significado interpretável? (BUDD, 2011, p. 57)

A observação de caráter filosófico sobre o trinômio informação-conhecimento-verdade conduz Budd (2011, p. 60) à afirmação de que muitos pensadores vinculam verdade e significado de tal sorte que, “[...] em certo sentido, não pode haver verdade a menos que haja significado. Uma sentença verdadeira também é uma sentença significativa”.

O autor discorre quanto a alguns aspectos técnicos do estudo do significado, mas o que chama a atenção é que ele está diretamente suscetível ao contexto, algo que afeta a relação sujeito-objeto, os fluxos informacionais e o processo do conhecimento já explanados anteriormente. A conexão entre semântica (os significados) e informação fica claramente estabelecida por Budd (2011), embora, como ele mesmo expressa, não seja uma questão fechada.

Budd (2011) esclarece que, além da semântica, a retórica precisa ser considerada, pois ela é outro fator do qual o significado depende, expondo a questão da intencionalidade como uma das características tanto da linguagem quanto da ação comunicativa:

Na comunicação formal, o significado (compreensão mútua das partes dos falantes e ouvintes) depende da afirmação (e da clareza da afirmação) da intencionalidade subjacente aos processos e produtos que levam ao que é comunicado. (BUDD, 2011, p. 63)

Há mais do que isso ainda por ser debatido, como há mais do que simples procura de certezas quando se pretende averiguar sobre a verdade, e a advertência de Michael P. Lynch (2004) sobre esta diligência é aceita por Budd (2011). Diz Lynch (2004):

A ideia de que o valor de perseguir a verdade repousa sobre a possibilidade de certeza é simplesmente um mito... A certeza é o privilégio do fanático. O homem mais perigoso é aquele que tem certeza absoluta de que seu caminho é o caminho certo. (LYNCH, 2004, p. 27-29 apud BUDD, 2011, p. 68)

Budd (2011) considera que qualquer teoria da informação, ao resolutamente abarcar não apenas o significado, mas também a verdade, deve fazê-lo de modo específico, compreendendo que a verdade tanto se serve da objetividade quanto da subjetividade; e que mesmo estando atrelada à razão, também se liga aos diversos contextos aos quais ela está submetida.

As questões elencadas sobre estudos e inferências de campos como a Filosofia e a Linguística na formulação de uma definição para informação, levam Budd (2011) a considerar o papel relação verdade-mentira nas ações comunicativas entre os sujeitos, e conseqüentemente, nos fluxos informacionais e no progresso do conhecimento, embora ele discorde de Buckland (1991) quanto à assertiva de que tudo é informação, chegando à conclusão de que a mentira seria o ato intencional de impedir a informação de alcançar outrem.

## 5. Apresentação e discussão dos resultados

A opção como metodologia foi a de se conduzir uma pesquisa exploratória e qualitativa, empreendendo levantamento bibliográfico em duas bases de dados no escopo da CI:

– a BRAPCI – Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação, que disponibiliza referências e resumos de 19.255 textos publicados em 57 periódicos nacionais impressos e eletrônicos da área;

– a LISA – Library Information Science Abstracts, um serviço internacional que oferece resumos e indexação buscando facilitar a pesquisa para a comunidade da área da CI, oferecendo acesso a aproximadamente 300 periódicos, abrangendo cerca de 40 países em 20 idiomas diferentes.

Os procedimentos referentes aos levantamentos bibliográficos nas bases BRAPCI e LISA estão sumarizados no Quadro 3 abaixo, diferindo quanto ao idioma e aos termos de busca, além dos delimitadores usados para filtragem dos resultados.

**Quadro 3** Levantamento bibliográfico nas bases de dados BRAPCI e LISA

<b>Categorias</b>	<b>BRAPCI</b>	<b>LISA</b>
Termos de busca	verdade, em português;	<i>truth</i> AND <i>“information science”</i> ;

Delimitadores de busca	1. Intervalo de tempo personalizado (entre 2009 e 2019); 2. Pesquisa apenas pelo título	1. Intervalo de tempo personalizado (entre 2009 e 2019); 2. Pesquisa em dois campos distintos: - <i>truth</i> : em “título do documento – T1”; - “ <i>information science</i> ”: em “qualquer lugar, exceto texto completo – NOFT”.
Nº de títulos recuperados	38 obras	38 obras
Nº de títulos selecionados	9 obras	9 obras

Fonte: Elaborado pela autora.

Considerando que as palavras-chaves de um artigo científico se configuram como uma área de alto conteúdo significativo, conforme demonstra a literatura sobre Indexação e Resumos, as palavras-chaves dos artigos selecionados na BRAPCI foram sistematizadas no Gráfico 1, abaixo.

**Gráfico 1** Palavras-chaves dos textos recuperados na BRAPCI

arquivo arquivos do regime militar biblioteca pública  
 biblioteconomia ciência cognitiva **ciência da informação (4)**  
 concepção dialética conhecimento desinformação  
 era digital **fake news (4)** fonte de informação  
 forma de verdade hipertrofia da informação  
 inclusão informacional inclusão social **informação (4)**  
 informação científica interação com a comunidade  
**pós-verdade (6)** prática arquivística público leitor  
 regimes de verdade silenciamento **verdade (2)**

Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação às palavras-chaves dos títulos recuperados na base de dados LISA, diferentemente do que aconteceu com os títulos da BRAPCI, não ocorreram repetições nesse *corpus*, estando todas sistematizadas no gráfico a seguir:

**Gráfico 2** Palavras-chaves dos textos recuperados na LISA

abduction authority behaviour case studies  
 critical realism critical thinking edge clustering ego network  
 ethics information information literacy  
 information science information theory information-seeking  
 knowledge librarianship meaning-making media  
 node profile online social network ontology  
 philosophical concepts power semantics sense-making  
 social circles identifying social responsibility trust

Fonte: Elaborado pela autora.

As palavras-chaves com maior ocorrência na base de dados BRAPCI (Gráfico 1) demonstram que, ao tratar da verdade na CI, os autores brasileiros promovem reflexões acerca da pós-verdade<sup>1</sup> e das *fake news*<sup>2</sup>, temáticas em voga no cenário atual. Com relação à base de dados internacional LISA, com número constante de ocorrências de palavras-chaves, em termos quantitativo, o Gráfico 2 demonstra que os autores recuperados nesta base relacionam a verdade a diversos temas que vão desde redes sociais até conceitos filosóficos e à política, sem destaque para uma temática em detrimento de outras.

No que diz respeito à terminologia, a investigação da constituição da CI de Pinheiro (2018) apresenta considerações acerca da área que corroboram o que disseram Saracevic (1996) e Araújo (2018) quanto às mudanças de caráter científico serem decorrentes da influência da Epistemologia e da interdisciplinaridade. A respeito de interdisciplinaridade, Pinheiro (2018, p. 116) a define pela agregação de “[...] resultados

1 Pós-verdade: substantivo que remete a ocasiões em que fatos concretos possuem menor influência em construir a opinião pública do que os apelos emocionais e as crenças pessoais. Disponível em: <<https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/14227>>. Acesso em: 13 mai. 2019.

2 *Fake news*: tradução “notícias falsas”.

de várias disciplinas, tomando-lhes de empréstimo esquemas conceituais de análise, a fim de fazê-los integrar depois de havê-los comparado e julgado”. A horizontalidade é apontada como um importante fator que contribui para esta interdisciplinaridade já que consiste na “[...] capacidade da informação perpassar todos os campos, na sua condição de informação especializada” (PINHEIRO, 2018, p. 115-116).

A autora considera que todas as modificações epistêmicas e terminológicas encontradas sinalizam uma ciência em franca evolução. As mudanças terminológicas, segundo Pinheiro (2018) ocorrem de modo regular e mais rapidamente, sob a ingerência dos diversos idiomas. As alterações epistemológicas, contudo, são mais demoradas e ocorrem por meio de “[...] novos princípios, metodologias, sistemas, produtos e serviços de informação, por sua vez consequência de regimes e ações de informação distintos, bem como de tecnologias da informação e comunicação [...]” (PINHEIRO, 2018, p. 128).

A partir do que diz Pinheiro (2018) no tocante à questão da CI, faz-se necessário recuperar o artigo de Budd (2011) a esse respeito. Nele, o autor considera que a informação precisa ser conceituada a partir do contexto de significado e verdade, ou seja, sopesando a importância da compreensão e aplicação de uma epistemologia de significado e verdade como princípios que situem a informação no âmbito da realidade. Assim, enumerando diversos teóricos e suas concepções, desde Buckland (1991) que concebe a informação como processo, conhecimento e coisa, até Rowley (1998) que entende a informação como estímulo gerador de respostas, o autor conclui que uma conceituação mais clara de informação é necessária, uma vez que segundo ele, até então, todas as que foram construídas “[...] falham em estabelecer parâmetros que possibilitem indagações e práxis [...]” (BUDD, 2011, p. 60).

Por fim, Budd (2011) decide caracterizar a informação como uma ação comunicativa, resultante de ação do homem e, portanto, algo produzido por ele mediante a utilização intencional da linguagem. Assim, a informação precisa ser significativa, pois comunicação exige emissor e receptor que compreendam o significado da mensagem. Em outras palavras, o autor vincula informação à significado, semântica e linguística, contextualizando-a e indicando a existência da intencionalidade e de princípios da retórica, pressupondo aí a observância de princípios da ética que deveriam impedir a distorção da informação, isto é, a desinformação.

Importante destacar que toda a tese construída por Budd (2011) está voltada para os estudos no escopo da CI, particularmente em relação à recuperação da informação. Essa recuperação pode ser em busca de informação ou de desinformação. Sobre isso, o autor comenta que:

[...] quando as pessoas tentam recuperar informações, geralmente pretendem obter acesso a atos comunicativos, significativos e verdadeiros. Há momentos, no entanto,

em que as pessoas prefeririam ter suas crenças, concepções ou mesmo preconceitos chancelados por atos comunicativos. Essas pessoas, sem dúvida, serão capazes de recuperar esses tipos de atos. [...] A recuperação não se encaixa na teoria proposta aqui. Existem pessoas que procuram atos comunicativos falsos, mas não estão procurando informações. O que essas pessoas podem aceitar e usar não suportará o escrutínio criterioso que definem as informações [...]. (BUDD, 2011, p. 72)

Budd (2011) afirma que a informação é um ato comunicativo que não prescinde de significado e verdade, enquanto a desinformação, por outro lado, não é considerada pelo autor como informação. A estipulação dessa diferença é crucial para o trabalho executado, no âmbito da CI, seja em bibliotecas, arquivos, museus ou outras unidades de informação, já que compreender o que é ou não é informação causa impacto na avaliação de conteúdos de textos e documentos, comenta o autor. E concluindo sua tese, Budd (2011) a lança ao debate livre e crítico, e portanto, à refutação por seus pares, o que é aceito por Robert Lingard.

Lingard (2013) examina as conclusões de Budd (2011) a respeito do conceito de informação, e sua relação com significado e verdade, afirmando que a conceituação enunciada por Budd (2011) “[...] é muito restritiva e não pode explicar situações de conflito [...], ou sua resolução [...]” (LINGARD, 2013, p. 462).

O objetivo de Lingard (2013) ao responder aos questionamentos de Budd (2011) sobre a conceituação de informação enunciada por este autor, é oferecer uma resolução às questões e problemas por ele, Lingard, identificados na argumentação de Budd (2011). Destarte, ele propõe uma “[...] definição de informação que permite a aplicação em situações de conflito ou dissonância com relação ao uso da informação [...]” (LINGARD, 2013, p. 481).

Ao analisar detalhadamente o texto *Meaning, Truth and Information* de Budd (2011), Lingard (2013) identifica quatro características para a informação. São elas: informação é uma ação comunicativa; informação não é algo que não é comunicado; informação é produzida por uma atividade humana por meio da utilização da linguagem, de maneira deliberada e intencional; informação precisa de avaliação de pessoas que a entendam como tendo significado ou como sendo algo significativo.

Por considerar insuficientes tanto a definição quanto a teoria da informação de Budd (2011), o autor propõe que elas sejam objetos de análises mais detalhadas, e enumera alguns pontos a este respeito: a redefinição do conceito de informação de Budd; a busca por maiores esclarecimentos quanto à relação entre verdade, significado e informação; a sugestão de uma ontologia setorial baseada em abordagem realista crítica para que seja construída a definição de informação; e a proposição de que seja dada à informação uma definição mais vigorosa, com propriedade dos

dois conceitos – verdade e significado, de modo que ela possa dar conta de situações como engano, desinformação, ausência de sentido etc.

Para Lingard (2013), esta perspectiva à qual chama de “realista crítica” traria impactos significativos para a análise de documentos feita pela CI, como ferramenta de auxílio na compreensão e produção de sentidos, por exemplo.

A discussão sobre informação não cessa, obviamente, com as críticas de Lingard (2013) ao artigo de Budd (2011), e ambos os autores aceitam, esperam e estimulam o debate, que acaba se estendendo a outros autores cujos trabalhos não serão considerados aqui. Algumas reflexões e alguns enlaces, todavia, podem e devem ser feitos a partir da obra de John M. Budd e da resposta proposta por Robert Lingard, sobre não apenas a definição e a teoria da informação, mas sobre outros aspectos considerados, ora por um, ora por ambos os autores.

Mantendo-se ainda no contexto da informação, o debate estabelecido pelos dois autores sobre desinformação ser ou não informação repercute de modo semelhante em outros estudiosos e pesquisadores.

Citado por Zattar (2017), Fallis (2015) afirma que desinformação é um tipo de informação, embora faça a ressalva de que faz uso do termo informação como conteúdo representacional tanto falso quanto verdadeiro. Este posicionamento de Zattar (2017) embasado em Fallis (2015) vai na direção oposta ao pensamento de Budd (2011), que não considera desinformação como informação. Para ele, a compreensão da ação informativa está diretamente vinculada tanto ao entendimento do que é informação, quanto à percepção do que não é, e neste caso, se tudo for considerado informativo, não há uma definição precisa de informação. Sem esta conceituação, não pode existir teoria da informação, segundo o autor.

A resposta de Lingard (2013) a Budd (2011) a este respeito é uma defesa quanto a mentiras e enganos serem considerados como informações, mas:

[...] com diferentes misturas de verdade e significado ao das verdades comumente aceitas ou dos fatos estabelecidos. Além disso, informações enganosas, quando coletadas em circunstâncias cuidadosamente restritas, podem ser usadas dedutivamente para descobrir informações verdadeiras e significativas, como atestam os jogadores de jogos de lógica. O valor epistemológico da informação enganosa, portanto, precisa ser cuidadosamente avaliado em vez de simplesmente descartado por falta de valor. (LINGARD, 2013, p. 490-491)

Uma rápida pesquisa no texto de Budd (2011) revela que ele não usa *disinformation*, mas sim *misinformation*, outro termo também já citado anteriormente neste trabalho. Em inglês, a distinção é mais clara entre os dois tipos de desinformação, como já discutido em outro item.

Na busca por esclarecer e aprofundar as discussões sobre *disinformation* e *misinformation*, Karlova e Fisher (2013 apud BRITO, 2015, p. 64) propuseram uma sistematização sobre as especificidades dos dois termos em comparação com “informação”, dentro de seus contextos de uso:

**Quadro 4** Comparação entre atributos de Informação, *Disinformation* e *Misinformation*

<b>Categorias</b>	<b>Informação</b>	<b><i>Misinformation</i></b>	<b><i>Disinformation</i></b>
Verdadeira	Sim	Sim / Não	Sim / Não
Completa	Sim / Não	Sim / Não	Sim / Não
Corrente	Sim	Sim / Não	Sim / Não
Informativa	Sim	Sim	Sim
“Deceptiva”	Não	Não	Sim

Fonte: BRITO (2015, p. 64).

De acordo com o quadro acima, a informação possui necessariamente como atributos, afirma Brito (2015, p. 64), “[...] ser verdadeira, corrente e informativa. Ela pode ser completa, ou não, dependendo do contexto e do tempo, e não pode ser “deceptiva”, ou seja, com a finalidade de enganar o receptor desta [...]”. Já *misinformation* deve ser informativa, verdadeira ou não, completa e corrente, de acordo com o contexto, mas não “deceptiva.” E por fim, *disinformation* pode ser verdadeira ou não, completa, corrente e informativa, mas deve ter essencialmente, o objetivo de enganar.

Talvez resida neste ponto a discussão entre Budd (2011) e Lingard (2013), pois, como assegura Brito (2015) na dependência do contexto e do tempo, e apesar da intenção de enganar, o que pode ocorrer é um paradoxo e acabar por haver o repasse de informação, como explica o autor:

Se o ambiente ao redor do dado produzido se modifica radicalmente, seja no tocante às relações sociais ou eventos temporais, o que era desinformação poderia se transformar abruptamente em informação acurada [...] Um evento que ocorre, inesperadamente, depois do previsto, em que ter-se-ia desinformado de antemão um eventual participante sobre um horário tardio seria um exemplo desse tipo de circunstância. A aleatoriedade ao mudar o fator tempo, transformou *disinformation* em informação. (BRITO, 2015, p. 64)

Com referência à verdade, Lingard (2013) demonstra que Budd (2011) coteja alguns autores e suas abordagens teóricas sobre ela, como Tarski e sua teoria com foco na semântica, as teorias de correspondência e coerência, sob a ótica de Schmitt, a teoria de James sob a ótica pragmática e a de Rorty sob a ótica da justificação. Todas são consideradas insuficientes e, portanto, são descartadas quer por serem muito restritivas, quer por se aterem exclusivamente às questões práticas, ou no uso da linguagem, sem abarcarem integralmente as muitas possibilidades de se considerar a verdade.

O debate protagonizado pelos dois autores mencionados anteriormente não se aprofunda na questão da verdade em si. Assim sendo, nos parece apropriado retomarmos o artigo de Budd (2011) e observarmos sua referência a dois outros pesquisadores que também encararam o desafio de abordar a verdade como tema de seus estudos em CI. Labaree e Scimeca (2008 apud BUDD, 2011, p. 69) asseveram que

[...] [o] conceito de verdade permanece amplamente indefinido no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Como consequência, a análise é predominantemente considerada apenas dentro de um determinado contexto relacionado à interpretação da veracidade na prática, entendendo a verdade quando aplicada às teorias filosóficas existentes ou implícita em discussões filosóficas sobre criação de conhecimento, organização do conhecimento e ideias sobre a realidade.

Para Budd (2011, p. 69), estes autores promoveram um exame amplo sobre como a CI trata a verdade, além de suscitar “[...] preocupações relacionadas às várias maneiras pelas quais a verdade pode ser concebida e como essas variações são importantes para a CI”.

Como conclusão para a problematização da verdade nas pesquisas no escopo da CI, Labaree e Scimeca (2008 apud BUDD, 2011, p. 69) apontam como direção a aplicação de uma:

[...] posição historicista específica (que não defende leis de previsão, mas que situa crenças nos meios sociais e intelectuais). “O historicista não está preocupado com a verdade objetiva das [teorias de correspondência ou coerência], mas com as maneiras pelas quais elas se tornaram parte... a teoria social da realidade.”

A visão de Labaree e Scimeca (2008) citada por Budd (2011) a respeito da aplicação de uma posição historicista da pesquisa sobre verdade no âmbito da CI, vem ao encontro do que afirma Chauí (2000):

As várias concepções da verdade que foram expostas estão articuladas com mudanças históricas, tanto no sentido de mudanças na estrutura e organização das sociedades, como quanto no sentido de mudanças no interior da própria Filosofia [...] As concepções históricas e as transformações internas ao conhecimento mostram que as várias concepções da verdade não são arbitrárias nem casuais ou acidentais, mas possuem causas e motivos que as explicam, e que a cada formação social e a cada mudança interna do conhecimento surge a exigência de reformular a concepção da verdade para que o saber possa realizar-se. (CHAUI, 2000, p. 132-133)

Chauí (2000) assegura que ainda que mudem os assuntos e as maneiras de se obter conhecimento, e por conseguinte a verdade (ou verdades), a procura pelo que seja verdadeiro permanece, ou seja, se mantém a premissa de derrotar o senso comum, a conduta instintiva e os prejulgamentos. Assim, a busca pela verdade bem como o desejo de estar sempre imerso no que é verdadeiro apresentam-se como cruciais, constituindo-se em uma constante durante toda a trajetória humana.

## 6. Considerações finais

A partir da discussão sobre a maneira pela qual a área da CI vem lidando com o conceito de verdade a partir de seu objeto de pesquisa, a informação registrada e socializada, esta pesquisa foi conduzida se amparando em alguns aspectos, quais sejam, a informação, o conhecimento, a verdade, a Epistemologia, a Filosofia, e a evolução da própria CI, congregando-se as relações entre estas disciplinas, cada qual com sua visão sobre os fluxos informacionais, a construção do conhecimento e a busca pela verdade, de acordo com suas naturezas.

Foram abordadas algumas teorias filosóficas sobre verdade, resumidamente esboçadas ao longo deste trabalho, com as visões de filósofos e pesquisadores, expondo as diversas contribuições que foram ofertadas e apreendidas pela CI desde seu estabelecimento até hoje.

Através do debate de ideias, oportunizou-se cotejar teorias e posições epistemológicas, e a necessária identificação de conceitos como informação, desinformação e *misinformation*. Necessária porque a subversão dos fatos e remontagem da realidade pode, a princípio, parecer uma invenção da contemporaneidade, mas um olhar mais atento para a História demonstra que isto não procede. A desinformação não é invenção exclusiva dos séculos XX e XXI. Contudo, a velocidade em que ela se dissemina, está intimamente ligada a todo o aparato tecnológico que a contemporaneidade viu surgir, em uma sociedade que se consagrou chamar de “sociedade da informação”.

Debates sobre o que seria ou não informação, especificamente no que tange a conceitos como *disinformation* e *misinformation*, respondem ao atual cenário de hiper informatividade, com informações (fidedignas ou não) sendo consumidas em ritmo alucinante e sem a certificação de origem confiável de suas fontes, segundo Budd (2011). Essa perspectiva se confirmou nessa pesquisa uma vez que se identificou uma carência da literatura de CI no tocante a reflexões cujo objeto seja verdade, porém se percebeu uma tendência de maior número de publicações acerca da desinformação, com predomínio da Filosofia sobre a CI neste aspecto.

Contudo, deixar a cargo somente da Filosofia a discussão sobre verdade é perder a oportunidade de utilizar a interdisciplinaridade tão afeita à CI, e não se apropriar do papel de mediação informação-usuário que cabe à área e a seus profissionais.

À CI não basta somente o aprimoramento das técnicas de construção de sistemas de recuperação de informação. Ela deve se destacar através do seu papel enquanto instrumento de disseminação de informações verídicas. Cabe a ela possibilitar não apenas a efetiva transmissão dos saberes oriundos de fontes de informação fidedignas, fundamentada em princípios que certificam e atestam a veracidade daquilo que refere e/ou divulga, mas também oportunizar o desenvolvimento de competências informacionais nos indivíduos que demandam, utilizam e/ou também geram informações difundidas via Internet que não possuem um “selo de qualidade”, como explica Smit (2012). Há que exortá-los a assumir, como hábito e aliado na busca pelo conhecimento e pela verdade, a reflexão e o pensamento crítico a respeito do volume informacional que diariamente lhes alcança.

## Referências

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. tradução Alfredo Bosi. 2. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1998.
- ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. P. *Filosofando: introdução à filosofia*. São Paulo, Moderna, 1993. Acesso em: 21 set. 2019.
- ARAÚJO, C. A. V. “Um mapa da ciência da informação: história, subáreas e paradigmas”. *Convergências em Ciência da Informação*, São Cristóvão, v. 1, n. 1, p. 47-72, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/106625>>. Acesso em: 14 out. 2019.
- BRITO, V. P. *Poder informacional e desinformação*. Belo Horizonte, 2015. 550 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <[https://www.academia.edu/23416256/PODER\\_INFORMACIONAL\\_E\\_DESINFORMA%C3%87%C3%83O](https://www.academia.edu/23416256/PODER_INFORMACIONAL_E_DESINFORMA%C3%87%C3%83O)>. Acesso em: 10 out. 2019.

- BUDD, J. M. "Meaning, Truth, and Information: Prolegomena to a Theory". *Journal of Documentation*, Bradford, v. 67, n. 1, p. 56-74, jan. 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1108/00220411111105452>>. Acesso em: 16 abr. 2019.
- BUFREM, L. S. "Informação, conhecimento e verdade: discussões contemporâneas". *Brazilian Journal of Information Science*, Marília, v. 10, n. 2, p. 89-102, 2016. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5645861>>. Acesso em: 9 jul. 2019.
- BURGESS, A. G.; BURGESS, J. P. *Truth*. Nova Jersey, Princeton University Press, 2011.
- CAMELLO, M. J. O. "A questão da verdade na Filosofia". *Theoria – Revista Eletrônica de Filosofia*, Pouso Alegre, n. 1, v. 1, jul. 2009. Disponível em: <<http://www.theoria.com.br/?p=33>>. Acesso em: 20 abr. 2019.
- CHAUI, M. *Convite à filosofia*. São Paulo, Ática, 2000. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5645861>>. Acesso em: 15 abr. 2019.
- LINGARD, R. G. "Information, Truth and Meaning: a Response to Budd's Prolegomena". *Journal of Documentation*, Bradford, v. 69, n. 4, p. 481-499, 2013. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/0022-0418.htm>>. Acesso em: 11 set. 2019.
- PINHEIRO, L. V. R. Mutações na ciência da informação e reflexos nas mandalas interdisciplinares. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 28, n. 3, p. 115-134, set./dez. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/43317>>. Acesso em: 15 ago. 2019.
- POPPER, K. R. *A lógica das ciências sociais*. Trad. Estevão de Rezende Martins, Apio Cláudio Muniz Acquarone Filho, Vilma de Oliveira Moraes e Silva. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro. p. 13-14, 2004.
- POPPER, K. R. *Conjecturas e refutações: o progresso do conhecimento científico*. Trad. Sérgio Bath. 5. ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2008.
- SARACEVIC, T. "Ciência da informação: origem, evolução e relações". *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235>>. Acesso em: 24 set. 2019.
- SMIT, J. W. "A informação na Ciência da Informação". *INCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 84-101, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/48655>>. Acesso em: 7 ago. 2019.
- SUAIDEN, Emir José. "O papel da biblioteca pública na reconstrução da verdade". *Ciência da Informação*, Brasília, v. 47, n. 2, 2018. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/99265>>. Acesso em: 10 jul. 2019.
- ZATTAR, M. "Competência em informação e desinformação: critérios de avaliação do conteúdo das fontes de informação". *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 285-293, nov. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18617/liinc.v13i2.4075>>. Acesso em: 11 set. 2019.

# Da omissão à divulgação: a biblioteca e o arquivo como práticas discursivas

*From Omission to Dissemination: the Library  
and the Archive as Discursive Practices*

**Regina de Carvalho Ribeiro da Costa** | reginhacribeiro@gmail.com

Graduada em Biblioteconomia e História e doutora em História pela UFF

**Resumo** O objetivo do presente artigo é compreender o funcionamento de bibliotecas e arquivos enquanto discursos, conforme a definição de Michel Foucault. A análise passa pela caracterização teórica das finalidades de tais instituições, distinguindo os materiais e os processos operados no interior das bibliotecas e dos arquivos, para alcançar o conceito de “instituições de memória” de Michel Pêcheux. Assim, o artigo conclui que as práticas discursivas provenientes de bibliotecas e arquivos, por meio de procedimentos de controle e delimitação de registros da cultura material, resultam da efetiva produção social monitorada por políticas informacionais vigentes.

**Palavras-chave** bibliotecas; arquivos; práticas discursivas; instituições de memória; políticas informacionais

**Abstract** The aim of this article is to understand the functioning of libraries and archives as discourse, as defined by Michel Foucault. The analysis goes through the theoretical characterization of the purposes of such institutions, distinguishing the materials and processes operated inside the libraries and the archives, in order to reach the concept of “institutions of memory” by Michel Pêcheux. Thus, the article concludes that discursive practices from libraries and archives through procedures for controlling and delimiting material culture records result from an effective social production monitored by current informational policies.

**Keywords** libraries; archives; discursive practices; memory institutions; informational policies

## 1. Definições preliminares

Compreender a biblioteca e o arquivo como discursos implica conhecer melhor o funcionamento de tais instituições, seus objetivos, sua matéria e o público a que atendem. Por isso, começaremos este artigo explicando o que são a biblioteca e o arquivo. Contudo, é preciso advertir, antes de prosseguir, que não estamos particularizando os objetos de estudo. Isto significa que o esforço de reflexão que se propõe a seguir não é o estudo de caso de uma biblioteca real ou um arquivo específico, mas sim de uma análise teórica na qual tais instituições podem ser pensadas, em termos weberianos, como “tipos ideias”.

Neste sentido, as generalizações que serão feitas estarão respaldadas na construção mental de modelos teóricos. É necessário salientar que tal abordagem é apenas uma opção metodológica, a partir da qual o estabelecimento das diferenças e das semelhanças a seguir foi o critério basilar de análise. No entanto, este relativismo não descarta a volatilidade dos conceitos fundamentais quanto à biblioteca e ao arquivo.<sup>1</sup>

Assim, podemos iniciar debatendo a definição de bibliotecas e arquivos como instituições corresponsáveis no processo de transmissão da informação, de acordo com Heloísa Bellotto (2014, p. 29). A análise da historiadora e bibliotecária adensou a discussão, acrescentando os centros de documentação ao lado de arquivos e de bibliotecas, cuja proximidade estaria na missão institucional desses espaços, os quais devem pressupor intensa participação social.<sup>2</sup>

Em relação às bibliotecas, Bellotto (2014, p. 31) destacou os fins técnicos, científicos e culturais destas instituições que funcionam como órgãos colecionadores voltados a um público amplo e diverso. Quanto aos arquivos, a autora abordou os fins administrativos, jurídicos e históricos destas instituições que funcionam como órgãos receptores de documentação cujos usuários, geralmente, são o próprio administrador, o empresário ou o pesquisador. Obviamente, a classificação proposta por Bellotto é deveras esquemática, o que se pode justificar pela finalidade introdutória do texto. No entanto, seu estudo é interessante ponto de partida para conhecer melhor as diferenças e as semelhanças entre a biblioteca e o arquivo.

Na biblioteca, há, segundo Bellotto (2014, p. 31-32), uma reunião, feita por compra, doação ou permuta, de múltiplos registros produzidos por diversas fontes, produtos de pesquisa ou de criação artística, técnica e científica com fins culturais. No arquivo,

1 Isto implica reconhecer outras opções analíticas e possibilidades de definição à biblioteca e ao arquivo. Em respeito à limitação do presente artigo, e em atenção ao objetivo proposto, foi escolhido o critério das distinções na equiparação das instituições como corresponsáveis pela guarda e pela transmissão da informação em uma sociedade.

2 No entanto, a análise dos centros de documentação não consta dos objetos do presente artigo.

a autora distingue a origem dos documentos reunidos por terem sido produzidos por, em geral, apenas uma fonte geradora, tornando-se exemplares únicos que são arranjados em séries ou grupos para serem guardados. De modo que Bellotto (2014, p. 33) chamou a coleção de biblioteca de “reunião artificial de documentos” e o acervo construído pelo arquivo, natural e cumulativamente, de “reunião orgânica”.

Assim, o tipo de documentação manipulado pelas bibliotecas diz respeito à produção múltipla impressa, ao passo que os arquivos possuem seus acervos formados por impressos ou manuscritos. Neste interim, é importante esclarecer que, por documento, adotamos o conceito de Jacques Le Goff, para quem

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder. [...] O documento não é inócuo. É antes de mais o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que em silêncio. (LE GOFF, 2003, p. 537-538)

A partir desta definição, podemos perceber que arquivos e bibliotecas apresentam diferenças internas significativas em termos de processamento técnico de sua documentação, embora possam ser identificadas etapas bastante parecidas, como a catalogação da biblioteca, que se traduz em descrição no âmbito dos arquivos; ou a classificação da biblioteca equivalente ao arranjo arquivístico (BELLOTTO, 2014, p. 33-34).

Apesar da superficialidade com a qual as definições das instituições são tratadas no texto de Bellotto, a autora propõe o diálogo entre arquivos, bibliotecas e centros de documentação orientado, fundamentalmente, pela missão comum de disseminar a informação na sociedade. Bellotto (2014, p. 31) ressalta, ainda, a importância dos centros de documentação para a superposição da velha dicotomia entre arquivo e biblioteca, uma vez que tais centros podem funcionar como órgão colecionadores e/ou referenciadores, representando a soma daquelas duas instituições.

Desse modo, os centros de documentação também podem ser inseridos no debate em que se propõe pensar tais instituições como discursos. Neste sentido, é com os discursos institucionalizados produzidos por bibliotecas e arquivos que o artigo dialoga. A seguir, uma análise institucional conduzirá à especificação de tais instituições que compõem os objetos do presente trabalho.

## **2. Institucionalismo e isomorfismo**

Objeto antigo da sociologia, Max Weber compreendeu as instituições como organizações legítimas, onde os profissionais possuem autoridade legal racional

reconhecida por toda a sociedade ou por um grupo particular de indivíduos (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2002). Foucault (2012) ultrapassou esta análise ao perceber o papel das instituições sociais na regulação efetiva da vida dos indivíduos, funcionando como um dispositivo disciplinar no propósito de conformar as pessoas ao seu lugar social.

O institucionalismo presente nesta análise, no entanto, não se refere às “instituições disciplinares” estudadas por Foucault (2012), em *Vigiar e punir*, para descrever o processo histórico de disciplinamento social de crianças, soldados e doentes transcorrido desde o século XVII a fim de conter fluxos sociais. De fato, bibliotecas e arquivos guardam distantes aproximações com a definição institucional trazida por Foucault no referido estudo.

Ainda assim, é importante pontuar a preocupação do teórico com as matrizes normativas para o comportamento individual desenvolvidas nas instituições disciplinares a partir da articulação com a concepção de poder imanente. Sem aprofundar na leitura da máquina arquitetônica de Jeremy Bentham chamada “Panóptico”, a partir da qual Foucault (2012, p. 186-214) identificou o funcionamento das instituições disciplinares, vale considerar sua problematização dos modos de sujeição como formas de saber e de governamentalidade.

Em termos conceituais, o institucionalismo em voga também não se identifica com as chamadas “instituições totais” do sociólogo canadense Erving Goffman (2008), cuja racionalidade está assentada no modo de funcionamento social. Como espaços fechados, as instituições totais desenvolveriam processos de mortificação do “eu civil” conforme as distintas fases de socialização através da experiência binária do ser com o grupo no espaço-tempo.

Se tais definições formativas das instituições<sup>3</sup> não abrangem o significado sob análise no presente trabalho, cumpre apontar para o legado durkheimiano resvalado em seu conceito. Deste modo, é na natureza funcionalista das instituições sociais que reside a herança mais superficial da perspectiva de Durkheim. É, pois, pela função especificamente voltada para a guarda de registros informacionais que bibliotecas e arquivos, assim como centros de documentação, são reconhecidos socialmente como instituições.

Embora seja possível admitir que o conceito de instituição é academicamente controverso, seu exame conceitual aprofundado não é alvo primordial desta análise, que se resume em partir do estudo das instituições enquanto estudo da sociedade em ação, conforme Hughes (1942, p. 307), ainda que essa ação decorra de limitações sociais estabelecidas. Definidas como fenômenos sociais, as instituições crescentes

3 Para uma análise mais completa sobre a polissemia do conceito de instituição, ver Ferreira (2012).

e especializadas, em termos de função, estruturam as complexas comunidades das sociedades civilizadas (HUGHES, 1936, p. 181).

No bojo da abordagem institucional, a institucionalização tem sido definida como processo por meio do qual valores substituem fatores técnicos a partir de tarefas organizativas, salientando que “o processo de institucionalização de crenças, valores normativos e cognitivos acontece em diferentes níveis de análise” (VIEIRA, MISOCZKY, 2003, p. 43). A partir do ambiente institucional, é possível estudar similitudes e distinções das estruturas e dos processos desenvolvidos nas organizações modernas.

Na perspectiva da estruturação<sup>4</sup>, portanto, o trabalho busca teorizar sobre a similaridade organizacional entre bibliotecas e arquivos, em lugar de teorizar sobre sua diversidade organizacional. Trata-se do estudo do isomorfismo das organizações identificado como um conceito-chave, por Cristina Amélia Carvalho e Marcelo Milano Falcão Vieira (2003, p. 31), na análise macroinstitucional para compreender a política e os ritos desenvolvidos em processos organizacionais homogêneos, logo, como mecanismo institucionalizador.<sup>5</sup>

Se, por um lado, é preciso reconhecer o institucionalismo e o isomorfismo que subsidiam a análise de bibliotecas e arquivos como instituições similares, faz-se necessário apontar que o vínculo estrutural está sendo estabelecido a partir de sua natureza funcional. Efetivamente, bibliotecas, arquivos e centros de documentação são pensados como um tipo institucional específico: “instituições de memória”. Na definição de Michel Pêcheux:

As instituições de memória são dispositivos através dos quais os aparelhos do poder de nossas sociedades gerem a memória coletiva, terminando por envolver uma divisão do trabalho de leitura: de um lado estão os “literatos” (usuários dos arquivos: historiadores, filósofos, pessoas de letras) promovendo leituras originais interpretativas. De outro, há uma leitura impondo ao sujeito-leitor seu apagamento atrás da instituição que o emprega [...] [*renunciando*] a toda pretensão de “originalidade” [...] na prática silenciosa de uma leitura consagrada ao serviço de uma Igreja, de um rei, de um Estado, ou de uma empresa. (PÊCHEUX, 1994, p. 57)

Desta maneira, referem-se às instituições que tradicionalmente tinham por função estocar registros documentais produzidos socialmente. Ao armazenarem, não

4 O conceito de “estruturação”, na análise sociológica de Anthony Giddens (1979), permite deslocar o nível da análise das ações para as organizações.

5 Os autores destacam que o processo de isomorfismo pode ser desenvolvido por meio de mecanismos coercitivos, miméticos ou normativos, cuja análise pormenorizada não cabe no presente artigo (CARVALHO; VIEIRA, 2003).

de maneira ingênua, mas por meio de procedimentos de seleção e de aquisição do material, bibliotecas e arquivos, como instituições culturais de memória, são permanentemente controlados pelos aparelhos de poder, como explicou Pêcheux. Na sequência, será analisado o discurso simbólico do poder desenvolvido por tais instituições de memória.

### 3. Produção social das instituições de memória

Para compreender a produção social das instituições de memória, é crucial perceber que o estudo das bibliotecas e dos arquivos como entidades discursivas tal como proposto é relevante, sobretudo, em uma sociedade cada vez mais orientada para a digitalização da informação, como tem ocorrido. Sem adentrar na acirrada discussão sobre a obsolescência do suporte físico para o registro, é preciso notar o caminho percorrido nas últimas décadas na busca de suportes cada vez mais digitais para a informação.<sup>6</sup>

Seja como for, as instituições de memória, por meio de políticas informacionais, selecionam na memória aquilo que se tornará “a História”, o discurso oficial. Neste processo, muito do que foi construído socialmente, inclusive pela oralidade, se perde. Na verdade, pode-se pressupor que a preocupação das autoridades com tais instituições produz, intencionalmente, uma política de segregação claramente definida, apartando alguns setores sociais de seus registros memoriais.

A crítica de Antônio Agenor Briquet de Lemos em relação à biblioteca neste sentido aplica-se também às demais instituições de memória. Nas palavras do autor:

Basicamente, tidas como repositórios de materiais impressos, tem-se uma visão mais adequada de sua função quando se encara a biblioteca sob a perspectiva cultural, como memória coletiva do grupo social e, por extensão, da própria humanidade, e da perspectiva de serviço público voltado para o fornecimento de informações / conhecimentos necessários para o exercício de atividades profissionais, e de meios que ensejem a fruição do saber e o prazer da leitura. (LEMOS, 2008, p. 101)

O autor, que distinguiu a tipologia das bibliotecas como nacionais, públicas, escolares, universitárias, especializadas e especiais (LEMOS, 2008, p. 107), também pontuou sua unidade em termos das atividades técnicas desenvolvidas em seu interior,

6 Percurso que foi acelerado com a pandemia de covid-19 no transcurso de 2020, o que promoveu o fechamento dos espaços físicos, apesar de ter exacerbado a necessidade de abertura das versões digitais guardadas nas instituições, sobretudo das bibliotecas.

divididas em três grandes grupos, a saber: os serviços de seleção e aquisição de materiais, o processamento técnico e o atendimento aos usuários (LEMOS, 2008, p. 112).

É exatamente no que tange ao primeiro grupo de serviços, isto é, a seleção e aquisição de materiais, mascarada como uma atividade puramente técnica, que se manifesta o papel dessas instituições de custodiar e produzir memória. O sentido do passado é, então, construído e expresso através dos documentos preservados. Tendo em vista que a memória<sup>7</sup> é objeto de luta política, as bibliotecas são espaços que formulam e decidem, intencionalmente, o que é digno de conservação para a posterioridade e o que pode ser relegado ao esquecimento – portanto, tem seu próprio discurso.

No âmbito dos arquivos, José Maria Jardim e Maria Odila Fonseca (2008, p. 126) destacaram a autenticidade, a naturalidade, a organicidade, a unicidade e a confiabilidade como características primordiais dos documentos arquivísticos, cuja cadeia informacional refere-se a três idades, quais sejam: a corrente, a intermediária e a permanente. De acordo com os autores (JARDIM; FONSECA, 2008, p. 127), a informação arquivística pode ser inserida na noção mais ampla de patrimônio histórico-cultural, o qual é construído pelo Estado a partir da constituição de identidade própria. Neste sentido, os autores explicam que

Os arquivos, as bibliotecas e os museus nacionais são produto da construção desse patrimônio que pressupõe valores, norteados de políticas públicas, a partir dos quais são atribuídos qualificativos a determinados registros documentais. (JARDIM; FONSECA, 2008, p. 127)

Assim como os centros de documentação elencados por Bellotto (2014), os museus foram lembrados por Jardim e Fonseca (2008) para apontar, especificamente, para a importância social dessas instituições ligadas ao universo da cultura material. Apesar da viabilidade de uma reflexão que aglutine todas essas instituições no sentido que o presente trabalho vem defender, isto é, seu papel político, nos detemos na análise apenas dos arquivos e das bibliotecas por questões de finalidade.

Nesta ordem, os registros documentais, no caso dos arquivos, também podem ser considerados suportes materiais de determinada memória, possuindo tanto valor de prova quanto valor informativo (JARDIM; FONSECA, 2008, p. 132). Para controlar as informações contidas nos documentos, as instituições arquivísticas

7 Para a definição de memória, adotamos o conceito de “memória coletiva” de Maurice Halbwachs (1990), que entende a determinação social sobre a constituição da memória dos indivíduos em relação com a sociedade como um todo. Neste interim é possível pensar acrescentar as contribuições de Michael Pollak (1992, p. 207) quando teoriza que: “Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é”.

submetem regularmente tais registros custodiados a processos de avaliação que também visam a seleção intencional. É, pois, através da construção de um patrimônio institucional que os arquivos participam politicamente, assim como as bibliotecas, da produção da memória social.

#### **4. Práticas discursivas de bibliotecas e arquivos**

São, pois, como práticas discursivas que as bibliotecas e os arquivos são analisados no presente trabalho. A opção por pensar em discursos não implica na rejeição de seu exame como dispositivos de poder, na perspectiva foucaultiana. Porém, a construção de dispositivos, na leitura de Foucault (2000), compõe um segundo momento. A partir do conjunto heterogêneo de instituições, discursos, organizações, decisões, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas e demais componentes, é possível alcançar o nível do dispositivo entendido como “a rede que se pode tecer entre estes elementos” (FOUCAULT, 2000, p. 244).

Nessa perspectiva, as práticas discursivas, assim como as não discursivas, contribuem para a formação de tais dispositivos, que, para Foucault (2000), não se resumem apenas às instâncias analíticas do poder, mas incluem o saber e a subjetivação. Apesar de apontar nesta direção, é preciso reconhecer que relacionar os discursos das bibliotecas e dos arquivos aos dispositivos que representam consta de outra etapa de análise que não cabe no presente artigo. Por isso, o exame circunscreve-se ao nível primário, qual seja, de uma primeira discussão acerca de bibliotecas e arquivos enquanto discursos.

Responsáveis pela fabricação de um discurso autorizado, arquivos e bibliotecas apoiam-se em registros materiais produzidos pela sociedade para auferir sentido a partir de determinadas perspectivas de passado ou mesmo de presente. A matéria-prima destas instituições, portanto, é o documento que, apesar das supracitadas diferenças entre o arquivístico e o biblioteconômico, tem em comum a legitimação, por meio da escrita, de determinadas memórias selecionadas num amplo escopo de produção documental.

O processo de transformação desses registros em memória construída faz parte do que Michel Foucault chamou de produção de um discurso. De acordo com o filósofo, o discurso pode ser entendido “em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita” (FOUCAULT, 1996, p. 7-8). Assim sendo, o discurso não é neutro, nem transparente, mas “aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p. 10).

Nesse sentido, o filósofo compreende o discurso como o próprio enunciado, procurando estudar seu sentido, sua forma, seu objeto e suas referências, ou como “séries regulares e distintas de acontecimentos” (FOUCAULT, 1996, p. 59). Seja como for,

para Foucault o discurso deve ser pensado como prática social, ainda que descontínua, num sentido muito próximo à análise de Michel Pêcheux.

A compreensão de Pêcheux (2009) sobre o discurso entende-o como prática de linguagem por meio da qual a ideologia se materializa. Segundo esse filósofo, os processos semânticos que perpassam a linguagem são determinados por conjunturas histórico-sociais, o que nos permite afirmar que o discurso é produto de uma sociedade, expressando, efetivamente, um posicionamento.

Com base no materialismo histórico e em autores como Marx, Engels e Althusser, Pêcheux analisa o funcionamento das ideologias pelo discurso, enfatizando a dimensão do indivíduo. Nas palavras do filósofo:

[...] diremos que os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes pelas formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes. (PÊCHEUX, 2009, p. 147)

Dessa maneira, na teoria do discurso de Pêcheux as sociedades são interpretadas como formações ideológicas no âmbito das quais o sujeito aparece como o autor determinado pelas posições sociais e históricas de sua realidade. Em última instância, o lugar de fala do indivíduo é sempre um lugar social, determinado temporal e espacialmente. Por isso, os discursos funcionam como efeitos de sentidos, expressando interpretações oriundas do lugar social daquele que fala.

Para Foucault, em certa medida, a produção de um discurso também não é individual, mas o filósofo está mais preocupado com o que ele chama de “princípio de inversão”, isto é, ao invés de estudar as representações por trás dos discursos, Foucault aponta para a importância dos discursos por trás das representações. Assim, o filósofo chega a uma percepção institucional do discurso<sup>8</sup>, como explica na passagem a seguir:

Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apóia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como a sociedade de sábios de outrora, os laboratórios de hoje em dia. (FOUCAULT, 1996, p. 17)

Nesses termos, longe de negar a existência de outros discursos, Foucault baseia sua análise na pressão e na coerção que a distribuição institucional do discurso tende

8 A leitura de Foucault a respeito dos discursos volta-se fundamentalmente para a supracitada questão das instituições sociais.

a exercer sobre os demais. De modo que a verdade perpetuada é tão somente um enunciado discursivo construído a partir de um aparato institucional que lhe confere autenticidade. Por isso, “o modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (FOUCAULT, 1996, p. 17) atravessa distintas instituições que produzem seus discursos legitimados socialmente.

Nesse sentido, o “princípio do autor” de Foucault se aproxima da teoria de Pêcheux, ao não perceber as proposições como fruto de iluminações individuais. Para Foucault (1996, p. 26),

O autor, não entendido, é claro, como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência.

Nesta linha de raciocínio, ao entender a prática discursiva como produção social, podemos pensar sobre o lugar de fala dos arquivos e das bibliotecas enquanto instituições que produzem discursos através de procedimentos de controle e delimitação dos registros. Trata-se dos chamados “serviços técnicos” ou “procedimentos internos” que, por meio de sucessivas operações de classificação, arranjo, descrição, catalogação, indexação, distribuição e muitas outras, selecionam o material digno de ser guardado.

É porque “nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis” (FOUCAULT, 1996, p. 37), nas palavras de Foucault, que é possível perceber os distintos sistemas de exclusão operados por meio do processamento técnico empregado pelos arquivos e pelas bibliotecas ao selecionarem os documentos a preservar. Para entender melhor a necessidade de controle sobre os discursos, recorreremos às palavras do filósofo:

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1996, p. 8-9)

Desta forma, percebemos que as instituições, ao produzirem seus discursos, trabalham com o “jogo ambíguo do segredo e da divulgação” (FOUCAULT, 1996, p. 40), de modo que analisar seu discurso não significa revelar um sentido próprio da instituição que se proponha universal, mas sim perceber suas escolhas e suas negligências como atuação consciente, não ingênua, de afirmação de sua posição no seio da sociedade. Nesse jogo da produção discursiva, então, muito além de signos, estão articuladas leituras, escrituras e trocas das mais diversas (FOUCAULT, 1996, p. 49).

Novamente, é preciso insistir na definição do conceito de discurso para Foucault, a fim de perceber o controle da produção discursiva efetuada pelas instituições. Nas palavras do filósofo:

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar a interioridade silenciosa da consciência de si. (FOUCAULT, 1996, p. 49)

Ao acreditar que arquivos e bibliotecas guardam a universalidade de registros fundamentais sobre o patrimônio cultural, estamos ignorando o fato que tais instituições exercem, por mecanismos próprios, procedimentos de controle, de que produzem, efetivamente, determinados discursos e de que a memória encontrada em seu interior passou, de fato, por um processo de construção.

Assim, baseando-se na compreensão da necessidade política de controlar os discursos, segundo Michel Foucault, é possível afirmar que biblioteca e arquivo são discursos. A chave para esta percepção de sua natureza discursiva encontra-se, desse modo, no papel político que ambas as instituições desempenham na seleção, no silêncio, no apagamento, na lembrança e na memória por meio da manipulação dos registros documentais.

Se uma das funções do discurso é impedir a liberdade de fala, podemos pensar o porquê da existência da vigilância destas instituições na produção de seus discursos de modo a tornarem-se porta-vozes do que pode ser considerado verdadeiro, legítimo e confiável. Em alguns momentos da História, a própria vigilância pode ser percebida como prática estatal, seja em Estados democráticos, seja em regimes ditatoriais, exercida por meio dos serviços de informação pelos quais perpassa determinada cultura do segredo, como bem trabalharam Suzeley Kalil Mathias e Fabiana de Oliveira Andrade em artigo que visa compreender o controle político estatal sobre a informação.

De toda maneira, os discursos são sempre institucionalmente controlados e o controle dos arquivos e das bibliotecas pode ser compreendido como atuação política. Por política, neste caso, estamos entendendo as ações conscientes e deliberadas que exercem alguma forma de poder. Nas palavras de Marilena Chauí, “usamos a palavra política para nos reportarmos a ações que envolvem poderes de decisão e se realizam nas formas institucionalizadas” (CHAUI, 2012, p. 430).

## 5. Políticas informacionais de profissionais da informação

De certa maneira, podemos pensar que todas as instituições que organizam a nossa sociedade são políticas, ocupando uma esfera primordial do poder que resolve as questões do conflito e das diferenças por meio da negociação e do espaço de diálogo. No caso do Brasil, em particular, as bibliotecas e os arquivos são, sobretudo, instituições públicas, geridas por políticas públicas.<sup>9</sup> Devemos pensar, pois, que a manipulação da memória social, operada nos interstícios de tais instituições, responde, objetivamente, a determinadas políticas informacionais, cuja vigência depende diretamente do governo em exercício.

Assim, os bibliotecários e os arquivistas são igualmente gestores de informação e profissionais habilitados no tratamento técnico da documentação, como também disseminadores/multiplicadores de conhecimento e ainda mediadores entre o universo da memória e os usuários. O papel do profissional da informação equivale a um exercício político, por mais que não falem esforços que tentem esvaziar essa dimensão do trabalho de bibliotecários e arquivistas em prol da ênfase na técnica.

No entanto, é no papel que o profissional da informação desenvolve como mediador que seu fazer social expressa sua postura política mais ilustre. Desta maneira, Michèle Petit (2013, p. 151) defende a importância do iniciador no universo livro, figura que, segundo a autora, pode ser desempenhada por um professor<sup>10</sup>, um bibliotecário ou um documentalista. Tal dimensão do trabalho do bibliotecário e do arquivista corresponde aos serviços mais propriamente voltados para o atendimento ao usuário.

Na concepção da autora, o gosto pela leitura não surge naturalmente. De forma que, sem um mediador entre o universo das letras e o do usuário, a biblioteca é esvaziada de sentido, torna-se um depósito, “letra morta se ninguém lhes der vida” (PETIT, 2013, p. 154). Nestes termos, o bibliotecário ou o arquivista são os profissionais capazes de dar vida a esses espaços. Em relação ao primeiro profissional, ênfase da análise da autora, Petit (2013, p. 167) explica: “E o mediador, o bibliotecário

9 Excetuando, dessa generalização, os casos de bibliotecas e arquivos da iniciativa privada.

10 O papel do professor como mediador e o discurso escolar, embora sejam pautas com riquíssimas matérias a serem discutidas, não se encontram entre os objetivos do presente trabalho. Contudo, é possível estabelecer breve consideração a respeito da educação seguindo os estudos de Foucault (1996), para quem “Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (FOUCAULT, 1996, p. 44). Logo, o ato de educar é também uma ação política, não isenta de interesses nem mesmo livre de contradições sociais. O lugar social do professor, assim como o do bibliotecário e do arquivista, não é neutralizado pelo ofício ou pela técnica, mas constituem, em última instância, espaços eminentemente políticos.

em particular, pode ser precisamente aquele que lhe dá uma oportunidade de alcançar uma nova etapa.”

O estudo de Petit está voltado basicamente para a atuação do bibliotecário ou do professor, mas é possível estender sua análise aos profissionais da informação de forma geral. Ao representarem a hospitalidade da instituição, bibliotecários e arquivistas podem abrir e aproximar estes espaços da sociedade, sendo os principais sujeitos habilitados para despertar o interesse e a curiosidade dos cidadãos por meio de uma relação pessoal. O que Petit (2013) defende, em última instância, é a personalização das instituições por meio dos profissionais da informação, que representam o arquivo e a biblioteca e que medeiam as relações de troca que ocorrem no interior de ambos.

Nesse sentido, a autora considera o papel do iniciador no mundo do livro e da leitura como função-chave na sociedade por propiciar ao leitor o acesso a universos culturais e históricos distintos e distantes. Por outro lado, menosprezar essa função pode significar a conversão de tais instituições em espaços de nivelamento, segregação ou “neutralização da identidade” (PETIT, 2013, p. 177). Desse modo, as bibliotecas e os arquivos tanto podem ser espaços abertos quanto podem significar ambientes de repressão, e o que determina esta nuance é a atuação, sempre política, de seus profissionais.

Embora reconheça que essas instituições estão atreladas a um projeto de cidade e de sociedade mais amplo, as quais, não raras vezes, exprimem processos múltiplos de segregação, Petit lembra que o bibliotecário incorpora o papel do mediador: “Trata-se, no fundo, de ser receptivo, de estar disponível para propor, para acompanhar o jovem usuário, procurar com ele, inventar com ele, para multiplicar as oportunidades de fazer descobertas, para que o jogo esteja aberto” (PETIT, 2013, p. 179).

Seja como for, partir da leitura de Foucault para pensar os discursos produzidos pelas instituições da biblioteca e do arquivo significa desnaturalizar uma atuação que é, ao fim e ao cabo, política. Da escolha entre o que será omitido ao que será divulgado, isto é, da seleção operada sempre de maneira intencional<sup>11</sup>, ainda que por distintos meios entre bibliotecários e arquivistas no fazer de suas profissões, as políticas informacionais se tornam mais evidentes.

Em defesa das funções político-culturais dos profissionais da informação que ocupam lugar estratégico na sociedade, Lídia Silva Freitas e Sandra Lúcia Rebel

11 Para “intencional”, não há atribuição de nenhuma carga negativa. No procedimento da presente análise, procura-se fugir de visões maquiavélicas que reduzem fenômenos deveras complexos. Por isso, “seleção intencional” refere-se a práticas deliberadas no fazer-se da profissão, cujas decisões de guarda ou segregação, divulgação ou omissão, exposição ou eliminação são sempre posicionamentos criteriosos tomados por profissionais da informação.

Gomes (2004, p. 1) problematizaram a relação dos bibliotecários, arquivistas, documentalistas e cientistas da informação com a memória social, entendida como construção coletiva no decorrer do processo histórico.

Ao discutir o que se torna memorável, as autoras apontam para o poder das instituições de memória, como arquivos e bibliotecas, de decidirem o que será lembrado e o que será esquecido, desde a seleção e a aquisição de documentos até a política de acesso e de divulgação da informação. É, pois, nesse aspecto que se encontra um dos grandes desafios do profissional da informação, segundo Freitas e Gomes (2004, p. 5): voltar-se para a recuperação, a organização, a disseminação e a preservação das culturas.

Ainda de acordo com Freitas e Gomes (2004, p. 4), historicamente o trabalho dos profissionais da informação oscilou entre ser um “guardião da memória registrada, profissional da História” e, posteriormente, ser um importante técnico responsável pela “recuperação e circulação dos saberes ‘socialmente relevantes’”, sempre atento às tecnologias de “otimização dos fluxos da informação administrativa”.

Hoje, a necessidade da “democratização da informação” (FREITAS; GOMES, 2004, p. 7) torna-se cada dia mais urgente na realidade presente e, nesse contexto, cresce a relevância social e política do profissional da informação. Para as autoras, compreender seu papel político-social sugere uma mudança de postura no trabalho de todo bibliotecário e arquivista, cujas atividades desloquem a ênfase no acervo enquanto conhecimentos institucionalizados restritos para lançar luz sobre o acesso – que, fundamentalmente, envolve interesses políticos de públicos diversos.

O deslocamento proposto pelas autoras só pode ser percebido se observada a apropriação que as elas fazem do conceito de Pierre Nora de “lugares de memória”<sup>12</sup> para pensar as instituições que vimos discutindo. No entanto, Freitas e Gomes (2004, p. 3-4) acabam por considerar que bibliotecas e arquivos seriam, na verdade, lugares de História, por custodiarem uma informação registrada, legitimada pela escrita, e não propriamente a memória veiculada pela oralidade. Assim, seriam

12 “Lugares de memória”, segundo o conceito originalmente elaborado por Pierre Nora (1993), se referem aos espaços simbólicos que a sociedade elege por sentirem, afetivamente, uma identificação coletiva. Portanto, são construídos para assegurarem a lembrança de acontecimentos passados que deram sentido àqueles lugares. A atribuição às bibliotecas, aos arquivos, aos museus e aos centros de documentação da designação de lugares de memória é uma apropriação feita por muitos pesquisadores da área da Ciência da Informação por considerarem a importância destas instituições como guardiãs da memória (FREITAS; GOMES, 2004). No entanto, a terminologia, neste caso, é passível de críticas, uma vez que o conceito foi pensado em termos das relações afetivas que os espaços evocam e sabe-se que, muitas vezes, o processo de construção destas instituições responde a interesses de outras ordens, não guardando relações significativas entre o espaço edificado e a sociedade.

espaços que institucionalizam discursos históricos do ponto de vista da versão oficial, a “vencedora” dos acontecimentos.

Desse modo, compreender que as instituições do arquivo e da biblioteca estão submetidas a um processo de progressiva “desvalorização ideológica e silenciamento político da memória” (FREITAS; GOMES, 2004, p. 5) movido por interesses diversos requer dos profissionais de informação a percepção de sua responsabilidade social seguida da mudança de sua postura política. Nas palavras das autoras: “As novas demandas de trabalho de *memória* e documentação devem ser analisadas e assimiladas por seus profissionais, incorporando as mudanças políticas e éticas que isso envolve” (FREITAS; GOMES, 2004, p. 6, destaque no original).

Nessa perspectiva, o profissional da informação deve desenvolver um trabalho dinâmico e criativo, capaz de preservar e divulgar as várias memórias sociais, registradas ou não, interagindo com a diversidade cultural e lidando com as informações circulantes na sociedade. Para as autoras, os centros de documentação de setores populares e de trabalhadores surgidos entre o final do século xx e o início do século xxi, por iniciativa dos sujeitos envolvidos com essas memórias, representam grande avanço na direção da preservação do patrimônio documental que registra a memória dos trabalhadores brasileiros.

A respeito da problemática dos limites entre a escrita e a oralidade, na análise de Freitas e Gomes (2004, p. 8) ela é resolvida a partir da compreensão de que os profissionais da informação trabalham, verdadeiramente, na lacuna entre a história e a memória. Isto porque, na visão delas, bibliotecários e arquivistas “recolhem o material relativo à memória dos grupos, das coletividades, organizam e disponibilizam este material, ou seja, os rastros escritos, falados ou impressos deixados para tais segmentos” (FREITAS; GOMES, 2004, p. 8).

## 6. Considerações finais

A partir do referencial teórico discutido, longe de pensar uma constituição natural das instituições do arquivo e da biblioteca, devemos encará-los como espaços permeados de contradições e como verdadeiro campo de lutas. O isomorfismo que permite a comparação de tais instituições a partir de suas similitudes, identificadas, sobretudo, a partir da categorização como instituições de memória, contrastou com a análise do discurso simbólico por elas emanado.

Foi na relação com o poder que a análise institucional se processou. Ademais, foi no nível dos discursos simbólicos que a análise cessou, não avançando, apesar de reconhecer tal abertura, na sua influência na constituição de tais instituições enquanto dispositivos de poder. Deste modo, práticas discursivas provenientes de bibliotecas e arquivos por meio de procedimentos de controle e delimitação de

registros da cultura material resultam de efetiva produção social monitorada por políticas informacionais vigentes.

Nesse sentido, os profissionais da informação precisam se conscientizar de seus lugares sociais e exercer conscientemente suas atividades, não mais escondidos por detrás de um discurso da técnica, que privilegia as operações com os registros documentais, mas percebendo o discurso histórico institucionalmente construído e propagado intencionalmente pelas bibliotecas e arquivos, em consequência do apagamento seletivo da memória.

Entre a omissão e a divulgação da informação contida nas instituições de memória, há variados graus de atividades que comportam o fazer do profissional da informação. Um fazer que nunca foi mecânico ou automático, como faz parecer o polêmico discurso da técnica. Ainda que seja aparentemente voluntária, a seleção é sempre deliberada, pois regida por critérios definidos pelas próprias políticas informacionais produzidas pelas instituições em que os profissionais estão inseridos.

Destarte, perceber os discursos produzidos pelas bibliotecas e pelos arquivos implica em revelar os interesses políticos e as políticas informacionais presentes na formação e manutenção de tais acervos. Seja na atuação como mediadores, ao desempenharem a função de iniciadores de livros, proposta por Petit, seja na atividade de promoção do registro, abrindo as instituições para as memórias que não obtiveram, ao longo da História, espaço suficientemente reconhecido, como defendem Freitas e Gomes, percebemos que o trabalho do profissional da informação é muito mais intelectual que, a princípio, o discurso social permite perceber.

Portanto, apontamos para a importância de se refletir sobre o trabalho informacional desenvolvido por bibliotecários e arquivistas na esteira de um exercício profissional eminentemente político, do qual depende, em última análise, a garantia do direito à cultura e à informação para muitos setores sociais. Assim, ao manipular os registros da memória, vemos que o lugar do profissional da informação na sociedade é mesmo um lugar de poder.

## Referências

- BELLOTTI, Heloísa L. “Arquivos, bibliotecas e centros de documentação, da convergência de objetivos à diversidade da documentação e do processamento técnico”. In: \_\_\_\_\_. *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte, UFMG, 2014. p. 24-37.
- CARVALHO, Cristina Amélia; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. “Contribuições da perspectiva institucional para a análise das Organizações: possibilidades teóricas, empíricas e de aplicação”. In: \_\_\_\_\_. *Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional*. Recife, Edufepe, 2003. p. 21-38.

- CHAUI, Marilena. "A vida política". In: \_\_\_\_\_. *Convite à filosofia*. 14. ed. São Paulo, Ática, 2012. p. 430-442.
- FERREIRA, Marcelo Santana. "Polissemia do conceito de instituição: diálogos entre Goffman e Foucault". *Ecos (Estudos Contemporâneos de Subjetividade)*, v. 2, n. 1, p. 74-86, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3. ed. São Paulo, Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. "Sobre a *História da sexualidade*". In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 2000. p. 243-270.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 2012.
- FREITAS, Lídia S. de; GOMES, Sandra L. R. "Quem decide o que é memorável? A memória dos setores populares e os profissionais da informação". FÓRUM SOCIAL DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA, Buenos Aires, 2004. *Anais...* Buenos Aires, 26-28 ago. 2004. Disponível em: <<http://www.inforosocial.org/ponencias/eje05/25.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2017.
- GIDDENS, Anthony. *Central problems in social theory. Action, Structure and Contradiction in Social Analysis*. Berkeley/Los Angeles, University of California Press, 1979.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, Perspectiva, 2008.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.
- HUGHES, Everett C. "The ecological aspect of institutions". *American Sociological Review*, v. 1, n. 2, p. 180-189, Apr. 1936.
- HUGHES, Everett C. "The Study of Institutions". *Social Forces*, v. 20, n. 3, p. 307-310, Mar. 1942.
- JARDIM, José Maria, FONSECA, Maria Odila. Arquivos. In: CAMPELO, Bernadete Santos, CALDEIRA, Paulo da Terra (org.). *Introdução às fontes de informação*. Belo Horizonte, Autêntica, 2008. p. 121-140.
- LE GOFF, Jacques. "Documento/monumento". In: FONSECA, Thaís N. L. (org.). *História e Memória*. 5. ed. Campinas, Editora da UNICAMP, 2003. p. 525-541.
- LEMONS, Antônio Agenor Briquet de. "Bibliotecas". In: CAMPELO, Bernadete Santos, CALDEIRA, Paulo da Terra (org.). *Introdução às fontes de informação*. Belo Horizonte, Autêntica, 2008. p. 101-120.
- MATHIAS, Suzeley Kalil; ANDRADE, Fabiana de Oliveira. "O Serviço de Informações e a cultura do segredo". *Vária História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 537-554, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n48/04.pdf>> Acesso em: 27 nov. 2017.
- NORA, Pierre. "Entre memória e história: a problemática dos lugares". *Projeto História; Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- PÊCHEUX, Michel. "Ler o arquivo hoje". In: ORLANDI, Eni P. *Gestos de Leitura: da história do discurso*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1994. (Repertórios) p. 55-66.

- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi [et al.]. 4. ed. Campinas, Editora da Unicamp, 2009.
- PETIT, Michèle. “O papel do mediador”. In: *Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva*. Trad. Celina Olga de Souza. 2. ed. São Paulo, Editora 34, 2013. p. 103-146.
- POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, FGV, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. 2. ed. rev. ampl. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2002.
- VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; MISOCZKY, Maria Ceci. “Instituições de poder: explorando a possibilidade de transferências conceituais”. In: CARVALHO, Cristina Amélia Pereira de; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão (orgs.). *Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do Observatório Organizacional*. Recife, Edufepe, 2003. p. 39-57.

## Manipulação da informação: as ações de poder em 1984

*Information Handling: the Actions of Power in 1984*

**Alan da Costa Amorim** | alanamorim@id.uff.br

Graduando em Arquivologia pela UFF

**Resumo** Este artigo analisa *1984*, romance distópico de George Orwell, em duas perspectivas que se tornam únicas ao final: a percepção de poder, especialmente do Estado, de acordo com Marx (2010), Engels (2010), Weber (2011) e Foucault (1979), e como as mesmas dialogam (ou não) com as camadas sociais; e, por fim, assimila a ideia de poder já proposta com a importância da informação (seja ela manipulada ou de total acesso). No primeiro ponto serão trazidas as análises de poder tais quais a ideia dos oprimidos assumindo o aparelho estatal, a existência de um Estado soberano e com legitimidade do uso da força e as relações dos indivíduos

no que tange o poder através de imensas camadas e do uso da disciplina. No segundo momento, elementos como a manipulação da história, a criação de uma nova língua e a subversão da razão estão ligados intrinsecamente ao poder que a detenção da informação oferece. Todas essas análises dialogam paralelamente com os aspectos da obra de George Orwell e apontam que o direcionamento para toda ordem de poder provém da informação, sendo ela acessível ou manipulada.

**Palavras-chave** informação; manipulação da informação; poder; *1984*; Estado

**Abstract** This article analyzes *1984*, a dystopian novel by George Orwell, in two perspectives that become unique at the end: the perception of power, especially of the State, according to Marx (2010), Engels (2010), Weber (2011) and Foucault (1979), and how they dialogue (or not) with social strata; and, finally, assimilates the idea of power already proposed with the importance of information (whether manipulated or full access). In the first point, power analyzes such as the idea of the oppressed assuming the state apparatus, the existence of a sovereign state with legitimacy for the use of force and the

relationships of individuals with respect to power through immense layers and use of the discipline. In the second moment, elements such as the manipulation of history, the creation of a new language and the subversion of reason are intrinsically linked to the power that the possession of information offers. All of these analyzes dialogue in parallel with aspects of George Orwell's work and point out that the direction for any order of power comes from information, whether it is accessible or manipulated.

**Keywords** information; manipulation of information; power; 1984; State

## 1. Introdução

Qual é o limite de acesso à informação para a sociedade? Quem é que regula as diretrizes de poder e diz o que pode e o que não pode ser acessado? Afinal, o que é poder? Esse presente artigo tem a intenção de analisar o contexto de acesso e manipulação da informação e as características presentes dentro da construção do mecanismo de poder dentro da obra 1984, de George Orwell.

A distopia escrita em 1949 traz uma sociedade pós-guerra em que são observadas nuances ilusórias de calma, de grande ascensão socioeconômica e uma falsa noção de paz. Na verdade, sob essa aparência plácida atuam mecanismos de controle do agir e do falar e de perseguição aos que forem contra o governo estabelecido.

Nessa perspectiva, acompanhamos Winston, protagonista do romance que trabalha no Departamento de Registros, e todo seu processo de insatisfação e revolta com o *status quo* ao qual está inserido. O personagem se pergunta, no decorrer da história, se existe uma forma de superar as barreiras impostas pelo sistema, numa busca incessante de encontrar aliados na luta contra o totalitarismo que se instaurou em seu país.

Esse totalitarismo se manifesta em aspectos físicos e em outros inventados pelo Estado. As onipresentes “teletelas” e a Polícia do Pensamento são mecanismos de vigiar e punir os cidadãos, de difundir as ideias do “Grande Irmão” (Big Brother) e de promover o apagamento de registros, regendo o controle para o bom funcionamento social.

Considerando essas características descritas pelo romance, para analisá-lo recorreremos às perspectivas de Michel Foucault (1979), Karl Marx (2010), Friedrich Engels (2010) e Max Weber (2011) sobre o poder e sobre como essa sociedade está ligada paralelamente ao que foi pensado. Ademais, essas concepções vão se entrelaçar com questionamentos a respeito do acesso à informação, da manipulação da informação e das relações que podem ser estabelecidas entre informação e poder.

## 2. Concepções de poder

### 2.1. Karl Marx e Friedrich Engels

Para Marx e Engels (2010), as relações de poder respondem à luta de classes, na qual tudo que é produzido deve voltar integralmente a quem produziu, ou seja, ao proletariado. Durante toda história, houve lutas de classes em que a dialética “opressores *versus* oprimidos” se configurou e esteve sempre presente diante do que era produzido. Fosse na relação entre homens livres e escravos, senhores feudais e servos ou, na concepção mais moderna, proletariado e burguesia. Esta última ascende devido

à grande multiplicação de manufaturas e com o advento das grandes indústrias, possibilitando uma ascensão social de quem antes se configurava como coadjuvante. Apenas os nomes/conceitos mudaram – as relações, não.

Na mesma medida em que a burguesia, isto é, o capital, desenvolve-se, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos modernos operários, os quais só subsistem enquanto encontram trabalho, e só encontram trabalho enquanto o seu trabalho aumenta o capital. Esses operários, que têm de se vender um a um, são uma mercadoria como qualquer outro artigo de comércio e, por isso, igualmente expostos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as oscilações do mercado. (MARX; ENGELS; 2010, p. 62)

Como forma de combater essa opressão, Marx e Engels sugerem a derrocada da burguesia e que o proletariado tome os meios de produção, a fim de que possa ter todo o controle daquilo que é produzido e usufruir dessa produção.

Dentro da perspectiva de 1984, a ideia inicial se assemelha muito à proposta de Marx e Engels (2010), quando Winston descobre, ao ler a obra oferecida a ele por O'Brien, intitulada *Teoria e prática do coletivismo oligárquico*, que

Num mundo em que todos trabalhassem pouco, tivessem bastante que comer, morassem numa casa com banheiro e refrigerador, e possuíssem automóvel ou mesmo avião, desaparecia a mais flagelante e talvez mais importante forma de desigualdade. Generalizando-se, a riqueza não conferiria distinção. Era possível, sem dúvida, imaginar uma sociedade em que a *riqueza*, no sentido de posse pessoal de bens e luxos, fosse igualmente distribuída, ficando o *poder* nas mãos de uma pequena casta privilegiada. (ORWELL, 1984, p. 178)

A princípio, a ideia da revolução que transformou a sociedade no contexto da obra era seguir basicamente as ideias propostas no *Manifesto comunista*. As relações de poder entre oprimidos e opressores iriam sucumbir.

## 2.2. Max Weber

O poder, na visão de Weber, se dá principalmente na existência de um Estado e que ele deve ser soberano perante a sociedade, ditando as regras para o seu bom funcionamento. É pautada nesse conceito de Weber que a sociedade de 1984 se encontra desde o seu início. Existem três grandes Estados que vivem em guerra para garantir não apenas a soberania, mas também para impor, às suas respectivas populações, a falsa sensação de segurança e estabilidade. O Estado, na sociedade em que Winston está inserido, é controlado pela figura carismática, protetora e zeladora da paz do

Grande Irmão. Cabe, pois, adentrar mais profundamente nos mecanismos ideológicos do Estado, segundo Weber (2010), e correlacioná-los com a distopia.

“Todo Estado se funda na força”, disse um dia Trotsky a Brest-Litovsk. E isso é verdade. Se só existissem estruturas sociais de que a violência estivesse ausente, o conceito de Estado teria também desaparecido e apenas subsistiria o que, no sentido próprio da palavra, se denomina “anarquia”. A violência não é, evidentemente, o único instrumento de que se vale o Estado – não haja a respeito qualquer dúvida –, mas é seu instrumento específico. [...] Em todos os tempos, os agrupamentos políticos mais diversos – a começar pela família – recorreram à violência física, tendo-a como instrumento normal de poder. [...], entretanto, devemos conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território – a noção de território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado – reivindica o *monopólio do uso legítimo da violência física*. [...] o Estado se transforma, portanto, na única fonte de direito à violência. (WEBER, 2011, p. 56, destaque no original)

Dentro da nuance de violência e da justificativa do Estado para poder usá-la encontram-se dois elementos responsáveis por esse papel: as teletelas, que recebiam e transmitiam qualquer barulho, por mais baixo que fosse, e também com a característica de filmar todo campo de visão. O outro elemento é a Polícia do Pensamento, instituição que se assemelha muito à polícia da nossa realidade.

A Polícia do Pensamento é responsável por deter todos aqueles que pensarem ou gesticularem contra o Partido. A esse crime de expressar opiniões contrárias chama-se *crimideia*. Juntos, esses dois elementos criam um mecanismo único para a manutenção do bem-estar social, ou seja, eles contribuem significativamente com o vigiar (teletelas) e punir (Polícia do Pensamento). Essa é a percepção sentida por Winston ao começar a escrever o seu diário contra o Partido e o Grande Irmão. Ao mesmo tempo, ele convive com o medo de que em algum momento suas intenções e seus pensamentos seriam descobertos e, por fim, mais cedo ou mais tarde, punidos.

A Polícia do Pensamento o apanharia do mesmo modo. Cometera – e teria cometido, nem que não levasse a pena ao papel – o crime essencial, que em si continha todos os outros. Crimidéia, chamava-se. O crimidéia não era coisa que pudesse ocultar. Podia-se escapar com êxito algum tempo, anos até, porém mais cedo ou mais tarde pegavam o criminoso. (ORWELL, 1984, p. 22)

Vale ressaltar que, assim como Weber afirmou anteriormente, existiam outros mecanismos ideológicos dentro do Estado totalitário (existe um Estado, mesmo que não na concepção de Weber, mas que, de certo modo, utiliza-se de algumas

características dentro dessa linha de raciocínio). No romance 1984, a família, ou pelo menos sua definição, também usa da vigilância do Estado, afiliando as crianças a “ligas” e os jovens aos ideais do Partido e, de certa forma, manipulando-os de forma a denunciar todo e qualquer ato contra o regime, mesmo se cometidos pelos pais.

Quase todas as crianças eram horríveis. O pior de tudo é que, com auxílio das organizações tais como os Espiões, eram sistematicamente transformadas em pequenos selvagens incontroláveis, e no entanto nelas não se produzia qualquer tendência de se rebelar contra a disciplina do Partido. Ao contrário, adoravam o Partido, e tudo quanto tinha ligação a ele. As canções, as procissões, as bandeiras, as caminhadas, a ordem unida com fuzis de madeira, berrar palavras de ordem, adorar o Grande Irmão [...] Toda sua ferocidade era posta pra fora, dirigida contra os inimigos do Estado, contra os forasteiros, traidores, sabotadores, ideocriminosos. Era quase normal que as pessoas de mais de trinta tivessem medo dos filhos. (ORWELL, 1984, p. 27)

Ademais, toda forma de poder era controlada pelo Estado, que se tornara responsável por manipular toda a população e minar todos aqueles considerados inimigos do Partido. Um total autocontrole de sua população, que, segundo Weber (2010), é o papel do Estado.

### *2.3. Michel Foucault*

Diferentemente das concepções anteriores, para Foucault (1979) o Estado tem sua parcela de responsabilidade na detenção de poder, mas é dentro das relações individuais que se montam as noções de poder. O Estado está apenas ali como estrutura, mas quem dirige o Estado, legisla, cria parâmetros de direitos e deveres são as pessoas. O poder é uma prática social que está em constante transformação.

Para além disso, ressaltam-se dentro dessas relações, promovidas por instituições como família, escola, presídios, a marca da disciplina como expoente. É por meio da disciplina que se mantém a ordem social, algo que se traduz na autoridade.

Trata-se [...] de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações [...] captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam [...]. Em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício. (FOUCAULT, 1979, p. 182)

Como reflexos dessa questão disciplinar e das relações de poder praticadas pelos sujeitos nas mais diversas camadas sociais, Foucault (1979) chama a atenção para os

locais considerados de invisibilidade, nos quais os indivíduos são excluídos do resto da sociedade. Ou seja, essas relações também estão atribuídas e interligadas ao uso da linguagem como mera detentora da verdade:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade, isto é, os tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdadeiros..., os meios pelo qual cada um deles é sancionado, as técnicas e procedimentos valorizados na aquisição da verdade; o status daqueles que estão encarregados de dizer o que conta como verdadeiro. (FOUCAULT, 1979, p. 12)

Assim como para Foucault (1979), na sociedade de 1984 há uma produção da verdade que tem como principais discursos a exclusão de registros contra o Partido, a anulação dos fatos históricos (ao ponto de compreender a História somente a partir da guerra), a criação de um novo idioma (a *novilíngua*) e a exaltação do Grande Irmão como soberano e salvador do povo. Essas ações são distribuídas e executadas por ministérios um tanto quanto paradoxais, mas que mesmo assim contribuem para propagar a produção desse discurso tido e havido como “verdade”.

Eram as sedes dos quatro Ministérios que entre si dividiam todas as funções do governo: o Ministério da Verdade, que se ocupava das notícias, diversões, instrução e belas-artes; o Ministério da Paz, que se ocupava da guerra; o Ministério do Amor, que mantinha a lei e a ordem, e o Ministério da Fartura, que acudia às atividades econômicas. Seus nomes, em Novilíngua: Miniver, Minipaz, Miniamo e Minifarto. (ORWELL, 1984, p. 10)

Cabe, portanto, adentrar em como esses ministérios corroboram para a manipulação da informação dentro da obra. Cada qual com um papel específico, que fecham em si todo o domínio da verdade, da história e, acima de tudo, do controle social.

### 3. Manipulação da informação

Não se pode desconsiderar que as três concepções de poder apresentadas inicialmente estão, de uma maneira ou de outra, inseridas dentro da obra. Mas em toda forma que esse Estado atingiu, o mecanismo utilizado foi o mesmo.

Seja na concepção de poder em Marx e Engels, em Weber ou em Foucault, o que se concebe dentro da Oceania (nome do país em que se passa a narrativa) é o poder transfigurado em um aspecto e que, através dele, é disseminado para toda sociedade: a manipulação da informação. Não se trata apenas de totalitarismo ou de exercer o poder sobre um povo, é preciso analisar o modo como isso é feito para atingir o que está estabelecido.

Dessa forma, a mídia, ao participar da esfera pública como “prestadora de serviços”, isto é, como entidades de “comunicação social”, teria uma função imprescindível nas democracias: informar sobre os acontecimentos levando às pessoas uma gama de dados que, sem esse serviço, não teria condição de conhecer outras realidades que não as vivenciadas ou relatadas por pessoas próximas. Mais importante, os órgãos da mídia fariam a fiscalização do Estado, exercendo assim a forma mais bem acabada de “controle social”: em relação ao dinheiro público, às ações públicas, numa palavra, aos negócios públicos. (FONSECA, 2011, p. 42)

Em 1984, o exercício do poder através da manipulação da informação se dá por três vias, baseadas nos princípios sagrados do Ingsoc (o partido e a ideologia que dominam Oceania): a) *novilíngua*; b) *duplipensar*; c) e a mutabilidade do passado (ORWELL, 1984).

Evidentemente, existem outras maneiras de se adulterar a informação, mas a atenção é chamada para esses três elementos justamente porque formam a base do Estado totalitário. Esses três se transformam em apenas um, tornando-se praticamente confundíveis e lados de um mesmo triângulo. Isso porque, a partir do momento que se reduz uma língua, ela passa a ter menos palavras de críticas e pode ser facilmente manipulada para conter palavras que apenas contemplem aquilo que for de interesse da ideologia dominante. Ou também subverter a própria lógica dentro da lógica (o que, no caso, vem a ser o duplipensar), fazendo com que haja uma manobra intelectual dentro do sujeito, subvertendo questões e até mesmo a realidade na qual ele se encontra. Quanto a isso,

O totalitarismo não se contenta em afirmar, apesar de provar em contrário, que o desemprego não existe; elimina de sua propaganda qualquer menção sobre os benefícios para os desempregados. Igualmente importante é o fato de que a recusa em reconhecer o desemprego corrobora – embora de modo inesperado – a velha doutrina socialista de que quem não trabalha não come. Ou, para citar outro exemplo, quando Stalin decidiu reescrever a história da Revolução Russa, a propaganda da sua nova versão consistiu em destruir, juntamente com os livros e documentos, os seus autores e leitores: a publicação, em 1938, da nova história oficial do Partido Comunista assinalou o fim do superexpurgo que havia dizimado toda uma geração de intelectuais soviéticos. (ARENDR, 1989, p. 390-391)

Junte-se esse controle da memória, a criação de uma nova língua, totalmente reduzida, e some-as ao apagamento de registros, à distorção da História, e ter-se-á manipulação da informação.

E se todos os outros aceitassem a mentira imposta pelo Partido – se todos os anais dissessem a mesma coisa – então a mentira se transformava em história, em verdade. “Quem controla o passado”, dizia o lema do Partido, “controla o futuro; quem controla o presente, controla o passado”. E no entanto o passado, conquanto de natureza alterável, nunca fora alterado. O que agora era verdade era verdade do sempre ao sempre. Era bem simples. Bastava apenas uma série infinda de vitórias sobre a memória. “Controle da realidade”, chamava-se. Ou, em Novilíngua, “duplipensar”. [...] O passado, refletiu, não apenas fora alterado, fora efetivamente destruído. [...] Nunca havia prova. (ORWELL, 1984, p. 36-37)

E como alterar o passado? Como destruí-lo? Além do controle da realidade e da criação nova forma de comunicar, existe um elemento que faz com que toda realidade tenha sentido: os registros. Como forma de poder e de controle, os registros eram alterados conforme o Partido achava conveniente e repassava ao Departamento de Registros do Ministério da Verdade, no qual Winston trabalhava, para realizar as adulterações. Era assim a construção de um jornal, um mecanismo midiático além das teletelas que contribuíam com o objetivo final. Jessé Souza (2019), em *A elite do atraso*, credita à mídia grande papel direcionador das ideias do governo, sejam elas favoráveis ou contrárias.

Ninguém na mídia cria nenhuma ideia. Falo aqui, obviamente, de ideias-força, aquele tipo de pensamento que conduz uma sociedade em um sentido ou em outro e é restrito a intelectuais e especialistas treinados. A mídia retira seu poder de fogo desse reservatório de ideias dominantes e consagradas [...] Daí que seja fundamental perceber como as ideias são criadas e qual o seu papel específico na forma como a sociedade vai definir seu caminho específico. Não apenas a mídia, mas também os indivíduos e as classes sociais vão definir sua ação prática, que tenham ou não consciência disso, a partir desse mesmo repositório de ideias. [...] Afinal, são essas ideias que irão esclarecer os indivíduos e as classes sociais acerca de seus objetivos, interesses e conflitos. [...] Por conta disso, quem controla a produção das ideias dominantes controla o mundo. E também por isso, as ideias dominantes são sempre produto das elites dominantes. É necessário, para quem domina e quer continuar dominando, se apropriar da produção de ideias para interpretar e justificar tudo que acontece de acordo com os seus interesses. (SOUZA, 2019, p. 25-26)

É nessa perspectiva de ideias dominantes que o controle da informação se dá na obra de Orwell. Esses fundamentos não se baseiam apenas na propagação, mas sim na criação e na manutenção desses ideais. O Grande Irmão, junto com o IngSoc e suas características, ilustram exatamente a posição de Jessé de Souza (2019). No

caso da Oceania, todo trabalho midiático da disseminação da informação deveria obrigatoriamente atender as necessidades do momento e, acima de tudo, enaltecer o governo do Grande Irmão.

As mensagens recebidas, referiam-se a artigos ou notícias que, por um motivo ou outro, deviam ser alterados ou, como se dizia oficialmente, retificados. [...] Daí com um movimento tão inconsciente quanto possível, amassou o recado original e as notas que havia feito, e atirou-as no buraco da memória, para o pasto de chamas. [...] jamais continuava no arquivo uma notícia, artigo ou opinião que entrasse em conflitos com as necessidades do momento. Toda história era um palimpsesto<sup>1</sup>, raspado e reescrito tantas vezes quanto fosse necessário. (ORWELL, 1984, p. 40-41)

Para a continuação da manipulação da informação é importante deixar registrado que não apenas questões históricas são alteradas, mas também as falsas sensações de que está tudo sob controle e de que há fartura material. Mecanismos como a criação de Loteria, a fim de ludibriar as proles (parcela de 85% da população que ficava aquém e restrita aos bairros mais pobres), a regulação da vida sexual e definição de família (com finalidade apenas de procriar e servir ao Partido) e o insistente discurso de uma guerra a ser combatida e vencida também concorrem para que todo o redor do Partido e do Grande Irmão ganhe relevância, possibilitando um grau enorme de corrupção dentro da casta política.

O ideal criado pelo Partido era enorme, terrível, luzidio – um mundo de aço e concreto, de monstruosas máquinas e armas aterrorizantes – uma nação de guerreiros e fanáticos, marchando avante em perfeita unidade, todos tendo os mesmos pensamentos e gritando as mesmas divisas – trezentos milhões com a mesma cara – trabalhando perpetuamente, lutando, triunfando, perseguindo. A realidade eram cidades caindo em ruínas, escuras, onde o populacho subnutrido perambulava com sapatos furados, vivendo em remendadas casas do século dezenove que sempre cheiravam a repolho e latrinas de mau funcionamento. (ORWELL, 1984, p. 73)

Tal corrupção não se dava apenas nas questões econômicas e para a produção da guerra, mas cerceava comportamentos dentro das camadas superiores do Partido: seu discurso deve ser obedecido por todos, mas internamente alguns poucos usufruíam de regalia, burlando o sistema. É o que se pode verificar num dos diálogos

1 Papiro ou pergaminho cujo texto primitivo foi raspado para dar lugar a outro.

entre O'Brien (membro importante do Partido), Winston e Júlia (sua namorada) a respeito das teletelas.

Quando O'Brien passou pela teletela, um pensamento pareceu-lhe vir à mente. Deteve-se, voltou-se e apertou um comutador na parede. Houve um estalido seco e a voz parou.

Júlia soltou uma pequena exclamação, uma espécie de guincho de surpresa. Mesmo em meio ao seu pânico, Winston ficou tão admirado que não pôde deixar de exclamar:

— Desligou a teletela!

— Sim — Disse O'Brien — desliguei. Nós temos esse privilégio. (ORWELL, 1984, p. 159-160)

Ademais, a manipulação da informação é uma forma de demonstrar poder. E mais do que isso, aquele que o detém é o direcionador no sentido de quem irá ou não obedecer e quais são as consequências. Mais do que uma questão de poder no sentido político da palavra, aquele que o detém só o detém por causa dos recursos sociais e econômicos a ele favorecidos. Seja com o discurso, seja com a história e a decisão de alterá-la, seja com o controle da ciência e da guerra como parâmetros que amparam esse poder.

#### **4. Considerações finais**

Mais do que o Estado possuir seus inimigos (in)visíveis, a legitimidade do território, o uso de aparelhos ideológicos ou a utilização de métodos coercitivos, antes de tudo isso, a manipulação da informação é a engrenagem de todo poder estabelecido na obra 1984. É só através dela que o passado é alterado, que a lógica é subvertida e que a comunicação se torna mais rasa.

Embora um revolucionário (ou, no mínimo, um revoltado) contra o Partido, Winston integrando essa engrenagem de poder. As alterações exercidas por ele dentro do Departamento de Registro eram fundamentais para legitimar o discurso do Grande Irmão: “Guerra é Paz! Liberdade é Escravidão! Ignorância é Força!”. Não propositalmente, tornou-se impossível para o personagem deslocar as barreiras do sistema, o que mostra que, por mais que ele tentasse, no decorrer da obra, desmascarar o Grande Irmão, no fim, a informação já havia sido disseminada e ele se tornou apenas mais uma vítima contrariada. Até mesmo o poder do vigiar (teletelas) e punir (Polícia do Pensamento) perpassavam a informação. Afinal, o que é a crimideia se não uma modo de produzir informação contra o Partido?

Cabe, portanto, compreender a importância da informação para a sociedade e perceber que ela pode ser muito mais potente, dependendo de quem a está usando.

### Referências

- ARENDRT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- FONSECA, Francisco. “Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 6, p. 41-69, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n6/n6a03.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2019.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. Trad. Marcus Mazzari. São Paulo, Hedra, 2010. 114 p.
- ORWELL, George. *1984*. Trad. Wilson Velloso. 17. ed. São Paulo, Nacional, 1984. 277 p.
- SOUZA, Jessé. *A elite do atraso*. Rio de Janeiro, Estação Brasil, 2019. 271 p.
- WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. Trad. Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 18. ed. São Paulo, Cultrix, 2011.

**resenha**



## **SIBILIA, Paula. *O show do eu: a intimidade como espetáculo***

2. ed. Rio de Janeiro, Contraponto, 2016

**Gabriela Celestino Fontenele** | gabrielafontenele@id.uff.br

Graduada em Arquivologia pela UFF

“Como alguém se torna o que é?” Com tal indagação do renomado filósofo Friedrich Nietzsche, Paula Sibilia inicia a sua obra, originalmente uma tese de doutorado. Em *O show do eu: a intimidade como espetáculo*, Sibilia ressalta como a população foi se tornando, aos poucos, refém da internet – sendo possível relacioná-la diretamente ao planejamento do capitalismo e a maneira como dominaria o mundo, já previsto por Karl Marx em *O capital*, obra na qual percebeu a capacidade do sistema capitalista gerar alienação e necessidades falsas. Curiosamente, todas essas “necessidades” capitalistas começaram a atingir não só as classes mais altas, mas também as classes menos favorecidas, como *eu* e *você*, destacados pela autora. “A necessidade de um escoamento sempre mais extenso para os seus produtos persegue a burguesia por todo o globo terrestre. Tem de se implantar em toda a parte, instalar-se em toda a parte, estabelecer contatos em toda a parte”, segundo Karl Marx e Friedrich Engels no *Manifesto comunista*, em 1848 (MARX & ENGELS, s/d, s/p).

Em sua obra, Sibilia propõe uma infinidade de “eus” aos quais estamos submetidos: o eu *narrador*, trazendo a vida como relato; o eu *privado*, gerando declínio do homem público; o eu *visível* e o eclipse da interioridade; o eu *atual* e a subjetividade instantânea; o eu *autor* e o culto à personalidade; o eu *real* e os abalos da ficção; o eu *personagem* e o pânico da solidão e, enfim, o eu *espetacular* e a gestão de si mesmo como marca. Como diz a autora, gerou-se “um verdadeiro festival de ‘vidas privadas’, que se oferecem despidamente aos olhares do mundo inteiro; basta apenas um clique do mouse. E, de fato, todos nós costumamos dar esse clique” (SIBILIA, 2016, quarta capa).

Sigmund Freud, médico neurologista conhecido como pai da psicanálise, acreditava que “o inconsciente é a verdadeira realidade psíquica”:

O inconsciente é um dos conceitos mais intrigantes da psicologia. Parece conter todas as nossas experiências acerca da realidade, mas também fora da nossa percepção e controle. É o espaço em que armazenamos todas as nossas memórias, pensamentos e sentimentos. (FREUD *apud* EDITORA GLOBO, 2013, p. 93)

O que ocorre quando tornamos esse inconsciente público? A autora conta, no *Show do eu* (2016):

Além de constituir um requisito básico para desenvolver o *eu*, o ambiente privado também era o cenário onde transcorria a intimidade. E era precisamente nesses espaços onde se engendravam, em pleno auge da cultura burguesa, os relatos de si. Pois, além de pertencerem aos gêneros autobiográficos, as cartas e os diários tradicionais são escritas íntimas. [...] Mas algo parece estar mudando também nesse terreno: a curiosidade despertada pela vida cotidiana das pessoas consideradas comuns tem aumentado muito nos últimos anos, fazendo com que esses depoimentos pessoais sejam cada vez mais valorizados em certas regiões do saber, que neles se debruçam à procura de preciosos tesouros de sentido. (SIBILIA, 2016, p. 86-87)

É cada vez mais comum pessoas – de todas as classes sociais – exporem suas vidas em redes sociais – seja por distração, solidão ou até mesmo numa tentativa falha de alimentar o que pode ser denominado de “ego”. Assim, em sua obra, Sibilial indaga:

Será que estamos sofrendo um surto de megalomania consentida ou até mesmo estimulada? Ou, ao contrário, nossa cultura foi tomada por uma repentina onda de extrema humildade, isenta de maiores ambições, uma modesta reivindicação de todos nós e de qualquer um? O que implica esse súbito resgate do pequeno e do ordinário, do cotidiano das pessoas comuns? Além de admitir o fato consumado e em evidente crescimento, não é fácil compreender para onde aponta essa tendência ainda um tanto estranha. Através de uma incitação permanente à criatividade pessoal, à excentricidade e à procura constante da diferença, não cessam de ser projetadas cópias e mais cópias descartáveis do mesmo. Mas o que significa essa repentina exaltação do banal, essa espécie de reconforto na constatação da mediocridade própria e alheia? (SIBILIA, 2016, p. 16)

E ela mesma responde:

As escritas desse tipo, íntimas e confessionais, exigem – ou, pelo menos, exigiam – a solidão do autor no momento de criá-las. Em seus tempos áureos demandavam,

também, uma distância espacial e temporal com relação ao destinatário das cartas e aos eventuais leitores dos diários. (SIBILIA, 2016, p. 87)

O que explica, então, esse estímulo capitalista de trazeremos à tona uma realidade tão íntima? E ainda, por que as pessoas se sentem estimuladas a tornar pública sua privacidade? Sibilia supõe que,

[...] apesar disso e para além da evidente sangria que há por trás dessas “alegrias do marketing”, sobretudo em sua reluzente e tão vitoriosa versão interativa, os próprios jovens costumam pedir para serem constantemente motivados e estimulados, como advertiu Gilles Deleuze no início dos anos 1990. O filósofo francês acrescentava então que caberia a eles descobrir “a que são levados a servir”; a eles, quer dizer, a esses jovens que logo ajudariam a construir o fenômeno inicialmente conhecido como Web 2.0 e que, agora, estão tão familiarizados com esse meio ambiente que alguns os denominam “nativos digitais”, em contraposição aos mais velhos que seríamos meros imigrantes nesse continente ainda em formação. (SIBILIA, 2016, p. 17)

Para Freud, a mente é como um *iceberg* que flutua com um sétimo de seu volume acima da superfície. Se antes a megalomania era tida como doença mental, hoje, com a hipervalorização do “eu”, os distúrbios psíquicos considerados perturbadores podem ser naturalizados. É o que explica Sibilia:

Qualificadas então como doenças mentais ou desvios patológicos da normalidade exemplar, hoje a megalomania e a excentricidade não parecem desfrutar daquela mesma demonização. [...] Outras são nossas dores porque outras também são nossas delícias, outras são as pressões que cotidianamente se descarregam sobre nossos corpos e outras as potências (e impotências) que cultivamos. (SIBILIA, 2016, p. 14)

A busca incessante pelo espetáculo de si mesmo, se antes privada, hoje é motivo de publicidade.

Parece-me indispensável dizer quem sou. [...] A desproporção entre a grandeza da minha tarefa e a pequenez de meus contemporâneos manifestou-se no fato de que não me ouviram, sequer me viram. [...] Quem sabe respirar o ar de meus escritos sabe que é um ar das alturas, um ar forte. É preciso ser feito para ele, senão há o perigo nada pequeno de se resfriar. (NIETZSCHE *apud* SIBILIA, 2016, p. 13)

Comentando essa e outras passagens de *Ecce Homo*, do pensador alemão, sibilia escreve o narcisismo:

“[...] pois eu sou tal e tal; sobretudo, não me confundam!”. É claro que atributos como a modéstia e a humildade estão radicalmente ausentes nesse texto, mas isso não pode surpreender em alguém que se orgulhava de ser oposto “à espécie de homem que até agora se venerou como virtuosa”, preferindo ser um sátiro a um santo. (SIBILIA, 2016, p. 13)

Narciso é um personagem da mitologia grega, filho do deus do rio, Cefiso, e da ninfa Liríope. Ele representa um forte símbolo da vaidade, personagem mitológico central para a psicologia, filosofia, música, artes plásticas e literatura. Segundo a lenda, Narciso nasceu na região grega da Boécia. De uma beleza ímpar, quando nasceu um dos oráculos, chamado Tirésias, disse que Narciso seria muito atraente e que teria uma vida longa se ele não se encantasse com a própria beleza, ou melhor, se não visse o próprio rosto, pois isso o paralisaria. Além de ter uma beleza literalmente encantadora, que atraía muitas pessoas (homens e mulheres), Narciso era arrogante e orgulhoso. E, em vez de se apaixonar por outras pessoas que o admiravam, ele ficou apaixonado por sua própria imagem, ao vê-la refletida num lago. O mito, portanto, atualiza-se perfeitamente nessa era da hipercomunicação e da exposição permanente de si mesmo – mas não por “culpa” da tecnologia:

[...] não são os espelhos que causam mudanças nos modos de ser, como costuma se afirmar com excessiva irreflexão; mas, ao contrário, parece evidente que os artefatos técnicos são resultados de processos históricos bem complexos, que envolvem uma infinidade de fatores socioculturais, políticos e econômicos. (SIBILIA, 2016, p. 25)

Assim, prossegue a autora, as justificativas de uso das redes sociais como lazer ou ferramenta de trabalho mascaram a alienação causada pela busca excessiva da satisfação dos diversos “eus”:

A visibilidade e a conexão sem pausa constituem dois vetores fundamentais para os modos de ser e estar no mundo mais sintonizados com os ritmos, os prazeres e as exigências da atualidade, pautando as formas de nos relacionarmos conosco, com os outros e com o mundo. [...] Tanto as paredes como os pudores que costumavam proteger a intimidade em boa parte desses espaços – outrora considerados pessoais – sofreram a infiltração das ubíquas redes, que logo permitiriam a circulação de um fluxo crescente de presenças virtuais e olhares reais. (SIBILIA, 2016, p. 21-23)

Com isso, o Instagram – antes apenas mais uma rede social – tornou-se um meio de interação entre a maioria dos jovens, incentivando a “criatividade domesticada” e a procura constante da diferença, projetando – como diz a autora – cópias

e mais cópias de uma mesma versão que, no fundo, é padronizada. Com isso, novas “armas” são criadas.

Novas armas; ou seja, estratégias capazes de opor resistência aos cada vez mais ardilosos dispositivos de poder, criando interferências ou “vacúolos de não-comunicação, interruptores”, na tentativa de abrir o campo do possível para desenvolver formas inovadoras – e mais libertárias – de ser e estar no mundo. [...] Tanto na internet como fora dela, uma característica da sociedade globalizada do século XXI é que a capacidade de criação costuma ser capturada pelos tentáculos do mercado, que atacam como nunca essas forças vitais e, ao mesmo tempo, não cessam de transformá-las em mercadorias. Assim, em certo sentido a sua potência de invenção é desativada pois a criatividade tem se convertido no combustível de luxo do capitalismo contemporâneo: seu “protoplasma”, como diria a psicanalista brasileira Suely Rolnik. (SIBILIA, 2016, p. 17)

A busca incessante por um padrão ou ideal de vida “perfeito” ou até mesmo por uma realidade ideal, gera uma ansiedade na busca pela interatividade incessante e a produção de novos conteúdos. “Por toda parte, então, os usuários, leitores e espectadores são convocados a participar, compartilhar, opinar e se exhibir de um modo considerado ‘proativo’” (SIBILIA, 2016, p. 24). Parece inegável, pois,

[...] que tudo isso tem ajudado a desatar uma revigorada eficácia na instrumentalização dessas forças, que são avidamente capitalizadas a serviço de um mercado capaz de tudo devorar para – não raro – convertê-lo em lixo e descartá-lo a toda velocidade. É por isso que grandes ambições e extrema modéstia aparecem de mãos dadas nesta insólita promoção de *você* e *eu* que se espalha pelos novos circuitos digitais: glorifica-se a menor das pequenezas, enquanto parece buscar-se a maior das grandezas. (SIBILIA, 2016, p. 18)

Fantasia-se, através da versão otimizada de si mesmo encenada nas redes, uma vida que, na maioria das vezes, está dissociada da realidade:

[...] as complexas fronteiras entre realidade e ficção ficam cada vez mais embaçadas nesses jogos, pois as telas interconectadas parecem cenários muito adequados para que cada um realize a performance de si mesmo. Entre outras ferramentas usadas para essa *mise-en-scène*, destacam-se os testemunhos em primeira pessoa, que de algum modo remetem a outro recurso antigo: a “técnica da confissão”. Esse eficaz instrumento para a produção de verdades tem sido utilizado há vários séculos no Ocidente, e sua genealogia foi traçada por Michel Foucault em seu livro *A vontade de saber*. (SIBILIA, 2016, p. 105)

A realidade fictícia e a gestão de si como marca, assuntos abordados nos capítulos finais de *O show do eu*, retratam uma realidade percebida pela autora desde 2002, nos primórdios de sua pesquisa. Ainda hoje, é possível perceber que a evolução dessa realidade tem afetado jovens e adultos que acreditam fielmente em uma realidade paralela, onde é possível o alcance de uma vida perfeita e sem falhas, como é exibida na rede – como se não fosse apenas a edição dos melhores momentos. Em essência, essa é a grande questão que atravessa o livro todo.

### **Referências**

- EDITORA GLOBO. *O livro da psicologia: as grandes ideias de todos os tempos*. Rio de Janeiro, Editora Globo, 2013.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/cap1.htm>>. Acesso em: 24 dez. 2020.
- SIBILIA, Paula. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. 2. ed. Rio de Janeiro, Contraponto, 2016.





ISSN 2764-1953

